

**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 265.2.53.O

DATA: 05/11/08

TURNO: Vespertino

TIPO DA SESSÃO: Ordinária - CD

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 14h

TÉRMINO: 19h04min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador
14:12	PE	LUIZ BASSUMA

Obs.:

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ata da 265ª Sessão, em 05 de novembro de 2008

Presidência dos Srs.
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

ÀS 14 HORAS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

- Arlindo Chinaglia
- Narcio Rodrigues
- Inocência Oliveira
- Osmar Serraglio
- Ciro Nogueira
- Waldemir Moka
- José Carlos Machado
- Manato
- Arnon Bezerra
- Alexandre Silveira
- Deley



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 342 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II - LEITURA DA ATA

O SR. WILLIAM WOO, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Passa-se à leitura do expediente.

O SR. WILLIAM WOO, servindo como 1º Secretário, procede à leitura do seguinte

III - EXPEDIENTE



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Finda a leitura do expediente,
passa-se ao

IV - PEQUENO EXPEDIENTE



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Como há muitos oradores e vamos terminar este período exatamente às 15h, para dar início ao Grande Expediente, a Presidência pede compreensão aos Srs. Deputados no sentido de que se limitem ao tempo regimental, que será rigorosamente observado.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Lael Varella.

O SR. LAEL VARELLA (DEM-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, diante de leis completamente defasadas, a violência vem tomando conta de nossas escolas, causando não poucas preocupações aos pais e professores. Ninguém nesta Casa acha razoável que um menor delinqüente paralise uma escola inteira, impedindo os mestres de ensinar e estimulando os colegas a desafiar a autoridade. Com efeito, o presente clima de impunidade do menor vai dando azo às mais disparatadas ousadias.

Os fatos se repetem e outros virão, segundo matéria de Barbara Gancia, na *Folha de S.Paulo*, em que é citada uma aluna de um curso supletivo de Campinas que foi presa, acusada de derrubar a pontapés a porta da sala de aula. Qual teria sido o motivo de tamanha violência? A moça não se conformou em ser proibida de entrar na classe onde se apresentou com 20 minutos de atraso.

Ou seja, alunos não aceitam a disciplina imposta e reagem fazendo uso de força. A cada dia surge um novo caso. É o garoto que levou um revólver para a escola a fim de acertar contas com o mestre; é a turminha que pôs fogo no carro da diretora; é a menina que perdeu a compostura e estapeou a professora; é o pré-adolescente que sacou de um canivete no meio da classe...

Tratar esse tipo de ocorrência como mera insubordinação ou achar que são casos isolados é ser conivente com o crime. A tragédia já foi anunciada faz tempo, e as providências não estão sendo tomadas. O caso do seqüestro em Santo André não tinha nem mesmo chegado ao seu triste fim e, na famigerada página do Orkut,



na Internet, uma comunidade chamada *Força Lindemberg, estamos com você!* já contava com 1.855 membros.

Vejam o que dizem algumas das mensagens postadas pelos internautas, na típica linguagem telegráfica usada na rede pela molecada: *“Antes de mais nada, quero deixar claro q reprovoo a atitude dele, porém kem nunca errou na vida?”* *“Tá certo, concordo q ele tem q ficar uns meses preso... mas o cara é sangue bom, trabalhador, humilde, a mina deixou ele doido”*.

Existem outras comunidades no Orkut igualmente depravadas, como a da turma dos admiradores de Suzane von Richthofen e a do pessoal que faz pouco das vítimas do acidente da TAM, em Congonhas.

Sr. Presidente, a jornalista Barbara Gancia faz uma pergunta que merece reflexão:

“Será que a adesão entusiasmada de quase 2.000 pessoas em menos de uma semana que ela suscitou não deveria soar algum tipo de alarme sobre a corrosão de valores e a passividade diante da violência?”

É preciso voltar a ensinar valores morais e cívicos à nossa juventude e imprimir nela convicções profundas, como premiar a virtude e castigar o vício. O crime de Santo André chocou toda a sociedade brasileira. A psiquiatra Ana Beatriz Barbosa Silva fez a propósito um comentário verdadeiro: *“As pessoas não aceitam que o mal existe. Infelizmente, ele existe”*.

Não foi por amor, nem por desespero, nem porque a Polícia invadiu o apartamento em Santo André que Lindemberg Alves matou a ex-namorada Eloá Pimentel, de 15 anos, com um tiro na cabeça, mas por maldade. Pura e simples.



“Ele é um psicopata. Não matou por obsessão. Matou porque é mau.”, declarou Ana Beatriz.

O diagnóstico da psiquiatra não é um daqueles comentários feitos depois da tragédia consumada. No dia 17, às 17h, durante entrevista ao *Estado* sobre o lançamento de seu livro *Mentes Perigosas*, ela foi taxativa:

“Esse caso de Santo André já foi longe demais. Já passou da hora de essa história acabar bem. Ou a Polícia vai pegá-lo quando ele cochilar ou ele vai matar essa menina”.

Uma hora depois, Eloá era carregada para o hospital com um tiro na cabeça.

Psiquiatra há 20 anos, com pós-graduação na Universidade Federal do Rio, e há 5 estudando especificamente o comportamento dos psicopatas, Ana Beatriz acredita que só havia uma chance de Eloá sair com vida do seqüestro. “A *Polícia deveria ter atirado nele quando teve a chance. Não se negocia com psicopatas*”.

Sr. Presidente, a sociedade relativizou os valores de nossa civilização cristã e com isso perdeu a segurança. A Polícia tem medo de atirar no bandido e os professores de corrigir os alunos. A ponto de um professor anônimo escrever:

“Como dar aulas para alunos que amam Fernandinho Beira-Mar, PCC, AK-44 e outros termos de marginal???? Eles só falam disso. Na aula de matemática a única coisa que interessa para eles é quantos tiros o fuzil dá por minuto. Ninguém merece ensinar matemática para ‘projeto de marginal’!”



Sr. Presidente, não adianta investir milhões na educação se não forem transmitidos valores morais para a nossa juventude, como premiar as virtudes e castigar os vícios. É preciso colocar balizas no comportamento da juventude. Reprimindo o mal, daremos liberdade para o bem se desenvolver. Caso contrário, a nossa educação só irá fortalecer a violência e a criminalidade.

Tenho dito.



A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT-SP) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, registro, com alegria, a vitória do democrata Barack Obama nas eleições presidenciais dos EUA. Saúdo S.Exa. e sua esposa, Sra. Michelle Obama.

Barack Obama tem as características necessárias para ser o Presidente das mudanças. O primeiro Presidente negro dos Estados Unidos, político de diálogo, afinado com a esquerda e interessado em governar para a maioria do povo, Obama vai ter de enfrentar a crise econômico-financeira internacional — em relação ao nosso País, precisará aperfeiçoar a relação Brasil—Estados Unidos —, buscar o fim do conflito no Oriente Médio e acabar com o bloqueio a Cuba.

Quero dizer ainda que nós, afrodescendentes — estou aqui com o Deputado Luiz Alberto —, estamos muito felizes com a eleição do primeiro Presidente americano negro.

Em segundo lugar, registro que hoje comemoramos o Dia da Cultura, criado pela Lei nº. 5.579, de 1970. O dia 5 de novembro foi escolhido em homenagem à data de nascimento de Rui Barbosa.

Defendo, senhoras e senhores, a aprovação da PEC nº. 150/03, que disciplina os gastos com cultura em relação aos Municípios, aos Estados e à União.

A propósito do transcurso do Dia da Cultura, Sr. Presidente, relembro trecho de um poema de Solano Trindade, que completaria hoje 100 anos:

*“Eita negro!
- Quem foi que disse
que a gente não é gente?
Quem foi esse demente,
se tem olhos não vê..”.*

Obrigada, Sr. Presidente.



O SR. SIMÃO SESSIM (PP-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há pouco mais de uma semana, recebi dramático *e-mail* assinado pelo Sr. Cesar Guimarães Vigato, que se mostra indignado com o que chama de falta de atenção desta Casa para com o famigerado Caso Aerus, que, sem dúvida alguma, vem afetando direta e indiretamente a vida de cerca de 30 mil pessoas.

São, todos eles. Sr. Presidente e nobres Deputados, aposentados e pensionistas do Fundo Aerus de Seguridade Social, dos ex-funcionários da antiga VARIG, até então apontado como um dos mais importantes fundos de pensão e que sofreu intervenção da Secretaria de Previdência Complementar, depois de mostrar-se financeiramente inviável. E, ao que tudo indica, a crise teria sido originada por conta da falta de repasse dos recursos recolhidos da contribuição pessoal de cada trabalhador e da parte que competia às empresas aéreas envolvidas.

Como bem lembrou o Sr. Cesar Guimarães em sua missiva encaminhada aos membros desta Casa, há 2 anos, os aposentados e pensionistas da VARIG estão recebendo sua aposentadoria complementar muito abaixo do que deveriam — alguns deles chegam a perceber apenas 10% do que têm direito por lei —, em virtude do problema ocorrido.

Em razão disso, Sr. Presidente, a maioria dos aposentados, todos indefesos e sem saber mais a quem recorrer, está passando por sérios problemas, possivelmente até mesmo por necessidades. Isso significa dizer que são famílias inteiras totalmente desamparadas, vivendo quase à míngua, visto que as aposentadorias foram aviltadas de forma cruel e desumana.



O Sr. Cesar Guimarães, que ainda vê nesta Casa do povo um instrumento capaz de lutar em defesa de seus irmãos de sofrimento, chega a contar que a maioria dos aposentados, vítimas do Caso Aerus, teve de vender seus bens, não conseguindo mais, por conseguinte, pagar suas dívidas, convênios médicos, remédios etc., e, em casos extremos, até mesmo com sérios problemas para manter a sobrevivência pessoal e a de sua família.

Lembra-nos ainda o ilustre missivista que, nesse período, o Sindicato Nacional dos Aeronautas conseguiu, através de seu advogado, o Dr. Castagna Maia, uma liminar, deferida pela Desembargadora Neusa Alves, datada de junho de 2007, que obrigava o Governo Federal a complementar o valor dessas aposentadorias, o que parece não ter sido cumprido até agora.

Pessoalmente, Sr. Presidente, confesso que me sinto sensibilizado com a situação dessas pessoas. Todos nós, nesta Casa, precisamos acompanhar mais de perto essa situação tão desastrosas para milhares de pessoas que, deram ao longo da vida, com muito amor e determinação, o suor do trabalho intenso não somente para ajudar o Brasil a se tornar grande e desenvolvido, como também para que pudessem eles, ao fim de sua fase produtiva, viver com um mínimo de dignidade.

Era o que tinha para dizer neste momento, Sr. Presidente.

Muito obrigado!



O SR. MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Poder Legislativo, infelizmente, continua sendo alvo de críticas por parte de variados segmentos, o que contribui para o desprestígio da respectiva imagem. Cabe a nós, sobretudo os Parlamentares com mais experiência, adquirida em mandatos já cumpridos, assumir atitude positiva, direcionada para a reabilitação de conceito de seriedade e proficiência cumpridas ao longo do tempo.

Como se já não bastasse a pauta das duas Casas do Congresso Nacional estarem constantemente embargadas por medidas provisórias, os poucos projetos de iniciativa parlamentar estão sendo vetados, total ou parcialmente, pelo Presidente da República. Às vezes, até de modo surpreendente, sem a apresentação de adequadas motivações técnicas. O Executivo escuda-se na indefinida posição de considerar o projeto como "contrário ao interesse público".

A Constituição Federal, cujos 20 anos de existência não são efusivamente celebrados, prevê que os vetos sejam apreciados, em sessão conjunta, dentro de 30 dias. É o que está escrito no art. 66, § 4º, do Texto Fundamental. E, caso não ocorra a apreciação nesse prazo, a deliberação sobre outras matérias ficará sobrestada.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, a ausência de deliberação sobre os vetos é falha totalmente nossa, embora o Presidente Garibaldi Alves Filho haja expressado a sua firme intenção de diligenciar o exame de tais matéria.

Consigno, desta tribuna, veemente apelo ao Presidente do Congresso Nacional para que, usando de suas prerrogativas, estabeleça os entendimentos necessários para que possamos apreciar os quase mil vetos pendentes de deliberação pelo soberano Plenário do nosso Parlamento.



Desta forma, expresso confiança em que, Senadores e Deputados, convictos de seus respectivos encargos constitucionais, envidarão esforços para que se atenda àquela importante tarefa, subestimada ao longo dos últimos anos.



O SR. GERALDO RESENDE (Bloco/PMDB-MS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é triste deparar-nos com o alastramento da pedofilia na rede mundial de computadores, em especial em nosso País. O Brasil, que vem batendo sucessivos recordes de acessos à Internet, bem como de domicílios com computadores ligados à rede, se defronta com essa metástase que atinge milhares de famílias no mundo inteiro, sobretudo aquelas que não são capazes de controlar o acesso dos filhos aos *sites* que vendem pornografia infantil. A pedofilia, porém, não atinge apenas as famílias conectadas à rede mundial de computadores, mas todas as classes sociais, e, na maioria das vezes, o problema assume maior gravidade justamente em relação às famílias carentes, nas quais o abuso à criança ocorre muitas vezes dentro dos próprios lares. A falta de uma rede de proteção eficiente deixa as crianças vulneráveis à barbárie da exploração sexual infantil.

A Internet se transformou, na mão desses criminosos, numa arma eficaz de comercialização e divulgação desse tipo de material. As brechas na legislação de países como o nosso alimentam o tumor que é a pedofilia, através de *sites* de relacionamento como o Orkut, que possibilitam ainda o aliciamento de crianças e adolescentes, daí resultando índices alarmantes para a população.

É estapafúrdio, mas em nosso País esses criminosos, muitas vezes, ficam impunes, sem que as autoridades, engessadas por uma legislação desatualizada, possam agir de forma eficaz.

Espera-se do cidadão comum revolta e indignação frente a um escárnio como esse. Mas de nós, Parlamentares, espera-se mais. Mais do que estarem e choque, espera-se de um Parlamentar que ele aja, tome medidas, produza meios de



provimento de segurança e de melhor qualidade de vida. Para isso fomos escolhidos. E, embora quisesse ter, como José do Patrocínio, “o coração nos lábios” para ilustrar quão grande é minha indignação diante de crimes como esses, eu me contento em dizer que o Congresso Nacional deu um primeiro passo no caminho ascoso que deveremos percorrer na busca de uma legislação moderna, de uma legislação que estabeleça punição rigorosa ao uso de material pornográfico infantil, seja para ganhar dinheiro ou para outros fins escusos, seja pela Internet ou por qualquer outro meio, seja no trabalho ou no lar.

Recentemente, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal destinada a apurar a utilização da Internet na prática de crimes de pedofilia, bem como a relação desses delitos com o crime organizado, magistralmente presidida pelo Senador Magno Malta, encerrou seus trabalhos trazendo à luz uma tarefa para as nossas atividades: apreciar um projeto de lei contra a pedofilia. É inquestionável a importância daquela CPI em conquistas significativas por meio da realização de ações conjuntas com a Polícia Federal e o Ministério Público. Além da apreensão de documentos, computadores e materiais que auxiliaram nos seus trabalhos, a CPI conseguiu quebrar o sigilo de páginas do Orkut — até então tidas como invioláveis — que continham material com pornografia infantil.

Outra importante conquista foi o Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público Federal e a Google para criar um sistema de filtros que evite a publicação de pornografia infantil no Orkut.

Fui designado Relator do Projeto de Lei n.º 1.167/2007, que traz apensado os PLs 1.192/2007 e 3.773/2008, que moderniza o Estatuto da Criança e do Adolescente no combate à produção, comercialização e distribuição de pornografia



infantil, além de tipificar crimes como a aquisição e posse de qualquer material fruto da pedofilia.

Antecipo que proferi parecer favorável ao PL nº. 3.773/2008, resultante da CPI da Pedofilia do Senado, que provou ser o mais completo e consensual entre ONGs de defesa dos direitos da criança e do adolescente, Polícia Federal e Ministério Público da União.

Posso afirmar que, com a aprovação dessa proposição, nosso País terá uma legislação à altura, ou mesmo mais atualizada, que aquelas hoje existentes em nações mais desenvolvidas.

Punição. Este é o caminho mais eficaz no combate a esse verdadeiro câncer social. Não devemos medir esforços para tornar mais severas as penas e tipificar como criminosas condutas correlacionadas à pedofilia. A sociedade clama por resultados que a Polícia ainda não pôde dar. É urgente a necessidade de aprovação desse projeto de lei.

Assim, ocupo hoje esta tribuna, Sr. Presidente, para conclamar os colegas Deputados e Deputadas a se sensibilizarem no sentido de aprovarmos urgentemente o PL 3.773/2008. Dessa forma, o Brasil poderá contar com uma legislação eficaz e capaz de mandar para a cadeia os criminosos que usufruem do submundo deplorável da pedofilia.

Muito obrigado.



O SR. WILLIAM WOO (PSDB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores que assistem à *TV Câmara*, estamos chegando ao final de 2008 e temos ainda em nossa pauta de discussões assuntos de extrema importância, como a reforma tributária e a fidelidade partidária.

Este ano, tivemos conhecimento de vários casos de políticos punidos devido à troca de partido. Precisamos, antes mesmo de dar início a um debate sério sobre o tema, ter consciência do que significa ser político.

No Brasil não existe a tradição de votos em partido. Apesar de termos diversas legendas, é visível que a população vota mais no candidato do que no partido. Portanto, passamos a ter maior responsabilidade, pois não representamos apenas as convicções dos partidos a que somos filiados, mas também representamos as esperanças daqueles que votaram em nós.

Segundo matéria publicada no jornal *Correio Braziliense* desta terça-feira, o Governo colocou como prioridade a aprovação da fidelidade partidária, abrindo uma janela que permite o troca-troca de legendas um ano antes das eleições.

Ora, se essa é a nova idéia de reforma política do Palácio do Planalto, precisaremos realmente promover, e em breve, amplo debate sobre o assunto no plenário desta casa. Afinal, muitos já foram punidos para agora o Governo querer mudar as regras.

Senhores, não julgo a decisão de colegas em mudar de partido. Também não defendo a “dança de cadeiras” realizada por alguns políticos. Mas, se há regras, elas devem ser cumpridas e mantidas, e não mudadas para atender aos interesses de



um ou de outro. Os interesses que devem ser prioritários aqui são os do eleito, da população.

Existem outros pontos, essenciais para uma verdadeira reforma política, que precisam ser debatidos nesta Casa, como a cláusula de barreira, o financiamento público e a votação em lista fechada — pontos tão fundamentais quando a questão da fidelidade partidária. séria.

Nosso sistema político apresenta ainda muitas distorções. Apesar de o nosso sistema eleitoral ser elogiado dentro e fora do País por sua eficiência e eficácia, estamos devendo transparência em diversos pontos do processo. Vamos buscá-la, para que, no futuro, sejamos exemplo também de democracia.

Desejo ainda abordar, Sr. Presidente, entrevista concedida ao jornal *O Estado de S. Paulo* pelo embaixador do Brasil na China, Sr. Clodoaldo Hugueneu, na qual S.Exa. faz afirmativa que deve servir como conselho para os empresários de nosso País: “*Vamos conhecer melhor o mercado chinês*”.

Hoje, a China é o segundo maior parceiro comercial do Brasil. Mesmo assim, os empresários brasileiros sabem pouco do mercado chinês, e vice-versa. O Brasil ainda pode aumentar, e muito, as relações com a China. Podemos investir em programas e desenvolver vários novos projetos ligados ao setor de biocombustíveis, ao setor energético e ao setor agrícola. Em todos, o Brasil tem liderança mundial. E este *know-how* interessa à China.

Outro setor em que o Brasil pode investir é no de bens manufaturados. Atualmente, não ocupamos espaço nesse setor, e a China importa de países da Ásia e da Europa e dos Estados Unidos.



Precisamos mudar a cultura de querer investir apenas em matéria-prima, e passar a explorar as outras portas que o mercado chinês pode abrir para o Brasil.

Recentemente, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional desta Casa, recebemos o Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Assembléia Popular da China, o Exmo. Sr. Li Zhao. Nesse encontro, foi reforçada a necessidade do fortalecimento do intercâmbio entre os 2 países.

Também já visitamos, em missão oficial, a República Popular da China com o objetivo de implementar o Mecanismo Regular de Intercâmbio entre a Câmara dos Deputados e a Assembléia Nacional Popular da China.

Precisamos, portanto, ser agressivos na busca de mercados para produtos brasileiros na China. E precisamos também nos fazer conhecer naquele país. A imagem brasileira, infelizmente, ainda está associada a samba e futebol. Os chineses não nos vêem como uma economia desenvolvida, não sabem das potencialidades do nosso setor industrial. Vamos buscar conhecer melhor o mercado chinês, para que não percamos mais oportunidades de investimentos.

Busquemos, pois, associação com o mercado chinês, que só tem a crescer. Criar barreiras não é a solução. Vamos abrir as portas de nossos mercados. Com responsabilidade e com respeito às nossas diferenças, mas com o olhar em um próspero futuro.

Finalmente, Sr. Presidente, quero dizer que hoje o mundo acordou diferente. Pela primeira vez na história dos Estados Unidos, foi eleito um presidente negro: o democrata Barack Obama.

A eleição de Obama traz esperança não só aos americanos, mas para o resto do mundo, que se encontra hoje em meio a grave crise econômica, a pior dos



últimos 80 anos. E a mudança prometida por Obama durante toda sua campanha é aguardada com ansiedade.

A eleição de Barack Obama derruba barreiras há muito criadas. Há 43 anos — quando foi aprovada a Lei do Direito de Voto —, os negros eram proibidos de votar nos Estados Unidos da América. A eleição presidencial agora realizada naquele país criou um novo capítulo na política americana, pois levou às urnas quase 66% dos eleitores registrados, a maior taxa de participação desde 1908.

Os eleitores americanos derrubaram também o recorde de participação de 1960, quando 64,9% do eleitorado foi às urnas na disputa entre John Kennedy e Richard Nixon.

Também pela primeira vez desde 1995, o Partido Democrata americano controla o Executivo e o Legislativo.

Sua vitória derruba outra importante barreira, a da discriminação racial. A história nos mostra que o preconceito racial naquele país é forte e persiste até os dias atuais. A vitória de Obama — apesar de sua derrota nos Estados onde o racismo é mais forte, como o Alabama, a Geórgia e a Carolina do Sul — ultrapassa os limites políticos e leva esperanças também ao campo humanitário, principalmente à África, onde a população espera que os Governos de todo o mundo se voltem para os grandes problemas daquele continente.

No entanto, nem tudo é tão positivo. O Governo de George W. Bush deixa problemas de proporções históricas. Além da crise econômica, Obama enfrentará a participação americana na Guerra do Iraque. Declarações do Presidente eleito demonstram sua vontade em acabar com essa guerra e derrotar a rede terrorista Al Qaeda e o grupo radical islâmico talibã, no Afeganistão.



Aguardemos, portanto, o desenvolver do Governo do 44º Presidente americano e primeiro Presidente negro da história daquele país. Que as esperanças depositadas pelos seus eleitores — e pelos demais Governos em todo o mundo — se tornem realidade. E que os bons efeitos da mudança prometida por Barack Obama sejam sentidos em breve.

Muito obrigado.



O SR. LUIZ BASSUMA (PT-BA. Se revisão do orador.) -

**DISCURSO DO SR. DEPUTADO LUIZ BASSUMA QUE, ENTREGUE
AO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ POSTERIORMENTE
PUBLICADO.**



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o seguinte ofício do Presidente do Senado Federal:

“Ofício nº 546/2008-CN

Brasília, em 04 de novembro de 2008

Senhor Presidente,

Comunico a V.Exa. e, por seu alto intermédio, à Câmara dos Deputados que esta Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se dia 5 de novembro do corrente, quarta-feira, às vinte horas, no plenário do Senado Federal, destinada à apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional com pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Na oportunidade, renovo a V.Exa. protestos de estima e distinta consideração.

Senador Garibaldi Alves Filho

Presidente do Senado Federal”



O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, mais um episódio da histórica greve dos policiais civis de São Paulo, que já dura 50 dias, será travado nesta quarta-feira, na Assembléia Legislativa do meu Estado. Hoje, novos projetos do Executivo, enviados à Casa pelo Governador José Serra, devem ser votados. São projetos que tratam da carreira e dos salários das polícias civil, militar e científica. Nesta terça, as Comissões de Segurança Pública e de Finanças e Orçamento aprovaram o parecer ao PL que prevê um reajuste de 6,5% para delegados da Polícia Civil. O valor, no entanto, está muito aquém do reivindicado pela categoria, que considera os projetos do Governo um desrespeito aos policiais.

O salário inicial de R\$3,6 mil pago pelo Governo paulista para delegados é o pior do Brasil. De 1995 até hoje, a defasagem dos delegados de polícia é de absurdos 96,5%! Há mais de 14 anos a Polícia Civil de São Paulo não recebe aumento. Apesar dessa defasagem, os policiais reivindicam um reajuste de 15% — 12% a partir de janeiro de 2009 e mais 12% em 2010. E o Governo tucano se recusa a dar. Pedem também que as gratificações passem a integrar os salários a partir de julho de 2010 e que o benefício seja estendido aos aposentados.

O problema da Polícia em São Paulo não se resume, no entanto, aos baixíssimos salários, aos problemas na estruturação da carreira e aos critérios para aposentadoria dos 35 mil servidores do setor. A luta dos policiais é também por melhorias nas condições de atendimento à população.



O Governo do Estado se vangloria de investir R\$7 bilhões em segurança pública este ano, mas há policiais que pagam do próprio bolso para trabalhar.

Segundo a imprensa, há escrivães que precisam comprar cartucho de impressora para registrar os boletins de ocorrência. Há delegados que levam os próprios computadores para trabalhar. Para conseguir peças para viaturas, os policiais precisam ir a desmanches. A imensa maioria das delegacias tem carros em péssimas condições de uso. E isso sem falar nas condições de treinamento e na rotina diária. Os policiais não recebem por horas extras trabalhadas, não conseguem tirar férias porque não há efetivo suficiente, e muitos que já teriam tempo de serviço para se aposentar não o fazem em razão da alta redução dos vencimentos da aposentadoria. O desestímulo e a baixa auto-estima são conseqüências inevitáveis nesse cenário.

Ora, Sr. Presidente, é preciso lembrar que os policiais civis são servidores públicos que colocam a vidas em risco na missão de garantir segurança à população. O mínimo que deveriam receber do Governo de São Paulo é respeito por suas reivindicações. O Governador José Serra, no entanto, se recusa a negociar com os grevistas. A adesão à greve chega hoje a 90% no interior do Estado e a 60% na Capital. Ao todo, são 18 organismos envolvidos no processo, incluindo delegados, investigadores, escrivães, agentes policiais, carcereiros, agentes de telecomunicações e papiloscopistas.

Em vez de dialogar com a categoria, o Governador jogou o problema para sua base aliada na Assembléia Legislativa. Antes disso, sua intransigência foi responsável por um dos episódios mais infelizes da história da Polícia paulista, quando, no dia 16 de outubro, policiais militares foram mobilizados para reprimir uma



manifestação dos civis. O confronto transformou a região do Palácio dos Bandeirantes numa verdadeira praça de guerra e terminou com 32 pessoas feridas. Depois de tudo, Serra ainda teve a coragem de responsabilizar os sindicatos envolvidos pela tragédia, acirrando mais os ânimos do movimento.

A mobilização da Polícia Civil de São Paulo, que deve se fazer notar mais uma vez nesta quarta-feira, na Assembléia Legislativa, merece todo o nosso apoio. Ao contrário de declarações dadas esta semana pelo Supremo, todos os servidores públicos civis podem fazer greve. É um direito do trabalhador e uma manifestação legítima de sua luta e organização. Por isso, os policiais estão dispostos a manter a greve por tempo indeterminado, até que suas reivindicações sejam atendidas. Em solidariedade a eles, 14 corporações já paralisaram por horas suas atividades, e a Polícia Judiciária planeja uma paralisação nacional no dia 17 de novembro. Na semana que vem, aqui em Brasília, a Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis — COBRAPOL realizará reunião com todos os sindicatos de policiais civis. Sete Estados também podem parar suas atividades.

Fica clara, portanto, a seriedade da situação. É um *iceberg*, que começa a ser revelado, na política de desmantelamento da segurança pública brasileira.

Esta Casa não pode fechar os olhos ao problema, sob o risco de a Polícia Civil seguir sendo desrespeitada e desvalorizada não apenas em São Paulo, mas em todo o território nacional. E sob o risco de a confiança que a população tem em nosso sistema de segurança ser ainda mais abalada.

Muito obrigado.



O SR. CELSO MALDANER (Bloco/PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está previsto para hoje o anúncio de uma nova linha de crédito de até R\$2,5 bilhões para o agronegócio. O pacote de medidas do Governo para auxiliar o setor rural será reforçado nesta semana com ações para irrigar o caixa de *tradings*, agroindústrias e fornecedores de insumos aos produtores. O Banco do Brasil usará essa nova linha para financiar o capital de giro dessas empresas com recursos da poupança rural.

A preocupação do Governo é suprir com crédito adicional a demanda por Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC), cujo principal objetivo é incentivar as exportações. O crédito para ACC, usado no pré-embarque das mercadorias, está bastante restrito desde o aprofundamento da crise financeira global, iniciada nos Estados Unidos. Por isso, as *tradings* e agroindústrias têm reclamado uma medida específica do Governo para auxílio ao segmento.

A nova linha deve ter um custo mais baixo do que os empréstimos contratados a juros livres. Para manter o estímulo ao exportador, a linha de crédito deverá ter alíquota de IOF reduzida, à semelhança do crédito para ACC. Os empréstimos do BB, que também poderiam ser operados pelos demais bancos federais (BNB e BASA), além das instituições financeiras ligadas a cooperativas, devem ter os juros reduzidos, já que a fonte de recursos será a poupança rural. Estima-se uma taxa final semelhante à SELIC, hoje fixada em 13,75% ao ano.

O desenho da nova linha de crédito prevê o repasse, com o compromisso de recompra, de parte das carteiras de recebíveis de *tradings* e agroindústrias, como as Cédulas de Produto Rural (CPR), em garantia das operações. As CPRs são um



título emitido pelos produtores como forma de antecipar os recursos necessários ao custeio ou comercialização da safra.

Os empréstimos dessa linha estarão lastreados nesses papéis e as empresas continuarão com os riscos das operações. Ao fim do contratado, que pode ter prazo de 6 a 12 meses, as empresas serão obrigadas a recomprar os papéis. As *tradings* e agroindústrias precisam desses papéis para resgatar a produção física em mãos do produto rural.

A criação da nova linha foi permitida pela elevação da parcela de aplicação obrigatória em crédito rural pelos bancos (exigibilidades) sobre os depósitos da caderneta de poupança. Na semana passada, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aumentou de 65% para 70% as exigibilidades da "poupança rural" e permitiu o financiamento de *tradings*, agroindústrias e fornecedores de insumos com até 40% desses recursos. Até então apenas cooperativas podiam ser financiadas, e até o limite de 5% dessas exigibilidades.

As *tradings* vinham sofrendo um estrangulamento na concessão de crédito de suas matrizes desde antes do início do atual ano-safra. Na safra passada, elas tiveram que usar boa parte de seu caixa para cobrir as chamadas "margens" na Bolsa de Chicago. Como as cotações das *commodities* dispararam por causa de uma corrida dos fundos e especuladores, as empresas precisaram cobrir a diferença entre o preço contratado (*hedge*) e as cotações efetivas de produtos como soja, milho e trigo.

O reforço no pacote rural soma-se à prévia autorização da antecipação de R\$5 bilhões em recursos operados pelo BB para o plantio da atual safra. Também potencializa os efeitos da elevação de 25% para 30% das exigibilidades sobre os



depósitos à vista e da redução, de 45% para 42%, nos depósitos compulsórios, que devem antecipar outros R\$9,1 bilhões para a safra.

O Governo Federal ainda estuda a adoção de novas medidas, como a criação de uma linha de R\$1 bilhão para capitalização das cooperativas e realização de leilões específicos de US\$1 bilhão em recursos para a contratação de ACCs para o campo.

Felizmente, estamos tomando as medidas necessárias para evitar a suspensão de muitos investimentos anunciados nesta tribuna, a exemplo de Santa Catarina, com as empresas Aurora e Sadia.

Precisamos disponibilizar recursos para o agronegócio, a fim de não inviabilizar empregos tão importantes para o País.

Muito obrigado.



O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos os que assistem a esta sessão ou nela trabalham, o Dia Nacional da Cultura — 5 de novembro — foi instituído em 15 de maio de 1970 como homenagem à data natalícia de figura louvada das letras e das ciências jurídicas, o ministro, senador, escritor e conselheiro Rui Barbosa — um viés convencional e conservador da cultura naqueles ásperos tempos.

E quando tanto se louva — com razão — o simbolismo da eleição do 44º presidente norte-americano, um afrodescendente, é bom lembrar que Rui Barbosa nunca enfrentou essa questão da diversidade étnica e racial como deveria.

Iniciamos as atividades parlamentares, no plenário, hoje, no Dia da Cultura, celebrando os 20 anos de importante marco político-cultural da história do nosso País: a Constituição cidadã de 88, que ressalta nossa nacionalidade pluriétnica e policultural.

No Brasil tão vasto, tão amplo, com tantas expressões diferentes, com distintas maneiras de ser, de viver e de conviver, que se modificam de lugar para lugar, e a todo o momento, não podemos falar de uma única cultura, mas de culturas plurais. Quantas nações existem inseridas no nosso País? Culturas indígenas, africanas, européias, cada qual com suas tradições, línguas, procedimentos, modos de ser e de crer, que ajudaram a formar nossa diversidade cultural.

O manifesto pela cidadania cultural dos brasileiros, lançado pela Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura, da qual faço parte, reflete essa riqueza, ainda pouco valorizada:

“ País de cultura rica e diversificada, é o Brasil a soma das influências dos povos e etnias que para cá



vieram mesclar-se aos indígenas autóctones, em momentos distintos da nossa história, na criação de um fabuloso caleidoscópio no qual se misturam raças, línguas, credos, religiões e múltiplas concepções de vida. Preservar esta pluralidade que torna o Brasil tão singular, impulsionar a produção cultural e o patrimônio histórico e antropológico que expressam tal riqueza e diversidade de matizes e, ao mesmo tempo, assegurar o acesso de todos os brasileiros aos bens culturais, para além de uma questão crucial de soberania nacional, é tarefa imprescindível ao projeto de país que estamos construindo, que tem no exercício da cidadania plena um dos seus principais pilares.

(...)

Às vésperas do Ano Nacional Machado Assis, homenagem a este ícone da intelectualidade brasileira, dos 200 anos da Biblioteca Nacional a serem comemorados ao longo de 2008 e diante da comemoração dos 70 anos do IPHAN, instituição que se renova e inova ao lançar um olhar diferenciado sobre nosso patrimônio histórico, a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura assume, diante desta Casa de todos os brasileiros, o compromisso público de lutar não apenas pela valorização permanente da riqueza e da diversidade



que nos faz únicos, mas, igualmente, de forma enérgica e intransigente, pela afirmação também da dimensão cultural de nossa cidadania”.

Nós, Congressistas, temos o desafio de aprovar a Proposta de Emenda à Constituição nº. 150/2003, que atende à recomendação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura — UNESCO e estabelece, na Constituição, que 2% dos recursos federais, 1,5% dos recursos estaduais e 1% dos recursos municipais sejam destinados à cultura, assim como o Plano Nacional da Cultura e a criação de uma Comissão Permanente de Cultura na Câmara dos Deputados.

Tal perspectiva tem de ser assimilada do ponto de vista pedagógico. A cultura é o alimento da educação. A educação é transmissora da cultura. A escola é um espaço de trocas culturais, é um lugar de propagação e interação da cultura e do conhecimento. Educação não é apenas transmissão de informações — a perspectiva bancária criticada por Paulo Freire —, mas ampliação da capacidade de relacionar os conteúdos e construção de interpretações pessoais.

Agradeço a atenção.



O SR. DILCEU SPERAFICO (PP-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, requeremos o envio de indicação à Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL, sugerindo a adoção das providências que especifica, com a finalidade de incluir a pesca e a aquicultura no rol das atividades amparadas pela política agrícola do País.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra pela ordem ao Sr. Urzeni Rocha.

O SR. URZENI ROCHA (PSDB-RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, aproveito a oportunidade para me congratular com os brasileiros que, de forma satisfeita e alegre, comemoram os 20 anos da promulgação da Constituição Cidadã de 1988, marco histórico para o restabelecimento da democracia plena no País. Se hoje temos direitos, devemos isso à Constituição Federal.

Em segundo lugar, quero deixar registrado o meu protesto contra o aumento abusivo da tarifa de energia elétrica. Recentemente, a ANEEL autorizou aumentos percentuais insuportáveis para a população, principalmente para os mais pobres, tendo o aumento chegado, em alguns lugares, a mais de 40%.

Era o que tinha a dizer.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra pela ordem ao nobre Deputado Edinho Bez.

O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meus colegas Parlamentares, quero registrar, com pesar, o falecimento no último dia 25, do nosso querido amigo Deputado Max Rosenmann.

Amigo de longa data, Rosenmann cumpria o seu sexto mandato consecutivo. Foi um dos primeiros Parlamentares com quem tive contato quando ingressei no Legislativo.

O início da carreira legislativa de Max Rosenmann em Brasília coincidiu com a formação da Assembléia Nacional Constituinte, em 1987, quando também foi Vice-Líder do PMDB pela primeira vez.

Era titular da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados e da representação brasileira no Parlamento do MERCOSUL.

Mais recentemente, em 2007, presidiu a Comissão Especial da Lei do Gás, e foi o 1º Vice-Presidente da Comissão Especial sobre o Sistema Único de Consórcios, em 2008.

Advogado de formação, era casado e pai de 3 filhos. Foi exemplo de homem público e de parceiro nos bons e nos maus momentos que as agruras da política nos impõem.

O Brasil, o Paraná e o PMDB Nacional certamente perderam um grande homem, uma grande liderança.

Minhas condolências à família Rosenmann e as nossas sinceras homenagens à memória do homem que deixou sua marca de forte atuação política e de retidão, lembrando que perdi um grande amigo.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao nobre Deputado José Airton Cirilo.

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO (PT-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de parabenizar a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca pelo lançamento, hoje, da Política de Desenvolvimento Territorial da Pesca e Aqüicultura, um grande passo para a política de desenvolvimento do setor pesqueiro, focado em áreas estratégicas de atuação regional.

Essa política com certeza dará contribuição muito importante para que possamos atuar de forma mais efetiva no desenvolvimento das comunidades pesqueiras, particularmente no que tange aos Territórios da Cidadania, nos territórios da política de pesca.

Quero então felicitar o Ministro e toda a sua...

(O microfone é desligado.)



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra pela ordem ao nobre Deputado Marcelo Teixeira.

O SR. MARCELO TEIXEIRA (PR-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente quero associar-me às palavras do Deputado Edinho Bez com relação ao caro amigo, falecido, Max Rosenmann, grande Parlamentar que esta Casa perdeu.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero noticiar a realização hoje de reunião muito importante da ABIH Nacional, no Hotel Manhattan, que contou com a presença do Senador Francisco Dornelles e dos Deputados Carlos Eduardo Cadoca, Edinho Bez e Albano Franco, nosso Governador, Presidente da Comissão de Turismo e Desporto.

Certamente, na ocasião foram enfocados os preparativos não só para as Olimpíadas de 2016, como também para a Copa do Mundo, uma vez que há grande preocupação, notadamente em relação a aeroportos e à infra-estrutura das cidades que sediarão os jogos.

Enfim, tem início importante discussão sobre a infra-estrutura que o nosso País precisa ter para sediar a Copa do Mundo de 2014, evento que, num primeiro momento, parece estar longe, mas não está.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que autorize a transcrição nos Anais da Casa de documento relativo à ABIH.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - V.Exa. será atendido, nobre Deputado Marcelo Teixeira.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 265.2.53.O
Data: 05/11/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4171/4176

(INSERIR DOCUMENTO DETAQ DE PÁGINA 39)



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO (Bloco/PDT-PR. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, um requerimento da Câmara Municipal de Londrina me trouxe muita preocupação nesta semana: os deficientes idosos não têm nenhum apoio do Estado.

A *Folha de Londrina* alertou para a falta de instituições específicas para o atendimento de deficientes idosos no Brasil. Possuímos crescente rede para atender os deficientes, que ainda precisa de aperfeiçoamento e investimento, conforme já mostrei aqui no plenário e em audiência pública da Comissão de Seguridade Social e Família. Porém, a nossa rede para atendimento de deficientes idosos é quase nula.

A grande maioria dessas pessoas, ao chegarem à terceira idade, ficam sob os cuidados da família. Porém, qual o destino deles no momento em que perdem os pais?

A carência de instituições dessa natureza coloca os idosos numa espécie de limbo, pois não têm a quem recorrer para dar o mínimo de dignidade às suas vidas.

Será que os pais não têm nem o direito de morrer? Já passaram a vida inteira cuidando de seus filhos, com todo o amor e carinho que somente os pais podem dar, e no final da vida não possuem nenhum amparo estatal para garantir o mínimo aos seus filhos?

Precisamos investir nessa área, Sr. Presidente. A política de “desospitalização”, nos últimos 8 anos, apresentou seus méritos. Porém, não podemos abdicar de instituições específicas para cuidar desses cidadãos.



APAEs, Associações Pestalozzi e Casas de Cuidado precisam de mais investimentos e incentivos dos Governos Federal, Estadual e Municipal, para terem condições de prover atendimento específico a essas pessoas. Somente assim poderemos garantir o bem-estar dessas pessoas, pelas quais temos a obrigação de zelar.

Era o apelo que queria fazer a todos os Congressistas e ao Governo Federal, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra pela ordem ao nobre Deputado Átila Lins.

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PMDB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas registrar que a Comissão Especial da Reforma Tributária começou a fase de discussão do substitutivo apresentado pelo Relator, Deputado Sandro Mabel. Esperamos que haja entendimento entre as diversas forças políticas que a compõem para que alcance o êxito que todos queremos.

Há posicionamentos contrários de alguns Governadores, que temem que a reforma saia neste momento de crise financeira internacional. Mas é bom que fique claro que ela não entrará em vigor imediatamente. A partir de sua promulgação, só depois de um período de 2 anos ela começará a vigorar. Haverá tempo suficiente para que as coisas se acomodem e para que a crise financeira internacional passe.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra pela ordem à nobre Deputada Maria do Rosário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna na data de hoje para abordar o tema do significado das eleições para os povos e para a democracia. Acompanhamos em todo o Brasil o fenômeno representado pela reeleição da ampla maioria das Prefeitas e dos Prefeitos das Capitais, bem como de grande parte dos Chefes de Executivo de cidades do interior do País.

Toda eleição traz consigo alguns significados. Aqui no Brasil, o aspecto central que surge das urnas é o do grau importante de satisfação com os rumos do País, é o da percepção de que a vida das pessoas está melhor. A sensação de segurança se deve claramente ao projeto nacional em curso. O aumento dos recursos destinados aos municípios diretamente pelo Governo Federal, representado pela grande ampliação do Fundo de Participação dos Municípios, e a melhoria generalizada na arrecadação de impostos, fruto do bom momento que vive a economia, são fatores que inegavelmente fortalecem o papel das Prefeituras e tornam as pessoas mais confiantes no futuro.

Se tudo isso é verdadeiro, o oposto se pode dizer em relação aos Estados Unidos da América. O novo Presidente norte-americano, eleito no dia de ontem, é um Senador jovem e negro. O primeiro negro da história a assumir posto de tamanha envergadura e responsabilidade, algo que saudamos com grande entusiasmo. O candidato Obama teve grandes méritos e derrotou duas das mais potentes forças políticas daquele país — os Clinton e os Republicanos. Cunhou em si a audácia da esperança e ganhou, assim, corações e mentes em discursos



realizados em todo o país e mesmo no exterior, representando em poucas palavras todo o significado de sua candidatura: *“Nós podemos acreditar na mudança!”*

A despeito de tudo isso, o voto do eleitor estadunidense foi, antes de mais nada, contra tudo o que representou o Governo de George Walker Bush. Houve, nos últimos 8 anos, enorme recrudescimento das liberdades públicas num país que um dia já foi a lanterna da liberdade. A postura belicista, caracterizada pela guerra contra o Afeganistão e contra o Iraque; a prisão de Guantánamo e seus tribunais de exceção; a espionagem contra todos aqueles que poderiam pensar diferente do governo (estrangeiros e norte-americanos); os pesados investimentos em rearmamento; a crise com a Rússia pela instalação do escudo antimísseis na Europa (revivendo tempos de guerra fria); a reinauguração da IV Frota Naval, para policiar os mares do Atlântico Sul; as crises diplomáticas com o Irã e a Coreia do Norte; enfim, todas essas e diversas outras ações que o Governo Bush tomou fizeram com que os cidadãos de todo o planeta, e os norte-americanos em particular, rejeitassem essa postura de conflito que em nada contribui para indicar melhores caminhos para a humanidade.

Estamos falando também de um governo que se recusou a assinar o Protocolo de Kyoto, mesmo estando à frente da nação que mais polui o planeta. E estamos diante de um governo que viveu escândalos de corrupção e preferiu aliados sanguinários e ditatoriais em diversos países africanos apenas para atender a seus objetivos comerciais; que invadiu o Iraque em nome da democracia e da liberdade, contrariando a decisão da Organização das Nações Unidas.

A ideologia que balizou todas essas ações foi uma só: o neoliberalismo. O Governo Bush transformou o superávit primário norte-americano em déficit brutal;



praticamente dobrou a dívida externa do país; permitiu que o capital especulativo se transmutasse em derivativos e outros papéis podres, gerando escândalos de contabilidade fantasma em megacorporações e bolhas como as das empresas de alta tecnologia e do setor imobiliário.

O caráter de classe e a ideologia ficam muitos claros quando constatamos que tudo isso foi feito para que se pudessem reduzir a patamares irrisórios os impostos das classes mais abastadas e entregar cada vez mais os mais pobres à própria sorte.

O Brasil, considerado país em desenvolvimento, já assumiu há quase 30 anos que a saúde pública é direito universal, um ideal civilizatório irrevogável. Pois o mesmo não acontece nos EUA, país em que mais de 30% da população não têm acesso aos serviços de saúde por não poderem pagar por eles. Os mais pobres foram alijados durante todo o último período naquele país, restando a eles o triste símbolo do abandono governamental no episódio da tragédia anunciada do Furacão Katrina, em Nova Orleans. Os imigrantes latinos e seus descendentes, apesar de formarem grande parte da mão-de-obra em vastas regiões do país, recebem dos Republicanos de George Bush o mais solene desprezo e retaliação, o que faz reviver uma cultura xenófoba que não combina em nada com os verdadeiros ideais de liberdade professados por alguns dos fundadores daquela nação.

Se a crise financeira nascida das entranhas desse cabedal de erros intencionais do Governo norte-americano é ainda tão inédita e avassaladora que não se consegue prever seus limites e suas dimensões, uma coisa é certa: ela vem sendo anunciada há bastante tempo, e Bush nada fez para evitá-la.



Sras. e Srs. Deputados, o Brasil do Governo Lula tem prioridades e formas de ver o papel do Estado diametralmente opostas às de George Bush. Estamos conseguindo navegar nesta crise com austeridade e soberania graças às políticas acertadas e à prioridade no investimento produtivo e não na especulação que transforma o planeta em um grande cassino. Vamos manter a esperança de tornar o Brasil um país justo e rico para brasileiras e brasileiros. Acima de tudo, queremos construir um sistema econômico e social que coloque a dignidade humana como prioridade.

Foi certamente acreditando nisso que a população norte-americana foi às urnas e disse um retumbante “sim” à mudança profunda em seus rumos.

O mundo inteiro volta os olhos para a nação economicamente mais rica do mundo, desejando que Barack Obama cumpra seus planos de inserção democrática e multilateral dos EUA no cenário político planetário.

Desejamos um bom governo ao novo Presidente, que tem enorme responsabilidade com seu povo e com o equilíbrio geopolítico mundial. Temos certeza de que, desejando trilhar o caminho da paz e da afirmação das liberdades democráticas, terá no Brasil um parceiro de primeira hora.

Sr. Presidente, quero registrar a minha grande alegria pela vitória de Barack Obama nas eleições presidenciais dos Estados Unidos.

Trata-se de momento mundialmente reconhecido como nova possibilidade para a harmonia entre os povos, não apenas pela figura de Barack Obama, homem negro e integrado a modelo e visão de desenvolvimento mais respeitosos em relação aos povos do mundo, mas também pelo multilateralismo que se estabelece a partir de sua vitória, o que se soma àquela que pensamos, no Brasil, deva ser a



vocação entre os povos, especialmente daqueles mais poderosos, as nações economicamente mais desenvolvidas.

O mundo acompanhou, acompanha e saúda Barack Obama por sua vitória. O Congresso brasileiro, a partir dos diversos posicionamentos, também o faz. Gostaria, de minha parte, de deixar registrada essa nova esperança que de fato ele plantou no coração do mundo contemporâneo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Albano Franco.

O SR. ALBANO FRANCO (PSDB-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com imensa satisfação que registro da tribuna da Câmara dos Deputados notícia publicada no *FAXAJU* sobre o êxito das feiras promovidas pelo SEBRAE, que têm movimentado os negócios em vários Municípios de Sergipe.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu mesmo tenho testemunhado esse trabalho, que tem como objetivo *“estimular o crescimento das micro e pequenas empresas, proporcionando um ambiente favorável para os expositores divulgarem os seus produtos”*.

A programação do SEBRAE para os meses de novembro e dezembro deste ano vão permitir que os Municípios sergipanos de Ribeirópolis, Tobias Barreto, Lagarto e Estância sediem esses eventos de significativa importância para o desenvolvimento interiorano do meu Estado.

Num momento de crise mundial que já atinge o nosso País, é bom que acontecimentos como este sejam promovidos e que parcerias sejam estimuladas entre o SEBRAE, as Prefeituras e as Câmaras de Dirigentes Lojistas, pois é precisamente nesta ocasião que devemos aumentar os estímulos a produção, à comercialização e às linhas de crédito para os pequenos produtores rurais, que não podem se sentir desamparados neste instante de incertezas.

Ações dessa natureza estão no caminho certo. Somente com incentivos a essas atividades é que poderemos enfrentar os desafios que temos pela frente.



Sergipe precisa adotar cada vez mais medidas como esta, para fortalecer o trabalho do homem do campo, evitando o êxodo rural, mal que só causa graves problemas e incha as cidades e a própria Capital, que hoje já possui população maior do que a interiorana.

Tenho certeza de que o Governador Marcelo Déda, com a visão administrativa de que é possuidor, está atento para essa questão.

Todo o apoio que o trabalhador do campo vier a receber das autoridades federais, estaduais e municipais terá como resultado o aumento das nossas safras e a certeza de que a nossa economia minimizará os possíveis efeitos danosos da crise que teremos de enfrentar, com as ações sérias que as circunstâncias requerem.

Eram o registro e as considerações que gostaria de fazer.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra pela ordem ao nobre Deputado Janete Capiberibe.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (Bloco/PSB-AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional realiza, a partir das 9h30min de hoje, o *2º Simpósio da Amazônia: O Desafio do Modelo de Desenvolvimento*.

Os Parlamentares desta Casa, especialmente os da bancada do Norte, foram convidados a participar, na tarde de hoje e no dia de amanhã, dos importantes debates temáticos para a implantação do PAS e do PAC na nossa região.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra pela ordem ao Deputado Eduardo Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste dia 5 de novembro se comemora o Dia Nacional da Cultura.

Este é um país com muita variedade étnica e cultural. Para que a cultura e a produção cultural sejam fortalecidas no Brasil, esta Casa tem de fazer a sua parte. Aliás, tramita aqui projeto de lei que cria o Plano Nacional de Cultura. O implemento desse plano no Brasil nos permitirá manter e reafirmar a nossa identidade étnica e cultural, algo típico de qualquer povo, de qualquer país.

Louvo todos os produtores culturais, todos os artistas e todos aqueles que fazem cultura no seu dia-a-dia.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Antes de conceder a palavra ao Deputado Armando Abílio, quero saudar o meu amigo Deputado Luiz Alberto, grande representante da Bahia. S.Exa. foi meu colega e tem um belíssimo trabalho em defesa dos segmentos mais pobres, humildes e necessitados. S.Exa. trabalha, sobretudo, pela igualdade racial neste País, sem nenhuma conotação de racismo de qualquer natureza.

Meus parabéns, Deputado Luiz Alberto. Continue esse belíssimo trabalho.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Armando Abílio.

O SR. ARMANDO ABÍLIO (PTB-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ontem esta Casa concluiu a votação do projeto que cria o Fundo Soberano. Agora, o projeto irá para o Senado, onde deverá haver um novo debate sobre a criação desse fundo.

Foi iniciado o debate a respeito do Orçamento de 2009. Haverá emendas individuais, coletivas e de Comissão. Hoje, na Comissão de Seguridade e Família, tivemos a oportunidade de começar o debate sobre uma das emendas que deverá ser direcionada para o sistema de saúde.

Sr. Presidente, o que está me preocupando? Nesta Casa tivemos oportunidade de começar — falta apenas um destaque — a discussão e a votação da regulamentação da Emenda nº 29, o Substitutivo do Deputado Pepe Vargas. Como afirmei, está faltando somente a votação de um destaque, e a partir daí esse Substitutivo será encaminhado ao Senado Federal.

Precisamos resolver esse problema. Vamos votar esse destaque. Mas o que não pode acontecer é, depois de 4 ou 5 meses, termos votado a emenda e ficarmos aqui com um substitutivo que deixa de ser concluído por falta de votação de um destaque.

A regulamentação da Emenda nº 29 não só diz respeito ao problema do Orçamento da União. Ela também cria regras para os índices financeiros e orçamentários a serem aplicados no âmbito dos Estados e Municípios.

Todos ou quase todos os dias, Deputado Inocêncio Oliveira — como médico, V.Exa. sabe muito bem, principalmente por ter exercido a profissão no interior —, os



Estados colocam nas suas prestações de contas despesas com esgotamento sanitário e habitação, quando, na realidade, essas ações, que fazem parte dos cuidados com a saúde, não estão dentro dos índices financeiros e orçamentários a serem aplicados no sistema de saúde pública.

Então, precisamos votar, devemos votar. Aliás, Deputado Inocêncio Oliveira, como membro da Mesa Diretora, vamos, juntos, tentar sensibilizar o Presidente da Casa para que coloque em votação o único destaque que ainda falta ser discutido e votado. E, assim, quem concorda com o destaque vota a favor, quem não concorda, vota contra.

Não pode nem deve continuar a existir grandes filas de pacientes para fazer hemodiálise, à espera de órgãos para transplante ou para fazer uma cirurgia eletiva. Eu, por exemplo, tenho um paciente com problema de litíase biliar — cálculo na vesícula — na Paraíba. Faz muito tempo que ele entra na fila, é examinado e reexaminado, mas não consegue fazer uma intervenção cirúrgica.

Eu incito V.Exa., Sr. Presidente, membro da Mesa, a sensibilizarmos o Presidente Arlindo Chinaglia, também médico, a colocar em votação, ainda este mês, esse projeto, para concluirmos a votação da regulamentação da emenda da Saúde.

Era esta a minha participação.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Vicentinho, anteriormente chamado, hoje acompanhado da ilustre Prefeita de Itapevi, Maria Ruth Banholzer, que saúdo com o maior entusiasmo e parabênz pela brilhante reeleição.

Dra. Ruth Banholzer, esteja certa de que tem a seu lado um grande Parlamentar para ajudá-la na grande obra que pretende realizar em seu município, a fim de que todas as esperanças sejam atendidas e os sonhos, realizados.

Um abraço fraterno. A Presidência a recebe de braços abertos.

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, obrigado pela acolhida à Dra. Ruth Banholzer, que, ao lado de sua filha, Ana Banholzer, representa o Município de Itapevi com muita dignidade e honestidade, tendo sido reeleita, o que a faz merecer o nosso apoio.

A propósito, a eleição das mulheres neste País e no mundo tem revelado uma nova sensibilidade, uma nova face social.

Dra. Ruth Banholzer, minha irmã, seja bem-vinda a esta Casa e conte conosco!

Por falar em novidade, em novas mensagens, Sr. Presidente, quero neste momento me referir à eleição que, às 2h05min desta madrugada, consagrou Barack Obama como Presidente dos Estados Unidos.

Barack Obama é um homem com história simples e pobre que conquistou o seu espaço pela sua competência e pela sua solidariedade; é um homem que sempre lutou em defesa da dignidade humana; é um homem que enfrentou todos os tipos de desafios, sobretudo o preconceito, por se tratar de um negro. Aliás, na



campanha para a Presidência dos Estados Unidos, foi chamado de terrorista, de preconceituoso, e muitas vezes foi até ridicularizado perante a mídia conservadora.

A eleição de Barack Obama significa uma esperança para a humanidade. Digo isso porque os Estados Unidos não são um país qualquer. As ações lá praticadas têm reflexos no mundo, por se tratar do imperialismo norte-americano, com tantos pecados cometidos na face da Terra.

Que a entrada de Barack Obama mude essa rota contra as intenções do “Senhor da Guerra”, Bush; contra as atitudes preconceituosas e arrogantes do poder econômico que agora está em verdadeira quebradeira.

Que não só o povo pobre e as comunidades carentes, mas toda a população norte-americana obtenha o devido respeito.

As primeiras palavras de Barack Obama, depois de eleito, foram de reconciliação, em busca de uma conquista perante o seu povo: a luta pela igualdade de oportunidades para todos e pelo respeito a todas as nações.

Não queremos mais ouvir falar de intervenção. Para mim, o primeiro gesto do Sr. Barack Obama deveria ser o de acabar com a maldição que se abate sobre Cuba desde 1959, apenas por uma posição ideológica e perseguidora. Que ele acabe de uma vez por com todas as sanções contra a nação cubana, que todos nós queremos muito bem, e que aos poucos retire o poder armamentista contra a vida em vários outros países.

A nós Parlamentares, que aqui torcemos por mudanças no mundo, cabe desejar ao Sr. Barack Obama muito boa sorte em sua gestão.

Na qualidade de Parlamentar, S.Exa. foi excelente Senador; na qualidade de líder comunitário, sobretudo em Boston, foi grande defensor da população mais



carente. Tenho certeza de que o Sr. Obama levará para a Casa Branca essa sensibilidade social e, com muita sabedoria, haverá de respeitar, em condições de igualdade, todas as nações.

O Presidente Lula, ao se manifestar a respeito, disse esperar do novo Presidente dos Estados Unidos as melhores relações diplomáticas, de solidariedade entre os povos, e não de exploração.

Portanto, Sr. Presidente, uso meu tempo no Pequeno Expediente para manifestar a minha satisfação com a vitória de Barack Obama.

Dialoguei hoje com amigos meus, sobretudo com William Lucy, o grande líder do movimento negro norte-americano, que falou da alegria do povo negro, do povo carente, do povo latino-americano, dos mexicanos aos brasileiros, e da grande expectativa em receber tratamento mais digno, como o que deve ser dispensado a todo cidadão americano e a qualquer cidadão da face da Terra.

Boa sorte, Sr. Barack Obama! Que o mundo melhore a partir de então!

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. EDIGAR MÃO BRANCA (PV-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Hoje, Dia da Cultura, preparei-me, a rigor, para falar sobre o tema — e a cultura é algo que está presente até no uso da gravata —, mas as referências ao assunto foram amplas e a população já tem consciência da importância do apoio à cultura, veículo principal quando se trata de inclusão social.

Infelizmente, um ocorrido em minha região me fez mudar o discurso.

Na cidade de Itapetinga, no sudoeste da Bahia, uma intoxicação atingiu cerca de mil trabalhadores da fábrica de calçados Azaléia. As causas dessa intoxicação ainda não foram identificadas pelos médicos, e familiares dos trabalhadores também apresentaram os mesmos sintomas: vômito, diarreia, dor abdominal e, em alguns casos, febre.

O grande problema que a cidade ora enfrenta deve-se ao fato de que ali há apenas o Hospital Cristo Redentor, que, com 124 leitos, não tem condições de atender a tantos pacientes. Além de leitos, faltam medicamentos para hidratar e produtos como seringas. Apesar de os primeiros pacientes terem apresentado os sintomas no sábado, até o momento, como já dito, não foi identificado o agente causador dessa infecção, que pode ser, segundo os médicos, de origem bacteriana ou viral.

Somente no sábado, cerca de 300 pacientes foram atendidos no hospital local. Os laudos laboratoriais ainda não identificaram o agente causador da doença, que vem prejudicando exclusivamente os trabalhadores da fábrica Azaléia e seus familiares.



A situação é tão grave, que a Prefeitura pediu ajuda a Municípios vizinhos, e estes têm dado apoio e enviado médicos e equipamentos.

A Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (SESAB) entrou em contato com a 14ª Diretoria Regional de Saúde (DIRES) e solicitou o envio de profissionais da área da saúde e medicamentos a fim de atender a essa emergência.

Felizmente, ao contrário do que chegou a ser veiculado pela imprensa, os organismos de saúde e a Prefeitura têm conseguido prestar o atendimento necessário à população, apesar da gravidade do caso, que beira uma epidemia. Entretanto, já se sabe que o foco da doença está concentrado na fábrica Azaléia.

Comunicamos hoje o fato ao Ministro Carlos Lupi, assim como ao Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, Deputado Pedro Fernandes, e a outras autoridades.

As suspeitas recaem sobre a água e os alimentos servidos no refeitório da empresa, mas até agora nada de anormal teria sido identificado com a água da empresa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento, temos de pedir apoio ao Governo do Estado e até mesmo ao Governo Federal, antes que a situação saia do controle, e a população entre em pânico.

O Hospital Cristo Redentor, mesmo com toda boa vontade de seus profissionais, não tem condições de atender a esse volume de pacientes.

Por isso fazemos um apelo ao Governador Jaques Wagner e ao Secretário Jorge Solla no sentido de que prestem toda assistência à população de Itapetinga, que passa por um momento preocupante neste momento, e alertarmos o Ministério da Saúde para a necessidade de que venha a ajudar em qualquer eventualidade.



Pretendo enviar um documento à Presidência desta Casa informando que não se trata de 1, 10 ou 100 pessoas. São mil os trabalhadores da fábrica atingidos por esse surto, o que gera medo em todos. Neste momento, muitos aviões da Força Aérea Brasileira estão parados, e esta Casa pode, sim, tomar providências no sentido de que eles sejam utilizados para enviar medicamentos e equipe médica até aquela comunidade

Por isso, repito, faço um apelo ao Governador do Estado, Jaques Wagner, e ao Secretário de Saúde, Jorge Solla,, para que a solução não chegue, como no caso citado pelo Presidente Lula, depois de os gafanhotos terem devorado a lavoura. Nesse caso, trata-se de seres humanos, e as providências precisam ser adotadas com urgência.

Agradeço ao Sr. Presidente e aos demais companheiros que abraçarem conosco essa causa do Município de Itapetinga.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



O SR. CARLOS SANTANA (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde 2006 travamos uma luta em defesa dos vencimentos e do Plano de Cargos e Salários dos Trabalhadores Civis das Forças Armadas Brasileiras.

É com muita tristeza que 8 mil pessoas, entre aposentadas e ativas, recebem um dos piores salários do funcionalismo público federal. Por isso, junto com a direção do sindicato e federações de trabalhadores, travamos uma enorme batalha — e deveríamos ter fechado um acordo que beneficiasse esses trabalhadores. Infelizmente, isso ainda não foi possível.

Hoje, na sessão solene em comemoração aos 20 anos da promulgação da Constituição Federal, aproveitei a presença do Sr. Ministro da Defesa para perguntar o que o Ministério está fazendo pelos servidores. Disse-me S.Exa. que encaminhou ao Ministério do Planejamento uma proposta e espera que, até janeiro, seja a questão resolvida.

Se pegarmos a tabela salarial, vamos verificar que algumas funções precisam ser objeto de gratificação, porque, senão, o salário ficará menor que o salário mínimo. Menor que o salário mínimo! É uma vergonha para os funcionários civis das 3 Forças Armadas o que vem acontecendo internamente. Esperamos que isso seja resolvido o mais rápido possível por meio da adoção das medidas cabíveis, acabando com o *apartheid* funcional e promovendo a inclusão desses aproximadamente 8 mil servidores civis das Forças Armadas na Carreira de Tecnologia Militar.

Os servidores em questão compõem mão-de-obra especializada, voltada exclusivamente para a área militar, de pouco uso no mercado comum de trabalho.



Entretanto, a remuneração desses profissionais está situada nos últimos lugares em todo o serviço público federal — e já há alguns anos. Tal remuneração se contrapõe de maneira contundente a esse contingente de servidores, quer pelo seu grau de qualificação (especificidade), quer pela importância do que fazem (cuidam da segurança nacional). Imaginem V.Exas. que, com o atual desenho da Carreira de Tecnologia Militar — CTM, um técnico de raio X incluído na CTM recebe salário maior do que o de um médico não incluído na CTM.

Tal inclusão visa também impedir o êxodo profissional dessa mão-de-obra de difícil reposição.

Ressalte-se ainda que o assunto vem sendo discutido há vários anos no Poder Executivo e conta com a aquiescência de diversas autoridades, entre as quais o Presidente Lula, alguns Ministros, como o da Defesa, e o próprio Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, que, por diversas vezes, se pronunciaram favoravelmente à causa, desde novembro de 2006.

Como é do conhecimento de todos, o Poder Executivo vem criando e/ou reestruturando carreiras, reorganizando seus quadros funcionais.

E essa solicitação, Sras. e Srs. Deputados, não é diferente de outras: trata não só de promover justiça a esse grupo de servidores, mas também de oferecer melhores condições de gerenciamento aos Comandos Militares, que, por falta dessas medidas, vivem hoje verdadeiro caos administrativo.

Não mais cabe postergação, uma vez que esse grupo de servidores vem sobrevivendo há muito tempo com dificuldades financeiras e certo desconforto administrativo, pois há casos de servidores que, exercendo a mesma função, têm diferença salarial de até 109%. E, se incorporada a gratificação de titulação (RT), a



diferença salarial entre servidores com a mesma formação acadêmica pode atingir 300%.

Senhoras e Senhores, por tudo que ora foi exposto, e invocando a Constituição Federal, no seu Capítulo I do Título II, arts. 5º e 7º, item XXXII (proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual, ou entre os profissionais respectivos), é que solicitamos uma análise criteriosa dessa causa, aplicando-se, por fim, justiça, e não um mero obséquio político.

Comemoramos hoje os 20 anos da promulgação da Constituição brasileira, e, sobretudo nessa data, precisamos ressaltar a necessidade de se reparar a situação desses trabalhadores. Temos de lutar pela correção da distorção da Carreira de Tecnologia Militar — e não medirei esforços, perante todos os segmentos do Governo, no sentido de atender a todos os servidores lotados nos comandos militares.

Também hoje, Sr. Presidente, estão nos corredores da Casa dezenas de trabalhadores anistiados do Governo Collor, cujo processo ainda está engatinhando. Já conseguimos com que várias categorias retornassem ao trabalho depois de mais de 17 anos de luta.

E, logo mais, às 15h30min, haverá uma reunião no Planejamento com os companheiros da área de telefonia do Rio de Janeiro. É muito importante que a volta desses companheiros, que têm direito a tanto — são anistiados por lei e deveriam estar nos seus postos de trabalho —, seja concretizada o mais rápido possível.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho também à tribuna falar sobre a operadora portuária Libra Terminais, empresa arrendatária de instalações portuárias de uso público, que está arbitrariamente descumprindo a Lei nº 8.630, de 1993, que



dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias, ao não requisitar trabalhadores portuários avulsos e, agora, também deixando de tirar os estivadores. Como consequência, cerca de 5 mil trabalhadores do Porto do Rio de Janeiro ficaram desempregados.

Chamo a atenção de V.Exas. para o fato de que a Lei nº 8.630, traz dispositivos que elegem a composição negocial entre as partes, capital e trabalho através de celebração de contrato, convenção ou acordo coletivo de trabalho, como o caminho a ser perseguido pelos trabalhadores portuários avulsos e pelos operadores portuários.

Preconizamos uma política de governo voltada à formação e desenvolvimento profissional para os trabalhadores portuários avulsos, no padrão de excelência que o momento de modernização portuária requer diante das transformações do mundo do trabalho portuário.

Por tudo isso, Sr. Presidente, esta semana houve grande mobilização dos companheiros avulsos da beira do cais, para sensibilizar as empresas que insistem em não contratar os trabalhadores oriundos da beira do cais, ligados ao sindicato dos avulsos, para seus serviços. Esperamos que as empresas se conscientizem da importância da manutenção do emprego desses companheiros. E estamos nessa trincheira de luta.

Termino, Sr. Presidente, fazendo uma homenagem à eleição de Barack Obama para a Presidência dos Estados Unidos, o que para mim é um dos mais importantes fatos deste ano e será um dos mais importantes do século. Afrodescendente que sou, tenho o maior orgulho disso, e o mundo todo está festejando hoje a vitória de Obama.



A propósito, lembro que para os afrodescendentes é uma tristeza verificar que apenas 20% desta Casa são afrodescendentes. Afinal, depois da Nigéria, o maior contingente de negros do mundo está no Brasil.

Nas eleições do Rio de Janeiro, Estado que só perde para a Bahia em número de negros, não conseguimos eleger uma mulher negra para a Câmara Municipal. Isso é um retrocesso histórico.

Contudo, a política de reparação que o Presidente Lula vem implementando a partir da SEPPIR, hoje comandada pelo Deputado e, agora, Ministro Edson Santos, merece os nossos elogios. De igual modo, quero elogiar a Fundação Palmares, cujo Presidente é o companheiro Zulu, que vem implementando políticas internamente.

Para concluir, agradeço ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que neste momento está discutindo naquela Comissão uma reparação para quilombolas, proposta que é fruto de uma emenda de bancada.

Viva Barack Obama! Vivam os negros deste País!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.



A SRA. RITA CAMATA (Bloco/PMDB-ES. Pronuncia o seguinte discurso.) -
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a edição do jornal *Valor Econômico* do dia 4 de novembro traz um belíssimo texto de Marcelo Néri.

Sob o título *És Mãe Gentil*, o chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas retrata o longo caminho para o efetivo combate às desigualdades e como o Programa Bolsa-Família tem sido fundamental para tanto.

O autor esteve na Índia para expor os benefícios do programa para uma agenda de crescimento inclusivo e pôde conhecer experiência que oferece acesso à Internet às crianças pobres. Surpreendeu-se ele ao ver que, ao lado de computadores, esgoto corria a céu aberto. *“Ficou evidente o quanto olhamos para o alto em direção aos computadores do século XXI e o quão pouco olhamos para as coisas mais básicas, como saneamento básico”* — disse ele.

De maneira poética, e usando estrofes de nosso Hino Nacional, Marcelo Néri faz uma justa homenagem às mulheres em geral, as quais, *“em mais de 90% dos casos, são receptoras e difusoras dos recursos (do Bolsa-Família) dentro das famílias”*, e a duas em especial: Ruth Cardoso e Rosani Cunha, tidas pelo autor como as verdadeiras mães do Bolsa-Família e de *“plataformas similares de amor maternal”*. Segundo ele, é exatamente esse altruísmo feminino, *“aprendido com as dores do parto”*, o grande indutor do combate à pobreza e à desigualdade.

Se por um lado, Sr. Presidente, temos muito a comemorar, pois desde 2001 acumulamos queda no índice de desigualdades; por outro, devemos lembrar que elas ainda são demasiadamente altas, principalmente quanto se trata da desigualdade de gênero. Precisamos, então, unir forças — homens e mulheres — para superá-las. Precisamos pensar numa possibilidade para além do Bolsa-Família,



para que esse programa, hoje fundamental, seja uma ponte, e não o único caminho nessa luta.

Peço, Sr. Presidente, a transcrição do referido artigo nos Anais desta Casa, porque, mais do que uma homenagem a duas mulheres incansáveis na defesa dos menos favorecidos, é uma reflexão sobre o quanto ainda temos de caminhar nesse processo. E destaco a frase final do texto: *“Hoje Rosani e Ruth estão rodeadas das estrelas retratadas em nossa bandeira, contemplando desde cima sua obra: a menor distância já vista entre os filhos deste solo”*.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro que, no último dia 30 de outubro, ocorreu a cerimônia de premiação do Prêmio Sócio-Educando, agora em sua terceira edição, que incentiva práticas promissoras e positivas no atendimento socioeducativo do adolescente em conflito com a lei.

Tive o prazer e a honra de participar desta edição na condição de membro da Comissão Julgadora. Quinze projetos finalistas concorreram à fase final, e 3 deles em cada uma das 5 categorias: Acesso à Justiça, Execução de Medidas em Meio Aberto, Execução de Medidas em Meio Fechado, Municipalização do Atendimento Socioeducativo e Produção de Conhecimento.

E essa premiação ganha especial importância neste momento em que a Câmara dos Deputados analisa o projeto de lei do Executivo que regulamenta a execução das medidas socioeducativas (PL nº 1.627, de 2007), o qual tenho a responsabilidade de relatar, e também devido à necessidade de implantação efetiva do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo — SINASE, que traz a base para o desenvolvimento de políticas públicas mais consistentes nessa área.



O número recorde de projetos inscritos nesta edição do Prêmio (235) e a grande diversidade regional (10 Estados representados) são para nós indício da maior atenção dada ao tema, demonstrando pioneirismo e preocupação com a garantia dos direitos dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, conforme estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente. Significam ainda que o Brasil não quer ser *“um país de cadeias, nem de um sistema de internação que joga o jovem na escola do crime”*, como afirmou o Secretário de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi na cerimônia de premiação.

Organizado pelo Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (ILANUD); Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH); Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Prêmio Sócio-Educando 2008 agraciou como vencedores:

1) a Defensoria Pública do Distrito Federal (categoria Acesso à Justiça), por programa de atendimento específico aos adolescentes em conflito com a lei, com ações que efetivam na prática o direito à defesa;

2) o Serviço de Execução de Prestação de Serviços à Comunidade da Prefeitura de Belo Horizonte (categoria Execução de Medidas em Meio Aberto), projeto que apresenta uma rede sólida de parcerias, que viabilizam ao adolescente cumprir a medida de acordo com seu perfil, aumentando a efetividade da prestação do serviço comunitário e da ressocialização do adolescente;

3) o Conceito Arquitetônico de Medida de Internação do Paraná (categoria Execução de Medidas em Meio Fechado), considerado inovador, porque aplica as



diretrizes do ECA e do SINASE na estrutura física das unidades de internação do paranaenses);

4) o Projeto Construindo o Futuro, da Prefeitura de Boa Vista, Roraima (categoria Municipalização do Atendimento), que apresenta ações adequadas às especificidades regionais e longevidade e sustentabilidade orçamentária exemplares, e

5) a pesquisa *Interfaces psi-jurídicas: a psiquiatria do adolescente em conflito com a lei*, da Profa. Dra. Maria Cristina Gonçalves Vicentin, da PUC de São Paulo (categoria Produção de Conhecimento), trabalho que apresenta tema atual e relevante, além de contribuir para o aprimoramento das políticas públicas na área de saúde mental de adolescentes em conflito com a lei.

Diante de tantos trabalhos relevantes, exemplos para replicação nacional, a Comissão Julgadora definiu ainda conceder menções honrosas para o Projeto Atitude Legal, do Rio de Janeiro, na categoria *Acesso à Justiça*; para as Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, de Fortaleza, Ceará, e para o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente em Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, na categoria *Execução de Medidas em Meio Aberto*; para a pesquisa *A casa de bonecas: um estudo de caso sobre a unidade de atendimento socioeducativo feminino do RS*, de Rochele Fachinetto, e para o jornal *Mente Livre — Consciência e Atitude*, de Curitiba, Paraná, na categoria *Produção de Conhecimento*.

Dessa forma, Sr. Presidente, deixo registrados meus efusivos cumprimentos aos vencedores, esperando que mais e mais iniciativas promissoras como essas façam parte do dia-a-dia da implantação do Sistema de Atendimento Socioeducativo no nosso País.

ARTIGO A QUE SE REFERE A ORADORA



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 265.2.53.O
Data: 05/11/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4171/4176

(INSERIR DOCUMENTO DETAQ DE PÁGINAS 70 A 70-A)



O SR. RICARDO BARROS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Ricardo Barros.

O SR. RICARDO BARROS (PP-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de informar à Casa que acabo de protocolar pedido de instalação de uma CPI sobre as pesquisas eleitorais e sobre a independência dos institutos de pesquisa.

A CPI tem como objetivo analisar a influência das pesquisas eleitorais no resultado das eleições e sobre a independência dos institutos de pesquisa.

Peço a V.Exa. que providencie a divulgação desse pedido de instituição dessa CPI, que, tenho certeza, muito vai contribuir para que tenhamos mais tranqüilidade nos pleitos eleitorais no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - V.Exa. será atendido.



O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Afonso Hamm.

O SR. AFONSO HAMM (PP-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Inocência Oliveira, colegas Deputados e Deputadas, utilizo esta tribuna neste momento para ressaltar a importância do Orçamento da União, no qual estamos trabalhando para que possamos potencializá-lo no sentido de uma melhor aplicação dos recursos.

Vivemos uma crise financeira internacional, um momento de muitas dúvidas no País e no mundo.

Quero debater a importância da agricultura para o nosso País. Temos certeza de que esse setor é estratégico e de absoluta importância para País e para o mundo. Ao mesmo tempo, esta crise é uma bela oportunidade para a agricultura e a pecuária brasileiras.

Com muito orgulho, falo como Vice-Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados. Neste 1 ano e meio de atuação, temos buscado potencializar as ações nas áreas necessárias para fomentar a agricultura. Temos um carinho pelos pequenos agricultores e a eles nos dedicamos de forma especial, assim como à agricultura familiar, sem, no entanto, nos esquecermos da agricultura empresarial.

Ressalto a presença, na Casa, do Prefeito Luiz Cantoni, de Rondinha, do Rio Grande do Sul, e dos Vereadores Nerei Pergher e Renato Luiz Zanatta. Por meio de S.Exas. sabemos das angústias de quem administra e atua no plano político para desenvolver os municípios, cuja base da economia é a agricultura, como é o caso de muitos municípios do meu Estado.



Na Comissão de Agricultura, tomei a iniciativa de apoiar, como condição importante e preponderante, a extensão rural. Apoiamos as EMATERs e a transferência tecnológica. Para isso, precisamos reservar recursos orçamentários à assessoria para atendermos ao pequeno agricultor e a sua família.

Há muitos anos, a extensão rural recebe poucos recursos. Precisamos ampliá-los e garantir recursos para as EMATERs, a exemplo da EMATER do meu Estado, da qual fui diretor administrativo e financeiro por 3 anos e meio.

Outra área estratégica e fundamental é a pesquisa. É importante a valorização da EMBRAPA. Hoje, alcançamos ganhos quantitativos, produtivos, no momento em que há uma escassez absoluta de alimentos no mundo. Temos, sim, que dar condição de sustentação. É preciso que a pesquisa, no Brasil, seja contemplada e haja ganhos tecnológicos, com conhecimento, através da extensão rural.

Outro item fundamental é a defesa sanitária, que garante a condição e o acesso aos mercados. Por isso, precisamos oferecer garantia sanitária animal e vegetal, disponibilizar mais recursos para os Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário e outras áreas competentes a fim de que haja uma política estratégica, estruturante, que sustente a base da nossa produção e — ponto preponderante — garanta políticas de preços mínimos para quem produz.

Neste momento, apelo para que o Congresso, não apenas os Parlamentares que pertencem à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, trabalhe neste eixo e valorize a diversificação produtiva, a fruticultura, a atividade leiteira, programas de grande alcance social.



Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que autorize a divulgação nos órgãos de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil* deste discurso feito neste curto espaço de tempo e do pronunciamento no qual, com conhecimento e profundidade, está mais detalhado o apoio à agricultura e aos agricultores brasileiros.

Agradeço e peço, com veemência, que o Governo nos dê suporte. Entendemos que esses são pontos fundamentais que vão garantir a sustentação de alimentos no âmbito mundial. Cabe ao Brasil, neste momento em que vivemos, defender o agricultor.

Também hoje, na nossa Comissão, fiz, junto com nossos colegas Parlamentares, um apelo ao Governo, por meio dos Ministérios da Agricultura e da Fazenda, para que possamos prorrogar até abril as renegociações das dívidas dos nossos agricultores. É impossível, num curto espaço de tempo — uma semana ou 10 dias —, que o agricultor, que precisa ser informado pelos agentes financeiros, tome as providências e faça a sua renegociação.

Damos uma saudação aos agricultores brasileiros.

Era este o nosso comunicado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para ressaltar a importância de discutirmos o Orçamento Geral da União para 2009 no setor agropecuário, que tem previsão orçamentária de R\$7.046.268.663,00 (sete bilhões, quarenta e seis milhões, duzentos e sessenta e oito mil e seiscentos e sessenta e três reais).



No momento em que o mundo atravessa uma forte turbulência na economia, com sinais de restrição devido à crise financeira que já está comprometendo diversos setores estratégicos para o desenvolvimento, a agricultura assume importante papel. E nós, Parlamentares, temos que lutar para que o setor agropecuário dê sustentação para que haja mais alimentos e também por se tratar de questão de segurança alimentar.

Temos que ter iniciativas, buscar estratégias e pontos de referência para tranquilizar os produtores de grãos, carnes e alimentos em geral e os consumidores. Temos ainda mais essa responsabilidade diante da crise financeira, em que os negócios e o câmbio não têm uma definição clara. O agricultor precisa de uma segurança para investir.

Dada a importância do assunto, sugeri a realização, na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, de 2 reuniões, uma com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e outra com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, para definir as áreas estruturantes, visando dar segurança a quem produz. Precisamos ter excedentes para exportar e garantir o abastecimento interno.

Com a crise financeira global, temos que apoiar efetivamente o agronegócio, um setor com alto potencial produtivo e estratégico que precisa de melhor atenção. Para que os nossos anseios se concretizem, precisamos de uma política agrícola com preços mínimos.

No Orçamento Geral da União de 2008, à Comissão de Agricultura foram apresentadas 4 emendas focadas na defesa sanitária, no fomento a projetos de diversificação econômica e agregação de valor na agricultura familiar, na aquisição



de patrulha mecanizada e na pesquisa e desenvolvimento em biologia avançada e suas aplicações no agronegócio nacional.

No OGU de 2009 precisamos investir na extensão rural, para transferência de tecnologia e contratação de mais técnicos para atender os produtores. Também é fundamental fortalecer a pesquisa, garantindo a continuidade e ampliação da qualidade da pesquisa para seguirmos sendo competitivos.

A diversificação é outro setor que precisa de suporte, principalmente no que se refere à fruticultura, que gera mais de 5 milhões de empregos, com a proposta de incrementar mais 3 milhões de empregos até 2010. É uma área de desenvolvimento que, no Brasil, tem mais de 30 principais pólos com clima tropical, quente e temperado, gerando condições para abastecer o mundo. Somos o terceiro maior produtor de frutas do mundo e a nossa participação no comércio mundial não chega a 2%.

Ainda considero fundamental dar sustentação à atividade leiteira. Defendemos melhor equilíbrio entre Governo, mercado e produtores de leite para garantir renda a esse produtor. A situação do setor é considerada grave por causa do aumento dos custos e da queda dos preços.

O Governo já anunciou a liberação de 200 milhões de reais para socorrer os produtores de leite gaúchos e mineiros. Os recursos que a Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério de Desenvolvimento Agrário prometeu liberar devem ser destinados ao programa de aquisição do Governo Federal, à realização de leilões e ao escoamento do leite excedente. Mesmo com esta sinalização, estamos pleiteando a liberação de 500 milhões de reais.



A atividade leiteira está expandindo e existe a expectativa e a necessidade de produzirmos os excedentes, fazendo leite em pó desidratado, que é comercializado e exportado. Atualmente, 80 mil famílias têm como principal atividade o setor leiteiro.

Devemos concentrar recursos e estar sintonizados também com programas na área de defesa sanitária.

Nobres colegas, também quero informar que aprovamos hoje, em reunião da Comissão de Agricultura, requerimento de pedido de audiência com o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Deputado Paulo Bernardo de Souza, para discutir o funcionamento do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV), instituído pelo Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e alterado pelo Decreto nº 6.329, de 27 de dezembro de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse.

Hoje, a obrigatoriedade de utilização do sistema para a celebração de convênios e contratos de repasse com recursos da União, que entrou em vigor no dia 1º de setembro, tem gerado insatisfação por parte dos municípios brasileiros na aplicabilidade do novo sistema em curto tempo, tendo em vista a proximidade do encerramento do exercício financeiro de 2008.

O decreto determina que os convênios e contratos de repasse celebrados entre 30 de maio e 1º de setembro de 2008 deverão ser registrados no SICONV até 31 de dezembro deste ano.

Sr. Presidente, aproveito esta oportunidade para destacar a presença, neste plenário, do Prefeito reeleito do Município de Rondinha, Aldomir Luiz Cantoni, dos



Vereadores Nerei Pergher e Renato Luiz Zanatta e do assessor Eugênio Poletti, que integram o meu Partido Progressista.

Para finalizar, saliento que o Brasil precisa de políticas com início, meio e fim. Não basta só dar créditos, é preciso estimular a pesquisa, a extensão rural, os programas integrados e os mecanismos de comercialização tanto para mercado interno como para exportação.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que autorize à divulgação deste pronunciamento nos órgãos de comunicação da casa e no programa *A Voz do Brasil*.



O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais senhoras e senhores aqui presentes, os que estão acessando a Internet e aqueles que sintonizam a *Rádio* e a *TV Câmara* em todo o Brasil, especialmente a população do Estado de Minas Gerais, que tenho o orgulho de aqui representar.

Circula no Congresso Nacional projeto determinando o início de processo, por ação penal pública, para o julgamento de crimes de sedução, corrupção de menores e rapto, nos casos em que a vítima for menor de 18 anos de idade e o crime tenha sido cometido sob grave ameaça ou violência.

A proposição altera lei em vigor desde 1940, a qual determina que o processo judicial para crimes contra a liberdade sexual, de sedução, corrupção de menores e rapto seja iniciado por ação penal privada, de iniciativa da própria vítima ou de seu representante legal. Como exceção, a lei prevê ação pública quando a vítima ou seus pais não puderem pagar as despesas do processo, ou quando o crime for praticado com abuso da qualidade de pai, padrasto, tutor ou curador, e quando resultar em lesão corporal grave ou morte.

Tais condições, contudo, têm sido insuficientes para eliminar o abuso sexual contra crianças e adolescentes, tendo em vista o pacto de silêncio instituído pelo temor da vítima em relação a seu agressor. O projeto que ora circula no Senado inclui entre as situações excepcionais que justificariam a ação pública incondicional os casos em que a vítima é menor de idade e o crime tenha sido cometido mediante violência ou ameaça.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais senhoras e senhores, a mudança no Código Penal proposta contribuirá para reduzir os casos de impunidade



verificados em situações de abuso sexual de menores. A falta de entendimento do menor sobre o ato sofrido, o medo ou a vergonha fazem com que, em muitas situações, não dê início à ação penal, justificando assim a possibilidade de ação pública. Com a medida, o Promotor de Justiça passa a ter obrigação de agir, assim que tomar conhecimento do crime praticado contra o menor.

Muito obrigado!



O SR. RIBAMAR ALVES (Bloco/PSB-MA. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no decorrer das eleições municipais, fui duas vezes a Macapá prestigiar a campanha do Deputado Estadual Camilo Capiberibe, candidato do PSB à Prefeitura de Macapá; uma vez no primeiro turno e outra no segundo turno.

Camilo venceu o primeiro turno com uma diferença de 11 mil votos e foi para o segundo turno, quando perdeu por cerca de 6 mil votos ou, melhor, pela falta de 3 mil votos.

Ao ver o resultado na noite de 26 de outubro, quis saber as razões da virada. Ao ler os jornais no dia seguinte, encontrei as pegadas de José Sarney justificando a ocorrência.

O responsável pelo milagre foi o Senador José Sarney, que, diga-se de passagem, no primeiro turno se negou a apoiar publicamente a candidata de seu partido, a nossa colega Deputada Fátima Pelaes, cuja campanha foi boicotada por S.Exa.

No segundo turno, Sarney, o chefe político das forças do atraso no Maranhão e no Amapá, deixou o bem bom de São Luís e desembarcou com armas e bagagens em Macapá, pronto para impedir a vitória do filho de João Capiberibe, seu maior desafeto no feudo amapaense que criou a partir de 1990, como forma de preservar um naco de poder em face da iminência de uma futura perda de poder no Maranhão, o que acabou ocorrendo, com a derrota de sua filha em 2006.

No Amapá, Sarney usa a coação para liderar um grupo de políticos, juízes e empresários, que imploram sua proteção para escapar de julgamentos e penas da



Justiça e do Fisco. Foi com esse método que durante 40 anos Sarney subjugou o Maranhão, livre, felizmente, de seu jugo desde 2006.

Com dinheiro numa mão e chicote na outra, o lobo Sarney, que posa travestido em pele de cordeiro para o resto do País, reuniu a tropa e ordenou que fossem utilizados todos e quaisquer meios para derrotar Camilo.

A imprensa chapa branca, irrigada com dinheiro público e orquestrada por Sarney, iniciou uma campanha insidiosa contra Camilo e seus familiares. Programas sociais foram usados como moeda de troca, salas de aula foram transformadas em comitês eleitorais, dinheiro foi distribuído a rodo na compra de votos de pessoas carentes e milícias foram formadas por marginais para intimidar eleitores e militantes de Camilo. Fez-se de tudo, criminosamente, para ganhar a eleição em Macapá ancorada na fraude.

Assim Sarney conseguiu comprar mais uma eleição, repetindo o episódio de 2006, cujo processo por compra de votos contra S.Exa. e o Governador Waldez dorme em alguma gaveta do TSE injustamente.

Apesar de toda a sujeira e a lama utilizada, ganharam de Camilo por parcos 3 pontos percentuais de diferença.

Não fosse o derrame de dinheiro público nos últimos 15 dias de campanha, o candidato de Sarney não seria vitorioso. Roberto Góes ganhou pelo dinheiro, pelos favores, pelo medo ou pela utilização de atos criminosos.

Existem constatações marcantes da utilização de atos criminosos, como, por exemplo, a interferência maléfica no debate da *TV Amapá*, a única emissora de TV livre do jugo de Sarney e sua tropa.



Como não tinha como cancelar o evento, o Governador Waldez, obedecendo ordens de Sarney, determinou que a banda de propagação das ondas da *Rádio Difusora*, de propriedade do Governo do Estado, fosse elevada até interferir no áudio da afiliada da Rede Globo nos momentos das falas de Camilo. Além disso, por duas vezes cortaram o fornecimento de energia elétrica da região onde está localizada a emissora.

Existem outros registros de ações criminosas que estão sendo divulgados nos *sites e blogs* do Amapá que estão fora do controle da quadrilha comandada por José Sarney. Trazem histórias verídicas da prepotência do grupo no segundo turno em Macapá, como esta publicada pelo *site* do jornalista Corrêa Neto, que passo a narrar-lhes:

“Dez horas da manhã de sábado, 25 de outubro, um motociclista estava parado ao lado do Teatro das Bacabeiras. Na motocicleta, uma bandeira amarela, a cor da campanha do PSB. Uma camionete cor prata, com cabine dupla, encosta e um Deputado Federal fala:

— Quer uma grana para trocar essa bandeira?

— Não, responde o motociclista.

— Então me apresenta um motivo para você votar nesse fdp. Insiste o Deputado:

— Tenho muitos motivos para votar nele e muito mais para não votar no seu candidato, retruca o homem da moto.



Do outro lado da rua, o médico intui o que está ocorrendo, atravessa a via, e sem olhar quem estava no veículo diz para o motociclista:

— Resista. Não venda seu voto.

O motociclista diz que não vai vender e o Deputado se dirige ao médico.

— Qual é, Bira. Tá me estranhando? Eu só estou conversando com o meu amigo.

O motociclista nega ser amigo do Parlamentar e confirma.

— Não sou amigo dele e ele estava querendo comprar minha bandeira, sim.

O irmão do médico, que é jornalista, estava do outro lado da rua e atravessou.

Seguiu-se uma discussão sobre ética na política e corrupção eleitoral. Não demorou muito, o Deputado Davi Alcolumbre seguiu no seu carro prateado, o médico Ubiratan Silva e o jornalista João Silva ficaram conversando com o motociclista, que lhes deu o endereço e o telefone, caso desejem fazer a denúncia.”

Essa é uma história, mas existem muitas outras transformadas em denúncias junto à Justiça Eleitoral, como a denúncia da compra de votos registrada por um casal de idosos junto ao cartório eleitoral do Distrito do Bailique.



A Justiça Eleitoral, apesar do pequeno aparato de fiscalização, esforçou-se ao máximo para conter a fraude. Talvez por isso a vitória das forças que fraudaram a eleição, comandadas por Sarney, tenha sido tão apertada.

Pelo nojo que sinto ao ver triunfar o crime eleitoral em detrimento da lisura do pleito, narro as ocorrências fraudulentas da campanha de Macapá.

Aguardo que a justiça seja feita e a fraude seja condenada, resgatando Camilo como o verdadeiro vitorioso do pleito municipal.



O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna para manifestar minha preocupação com um assunto que pode dificultar a ação das entidades filantrópicas em todo o nosso País. Trata-se da mudança das regras para a questão da isenção das contribuições sociais a que fazem jus essas entidades. O problema, Sr. Presidente, não é novo. Ao contrário. Vem se arrastando por mais de uma década. Com a reforma ministerial, o Ministério do Desenvolvimento Social ficou responsável pela política assistencial — que inclui as entidades filantrópicas — e pelo Conselho Nacional de Assistência Social. Acontece, senhoras e senhores, que a questão da isenção financeira, a análise dos recursos em processos de certificação das entidades beneficentes de assistência social, permaneceu com o Ministério da Previdência Social.

Como essa área abrange entidades da área de saúde, educação e assistência social, o Ministério da Previdência tinha dificuldades em avaliar os processos que pediam o registro de filantrópicas. A Receita Federal vem recorrendo de quase todas as decisões do Conselho Nacional de Assistência Social, buscando cancelar os certificados de filantropia concedidos.

Para resolver o impasse, o Ministro Luiz Marinho, então responsável pela Pasta da Previdência, propôs a criação do PL nº 3.021, de 2008, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social e dá outras providências. Devido à morosidade na tramitação do PL, o atual Ministro da Previdência, José Pimentel, criou um grupo de estudo interministerial envolvendo os Ministérios da Saúde, da Fazenda, do Planejamento, da Previdência, do



Desenvolvimento Social e da Educação para encaminharem uma proposta que daria uma saída mais rápida ao problema. Esse trabalho resultou em subsídios à medida provisória que já deveria ter sido remetida ao Congresso.

Por outro lado, o Supremo Tribunal Federal editou a Súmula Vinculante nº 08, que reduziu o prazo decadencial para a cobrança de débitos decorrentes de contribuições sociais de 10 para 5 anos, o que obriga o julgamento, até o final deste exercício, de inúmeros processos envolvendo filantrópicas, sob pena de ajuizamento de ações de improbidade contra o atual Ministro de Estado da Previdência Social, José Pimentel, e seus antecessores.

Destaco a importância das entidades filantrópicas brasileiras no trabalho de amparo, organização, cultura e lazer e de equilíbrio social no nosso País. As entidades filantrópicas no Brasil respondem por mais da metade da rede de serviços para a população em situação de risco social.

Aqui deixo meu apelo para que, o mais rápido possível, possamos regulamentar a situação dessas entidades, garantindo a assistência social a milhares de brasileiros em todo o País.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para registrar, hoje, o Dia da Cultura e da Ciência. A data foi instituída em 1970, por meio da Lei nº 5.579, não por acaso. No dia 5 de novembro de 1849, nascia um dos maiores pensadores brasileiros: Rui Barbosa. Advogado, jornalista, Rui Barbosa esteve presente em praticamente todos os fatos políticos importantes da sua época. Foi um dos redatores da Constituição brasileira de 1891. Candidatou-se duas vezes à Presidência da República do Brasil. Rui Barbosa defendeu a liberdade e o direito à expressão.



Nosso País, rico em manifestações, é conhecido no mundo como uma nação que não deixa morrer suas tradições, uma nação que celebra e luta para que suas raízes sejam mantidas.

Neste sentido, senhoras e senhores, quero aplaudir os agentes da nossa cultura, de norte a sul, desde os que lutam pela sobrevivência de ritmos como o baião, criado pelo saudoso Luiz Gonzaga, que em 2008 completa 60 anos de existência, até os povos indígenas, que lutam pelo resgate de suas tradições, de sua língua e de seus costumes, os negros, que generosamente nos agraciaram com seus ritmos fortes e pulsantes, com traços culinários já tão enraizados em solo brasileiro e com elementos lingüísticos incorporados ao nosso modo de pensar.

O Brasil é o país da mistura, de complexidade e diversidade artística, é o país que abriga desde artesãos que transformam produtos naturais em arte até músicos que tocam pessoas dos mais diversos recantos com sua sensibilidade.

Aproveito esta data não somente para me congratular com todos os artistas brasileiros, mas também para parabenizar o Ministério da Cultura pela escolha de Sérgio Mamberti para Presidente da FUNARTE. Que essa mudança dê novos ares na discussão pelo fortalecimento de uma política cultural brasileira que contemple a cadeia produtiva e dê sustentação para o crescimento do mercado cultural nacional.

A cultura é a expressão mais genuína de nossa alma. Uma nação sem cultura pode ter recursos materiais, porém, será sempre um castelo de areia, frágil e condenado ao esquecimento na história da humanidade.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JÚLIO DELGADO (Bloco/PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaríamos de registrar, em nosso nome, no de muitos companheiros que falaram aqui hoje e também em nome do Partido Socialista Brasileiro, os nossos cumprimentos ao Presidente americano eleito Barack Obama, independentemente do que isso trará de repercussão para o Brasil. É a primeira vez que os Estados Unidos viram os olhos para o resto do mundo. Antigamente, os seus olhos estavam voltados exclusivamente para o seu umbigo.

Hoje, os Estados Unidos, com a eleição de Barack Obama, pelo que ele representa e simboliza, pelo que fez nestas eleições e por estar emergindo ao cargo mais alto que se pode ocupar no nosso planeta, já que controla mais de um terço da economia mundial, mostra ao mundo que pode modificar-se. É uma verdadeira revolução depois de 40 anos, quando os negros conseguiram votar nos Estados Unidos. Agora têm um Presidente eleito.

Parabéns ao povo americano, que escolheu um homem que certamente revolucionará a história americana com relação à democracia e ao mundo a que o país pertence.

Muito obrigado.



O SR. DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Confúcio disse para se pensar no infinito para ganhar o impossível. É inacreditável, um negro Presidente dos Estados Unidos, quando seu pai não podia ir à escola com um branco. Parabéns ao povo norte-americano e ao Presidente Obama!

Nós, nesta Casa, temos de pensar também no infinito para ganharmos o impossível, mas o possível é suficiente.

A Comissão de Seguridade, na quarta-feira, fará uma audiência pública. Todos os Deputados estão convocados. Lideranças do País inteiro virão para discutir com os Ministros Paulo Bernardo e José Gomes Temporão, com o CONASS e o CONASEMS a recomposição do Orçamento da Saúde, que precisa disso com urgência.

Hoje li que o Governo liberará dinheiro para comprar carteiras de crédito das montadoras, para que elas não quebrem. O SUS é mais importante do que as montadoras.



O SR. FRANCISCO PRACIANO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. FRANCISCO PRACIANO (PT-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de elogiar a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional pela realização do Simpósio da Amazônia nos últimos 2 anos. A Amazônia, dada sua complexidade e particularidades, precisa estar e sempre tem estado na pauta desta Casa e do Congresso.

Ao tempo em que parabenizamos a Comissão, convocamos os demais companheiros de outras regiões para se integrarem a essa discussão. Não queremos que a Comissão discuta tão-somente com os amazônidas, mas principalmente com os Parlamentares e a sociedade civil de outros Estados.

Parabenizamos, portanto, os integrantes da Comissão e pedimos que esta Casa, juntamente com a Comissão, além de discutir a Amazônia, passe também para outra fase. Paralelamente, temos de transformar as audiências, os simpósios, as teses que se desenvolvem em torno da Amazônia em orçamento, em ação, materializando, de fato, iniciativas para que encontremos o modelo de desenvolvimento da Amazônia, a fim de integrá-la à política nacional.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Concedo a palavra à ilustre Deputada Sandra Rosado.

A SRA. SANDRA ROSADO (Bloco/PSB-RN. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há pouco, comemoramos os 20 anos da promulgação de nossa Constituição Cidadã.

Especialmente nós, mulheres, temos muito de que nos orgulhar, muito que comemorar, pois a atuação feminina no processo de elaboração daquela nova Carta foi decisiva para cravar no texto direitos que há muito eram objeto de luta obstinada das mulheres brasileiras.

Houve, naquela ocasião, um esforço das mulheres em geral e, em particular, das 26 Parlamentares que formavam a bancada feminina, no sentido de criar condições objetivas para combater a herança histórica de subordinação, de submissão, de inferioridade.

Vale destacar que a chegada daquelas 26 mulheres a esta Casa deveu-se a uma série de fatores, a um processo de construção coletiva que nos engrandece e nos fortalece.

Embora no Brasil as mulheres tenham estado presentes em movimentações políticas e culturais desde a época colonial, foi a partir dos anos 60, sob o impacto do *Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, que novas e definitivas inquietações se instalaram entre as mulheres brasileiras.

Naquela época, o Brasil se industrializava, urbanizava-se, modernizava-se. Alteravam-se também por aqui estilos de vida, dinâmicas familiares, padrões de fecundidade, formas de consumo e modos de acesso à informação. A mulher brasileira, definitivamente, decidiu pelo protagonismo e, engajada em partidos



políticos e em movimentos artísticos e culturais catalisadores de suas inquietações, encampou a luta pelos direitos que havia séculos lhe vinham sendo espoliados.

Essa luta não se calou e não se conteve, mesmo quando a palavra foi cerceada e os atos foram tolhidos, durante o regime de exceção, entre 1964 e 1985.

Assim, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou 1975 como o Ano Internacional da Mulher e a década que então se iniciava como a Década da Mulher, formou-se aqui uma onda de ativismo feminista que abrigou desde reivindicações seculares até urgências como a anistia, recrudescendo a brava resistência ao regime que arrancava de muitas os entes mais preciosos, que torturava, que abusava, que exilava e que a todos e todas submetia, sob o pretexto da ordem e do progresso.

Fortalecidas, as mulheres brasileiras adentraram a década de 80 organizadas, engajadas, discutindo política, meio ambiente, economia, mercado de trabalho, preconceitos de toda ordem, sexualidade, aborto, divórcio, violência doméstica e estatuto civil das mulheres. Fruto dessa articulação, instituiu-se, em 1985, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, essencial para o fortalecimento da presença feminina no cenário político e no diálogo com o Estado brasileiro.

Assim, as questões de gênero se instauraram na Assembléia Constituinte, pelas vozes de 26 Deputadas, numa atuação que desprezou siglas partidárias e enfrentou toda sorte de preconceitos, para colocar em evidência as demandas e as urgências de uma pauta construída no seio de amplo e diverso movimento popular.

Logo, o Brasil percebeu que as mulheres Deputadas, com atitude consciente e determinada, disseram a que tinham vindo. Articuladas, cientes de seu poder representativo, souberam colocar suas propostas com tal competência que



conscientizaram, provocaram reflexões, encontraram valorosos parceiros de luta e, dessa forma, fizeram assentar na nova Carta 80% das reivindicações apresentadas.

Graças à atuação feminina, a Constituição de 1988 proclama a igualdade jurídica entre homens e mulheres; amplia os direitos civis, sociais e econômicos das mulheres; estabelece a igualdade de direitos e de responsabilidade na família; define como princípio do Estado brasileiro a não-discriminação por motivo de sexo, raça e etnia; proíbe a discriminação da mulher no mercado de trabalho e estabelece direitos reprodutivos.

É fato que entre a formalização e a existência de fato de um direito há uma distância grande a percorrer, mormente em questões culturalmente arraigadas.

Nesse sentido, muito houve e muito há que fazer. Mas a bancada feminina nesta Casa não fugiu e não foge à luta. No que tange à violência doméstica, por exemplo, lembro que, a despeito da vigência da Lei Maria da Penha, ainda haveremos de nos empenhar para que ela seja aplicada com todo o rigor e em todos os recantos deste País, para desconstruir de vez a cultura da impunidade que tantas mulheres vitima dia após dia.

Outra questão que demanda ainda muito empenho é a ocupação dos espaços de poder, a começar por esta Casa. Afinal, somos mais da metade da população do País e não chegamos a 10% nesta Câmara dos Deputados. É urgente que lutemos com mais força pela eleição de mais mulheres, por maior participação nas Comissões e por lugares na Mesa Diretora, Sras. e Srs. Deputados. Se esta é a Casa do povo, ela há de ser espelho do povo e exemplo para a Nação.

Para concluir, quero homenagear as mulheres Constituintes, por intermédio de 3 companheiras que ainda hoje estão nesta Casa, ao nosso lado — Lídice da



Mata, Rose de Freitas e Rita Camata —, que ajudaram a construir, junto com o povo brasileiro e outros Parlamentares, a nova Constituição, a Constituição Cidadã de Ulysses Guimarães que, sem dúvida alguma, foi o princípio da abertura de algumas conquistas femininas.

Sras. e Srs. Deputados, parabênizo as mulheres do meu País pelas conquistas gravadas na Constituição de 1988, pelas tantas que se seguiram e, principalmente, pelas incontáveis batalhas que ainda haveremos de enfrentar e vencer, com o maior de todos os atributos: a coragem!

Muito obrigada.



O SR. MARCELO ORTIZ - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MARCELO ORTIZ (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de enaltecer o fato de termos recebido hoje na Casa o nosso Ministro de Estado da Cultura, Sr. Juca Ferreira, que é integrante do Partido Verde. Não pude comparecer ao evento por motivos alheios à minha vontade.

Quero também pedir que venha a esta Casa a medida provisória do SUS, para que possamos discuti-la e aprová-la. As santas casas de misericórdia estão clamando em defesa da vida.

Quero ainda cumprimentar todos os Prefeitos e Vereadores que hoje estão nesta Casa em busca de recursos para seus municípios. Isso é muito próprio do Prefeito de uma cidade. Ele deve procurar os recursos para sua cidade, deve vir a esta Casa falar com os Deputados, e os Deputados devem socorrê-lo.

Muito obrigado pela oportunidade, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Arolde de Oliveira.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (DEM-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, após 6 anos fora desta Casa, licenciado dos meus sexto e sétimo mandatos para servir a cidade do Rio de Janeiro como Secretário de Transportes, retorno com entusiasmo, por coincidência, quando estamos comemorando o 20º aniversário de promulgação da Constituição Cidadã.

Como Deputado Constituinte, tive o privilégio de participar de sua elaboração com mais de 100 emendas, das quais 25% foram incluídas no texto constitucional, além de presidir a Subcomissão de Ciência e Tecnologia, de Comunicação e a Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes da Assembléia Nacional Constituinte.

Nos mandatos subseqüentes, participei intensamente, com o meu partido, o PFL, das revisões constitucionais que conduziram a abertura da economia brasileira, em particular do setor de telecomunicações. Também fui o Relator da lei que regulamentou a telefonia celular no Brasil, abrindo, definitivamente, espaço para a promulgação da Lei Geral de Telecomunicações e conseqüente privatização do setor. Os benefícios estão aí, mais de 40 milhões de telefones fixos e mais de 100 milhões de telefones celulares, num período de pouco mais de 10 anos, a verdadeira democratização do acesso à informação.

Sr. Presidente, ilustres colegas, preciso fazer esses registros, porque, nesse período em que estive ausente da Câmara, ocorreram duas eleições, portanto duas renovações, que se sucedem a cada Legislatura.



Para ilustrar, lembro que dos 46 Constituintes do Rio de Janeiro, em 1988, apenas 4 detêm mandato hoje na Casa.

Os meus 7 mandatos de Deputado Federal foram sucessivos e dentro do mesmo partido político, no qual milito desde a fundação, o Democratas, antigo PFL, sem macular a minha coerência política, graças a Deus.

Aliás, Sr. Presidente, foi por ser coerente com minha história política que não tive condições de acompanhar a recomendação do meu partido, o DEM, no segundo turno da eleição para a Prefeitura do Rio de Janeiro, gerando motivação política para o meu afastamento antecipado da Secretaria e retorno ao mandato parlamentar. Mandato que vou cumprir com entusiasmo de estreante, agora focado nas questões da mobilidade urbana, área em que tive o privilégio de conviver com técnicos e especialistas gabaritados e adquirir conhecimento e experiência em um setor importante e prioritário na gestão pública moderna.

Nesse período, tive oportunidade de coordenar, com as equipes da Prefeitura do Rio de Janeiro e as empresas operadoras de transportes, inúmeros projetos de interesse público, como a bilhetagem eletrônica, a integração intermodal dos transportes, a introdução de tecnologias de sistemas inteligentes de trânsito — ITS, a elaboração de projetos de transporte de massa sobre trilhos (TRANSPAN) e sobre pneus (corredor T-5), a elaboração de muitos projetos viários, além da elaboração de um Plano Diretor de Transportes e da reestruturação e modernização administrativa da Secretaria, entre outros. Não posso deixar de registrar também a bem-sucedida coordenação operacional da infra-estrutura de trânsito e de transportes para a realização dos Jogos Pan-Americanos, fortalecendo a posição da Cidade Maravilhosa como candidata a sediar os Jogos Olímpicos de 2016.



Foram 6 anos, Sr. Presidente, de gratificante convívio com equipes profissionais de alta qualificação, em particular com os meus companheiros e mestres do dia-a-dia da Secretaria de Transportes e da Companhia de Engenharia de Tráfego. Sou profundamente grato a todos, principalmente ao Prefeito César Maia, executivo de primeira grandeza, como líder, como chefe e como companheiro, que sempre me distinguiu e prestigiou com sua confiança.

Assim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, deixando registradas essas breves considerações, reincorporo-me, pela graça de Deus, ao dia-a-dia das atividades legislativas, reassumindo a plenitude do meu mandato.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Inocêncio Oliveira, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Alberto, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Luiz Alberto) - Concedo a palavra ao Sr. Inocêncio Oliveira.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PR-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foram comemorados no Recife os 60 anos de criação da Sociedade Eça de Queiroz, iniciativa do saudoso escritor e jornalista Paulo Cavalcanti, admirador de Eça de Queiroz que influenciou, já no século XX, o pensamento socialista e libertário do Brasil.

A iniciativa foi da atual diretoria da Sociedade Eça de Queiroz, à frente o médico e escritor Dagoberto de Carvalho e o jornalista e escritor Gladstone Vieira Belo, que vêm conduzindo com notável maestria uma entidade quase informal, sem estatutos. As reuniões se realizam sempre em torno de uma mesa, na melhor tradição greco-romana ou como se fosse uma ágora ateniense, numa praça de mercado literário. Que melhor homenagem a Eça de Queiroz do que reunir pessoas que gostam de apreciar os bons pratos, *gourmets* e *gourmands*, isto é, gastrônomos e glutões?

A diretoria da Sociedade Eça de Queiroz recepcionou, no tradicional Restaurante Leite, do Recife, a Sra. Beatriz Berrini, que veio de São Paulo para as comemorações. Ela é autora de vários livros ecianos, inclusive da atual e completa obra de Eça de Queiroz.

Por que essa admiração quase sem restrições dos intelectuais de Pernambuco pela obra de Eça de Queiroz, que não deixou de ser, em algumas ocasiões, crítico mordaz do Brasil e dos brasileiros? Ora, quem odeia, ama - dizem os antigos. E Eça teve sempre pelo Brasil uma admiração contida, revendo o português retornando como o vitorioso na aventura da diáspora. Ele



deu, como representante do Realismo-Naturalismo, uma dimensão extraordinária à língua portuguesa, pela fluidez e maleabilidade da sua prosa, além de retratar nos seus livros a sociedade portuguesa transplantada para o Brasil, com seus estereótipos sociais, a exemplo de *O Primo Basílio*, *Os Maias*, *A Ilustre Casa de Ramires*, *O Conde d'Abranhos*, *Frândique Mendes*, *A Tragédia da Rua das Flores*.

Natural de Póvoa do Varzim, José Maria Eça de Queiroz teve uma agitada vida intelectual no Porto e em Lisboa, ingressando na carreira diplomática. Chegou mesmo a ser um jornalista polêmico, quase no âmbito do panfletário.

A identificação dos intelectuais de Pernambuco com a vida e obra de Eça de Queiroz, desde 1948, chega a ser comovente, pois não há registro em Portugal de reciprocidade semelhante em relação a um escritor brasileiro, exceto manifestações isoladas de admiração e apoio a Gilberto Freyre, nos anos do Salazarismo; a Jorge Amado, com o apoio das esquerdas intelectuais e da mídia comunista pós 25 de abril; e Chico Buarque de Hollanda, na área da música de protesto, desde 25 de abril de 1974. Há manifestações de apoio e simpatia à Fafá de Belém, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Ney Matogrosso, Alcione e outros artistas brasileiros, mas sem a densidade que damos, aqui, à obra de Eça de Queiroz.

Só tenho de me congratular, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com esse pionerismo intelectual de Pernambuco, cuja tocha de vida é iluminada e realimentada, a todo instante, por uma plêiade de intelectuais da categoria de Dagoberto de Carvalho, Gladstone Vieira Belo, Marly Mota, José Quidute, todos reunidos em torno da obra perene de um dos maiores escritores da língua



portuguesa, sem outro interesse que o da arte pela arte e não o da arte pela vida.

Muito obrigado.

O Sr. Luiz Alberto, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr Inocêncio Oliveira, 2º Vice-Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao Sr. Nelson Bornier.

O SR. NELSON BORNIER (Bloco/PMDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no início desta Legislatura, abordei desta tribuna o drama do desemprego no Brasil, que sufoca toda a nossa classe trabalhadora, sem nenhuma perspectiva de melhoria, pelo menos, a curto prazo.

Passivo e indolente, o Governo ainda não encontrou uma fórmula para minorar os efeitos sociais dessa equação, por muito que seja complicada. As indústrias estão redirecionando os investimentos, de modo a garantir maior produtividade e competitividade. Mas não é a isso que desejo chegar. O ponto fundamental aqui está numa constatação óbvia: não existem políticas em prol do emprego no Brasil, hoje, nenhum estímulo ao empregador que não demita, tampouco à carteira assinada, senão as sanções óbvias; nenhum programa de apoio ao chefe de família desempregado; nenhum fomento à profissionalização, a fim de melhorar a qualificação dos trabalhadores, que têm de enfrentar um mercado que cresce não na oferta de ocupações, mas na exigência de preparo.

O otimismo do setor industrial, na expectativa de ver retomados os níveis de produção, não chega a entusiasmar. Ele não se reflete nas expectativas dos aspirantes a uma vaga de trabalho. Na verdade, o número de postos tem-se mostrado insuficiente para absorver a mão-de-obra que entra no mercado, até porque há muito tempo não se zeram tecnicamente os índices existentes. Assim, de resíduo em resíduo, de crise em crise, o desemprego no Brasil tornou-se, para mal dos pecados do povo, um problema estrutural.

A situação que se vê é dramática. Os trabalhadores brasileiros não podem ser



condenados à miséria, ao menosprezo e ao opróbrio. O trabalho honra, não humilha; engrandece, não envilece; contribui para a prosperidade humana e o desenvolvimento social.

Unamo-nos, pois, Estado e sociedade, governantes e cidadãos, em uma campanha vigorosa contra o desemprego, em favor dos cidadãos, que de nós esperam o valor e o respeito que lhes são devidos e que nos fazem, hoje, lutar por um Brasil melhor, mais digno e mais justo e para todos os brasileiros.

Era o que tinha a dizer.



O SR. FELIPE BORNIER (PHS-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje assomo à tribuna para prestar minha homenagem a um herói da luta dos servidores públicos que, infelizmente, faleceu no dia 17 de agosto de 2008. Nessa data, a entidade perdeu um de seus mais antigos companheiros que, desde a fundação, em 22 de setembro de 1952, no Rio de Janeiro, atuou como sindicalista empreendendo assíduos dias de luta em favor dos servidores.

Davi Antonio da Silveira, o Davisinho da Sé, como era chamado pelos companheiros, era Diretor Vice-Presidente da UNSP — União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil.

Sr. Presidente, o Davisinho da Sé faleceu aos 81 anos de idade e deixou, além da família, os 56 anos de lutas em favor da UNSP. Na fundação da entidade, ele foi delegado sindical representando o Estado de São Paulo e, com a consolidação da entidade, passou a dedicar-se integralmente a ela, ficando mais de 40 anos como diretor.

Davisinho da Sé foi um dos baluartes da transformação que confirmou os servidores públicos extranumerários diaristas, pela Lei 4.060, de 1950, em servidores efetivos municipais do quadro de carreira. Além disso, participou da grande greve da categoria em São Paulo, em pleno regime militar, liderando o movimento com as demais lideranças da categoria.

Senhores, ressalto ainda que todas as lutas dos servidores durante 5 décadas têm o nome de Davisinho da Sé incluído. Assim, a UNSP do Rio de Janeiro e eu deixamos registrada está homenagem ao companheiro que sempre elevou o nome da instituição desde a sua fundação no Estado de origem, ou seja, o Rio de Janeiro.

Descanse em paz!

Era a minha mensagem.

Muito obrigado.



O SR. FERNANDO DE FABINHO (DEM-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos nós sabemos que a crise financeira e mundial atingiu em cheio os países considerados ricos, os que estão incluídos no Primeiro Mundo. Para combater o colapso financeiro, os Estados europeu e norte-americano tiveram de intervir para que o sistema não se desmanchasse e, por conseguinte, salvar empresas — principalmente as bancárias — que ainda não estavam em completo processo de falência.

Apesar de a crise não atingir em cheio o Brasil, até porque nosso sistema financeiro felizmente está sólido, foi necessário que o Governo Federal, com o apóio do Congresso, inclusive da Oposição, efetivasse algumas ações com a finalidade de se precaver de quaisquer crises que pudessem colocar em perigo o sistema bancário nacional, bem como empresas brasileiras de outros ramos de atividade econômica.

A precaução do Governo contra a crise se deu por meio da edição da Medida Provisória nº 443, de 2008, que autoriza a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco do Brasil (BB) a adquirir ações em instituições financeiras no País, sem necessidade de licitação. A MP autoriza também as duas instituições bancárias federais a negociarem, por intermédio de subsidiárias ou de forma direta.

Resumindo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como não foram estabelecidos limites para a participação do Governo neste processo, chego à conclusão de que poderá acontecer a estatização das instituições brasileiras que compõem o sistema financeiro — os bancos comerciais, as empresas de capitalização, as seguradoras e as instituições previdenciárias — que, hipoteticamente, passam por um momento de dificuldade.



Além disso, sabemos que os homens que controlam o Governo Federal, inclusive o Presidente Lula, tem origem ideológica e pensamento econômico em que o Estado está acima dos interesses da livre iniciativa e do livre mercado, em que a competição existe e a lei da oferta e da procura leva estabilidade ao sistema econômico, político e social em que vivemos e acreditamos. Nós temos fé na liberdade de investir, de empreender e na negociação livre entre os homens e as empresas.

O Governo afirma que a MP nº 443 é um instrumento para enfrentar a crise financeira mundial, mas quando o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o Presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Meirelles, estiveram presentes em Comissão Geral na Câmara, no dia 21 de outubro passado, junto com lideranças do Governo no Congresso, não informaram aos Parlamentares e à sociedade brasileira que a MP nº 443 seria editada.

Sr. Presidente, essa atitude é para ser questionada. Como os homens mais importantes do Governo Lula vêm à Câmara para falar da crise financeira e não comentam nada sobre a MP nº 443, que trata, inclusive, de intervenção estatal no mercado financeiro privado?

Esse fato é um absurdo! Concordo com que algo tenha de ser feito para o Brasil não ser atingido pela crise, mas estatizar bancos e outros tipos de empresas, por meio da participação do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Sem fiscalização e transparência não é saudável para a nossa economia, bem como para a democracia brasileira.

A MP tem 7 artigos e foi elaborada em um momento em que o Governo ficou desconfiado de que a crise se alastrasse também pelo Brasil. Por isso, contesto,



como político de oposição e Deputado do DEM, alguns artigos dessa MP, que são por demais intervencionistas. A Caixa, por exemplo, fica autorizada a criar um banco de investimentos, para atuar na área de banco de investimento, participações, além de outras operações previstas na legislação a ser aplicada.

Outro ponto que causa estranheza é que o texto da MP não define critérios para o emprego do dinheiro público em operações para compra de ações de empresas privadas. Por causa disso, sugerimos que a aquisição de participação acionária por parte do Estado não deve ser realizada por instituições financeiras da União, porque se submetem a regime de direito privado e normas de sigilo, incompatíveis com a natureza de tais operações.

A meu ver, as operações financeiras entre o Estado e a iniciativa privada têm que ter como agente indutor desse processo o Tesouro Nacional, fator esse que dará transparência e publicidade aos gastos públicos, no que concerne à compra de ações de empresas que tenham falta de liquidez e problemas de insolvência. A intervenção, se for necessária, do BB e da CEF no mercado não é clara, porque não é pontual no sentido de haver um prazo para a revenda das ações ao próprio sistema financeiro que sofreria a intervenção, bem como não foi ainda estabelecido o limite de data para esse processo terminar.

O DEM quer cooperar, mas também tem sugestões para melhorar o texto da MP nº 443. Queremos inserir critérios e requisitos para definir as instituições que deveriam receber socorro do Governo. Não pode o Governo generalizar essa questão e intervir em empresas, independente da situação em que elas se encontram. A ajuda governamental pode ser necessária, mas temos de preservar a liberdade do mercado. Temos de ficar atentos para que não haja abuso e



arbitrariedade, quando, se for necessário, o Governo intervir.

O Democratas quer aprimorar a MP nº 443 e por isso apresentamos um substitutivo à MP enviada ao Congresso. Queremos participar e colaborar para que a crise financeira não prejudique o País e o nosso povo. O Legislativo tem de participar desse processo. O Governo tem de ouvir os Parlamentares, que deveriam aprovar ou não a movimentação do Governo quando da compra de ações relativas ao sistema financeiro privado.

Outro assunto que também me chama a atenção é a criação da CEF-PAR, subsidiária da Caixa Econômica Federal que poderá comprar ações de construtoras imobiliárias em dificuldades. Considero que não é necessário criação de uma subsidiária. O Governo tem outras maneiras de conduzir situações em que construtoras possam ficar insolventes. Nosso sistema financeiro é estável e o Governo pode, tal qual os bancos, ajudar as construtoras via Tesouro Nacional, além de sabermos que a CEF tem uma forte carteira imobiliária, que pode ser acionada a qualquer momento.

Sr. Presidente, o Governo Federal tem de ouvir a sociedade brasileira e a Oposição, que também a representa. Não pode o Governo atropelar a Oposição no Congresso, no sentido de dar validade aos seus interesses. Concordamos com o fato de que a crise financeira, que é mundial, deve ser combatida e, no caso do Brasil, tem de haver precaução, mas não ao preço da estatização do setor financeiro.

O Brasil é um país de liberdades democráticas e, conseqüentemente, de livre mercado. O Governo tem de lutar pela preservação das empresas, mas não pode intervir sem a contrapartida de, após comprar ações, devolvê-las ao mercado com



preço justo e adequado às nossas realidades.

É tudo o que eu tenho para dizer no momento.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que autorize a divulgação deste discurso no programa *A Voz do Brasil* e nos demais órgãos de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.



O SR. WALDIR MARANHÃO (PP-MA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta semana, o Tribunal de Justiça do Maranhão completou 195 anos de instalação. É a terceira Corte de Justiça mais antiga do País: foi instituída em 4 de novembro de 1813, quando o sistema judicial brasileiro ainda estava em criação e suas leis se baseavam nas regras judiciais portuguesas.

A história da Justiça no Maranhão está ligada à própria história da fundação de São Luís, em 1612. A partir daquele ano, foram instituídos os primeiros ordenamentos jurídicos, especificamente o Código Filipino, que norteava a atividade judicante na Corte e nos seus domínios ultramarinos. Pelo que se sabe, o primeiro juiz letrado a gerir os assuntos da Justiça maranhense foi Luiz de Madureira, que, ao lado de Bento Maciel Parente e Salvador de Melo, integrou uma junta no ano de 1616.

Hoje, o Poder Judiciário resulta de doutrina democrática que tem como princípio manter independentes as decisões legislativas das decisões judiciais e vice-versa, como forma de evitar o despotismo. Segundo Aristóteles, o termo justiça denota, ao mesmo tempo, legalidade e igualdade. É por isso que a Justiça deve buscar a igualdade entre os cidadãos.

E, segundo ensinam os catedráticos do Direito, o Poder Judiciário é um dos 3 Poderes do Estado moderno na divisão preconizada por Montesquieu em sua teoria da separação dos poderes. É exercido pelos juízes e possui a capacidade e a prerrogativa de julgar, de acordo com as regras constitucionais e leis criadas pelo Poder Legislativo.

É por isso que entendo que a data de criação do Judiciário maranhense



coincide com o início da construção de um ideal igualitário, já preconizado na Revolução Francesa.

No discurso proferido durante a solenidade de entrega de medalhas a autoridades do Estado, o Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Desembargador Raimundo Freire Cutrim, muito bem lembrou que São Luís vai completar seu quarto centenário dentro de 4 anos e que o Judiciário maranhense completará seu bicentenário em 5 anos.

"O sentido desta solenidade, neste histórico 4 de novembro de 2008, é, precisamente, fixar o ponto de partida para a grande data dos 2 séculos desta Casa", afirmou o magistrado.

Foram homenageados com a Medalha Desembargador Bento Moreira Lima, na sessão especial realizada depois de uma missa em ação de graças, os Desembargadores Maria das Graças Duarte Mendes, Anildes Chaves Cruz, Raimunda Santos Bezerra, Mário Lima Reis e Stélio Muniz, que completaram 30 anos de magistratura. E 31 juízes foram agraciados com uma comenda por terem 10 anos de atividade.

Já a Desembargadora aposentada Etelvina Ribeiro Gonçalves, em reconhecimento aos serviços prestados ao Judiciário, recebeu uma placa.

Desejo longa vida ao Tribunal de Justiça do Maranhão e que seus agentes continuem a preservar os interesses do cidadão e a decidir, com tranqüilidade e espírito público. Afinal, como disse Montesquieu em seu livro *O Espírito das Leis*, só o poder freia o poder, no chamado Sistema de Freios e Contrapesos, daí a necessidade de cada Poder se manter autônomo e constituído por pessoas e grupos diferentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. RÔMULO GOUVEIA (PSDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a educação é uma das principais bandeiras de minha atuação política, em todas as suas modalidades, por considerá-la o melhor meio de inclusão e mobilidade social.

Nesse contexto, a educação pelo esporte, além de proporcionar a inclusão social, proporciona melhores condições de vida e saúde a quem dela se beneficia.

Foi então criada uma legislação para facilitar e favorecer essa inclusão social por meio do esporte, nomeada de Lei de Incentivo ao Esporte, a Lei 11.438, de 2006. Essa lei tinha e tem como principal objetivo incluir jovens de baixa renda em atividades sociais desportivas, função essa que não vem sendo cumprida.

Levantamento realizado pelo jornal *Correio Braziliense*, desta Capital, e divulgado em matéria bem elaborada, de autoria da jornalista Izabelle Torres e equipe, mostra que dos R\$64 milhões de repasses efetuados por meio da lei, pelo Ministério do Esporte, entre 2007 e 2008, R\$ 25, 4 milhões, ou 40% do montante, beneficiaram grandes clubes e organizações não governamentais (ONGs) dirigidas por pessoas famosas.

Do total citado, cerca de 30% dos recursos foram destinados a apenas 2 grandes clubes de futebol do País. Nada contra. A lei é para todos, desde que não exclua pequenas entidades que se dedicam a projetos sociais e que não têm acesso a esses recursos, vez que a análise de seus projetos demanda muito tempo.

Ressalte-se que esses recursos são obtidos à custa de renúncia tributária em favor das empresas que patrocinam atividades esportivas. A norma prevê que patrocínios e doações para a realização de projetos desportivos sejam descontados do Imposto de Renda. Esses gastos poderão ser deduzidos em até 6% para



peças físicas e 1% para peças jurídicas.

A matéria publicada analisa em profundidade os projetos aprovados. A captação de recursos é proporcional ao tamanho da instituição e a destinação dos mesmos serve para patrocinar a reforma de arquibancadas de grandes clubes quando deveriam patrocinar a inserção de pessoas de baixa renda. Os exemplos são citados.

Além disso, os clubes beneficiados com a doação de empresas não realizam atividades de inclusão social e para participar gratuitamente de alguma atividade esportiva só após o interessado passar por testes de seleção, sem direito a participar de escolinhas e aulas de formação para os iniciantes no esporte.

Não são só grandes clubes que angariam os favores da lei, mas também as ONGs chefiadas por famosos. Há casos de tramitação recorde de projetos para captação dos recursos. Enquanto isso, entidades sérias, mas desconhecidas, aguardam doadores para seus projetos de inclusão social. A reportagem cita, entre essas, o caso do Instituto Cultural e Profissionalizante de Pessoas Portadoras de Deficiência do DF, do Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural, que cuida de pessoas com síndrome de Down, e da Federação Goiana de Basquetebol em Cadeira de Rodas, e cita o depoimento da idealizadora do Instituto Olga Kos, Sra. Virna Munhoz, que diz: *"A lei ficou elitizada demais. Para quem não faz parte dos esportes comerciais é bem difícil arranjar as doações. É uma pena, mas ficou mais fácil para projetos pouco voltados para a inclusão social, porque os grandes clubes se articulam melhor com as grandes empresas doadoras"*.

Esse tema foi abordado no Senado, pelo Senador do PSDB Álvaro Dias e pelo Líder do partido naquela Casa Arthur Virgílio. Eles — aqui compartilho da



mesma opinião e sentimento — consideram lamentável o fato de que a maior parte dos recursos liberados por meio da lei beneficie grandes grupos e ONGs influentes.

O que se pretende e o que se almeja, segundo os Senadores, é que haja fiscalização desses investimentos e rigor do Ministério do Esporte na aprovação dos projetos, para se evitar o desvio de finalidade, em que grandes entidades são contempladas em detrimento da ajuda às pessoas carentes e às pequenas entidades. A lei deveria atender aos mais carentes e não abrir espaços para qualquer financiamento.

Assim, em vista dessas graves distorções e com o objetivo de que a Lei de Incentivo ao Esporte — importante instrumento para as entidades e os atletas e considerada por especialistas uma grande esperança para o desenvolvimento do desporto no País — cumpra sua finalidade principal, o da inclusão social, faço um apelo ao Ministério do Esporte para que sejam revistos os critérios para aprovação de projetos que visam beneficiar pequenas entidades que não podem contratar consultores para a elaboração dos seus pedidos, sem descuidar do rigor e da fiscalização já intrínsecos às atividades do Ministério.



A SRA. MANUELA D'ÁVILA (Bloco/PCdoB-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje à tribuna para comentar a importância histórica da eleição do novo Presidente norte-americano, o Senador democrata Barack Obama.

Esta eleição foi histórica a começar pela intensa participação do eleitorado norte-americano, que, segundo dados preliminares, pode ser a maior dos últimos 100 anos.

Cerca de 65% dos eleitores compareceram às urnas para votar.

A imprensa destacou, no dia de ontem, o esforço de eleitores que esperaram até 3 horas para votar.

Esta eleição também foi histórica por eleger o primeiro presidente negro daquele país. Um país que até há algumas décadas destinava lugares especiais nos ônibus e segregava os negros nas escolas e até nos banheiros públicos. O simbolismo da eleição de Obama transcende e ilumina aquela sociedade, até pouco tempo atrás manchada pelo preconceito e pela discriminação.

Por fim, esta eleição é histórica por derrotar a política belicista, militarista e intervencionista do Governo Bush. Mais do que a derrota dos republicanos, a vitória de Obama sepulta a política das "guerras preventivas" que tanta dor e desesperança trouxeram ao mundo.

Não tenho ilusões quanto ao sistema americano, nem quanto aos limites da política dos democratas na Casa Branca.

Destaco a importância de se eleger um presidente jovem e negro. Abre-se a possibilidade de um novo relacionamento dos Estados Unidos com a América Latina e com o mundo.

Assim, abrem-se novas perspectivas aos que lutam pela paz.

Muito obrigada.



O SR. CAMILO COLA (Bloco/PMDB-ES. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil e os Estados Unidos concluíram, num intervalo de 9 dias, processos de escolha política que envolvem números semelhantes de eleitores, algo em torno de 120 milhões de votantes. Aqui, o voto é obrigatório. Na América, o voto é facultativo. O Brasil elegeu Prefeitos e Vereadores. Os americanos escolheram como Presidente o candidato democrata Barack Obama, que se torna o político mais importante do mundo. Nas duas situações, nos deparamos com uma festa de civismo.

Desde que foi implantado o voto eletrônico, os tribunais eleitorais brasileiros têm dado um exemplo de competência. Os resultados saem, em média, duas horas depois do fechamento das urnas. Vila Velha, no meu Estado, Espírito Santo, foi a primeira cidade do País a encerrar a contagem dos votos no primeiro turno.

Nesse particular, podemos-nos vangloriar de maior eficiência se nos compararmos com os americanos. A reeleição do Presidente Bush foi um festival de trapalhadas. Os erros do passado serviram de lição e desta vez o resultado nos Estados Unidos foi divulgado sem contestação.

Dez dias após o encerramento do segundo turno no Brasil, podemos tirar conclusões interessantes. O Tribunal Superior Eleitoral agiu com energia e firmeza. Por mais que nenhuma norma contra os candidatos de "ficha suja" tenha sido publicada, ficou evidente o esforço da Suprema Corte eleitoral do País em orientar o eleitor para votar em políticos honestos. Esse é um valor que não devemos perder de vista, sob pena da instalação do caos na vida pública.

Ao analisar especificamente o pleito em meu Estado, o Espírito Santo, podemos verificar que o chamado "voto de cabresto", quando um político importante



determina a escolha do seu "curral eleitoral", perdeu força. A independência com que os eleitores capixabas decidiram foi flagrante. E essa constatação nos indica um claro recado das urnas: ou os partidos políticos buscam nitidez ideológica, ou serão tragados pela vontade popular. E já estamos às vésperas do próximo teste: as eleições majoritárias de 2010, quando o novo ocupante do Palácio do Planalto será escolhido.



O SR. JORGE KHOURY (DEM-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

"Juazeiro do Mundo

A Federação Internacional dos Jogadores Profissionais de Futebol (FIFPRO) divulgou 55 indicados ao prêmio de melhor jogador do mundo.

Juazeiro, no norte da Bahia, está presente: o lateral-direito Daniel Alves, do Barcelona, está entre os candidatos.

O jogador, revelado nas categorias de base do Juazeiro Social Clube e projetado no Bahia, foi negociado baratinho ao Sevilha, de onde transferiu-se ao Barcelona. Daniel é ótimo no apoio e até tenta seus chutes a gol, mas não se descuida da marcação. O lateral-direito vem sendo cotado como favorito a garantir a posição e até chegar ao troféu principal. O resultado sai na próxima segunda-feira."

Com esse comentário, o jornal *Correio*, de Salvador, Bahia, abriu a manchete da página final da sua edição de 22 deste mês.

Quando Prefeito de Juazeiro, levei ao Município o nosso craque nacional e internacional Luís Pereira e prestamos-lhe justas homenagens. Ele participou do clássico amador local da época, Veneza e Olaria (jogando meio tempo num time e meio tempo no outro), recebeu placas, troféus etc.

O grande articulador da sua vinda foi o nosso Chefe de Gabinete, Elizeu



Santos, que se tornou um grande amigo do Chevrolet, como era conhecido no início da sua carreira em São Paulo, indo, inclusive, a Madri, na Espanha, sendo seu hóspede quando Luís Pereira jogava no Atlético de Madri.

Foi também com muito orgulho que vimos João Cobrinha marcar para o Flamengo e sagrar-se campeão do mundo, em Tóquio, no Japão, em 1981. Só nós, juazeirenses, é que conhecíamos o João Cobrinha, o craque do Carranca, o time da Companhia de Navegação do São Francisco.

O Santa Cruz de Recife, o Flamengo do Rio e o mundo conheceram o craque Nunes. Foi convocado pela Seleção Brasileira, mas uma contusão não lhe permitiu ir à Copa de 1982.

E há outros craques que só nós conhecemos, a exemplo de Dozinho, Caboclinho, Mário, Arthur Lima, Galeguinho etc. Uma terra com tantos craques não poderia deixar de ter um belo time.

Com a entrada do Barro Vermelho no Campeonato Municipal, em 1982, Juazeiro começou a viver uma fase diferente, de olho no profissionalismo. O time organizou-se, estruturou-se, valorizou o condicionamento físico dos atletas e as estratégias dos técnicos, enfim, preparou-se para entrar no Campeonato Baiano de Futebol profissional, vez que os convites da Federação Baiana de Futebol eram constantes.

Em 1995, o Barro Vermelho profissionalizou-se com o nome de Juazeiro Social Clube. À época, Virgílio Elísio da Costa Neto, hoje Diretor Técnico da Confederação Brasileira de Futebol, era o Presidente da Federação Baiana de Futebol. Em 1996, ao ganhar o Campeonato Baiano de Acesso sob a liderança do barro-vermelhense Carlos Humberto Félix de Sousa, o Cauba, com o técnico



Sapatão (Élcio Nogueira da Silva, ex-craque do Esporte Clube Bahia), com o mérito de uma diretoria comprometida e um grupo de atletas em busca de um lugar no concorrido espaço do futebol, Juazeiro escreveu definitivamente seu nome no universo do futebol profissional da Bahia.

Embora bicampeão do interior nos anos 2001 e 2002, o seu principal feito foi a conquista do vice-campeonato baiano de 2001, no dia 14 de junho, no Estádio Adauto Moraes, em Juazeiro, contra o Esporte Clube Bahia. A cidade de Juazeiro, através do esporte, viveu uma tarde das mais memoráveis.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quando Prefeito daquele Município, sempre afirmava, como o faço até hoje, que a educação só é integral sendo complementada pela cultura e pelo esporte.

O esporte juazeirense, que brilhou no Estádio Municipal Adauto Moraes com o futebol de campo; na Praça 15 de Novembro, com a permanente presença de Juazeiro (através do Spartacus, Franvale, Satélite e outros) dentre os melhores do Estado no futebol de salão, hoje rebatizado de futsal, marcou a presença de Juazeiro através do futebol no cenário baiano, brasileiro e mundial.

Hoje, infelizmente, falamos em tudo como passado, memórias, lembranças, saudades.

Faz-se necessário que as lideranças locais que acreditam no esporte como uma importante alternativa de inclusão social, bem como de elevação da auto-estima de um povo, enfrente essa situação.

Hoje, Juazeiro não é representado na 1ª divisão do Campeonato Baiano de Futebol Profissional. Vaidade e interesses que passam ao largo do esporte estão privando aquela comunidade amante do futebol de torcer por seu representante na



competição estadual. A medida adotada foi a menos inteligente: fundaram outro clube, quando deviam unir-se em torno do Juazeiro Social Clube. Resultado, o novo clube não conseguiu ganhar o campeonato de acesso e pelo menos em 2009 não teremos jogos da primeira divisão em Juazeiro. Deveremos ter apenas jogos pela 2ª divisão, se for possível manter com o mínimo de dignidade duas equipes profissionais de futebol numa cidade localizada a 500 quilômetros da Capital.

Conclamo todos os interessados e/ou motivados no sentido de que deixem de lado qualquer diferença e busquem a unidade através de um time, e Juazeiro por certo voltará a brilhar no futebol baiano.

Ao concluir o meu pronunciamento, ainda não havia recebido a notícia da classificação de Daniel Alves. No entanto, só o fato de ele estar entre os 55 melhores do mundo, já nos deixa felizes e orgulhosos o seu sucesso.

Imploro ao Presidente do Juazeiro Social Clube, Sr. Eládio Dourado, bem como ao Presidente da Associação Desportiva Juazeirense, Deputado Estadual Roberto Carlos, que se unam na busca da formação de um grande time, que represente Juazeiro à altura das suas tradições, dos seus clubes e dos seus craques.

Era o que tinha a dizer.



O SR. JOSÉ CHAVES (PTB-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a primeira obrigação de um governante é a de ser justo com o seu povo, antecipando-se às suas necessidades e carências, visando à melhora do seu padrão de vida.

Pois foi isso o que fez o Governador Eduardo Campos, que, numa iniciativa elogiável e inédita nos últimos 10 anos, determinou que o pagamento do 13º mês ao funcionalismo estadual — cerca de 370 milhões de reais — fosse feito entre os dias 10 e 14 deste mês, beneficiando 190 mil servidores, dos quais 9.900 são aposentados e pensionistas.

De outubro a 24 de dezembro, o Estado de Pernambuco vai pagar 4 folhas, totalizando nada menos do que 1,5 bilhão de reais, num esforço que traduz muito bem a forma clara e transparente com que o atual Governo lida com o dinheiro público.

Para concretizar tal ineditismo, o Governo Eduardo Campos, atualizou, em menos de 2 anos, os dados do cadastro do funcionalismo público de Pernambuco, numa iniciativa voltada para sanar falhas e evitar fraudes que desfalcam o Tesouro Estadual em vários milhões de reais.

Por outro lado, Sr. Presidente, a disponibilidade financeira, em valor tão expressivo, somente foi possível em razão da política imposta pelo Secretário Djalmo Leão, que conduz a Pasta de Fazenda com seriedade e extrema competência.

Com efeito, Sras. e Srs. Deputados, é oportuno citar que Pernambuco é o único Estado da Federação a acompanhar o ritmo de crescimento de arrecadação do ICMS do Brasil no período 2007/2008.



E o ICMS é a mais importante fonte das receitas estaduais (60%), assumindo, em Pernambuco, papel fundamental para o cumprimento das responsabilidades financeiras do Estado.

Segundo o CETEPE, órgão da Secretaria da Fazenda, a arrecadação do ICMS aumentou 11,7%, em 2007, e 27% acumulados desse ano até setembro último, marca igual à atingida pelo País.

Naturalmente, esse êxito na arrecadação do ICMS não se restringe à vontade do Secretário nem do Governador; ao contrário, ele decorre de ação fiscal estribada nas normas tributárias vigentes, facilitando o alcance das metas traçadas pelo Governador, com vistas a quitar os compromissos que lhe cabe honrar, seja com o funcionalismo, seja com os fornecedores de bens e serviços.

Assim, felicito o Governador Eduardo Campos, pela decisão de beneficiar o funcionalismo, um veio de justiça e identificação com aqueles que ajudam a máquina a trabalhar com eficiência e o Estado a progredir e a se desenvolver.

Trata-se de iniciativa que, neste final de ano, irriga financeiramente o comércio e a indústria de Pernambuco, porquanto o direito legal do 13º mês vai ao encontro das expectativas de quase 1 milhão de pessoas de usufruir de mais conforto no Natal e no Ano Novo.

Com atitudes como essa, o Governador Eduardo Campos, quando cobrado por seus adversários políticos a respeito do que fez, pode responder com a segurança que permeia sua vida política: *"Quem sabe o que eu fiz é quem recebeu os benefícios"*.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.



A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (Bloco/PCdoB-AC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governo Federal, através da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, deu início a uma das mais necessárias e importantes campanhas que defendem a honra das mulheres deste País.

Falo do movimento intitulado Homens Unidos pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Essa campanha tem o apoio do Instituto Papai, do Instituto Promundo, da Agende, do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher e do Fundo de População das Nações Unidas.

Trata-se de uma campanha nacional cujo objetivo é a adesão dos homens à luta pelo fim da violência contra as mulheres.

A campanha também tem como objetivo mobilizar a opinião pública e os órgãos de decisão em nível mundial. Vai atuar em 3 frentes: na promoção de ações em âmbito global, na priorização de programas em prol das mulheres dentro das Nações Unidas e no estímulo a colaborações com governos e entidades nacionais.

Essa campanha, que se inicia agora, tem previsão para durar até 2015.

Algumas personalidades nacionais já assinaram o manifesto, que se encontra no *site* www.homenspelofimdaviolencia.com.br. Dentre elas está o Presidente da República, o Presidente do Senado Federal, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Governadores, Parlamentares, além de inúmeras personalidades políticas, intelectuais e esportivas. O que mais nos anima é a participação de pessoas tidas como anônimas pela sociedade.

Isso demonstra o forte apelo popular da campanha e nos dá a certeza de que estamos escrevendo na história deste País um movimento que pode dar fim à



violência contra as mulheres.

Sr. Presidente, é sabido por todos que a violência contra a mulher constitui uma violação dos direitos humanos. Infelizmente, tenta-se justificar a desigualdade de gênero em uma cultura sexista que tenta impedir que as mulheres tenham acesso ao exercício pleno da cidadania.

O fim da violência contra a mulher deve ser encarado como um compromisso de toda a sociedade, incluindo os homens em manifestações e ações públicas por essa causa.

O texto do abaixo-assinado assinala:

"A campanha pelo fim da violência contra as mulheres visa ao engajamento de homens em prol de uma sociedade mais justa e igualitária, fundada em princípios de equidade de gênero e no respeito às convenções e tratados internacionais relativos aos direitos das mulheres.

Os homens abaixo assinados se comprometem publicamente a contribuir pela implementação integral da Lei Maria da Penha e pela efetivação de políticas públicas que visam ao fim de qualquer forma de violência contra as mulheres."

Senhoras e senhores, divulgarei essa campanha no Estado do Acre, através da Internet, das rádios e televisões. Incentivarei para que o movimento das mulheres progrida no que se refere à sensibilização dos homens, para garantirmos o maior número de assinaturas possíveis.



Conclamo aqui todos os Deputados Federais para que também engrossem este movimento, que assinem e incentivem a coleta de assinaturas para fazermos uma bela campanha contra a violência.

Muito obrigada.



O SR. DR. PINOTTI (DEM-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para ressaltar a iniciativa da Universidade de São Paulo no sentido de criar o Programa de Colaborador Sênior, que, entre outros, tem o objetivo de motivar, valorizar e reconhecer a importância da atuação dos docentes aposentados por tempo de serviço ou compulsoriamente. O programa assegura a possibilidade de esses docentes continuarem exercendo atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão universitária.

O programa consta da Resolução nº 5.471, de 15 de setembro último, publicada no *Diário Oficial* do Estado em 17 de setembro. Pela resolução, a universidade não terá ônus para a implantação do programa, e os que aderirem deverão ter, pelo menos, o título de doutor outorgado pela USP ou de validade nacional, comprovar atuação como docente da universidade e apresentar plano de trabalho discriminando as atividades a serem desenvolvidas no âmbito do programa.

Os professores aposentados poderão exercer atividades de ensino, pesquisa e extensão junto às unidades ou órgãos da USP, dar prosseguimento às atividades de orientação nos cursos de pós-graduação e participar da produção acadêmica. Além disso, poderão dirigir e executar projetos de educação, de investigação, de inovação e transferência de tecnologia, de criação humanística e artística.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, trata-se de uma iniciativa altamente louvável a resolução aprovada pela direção da Universidade de São Paulo, em especial pela sensibilidade da Reitora Suely Vilela, pois com o aproveitamento de professores que já se encontram aposentados ganharão os alunos, ganhará o ensino e ganhará a USP como entidade de nível superior referência para todo o País.



Muitos desses professores, embora afastados da atividade acadêmica, certamente se encontram no período da vida em que mais podem transmitir e transferir os seus conhecimentos e experiências, motivo pelo qual um programa dessa natureza tem tudo para prosperar e para ser multiplicado em outras regiões de nosso País.

Seguramente, Srs. Deputados, o magistério e a atividade acadêmica e científica continuam sendo os redutos mais apropriados para o pleno aproveitamento de experiências, de inteligências e de cérebros que se afastaram compulsoriamente de funções às quais dedicaram toda a vida.

Aliás, sobre essa questão nunca é demais lembrar a importância de defendermos a aprovação, pelo Congresso Nacional, da proposta de emenda à Constituição que estende as aposentadorias compulsórias para 75 anos de idade, medida que, não apenas no âmbito do ensino mas também em outras áreas da atividade humana, abriria mais possibilidades para o País absorver a experiência acumulada de milhares de brasileiros e brasileiras.

Portanto, cabe estimular iniciativas como essa que acaba de ser adotada pela USP, cuja direção está de parabéns pela importante decisão que temos a honra de registrar hoje nesta tribuna da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.



O SR. RONALDO LEITE (PHS-AM. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou participando intensamente do *2º Simpósio da Amazônia: O Desafio do Modelo de Desenvolvimento*, que teve início hoje.

O evento decorre de oportuna e feliz iniciativa da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional. Além de retomar temas do simpósio passado, como o Plano Amazônia Sustentável e experiências de sustentabilidade, nele serão discutidos modelos de desenvolvimento em Ciência e Tecnologia, financiamento da produção, transportes e ações nas áreas de saúde e gestão ambiental na região. Os debates serão bem divididos, permitindo maior aprofundamento das idéias.

O evento é amplamente representativo. Dele participam personagens de todos os segmentos das causas preservacionistas. São todos bem-vindos a esta Casa, mas a estrela do evento será, sem dúvida, o nosso tesouro humano e ambiental. Por isso, defendemos investimentos e pesquisas com a finalidade de implantar modelos que harmonizem a relação homem/natureza. E, na Amazônia, essa relação é especialmente ressaltada, dados a dimensão, a diversidade biológica e o isolamento que a região apresenta, realidades que não combinam com miséria e ambição.

Dentre os temas optei pelo *Modelo de Transportes*, um dos mais difíceis e necessários desafios da região, considerando suas peculiaridades físicas. O objetivo do debate é o de coligar proposta capaz de ser implantada na região amazônica, a mais carente do Brasil em termos de transportes. A construção de modelos de intercomunicação por meio de transportes terrestres, fluviais e aéreos deve acompanhar na mesma proporção os demais programas. Sem acessibilidade de



qualidade, ficam prejudicados a fiscalização, a circulação de produtos e o escoamento da produção.

Estamos numa fase mais consciente no que diz respeito à preservação ambiental. Entendemos que se devem ampliar as ações coercitivas, sem prescindir da promoção do desenvolvimento socioeconômico da região, o que implica conscientizar a população do valor da preservação e do provimento de recursos tecnológicos e financeiros que permitam o relacionamento saudável entre habitantes e recursos naturais. Sem aportes de sustentabilidade, todos são penalizados.

A realidade urge sejam buscadas soluções. Não podemos nos delongar em discussões impraticáveis. Segundo dados recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e pelo Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), 18% da Floresta Amazônica já foram destruídos. Isso equivale a uma área de aproximadamente 770 mil quilômetros quadrados. E, o que é pior, o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) afirma que há, para cada hectare destruído, uma área equivalente degradada, ampliando o problema. Essas áreas não constavam dos dados oficiais. Representam os casos em que a floresta foi removida ou queimada, mas ainda mantém parte da sua vegetação.

Esse fato expõe tática furtiva dos madeireiros criminosos, que passaram a desmatar no período chuvoso, ao abrigo das nuvens escuras. Ao fim das tormentas, a área é fechada por arbustos e vegetação de menor porte não abatidos, o que dificulta a leitura precisa via satélite.

Embora tenha havido declínio sazonal no ritmo da destruição — de 69%, em relação a setembro do ano passado —, as condições desfavoráveis continuam



praticamente inalteradas, mantendo o potencial de destruição. E precisamos de mais tempo para aferir se o ataque à floresta realmente estagnou e retrocede.

Por outro lado, é necessário dar caráter factível à legislação ambiental, pois seus efeitos são pouco concretos. A impunidade torna-se patente mesmo para os condenados por crime ambiental. O IBAMA demonstra que foram aplicadas multas no valor de 430 milhões de reais no ano passado. Desse total, apenas 10% foram realmente executadas — quase sempre irrisórias, aquém do lucro presumido. As punições, quando ocorrem, são brandas, o que é um grande estímulo à impunidade.

Sem a adoção de medidas práticas não avançaremos muito. Restará o conformismo com a quebra de pico na aceleração do desmatamento. Por isso, destaco a relevância do *2º Simpósio da Amazônia: O Desafio do Modelo de Desenvolvimento*. Promover o desenvolvimento humano configura os alicerces certos para assentar o plano de preservação.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



O SR. VITAL DO RÊGO FILHO (Bloco/PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna no dia de hoje destacar tema que pode provocar preocupação aos consumidores brasileiros. Trata-se da fusão, anunciada na última segunda-feira, entre o Itaú e o UNIBANCO, 2 dos maiores bancos privados do País.

Essa transação resultará no maior banco do Brasil e da América Latina, com ativos totais de R\$575,1 bilhões, ou, nas palavras do Presidente do UNIBANCO, Pedro Moreira Salles, na 17ª maior empresa financeira do mundo.

O que me preocupa, na condição de Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor na Câmara dos Deputados, é a concentração dos bancos no mercado brasileiro - e acredito que essa seja a maior conseqüência do fato. Normalmente, concentração de mercado é ruim para o consumidor.

Em processos de fusão, o consumidor pode ficar desassistido, pois corre o risco de não ter para onde ir, uma vez que a concorrência se estreita. E já é difícil para o consumidor escolher o banco a que confiará suas economias mensais. Não é justo que, com a fusão, o consumidor pague mais tarifa e tenha pior atendimento, e, no fim, os bancos registrem lucros exorbitantes. Os clientes vão sentir, nas taxas de juros de algumas modalidades de crédito e no valor dos serviços, as conseqüências de uma menor concorrência no sistema financeiro brasileiro, já tido como um dos menos competitivos do mundo.

Faço minhas as palavras da gerente jurídica do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor — IDEC, Karina Grou, que considera que a fusão de bancos tem de trazer benefícios para o correntista. O que não pode acontecer é o fechamento de agências e a eliminação de canais de serviço. Para o IDEC, a união deve ser



conduzida com transparência, a fim de que não restem dúvidas. Como lembra a gerente do Instituto, sempre que acontecem manobras desse tipo, o cliente fica em dúvida sobre o destino da sua poupança, do seu fundo de previdência privada etc. É preciso que o cliente seja bem informado.

Na Presidência da Comissão de Defesa do Consumidor, ficarei atento a essas mudanças, para que os clientes desses bancos não sejam prejudicados com a fusão e a mudança no mercado financeiro.

A maior recomendação das entidades de defesa do consumidor e de especialistas para os correntistas do Itaú e do UNIBANCO é a de que fiquem atentos a eventuais mudanças de serviços e taxas cobradas que venham a ocorrer a partir de agora. No comunicado que liberaram, os 2 bancos informam que as operações e negócios realizados com clientes, credores e fornecedores, não sofrerão nenhuma alteração: o Itaú e o UNIBANCO continuarão operando no Brasil e no exterior nos moldes atuais. É necessário, porém, que os consumidores fiquem vigilantes a quaisquer mudanças que ocorram em suas contas após a liberação da fusão pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pelas agências do Governo.

Outra consequência dessa transação, Sras. e Srs. Deputados, é o acirramento da concorrência com outros grandes bancos, como BRADESCO e Banco do Brasil, o que pode permitir o repasse de ganhos de escala ao correntista. Na concorrência com os grandes, a tendência é a de que alguns bancos pequenos e médios sejam absorvidos, conforme declarações de especialistas em economia. Já o BRADESCO deverá fazer novas aquisições, entrando de vez na briga pelo Nossa Caixa, que o Governo ia colocar no colo do Banco do Brasil, sem licitação, com a



aprovação da Medida Provisória nº 443, de 2008, que autoriza o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a comprarem instituições financeiras em dificuldades.

Após o anúncio da grandiosa fusão entre Itaú e UNIBANCO, nós, Parlamentares membros da Comissão de Defesa do Consumidor, estamos preocupados em estudar melhor a prerrogativa dada pela referida MP ao Banco do Brasil e à Caixa de comprar bancos em dificuldades, porque, no nosso entendimento, a concentração do mercado pelas grandes empresas afetará imediatamente o consumidor. Por tudo isso, precisamos rever a Medida Provisória nº 443 com acuidade, para não prejudicarmos mais ainda o mercado e os consumidores brasileiros.

É o que tenho a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



O SR. MARCOS MONTES (DEM-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero manifestar minha preocupação com a crise financeira que estamos passando. Nossa economia está há 6 anos sob céu de brigadeiro e elevação dos gastos públicos, mas, como os homens de bom senso já esperavam, chegamos ao fim desse período em que o Governo aproveitou a estabilidade para agir sem responsabilidade, aparelhando a máquina pública. Isso já compromete os investimentos, a geração de empregos, eleva os índices inflacionários e reduz o poder de compra dos mais pobres.

É neste momento de crise que o Brasil conhecerá suas grandes lideranças político-administrativas. Foram 6 anos de céu de brigadeiro em que o atual Governo investiu pouco e gastou mal os recursos públicos sem encontrar dificuldades. O pleito eleitoral se encerra, e o País terá condições reais de avaliar quem é quem neste momento conturbado da economia mundial, pois não será possível contar com o peso dos cofres públicos, mas apenas com a habilidade de pilotar no meio dessa turbulência.

A estabilidade de nossa economia e o uso da máquina pública foram utilizados nesse pleito eleitoral com o objetivo de massacrar os partidos de oposição. Essa ganância compromete as bases da economia, bem como a solidez de nossa democracia. Ficou claro nesse período que a máquina pública foi utilizada com o objetivo de perpetuar a base governista no poder e contrariar o maior dos princípios constitucionais, o pluralismo político.

A prova da irresponsabilidade e do projeto monocrático de poder são as declarações contraditórias sobre a crise. O Governo afirmou, antes das eleições, que a crise não chegaria ao Brasil, mas após o pleito o discurso mudou. Esta



semana, o Ministro da Fazenda admitiu que a crise vai ser longa e com forte impacto sobre a economia real em todos os países, inclusive no Brasil.

Aproveito este momento para uma avaliação dos últimos 20 anos de nossa economia em que medidas duras e necessárias foram tomadas, o que nos proporcionou momentos de estabilidade.

O Governo Sarney extinguiu a conta movimento do Banco do Brasil e criou o Tesouro Nacional; o Governo Itamar, o Plano Real; o Governo FHC, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas medidas, cada uma a seu tempo, foram fundamentais para a solidez de nossa economia. Muitas dessas ações foram impopulares, mas decididas com fundamentação técnica e sobretudo pensando a longo prazo.

O atual Governo, porém, vem na contramão e apenas elevou as despesas. Ele goza de um elevado capital político, mas não institui uma agenda propositiva capaz de manter o equilíbrio econômico, como a reforma tributária e a conseqüente redução da carga tributária. Por isso, reafirmo a posição do meu partido, de lutar contra o uso abusivo da máquina pública e desse projeto monocrático de poder, que compromete tanto a estabilidade econômica como a solidez de nossa democracia.



O **SR. MARCELO ITAGIBA** (Bloco/PMDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna desta Câmara dos Deputados para manifestar a minha indignação com a visita do Chanceler brasileiro Celso Amorim ao Irã. Pensei que a imagem estampada recentemente na imprensa do encontro do Presidente Lula com o Presidente do Irã, em setembro, durante a Assembléia Geral da ONU, tivesse sido meramente um triste e inevitável encontro protocolar. Afinal, eu jamais poderia imaginar que aquele encontro, na verdade, viesse a se constituir em uma visita oficial do nosso Chanceler a um país cujo Presidente, além de pretender negar a ocorrência do Holocausto, que matou mais de 6 milhões de seres humanos judeus, vem também propugnando a extinção do Estado de Israel. Ou seja, não satisfeito em negar o genocídio de milhões, Mahmoud Ahmadinejad, com suas declarações, deseja realizar um segundo holocausto.

Tenho grande respeito pelo Itamaraty, pelos seus membros e por suas propostas de política externa independente, mas não posso admitir que alguns atuem à moda Chamberlain, Primeiro-Ministro inglês, que, com a sua pouca visão, permitiu o fortalecimento do Nazismo e a Segunda Guerra Mundial.

Não podemos permitir que a política externa brasileira atue como alguns diplomatas que, durante o Estado Novo, por trás de seus bigodinhos e suas suásticas tatuadas no peito, apoiavam o nazi-fascismo e elaboravam resoluções reservadas que impediram a entrada, em nosso País, de refugiados judeus que acabaram massacrados na Europa. Como política externa, prefiro a do Itamaraty que apoiou a criação do Estado de Israel.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



O SR. MÁRIO DE OLIVEIRA (PSC-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta não é a primeira vez nem será a última que assumo à tribuna para manifestar a minha preocupação com as mudanças ecológicas sem precedentes que já estão ocorrendo e que vêm abalando o nosso ecossistema e o equilíbrio do planeta Terra.

Senhores, aquele que, como verdadeiro cristão, crê que o mundo não existe por si mesmo, mas que provém do Espírito criativo de Deus, toma consciência do fato de que não podemos usar e abusar das coisas do mundo como se fossem simples objetos da nossa vontade ou da nossa vaidade. Ou ainda: aquele que crê no Espírito Criador, toma consciência do fato de que temos o dever de considerar a criação como um dom que nos foi confiado, não para a destruição, mas para o desenvolvimento da humanidade.

Diante das múltiplas formas de abuso da Terra que hoje vemos, já é tempo de o homem perceber que a causa do meio ambiente é a causa do próprio homem, entidade espiritual e ao mesmo tempo material, guardião e destinatário dos recursos naturais como produtos da sua inteligência e da sua técnica.

Na verdade, Srs. Deputados, falar de meio ambiente, de florestas, de animais, de recursos hídricos, do ar, do solo e dos povoamentos humanos é refletir sobre as condições de vida e de sobrevivência da humanidade. As conseqüências do desrespeito pelo meio ambiente serão os prejuízos para a coexistência humana, que terá, assim, atraçoada a sua dignidade. Além disso, serão violados os direitos dos cidadãos que desejam viver num ambiente sadio.

Ambiente sadio? É triste acompanharmos, por exemplo, a União Mundial para a Conservação da Natureza (criada em 1948 e que reúne 81 Estados, 113 agências



governamentais, mais de 850 ONGs e cerca de 10 mil especialistas e analistas de mais de 180 países) denunciar que o número de espécies de animais e plantas ameaçadas de extinção chegou a 16.119, quando apresentou a sua "lista vermelha", atualizada em 2006, na qual foram incluídos o urso polar, o hipopótamo e diversas flores do Mediterrâneo. E mais: nela foram incluídos 1 de cada grupo de 3 anfíbios; 25% das árvores de coníferas; 1 de cada grupo de 8 aves; e 1 de cada grupo de 4 mamíferos.

Nesse triste cenário, a entidade ainda avisa: o número total de espécies oficialmente declaradas extintas é de 784; e há outras 65 que podem ser encontradas somente em cativeiro ou em cultivo.

Ora, senhores, essa "lista vermelha" de 2006 mostra clara tendência: a perda de biodiversidade, que traz a reboque grande impacto na produtividade e na capacidade de recuperação dos ecossistemas. Sem a gestão do meio ambiente, o desenvolvimento econômico e social que tanto almejamos não poderá ter fundamento sólido. E, sem desenvolvimento, não haverá instrumentos de investimento, tornando assim impossível a salvaguarda do meio ambiente.

Desse modo, senhores, creio que temos de enfrentar urgentemente o grande desafio apresentado pelas mudanças climáticas e pelos graves impactos já trazidos à natureza. Como? Permutando o nosso presente modelo de busca precipitada do crescimento econômico em nome do progresso por um modelo que dê a devida atenção às conseqüências das suas ações e que tenha mais respeito pela criação que pertence a todos nós em conjunto, acompanhado de desenvolvimento humano integral, atento às gerações do presente e do futuro.

Precisamos, hoje, de uma visão moderna e criativa de desenvolvimento que



procure utilizar os conhecimentos culturais, biológicos, sociais e políticos de uma região, com a ajuda de técnicas ecologicamente prudentes, para impedir o desperdício inconsiderado dos recursos, cuidando para que sejam empregados na satisfação das necessidades de todos os membros da sociedade, dada a diversidade dos meios naturais e dos contextos culturais.

A sociedade precisa acordar!

Portanto, Sr. Presidente, consciente do meu compromisso político de apoiar todos os esforços legislativos para a preservação do meio ambiente e para a promoção do desenvolvimento sustentável; consciente do meu compromisso ético, ideológico e religioso de animar todos os esforços envidados para salvaguardar as obras de Deus, deixo registrada nos Anais desta Casa a minha disposição para o enfrentamento dessa batalha, que significa o enfrentamento pela continuação da existência humana na Terra.

Estou a postos! Contem comigo!

Muito obrigado.



O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar o Ministério da Educação, especialmente, a Diretoria de Ações Educacionais, comandada pelo Sr. Rafael Tourinho. Neste ano de 2008, cerca de 30 milhões de alunos dos ensinos infantil, fundamental e médio estão sendo beneficiados com os novos acervos literários que o Ministério da Educação está distribuindo para as escolas públicas do País.

A iniciativa visa manter um ciclo de regularidade na distribuição de acervos dos mais importantes clássicos contemporâneos e obras de referência literária, permitindo, assim, que, a cada 2 anos, as escolas recebam um acervo novo - no caso das escolas de ensino fundamental completo, anualmente.

O MEC está investindo R\$ 11.140.563,20 na educação infantil, para atender 5.065.686 alunos de 85.179 escolas. As instituições com 150 alunos, consideradas de pequeno porte, receberão um acervo com 20 títulos. As escolas que têm entre 151 e 300 alunos receberão 2 acervos, e aquelas com mais de 301 alunos matriculados, 3 acervos.

No ensino fundamental, o investimento é de R\$ 25.622.011,90 para atender 127.661 escolas e 16,43 milhões de alunos matriculados. As escolas com até 250 alunos vão receber um acervo com 20 títulos; as que têm entre 251 e 500 alunos, 2 acervos; entre 501 e 750, 3, e entre 751 e mil, 4. Instituições com mais mil alunos ganharão 5 acervos.

Os acervos são compostos por textos em verso (poemas, quadras, parlendas, cantigas, trava-línguas, adivinhas), em prosa (pequenas histórias, novelas, contos, crônicas, textos de dramaturgia, memórias, biografias), livros de imagens e de



histórias em quadrinhos, entre os quais se incluem obras clássicas da literatura universal adaptadas ao público da educação infantil, séries e anos iniciais do ensino fundamental.

Tenho acompanhado a implementação do programa no Rio Grande do Sul, e verifiquei como essas obras têm sido bem aproveitados. Em Alvorada, Cachoeirinha, Ijuí, Mariano Moro, Osório, Santo Augusto, Sapiranga e Sarandi, foram contempladas 33 escolas e bibliotecas municipais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



O SR. VANDER LOUBET (PT-MS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna para agradecer e reivindicar a atenção do Governo Federal, particularmente do Ministério da Cultura e do Gabinete Civil, para a questão das comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul. São centenas de famílias remanescentes dos escravos, ocupando terras de seus ancestrais em situação precária, tanto do ponto de vista jurídico quanto, principalmente, do ponto de vista social e econômico.

Juridicamente, quero crer que o cenário é agora um dos mais favoráveis. Os primeiros processos de reconhecimento estão sendo concluídos. Há poucos dias, recebi da Mesa Diretora, diretamente do ilustre Primeiro-Secretário, Deputado Osmar Serraglio, cópia de manifestações da Ministra-Chefe do Gabinete Civil, Sra. Dilma Rousseff, e de diretores do Ministério da Cultura e da Fundação Palmares, dando conta, e resposta positiva, a gestões que encaminhei, no ano passado, em favor de comunidades do povo negro de Mato Grosso do Sul.

No entanto, o processo de reconhecimento contém diversas etapas. Uma delas, a próxima, quero crer, é a regularização fundiária das terras quilombolas, responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Outra providência que precisa ser elencada no topo das prioridades é a assistência social e econômica às famílias.

As comunidades quilombolas precisam de reforço nos investimentos em infraestrutura viária, habitacional, de saúde e educação, de alimentação e de qualificação profissional e de criação de alternativas de geração de emprego e renda. Trata-se de um conjunto de providências impostergáveis, pelas quais, tenho certeza, o Governo do Presidente Lula se empenhará, com apoio dos nobres pares desta



Casa.

É agradecendo a atenção do Governo Federal pela execução da primeira etapa do reconhecimento ao povo quilombola, ao povo negro, que me permito renovar o apelo no sentido de que as instâncias competentes acelerem e concluem todo o trâmite de regularização de tais comunidades, com as quais o Brasil possui uma antiga e descomunal dívida social e cultural.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



O SR. SANDES JÚNIOR (PP-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a atual crise econômica começou quando o mercado imobiliário dos Estados Unidos percebeu que muitos devedores não teriam como pagar seus financiamentos mesmo que vendessem a casa. Logo em seguida, muitos bancos credores revelaram-se inadimplentes, desencadeando a crise que muitos previam, mas que ninguém sabe onde pode parar.

O abalo vivenciado nos dias de hoje só é menor do que o registrado por ocasião da grande crise de 1929; no entanto, está só no começo, e o nervosismo é muito grande. Se, por hipótese, o novo Presidente dos Estados Unidos for assassinado ou desacreditado, ou se um novo atentado terrorista ocorrer, ou se a economia da China apresentar algum problema adicional, enfim, qualquer novo elemento pode fazer a crise aprofundar-se e torná-la até pior que a de 1929.

Antes de mais nada, devemos parar de dizer que ela foi causada pela irresponsabilidade dos que apostavam no "cassino" financeiro. Ora, quem inchou a "bolha" de créditos foram pessoas normais, que acreditaram na manutenção de seu emprego, no crescimento da economia e na possibilidade de pagar os empréstimos que lhes foram oferecidos. Da mesma forma, os banqueiros que emprestaram aos clientes mais pobres acreditavam na duração da liquidez internacional, ambiente econômico em que cada vez mais aumentavam os empregos e as riquezas, inclusive no Brasil e, de maneira geral, nos países em desenvolvimento.

As chamadas apostas do mercado são baseadas em análises racionais e equivalem às apostas dos agricultores, que plantam acreditando na chuva e raciocinando que, no ano seguinte, o preço do produto vai dar um bom lucro. Às vezes, as chuvas não vêm, ou cai granizo, ou todos plantam o mesmo produto, e



fica mais barato deixar apodrecer do que levar a produção ao mercado.

A crise está em pleno curso. Talvez esteja só no seu começo; é difícil saber, pois os que tinham créditos podres foram prevenidos e os venderam a outras instituições ou pessoas. Essas instituições e/ou pessoas, por sua vez, fizeram o mesmo, e sempre com deságio. Em tese, essas operações diluem os riscos. De fato, diluíram; mas diluíram em todo o mundo, de forma que o pequeno aplicador brasileiro está perdendo dinheiro porque os americanos vão comprar menos automóveis da China, que vai comprar menos aço das empresas brasileiras, que vão demitir, causando a diminuição das vendas no varejo, numa cadeia de acontecimentos imprevisíveis. A globalização tem também o lado negativo, e pode demorar meses até que a recessão agora presente no hemisfério norte chegue ao hemisfério sul.

A atual crise vinha sendo anunciada há mais de 4 anos. É uma crise cíclica do capitalismo e, com certeza, terá um fim, como todas as anteriores. Até porque não existe alternativa ao capitalismo: mesmo os países ditos comunistas, como China ou Cuba, ou socialistas, como a Venezuela, praticam capitalismo — nesse caso, um capitalismo sem liberdade, fortemente controlado pelo Estado, explorador dos trabalhadores, cheio de corrupção e favorecimento aos parentes dos governantes.

No entanto, ninguém sabe quando a crise terá fim e qual a sua profundidade. Em 1973, quando veio o primeiro choque do petróleo, o Governo militar brasileiro não quis acreditar na crise e continuou se endividando e investindo. Os juros subiram, ninguém comprou as mercadorias brasileiras, não tivemos como pagar o financiamento das obras, e o País afundou na década de 80.

Essa é uma grande lição histórica, e não podemos desprezá-la. O Governo



não pode continuar investindo e gastando como se o dinheiro fosse continuar entrando e como se os investimentos fossem render lucros num curto espaço de tempo. Precisamos, num momento como este, reavaliar o cenário nacional e internacional, monitorar de perto os gastos duvidosos e as obras faraônicas e só fazer novos investimentos após o alcance de relativa tranqüilidade quanto ao que vai ocorrer nos próximos anos.

Não podemos, Sras. e Srs. Deputados, como na década de 70, investir em transamazônicas e usinas nucleares; é mais sensato esperar, e fazer caixa para tempos que talvez sejam difíceis.

Se a crise não for tão grave, tanto melhor. Não teremos perdido nada, e estaremos mais capitalizados. Se for grave, estaremos preparados.

É a minha mensagem, Sr. Presidente.



O SR. MARCELO SERAFIM (Bloco/PSB-AM. Pronuncia o seguinte discurso.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo do Estado do Amazonas, com uma vitória histórica, o democrata Barack Obama chega à Casa Branca com o voto de mais de 66% dos eleitores registrados nos EUA. Trata-se de um recorde de comparecimento daquele país às urnas nos últimos cem anos. O povo de lá nunca se interessou tanto por uma eleição como essa que eles ajudaram a fazer de Obama o Presidente de os EUA.

A vantagem, Sr. Presidente, sobre o adversário John McCain foi a maior registrada desde 1996. Com vitória nos Estados de Ohio e Virgínia, tradicionais redutos republicanos, a eleição dos Estado Unidos marca ainda uma mudança no mapa eleitoral.

Note-se, Sr. Presidente, que os Estados Unidos passaram pela maior transformação em sua postura no mundo desde a eleição de John Fitzgerald Kennedy, em novembro de 1960.

Sr. Presidente, com a vitória de Obama, tudo parece mudar. Exatamente tudo. Os EUA sempre foram um país arrogante. Era a inveja do mundo. Sem exageros. Com a vitória de Barack Obama, portanto, estamos diante de grandes expectativas, entre outras coisas, de mudanças cruciais.

Sr. Presidente, verdade seja dita, os Estados Unidos nunca foram tão impopulares, tão ridicularizados e tão desprezados pelo mundo exterior como nesses últimos meses da Presidência de George W. Bush. Não sou eu que digo isso, é uma reflexão que faço à luz dos acontecimentos e, sobretudo, das pesquisas de opinião ao redor do mundo, que confirmam a impopularidade dos Estados Unidos.



Portanto, Sr. Presidente, eis a chance de os EUA imprimirem a marca da mudança. Os eleitores apostaram em Obama. Nesse sentido, a chance daquela Nação está nas mãos de um homem negro e jovem, aparentemente agradável e modesto. Barack Obama tornou-se presidente e sua eleição é recebida de maneira favorável em toda parte do Planeta.

Sras. e Srs. Deputados, essa é a confirmação de uma vontade mundial. Falo isso porque, há alguns meses, uma pesquisa realizada pelo Serviço Mundial da BBC em 22 países indicou que as pessoas preferiam Barack Obama a John McCain numa proporção de 4 a 1. Ou seja, quase a metade dos entrevistados disse que, se o Senador Obama fosse eleito, mudaria totalmente sua opinião sobre os Estados Unidos.

Na verdade, Sr. Presidente, o mundo já não aguentava mais a política arcaica dos EUA, imprimida pela gestão de George W. Bush. Velha e ultrapassada. Para se ter uma idéia, durante os 8 anos de sua gestão, a palavra que as pessoas usaram repetidamente para qualificar a abordagem da Presidência de Bush vinha sendo "arrogância".

Sr. Presidente, o tom em Washington sempre nos pareceu de superioridade, beirando o desprezo mundial. Se pudermos reparar os discursos dos homens comandados por Bush, poderemos ver, por exemplo, que estavam sempre muito preocupados com a ocupação do Iraque, que, diga-se de passagem, foi feita em um desafio à opinião da maior parte da comunidade internacional.

Lembremos nesta tribuna, Sr. Presidente, que, na pressa de começar a guerra, em 2003, quando muitos políticos americanos tinham receio de se posicionar contra a multidão, Barack Obama condenou a invasão publicamente e com



veemência. Já naquela época, Barack Obama se portava com um diferencial. O fato de ser eleito presidente é a sua recompensa por isso.

Note-se, Sras. e Srs. Parlamentares, que todos que pelo mundo sentiram que a guerra do Iraque foi um erro vão achar agora que os Estados Unidos escolheram um caminho diferente, um caminho que se afasta de Guantánamo, Abu Ghraib, tortura por afogamento simulado de prisioneiros e coisas do tipo.

Sr. Presidente, eleito Presidente, Obama nos leva a crer que daqui para frente tudo vai ser diferente. Até porque os Estados Unidos não são mais a potência que já foram. Sem querer, caros colegas Deputados, o Presidente Bush demonstrou isso. O país ainda pode voltar a ser a grande liderança mundial, mas, na atualidade, não está mais em posição de dar ordens ao resto do mundo. Claramente, Sr. Presidente, Barack Obama entende isso. Como afro-americano, seu passado não é de privilégio e superioridade.

Faz-nos crer, Sr. Presidente, que Barack Obama vai estar aberto ao mundo de uma forma que o Presidente Bush nunca esteve. Nesse sentido, renova-se a esperança da Nação e do mundo. Mas isto não é garantia de que Barack Obama terá sucesso como presidente. Jimmy Carter entendeu o domínio mais limitado dos Estados Unidos no mundo pós-Vietnã e se recusou a dar ordens ao mundo. Atualmente a maioria dos americanos considera Carter um fracasso.

Mas o mundo exterior, Sras. e Srs. Deputados, está feliz com a vitória de Obama. O Brasil está feliz com a eleição de Barack Obama. Eu estou feliz com a eleição de Barack Obama.

Eram essas as minhas palavras.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Passa-se ao

V - GRANDE EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gonzaga Patriota.



O SR. GONZAGA PATRIOTA (Bloco/PSB-PE. Sem revisão do orador.) -
Eminente Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, para mim é uma alegria falar hoje de assunto tão importante, a crise financeira que assola o mundo, tendo V.Exa., um pernambucano de Serra Talhada, na Presidência dos trabalhos desta Casa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, enquanto aqui se discute essa crise sem limites, os Estados Unidos elegeram ontem o Senador Barack Obama, que, com certeza, durante os próximos 4 anos, a partir de janeiro, será a esperança do mundo.

O mundo já enfrentou diversas crises, quando, principalmente os países menores ou em desenvolvimento, muitas nações se socorreram dos Estados Unidos, que, nos últimos 7 ou 8 anos, meteu-se numa grande crise de valores, abalando o mundo.

Os Estados Unidos se envolveram em guerras fratricidas, como por exemplo, para não citar outras, a do Iraque. E o mundo agora vê, democraticamente, mesmo que por um colégio eleitoral, a eleição de Barack Obama, um negro de descendência africana, um democrata que traz a esperança.

O Sr. Mauro Benevides - V.Exa. me permite um aparte, Deputado Gonzaga Patriota?

O SR. GONZAGA PATRIOTA - Com certeza, eminente Deputado Mauro Benevides. O nosso pronunciamento trata de economia, de crise, de socorro a bancos, mas nós falaremos duas coisas que interessam diretamente a V.Exa. e ao seu Estado, o Ceará. No final do discurso, vamos falar sobre renegociação de dívidas da agricultura, sobre o setor da fruticultura e também sobre a integração da



Bacia do São Francisco com outras bacias, inclusive a do Jaguaribe, no seu Estado. V.Exa. tem a palavra.

O Sr. Mauro Benevides - Nobre Deputado Gonzaga Patriota, a essa altura do seu pronunciamento, recém-iniciado, vejo que V.Exa. pretende fazer uma abordagem que envolve também o interesse do Nordeste e do meu Estado. Eu me regozijo com V.Exa., que, identificando a crise mundial com suas amplas repercussões, entende que a ascensão de Barack Obama, Presidente eleito dos Estados Unidos, significará algo de positivo no reencontro de uma alternativa que possa atender a um quadro extremamente delicado, transformado em crise, que atinge todos os continentes. Portanto, no curso do seu pronunciamento, eu confio que, nessas particularidades que V.Exa. começa a acentuar, nós identifiquemos aquelas fórmulas que possam soerguer o Nordeste, em especial o Estado de V.Exa. e o meu próprio, e assim conviver com a nova realidade que se instalará no Brasil e em outras nações do Universo. Cumprimento V.Exa. pelo seu discurso.

O SR. GONZAGA PATRIOTA - Deputado Mauro Benevides, agradeço a V.Exa. o aparte, que incorporo ao meu pronunciamento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essa crise mundial nos deixa preocupados, apesar de o Brasil já ter atravessado muitas crises. Os Governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso prepararam o País para enfrentar essas crises, algumas já debeladas, principalmente nesses quase 6 anos do Governo do Presidente Lula, que promoveu uma ação integrada da sociedade. O atual Governo cuidou do povo, distribuiu renda e também se preparou para esses desafios.



Mas vemos aqui, eminentes Srs. Deputados, que, quando se anunciou a crise no Brasil — que praticamente pagou a sua dívida externa, além de triplicar nos últimos anos as suas exportações —, crise essa que ainda não chegou aqui, o Governo encaminhou a esta Casa medida provisória, já aprovada, a princípio para salvar bancos, que são os maiores beneficiários de qualquer crise, por mais aguda que ela seja. Anteontem houve a megafusão do terceiro e do sétimo maiores bancos do País — Itaú e UNIBANCO —, para que se beneficiem, além do que já são beneficiados, via medida provisória aprovada nesta Casa.

Perguntamos, então, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: e o mercado, o comércio, o trabalhador, o empregado, o desempregado, onde ficam com os efeitos dessa medida provisória e com as ações de distribuição de renda, de financiamento, de aproximação entre Governos — Federal, Estaduais e Municipais — e os que produzem neste País?

Eu, por exemplo, citei anteriormente a nossa região, que depende da exportação, mas muito mais da importação. Importamos quase tudo, principalmente no setor da fruticultura. Antes, importávamos com o dólar valendo R\$4; recentemente, com o dólar valendo R\$1,50; agora, com ele valendo mais de R\$2. Onde vamos parar, se ainda não está havendo, principalmente por parte do Governo Federal, esse cuidado com os produtores?

Em nosso pronunciamento, Sr. Presidente, vamos tratar muito claramente disso — e vejo aqui o Presidente da Frente Parlamentar da Fruticultura, Deputado Afonso Hamm. Aprovamos medida provisória, transformada em lei, para renegociação das dívidas agrícolas. Porém, mais uma vez, não se vê cuidado para renegociar as dívidas de pequenos serralheiros, que vivem lá na periferia e tomaram



dinheiro dos Fundos Constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste e que não tiveram condições de renegociar suas dívidas. Quando falo em serralheiro, refiro-me também ao dono da farmácia, ao pequeno comerciante. Assim é o caso do fruticultor do Brasil, que, mesmo com essa lei oriunda de medida provisória, também ficou totalmente alijado desse processo.

Precisamos implementar políticas sérias, corajosas, para quem trabalha e para quem produz. Digo isso, Deputado Mauro Benevides, porque o Município onde resido e que me adotou há mais de 30 anos, quando tinha 80 mil habitantes — hoje ultrapassa a casa dos 300 mil habitantes —, Petrolina, vive basicamente da fruticultura e do comércio, que sustentam a pequena indústria local, a qual gera mais de 25% dos empregos na região.

O que temos mais a dizer num pronunciamento como este? Que estamos preocupados com a crise econômica mundial, mas que nos alegramos com a eleição de um democrata à presidência dos Estados Unidos, embora não saibamos o que acontecerá com o produtor de frutas do Vale do São Francisco, nem do Sul, região de V.Exa., Deputado Afonso Hamm, nem com os produtores de castanhas e de abacaxi do Ceará, Estado do Deputado Mauro Benevides. É isto que nos preocupa muito.

Por isso preparei este pronunciamento com mais de 50 laudas, com muito cuidado, juntamente com minha assessoria, com a assessoria do partido, e peço que ele seja publicado em anexo a este meu discurso, uma vez que não terei tempo de lê-lo. Nele afirmamos ao Governo e aos presidentes dos bancos que queremos conversar e negociar, mas principalmente que queremos que essa discussão seja a mais ampla possível nesta Casa.



Ouçó, com muita atenção, o Presidente da Frente Parlamentar da Fruticultura Nacional, Deputado Afonso Hamm.

O Sr. Afonso Hamm - Deputado Gonzaga Patriota, primeiro, quero dizer que é um orgulho ter V.Exa. como defensor da fruticultura nacional, grande líder político que conhece bem o seu Estado, Pernambuco, bem como a transformação que a fruticultura trouxe com a geração de empregos, tornando o Vale do São Francisco uma região exportadora. Quero parabenizá-lo pela iniciativa. Quero dizer também que a Frente Parlamentar da qual V.Exa. é membro e diretor conta com 236 Deputado Federais e 19 Senadores. Quero ao término deste aparte ratificar o seu pronunciamento, para que possamos levar às autoridades as iniciativas que devam ser tomadas por meio do seu encaminhamento. Mais uma vez, quero cumprimentá-lo e dizer que, em relação à Frente Parlamentar da Fruticultura, temos inserido várias emendas no Orçamento. É fundamental resolvermos o passivo da fruticultura. Hoje são mais de 5 milhões de empregos no Brasil, nos 30 pólos de fruticultura distribuídos de norte a sul e de leste a oeste do País. Daí a importância de se desenvolver essa política de sustentação para quem produz. Portanto, parabéns! Somo-me a essas suas iniciativas. Precisamos, sim, promover as políticas de exportação e de preços, além de resolver o problema do endividamento. Parabéns, Deputado Gonzaga Patriota!

O SR. GONZAGA PATRIOTA - Agradeço ao meu Presidente Afonso Hamm.

Antes de continuar meu pronunciamento, no qual, inclusive, tratarei da economia nacional, sem deixar de mencionar a economia nordestina, uma região ainda pobre, ainda em desenvolvimento, quero referir-me à integração de bacias.



Sei que o lado direito do Rio São Francisco tem seus problemas e que o lado esquerdo quer ver essa integração até como um ato de solidariedade e de desenvolvimento. Sei que somente com isso, em 2 anos, foram investidos mais de 1 bilhão de reais na revitalização do rio.

Ouçó o eminente Deputado Pedro Valadares.

O Sr. Pedro Valadares - É uma honra aparteá-lo, Deputado Gonzaga Patriota. Conheci V.Exa. em 1990, quando cheguei a esta Casa. Uma das cabeças mais brilhantes do Congresso Nacional, faz V.Exa. pronunciamento que encerra uma preocupação de todos nós. Claro que Barack Obama vem chamando a atenção do mundo todo. Ele não é Presidente do mundo, mas logicamente, ao assumir a Presidência dos Estados Unidos, terá o poder de levar o mundo para onde quiser: para o buraco ou para um lugar melhor. Lógico que preferimos e esperamos que Barack Obama opte pela segunda alternativa. Esta é a esperança que nós brasileiros e cidadãos do mundo todo depositamos em Barack Obama. Como bem lembrou V.Exa., Deputado Gonzaga Patriota, todos estamos muito preocupados com a situação dos produtores rurais, dos produtores de uva e de outras frutas do Nordeste, a exemplo do seu Estado, Pernambuco. Sergipe, com sua produção de milho e fruticultura, também se mostra muito preocupado com a atual situação da economia mundial. Espero que o pronunciamento de V.Exa. chegue aos Ministros da Economia e da Agricultura, para mostrar a S.Exas. que o Brasil vem perdendo muito com a política mundial. Outro assunto que gostaria de mencionar — embora V.Exa. não tenha tratado desse tema em seu pronunciamento — diz respeito ao Congresso Nacional. Nossa Casa precisa trabalhar mais. O Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, reclamou hoje de que, durante a Constituinte de



88, o Congresso não ficou uma semana sem votar — enquanto nós passamos aqui, às vezes, meses sem votar, por conta das medidas provisórias. Nunca, na história deste País, editou-se tanta medida provisória como agora. Portanto, é necessário que o Congresso trabalhe e que o Presidente da República diminua a edição de medidas provisórias. A meu ver, o pronunciamento de V.Exa. deveria ser ouvido por todos os Parlamentares e todos aqueles que se preocupam com a economia e a geração de empregos em nosso País. Parabéns, Deputado Gonzaga Patriota!

O SR. GONZAGA PATRIOTA - Agradeço a V.Exa., eminente Deputado Pedro Valadares, que, ainda com os cabelos pretos, chegava a esta Casa no momento em que terminávamos a Carta Magna. Não sei se V.Exa. já havia exercido mandato em Sergipe, mas já dava grande contribuição à Câmara dos Deputados.

Menciona V.Exa. o Presidente Lula e a Constituinte de 88. Hoje, fomos visitar o Parque Multiuso Bosque dos Constituintes. Lá encontramos as árvores que plantamos há 20 anos. Precisamos continuar plantando árvores.

Vejo que meu tempo já avança. Portanto, quero dizer que, neste pronunciamento escrito, quando falo em economia e crises — e por quantas crises já passamos? —, incluo a integração da bacia do Rio São Francisco com outras bacias. Eu nunca vi algo trazer tanto bem — e dizem que é o mal —, porque em 2 anos foram investidos 1 bilhão de reais na revitalização do Rio São Francisco.

Deputado Mauro Benevides, vai ser construído um pequeno canal indo de Sobradinho até os Municípios de Serrita e Salgueiro, o Canal Pernambuco, que passa por Rajada — vai ser cidade agora, com a aprovação da lei de emancipação de Distritos e Municípios. Outros 2 pequenos canais estão previstos. Haverá um canal com 16 metros cúbicos saindo de Cabrobó e passando por Salgueiro — cujo



Prefeito eleito está hoje em Brasília, trabalhando em prol dessa revitalização do Rio São Francisco. Em virtude disso, já inauguramos a ponte do Ibó e estamos concluindo a duplicação da ponte Presidente Dutra, que liga Petrolina a Juazeiro. Inclusive acabei de aprovar emenda ao PPA no valor de R\$7 milhões para concluir a parte que fica do lado baiano. O outro canal sai de Petrolândia e passa pela querida cidade de Sertânia e vai atender o Estado da Paraíba.

Sras. e Sr. Deputados, às vezes há quem fale contra essa integração de bacias. O Governo Federal vai investir de 5 bilhões a 6 bilhões de reais, através do Orçamento Geral da União, na economia de uma região próspera, que sempre foi explorada — os nordestinos sempre foram tratados como verdadeiros escravos, os negros, como o Presidente Luiz Alberto, e os brancos. Portanto, como quer o Presidente Lula, vamos, com determinação, fazer esse projeto de integração das duas bacias.

Sr. Presidente, não pude ler meu pronunciamento, porque ele tem mais de 50 laudas. Por isso, peço a V.Exa. que determine a sua transcrição na íntegra nos Anais da Câmara dos Deputados. Vamos entregá-lo às autoridades para ver como se comportará a economia brasileira e que tratamento o Governo dará, seja através de lei, seja de medida provisória, não interessa como, àqueles que produzem, àqueles que oferecem emprego, àqueles que ajudam na distribuição da renda brasileira.

Sr. Presidente, quero concluir dentro do tempo que me foi destinado e, assim, não posso conceder aparte ao meu grande colega Edgar Moury, ao lado de quem fui Deputado Estadual em Pernambuco nos idos da década de 80.



Agradeço aos colegas desta Casa do Congresso Nacional a atenção e os apertes.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em meio à crise econômica e financeira que vive hoje o mundo, os Estados Unidos da América elegeram ontem o Senador Democrata negro Barack Obama como seu Presidente.

Enquanto a crise financeira mundial assusta os pequenos, as grandes instituições financeiras do mundo se preparam para enfrentá-la ou para conviver com ela, como, por exemplo, já fizeram os grandes bancos brasileiros Itaú e UNIBANCO, que promoveram uma megafusão.

Essa crise econômica se delinea como uma das mais graves da história. A velocidade e a intensidade com que se vem manifestando é surpreendente. A cada dia se apresenta com uma nova face, envolvendo mais países e confirmando as previsões mais pessimistas.

O fato, Sr. Presidente, é que se trata de uma crise financeira sem precedentes desde a Grande Depressão, em 1929, originada no coração do capitalismo mundial, decorrente do comportamento imprudente de especuladores gananciosos e da ação leniente de reguladores omissos.

Mas o pior, Srs. Deputados, é que a parte mais fraca, representada por trabalhadores nas filas de desemprego e por países periféricos, que terão que adiar seus projetos de crescimento, mais uma vez será chamada a pagar a maior parte da conta.



É inadmissível, Sr. Presidente, que o esforço e o sacrifício empreendidos por famílias e empresas no mundo em desenvolvimento, na busca de garantir melhores condições de crescimento e distribuição de renda em seus países sejam alvejados por um descalabro financeiro originado na irresponsabilidade de agentes econômicos e dirigentes de países desenvolvidos.

Mais ainda, vemos uma enorme mobilização de governos e bancos centrais no sentido de colocar à disposição de instituições financeiras astronômica quantidade de recursos, enquanto, de outra parte, assistimos aos efeitos perversos de uma forte recessão se manifestarem sobre os resultados de inúmeros setores econômicos em todo o mundo.

De fato, Srs. Deputados, já é possível afirmar-se com razoável grau de certeza que uma ampla recessão mundial está em curso e que nosso País será inevitavelmente afetado. Com efeito, uma crise que se originou no mercado imobiliário norte-americano, a partir da maior bolha imobiliária e creditícia da história, tomou proporções inimagináveis, atingindo instituições financeiras de grande porte e sólida reputação, em escala global, gerando forte abalo de confiança no sistema financeiro, travando o fluxo de recursos entre as instituições financeiras, provocando a falência de grande número de bancos em diversos países, exigindo ações coordenadas e intervenções de governos e bancos centrais, na tentativa de conter o pânico.

A gravidade dessa situação modificou radicalmente o panorama financeiro mundial. O contágio dos mercados reais tornou-se inevitável a partir da contração do crédito, decorrente de um comportamento defensivo de investidores e instituições



financeiras na busca de liquidez, reforçada pela grande desconfiança sobre a solidez das instituições financeiras.

Concretamente, esse movimento defensivo provocou a derrocada dos preços de ativos, desequilíbrios nas taxas cambiais, queda do preço de *commodities*, enfim, atingiu de forma abrupta o planejamento e as perspectivas de todos os tipos de negócio mundo afora.

Se há algum aspecto positivo nessa crise, Sr. Presidente, é que se está estabelecendo um novo parâmetro de relacionamento entre os governos e os mercados. As recentes intervenções de governos e bancos centrais dos países desenvolvidos no sistema financeiro refletem a derrocada de um neoliberalismo radical e de uma ditadura do mercado antes idolatrada por líderes desses mesmos países.

A dura realidade da crise e o indesculpável papel do livre mercado na sua origem abriram caminho para uma era em que haja maior controle da especulação desenfreada, e um papel mais relevante para a intervenção governamental.

No entanto, a recessão já é uma realidade e se propaga justamente através das economias mais ricas do planeta. O produto interno vem caindo na Grã-Bretanha, na França, na Alemanha, no Japão e já se anuncia uma recessão expressiva também para os Estados Unidos.

A ação coordenada dos governos para debelar a crise financeira, injetando recursos e proporcionando garantias para retomar a confiança dos mercados e normalizar os fluxos financeiros, apesar de trazer esperanças de recuperação mais rápida, vem-se mostrando incapaz de garantir, no curto prazo, uma aterrissagem mais suave.



O fato é que mesmo aquelas economias emergentes que vinham tendo desempenhos acima da média mundial também serão afetadas.

Diante da inevitabilidade da crise, Srs. Deputados, cabe enfrentá-la de forma ativa e soberana, o que significa, antes de tudo, reconhecê-la, mas, principalmente, agir com a sensibilidade política necessária para atenuar seus efeitos sobre a economia doméstica e não cometer injustiças.

Sim, este momento requer espírito público e visão de estadista para decidir sobre o que é o melhor para o País, que sacrifícios devem ser feitos para evitar o pior, que ajustes devem ser realizados, que ações concretas devem ser planejadas para que os possíveis efeitos negativos dessa crise não nos peguem de surpresa em um futuro próximo. E, fundamentalmente, fazer opção por aqueles que são mais desprotegidos, em particular os trabalhadores assalariados, e manter o foco das políticas sociais, bem como a efetivação dos investimentos públicos planejados para dar uma nova cara a este País.

De fato, Sr. Presidente, há que se reconhecer que ainda persistem grandes incertezas sobre a intensidade e a duração dessa crise, bem como sobre seu verdadeiro impacto na economia real em âmbito mundial.

Mas, do ponto de vista interno, ações rápidas e eficazes têm sido tomadas, tirando proveito da situação privilegiada da economia brasileira, fruto de excelente trabalho realizado nos últimos anos, que construiu defesas cambiais sólidas e reduziu a vulnerabilidade da economia brasileira a crises internacionais.

A sabedoria popular, contudo, nos ensina que o diabo está nos detalhes. Apesar da solidez da economia brasileira, há que se cuidar dos detalhes, aqueles que podem desencadear situações adversas e inesperadas.



A restrição do crédito é apontada como o grande vilão da crise, aquilo que está propagando rapidamente a crise financeira para a economia real. De fato, já se sente no Brasil, ainda que em intensidade menor do que ocorre lá fora, a escassez de linhas de crédito pressionando importantes setores econômicos, como a construção civil, a indústria automobilística e a agricultura.

Assistimos a uma ação firme das autoridades no sentido de assegurar que haja recursos disponíveis, provendo a liquidez necessária às demandas setoriais, de forma a substituir a redução de recursos externos, antes fartos e baratos. No entanto, isso não basta. É preciso também assegurar que tais recursos cheguem a quem precisa, de forma ágil, desburocratizada e a um custo razoável.

O Brasil tem hoje características extremamente diferenciadas que nos garantem posição ímpar no cenário mundial. Primeiro, dispomos de uma indústria diversificada, de um grande mercado interno e de instrumentos de financiamento de longo prazo, como o BNDES, o que nos permite reorientar as prioridades econômicas diante das dificuldades que se apresentam.

Além disso, temos um sistema financeiro moderno e extremamente sólido, em comparação a outros países, e que se manteve isolado do problema original relacionado às hipotecas americanas.

Finalmente, a economia brasileira atravessa um momento de consolidação de investimentos e perspectivas de negócios muito atrativos.

Todas essas características, no entanto, não nos isolam da realidade mundial e, principalmente, do comportamento de manada que se abate sobre os investidores nos mercados financeiros e de capitais. As desvalorizações de ativos que se verificam no dia-a-dia dos mercados estão completamente descoladas da realidade



econômica das empresas brasileiras. Por essa razão, há que se agir com muita cautela e paciência, sem se deixar levar pelos humores de curto prazo e pelo *stress* dos investidores.

É preciso, antes de tudo, Srs. Deputados, ter confiança no nosso País e nas políticas que vêm sendo implementadas e que estão transformando a nossa economia. É preciso vislumbrar que os princípios econômicos fundamentais devem ser preservados, apesar da crise financeira.

O mercado bancário foi sacudido ontem pelo anúncio do maior negócio da história do sistema financeiro nacional: a fusão entre o Itaú e o UNIBANCO, a segunda e a quinta maiores instituições financeiras privadas do país. O “casamento”, como definiu o presidente do Itaú, Roberto Setúbal, resultou em um gigante com ativos totais de R\$575 bilhões, ou seja, o maior banco da América Latina, o nono de todas as Américas, o maior da metade sul do planeta e o 17º do mundo.

A operação também põe fim aos boatos que andaram circulando nos mercados sobre a saúde do UNIBANCO, que teria sido abalada pela crise mundial. *“Criamos um banco para ser um grande player (competidor) mundial, com uma forte base de capital”*, disse Pedro Moreira Salles, Presidente do UNIBANCO e futuro presidente do Conselho de Administração da empresa que controlará a nova instituição, a IU Holding. A fusão movimentará R\$80 bilhões, valor de mercado das duas instituições.

O novo banco abriu ampla margem de distância em relação aos concorrentes, tirando do Banco do Brasil a histórica posição de maior instituição financeira do País, com ativos de R\$403 bilhões (dado de junho), e do BRADESCO, com ativos de R\$348 bilhões, a liderança entre os bancos privados.



O Itaú-Unibanco terá 4,8 mil agências (18% da rede bancária brasileira), 14,5 milhões de clientes e 19% do mercado de crédito (R\$225 bilhões). *“Com certeza, o mercado brasileiro mudou. A união entre o Itaú e o Unibanco poderá disparar outras aquisições por parte dos concorrentes. A tendência é de que, no futuro, o País tenha cinco ou seis grandes bancos”*, afirmou Roberto Setúbal. Ele destacou que as negociações para o casamento começaram há 15 meses, quando ficou acertada a compra do Real pelo espanhol Santander. *“A crise, porém, acelerou o negócio, pela oportunidade que criou”*, emendou.

A operação, mantida sob total sigilo, foi comunicada ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, na quinta-feira passada. Meirelles repassou a informação por telefone ao Presidente Lula, que acabara de chegar a El Salvador para a Cúpula dos Países Ibero-Americanos. No domingo, à noite, Roberto Setúbal e Moreira Salles foram à Base Aérea de São Paulo falar pessoalmente com Lula, a quem entregaram uma carta explicando os motivos da fusão. Lula, que estava a caminho de Brasília, não escondeu seu entusiasmo, o qual classificou como uma prova da solidez do sistema financeiro nacional.

O presidente quer, inclusive, usar a união entre o Itaú e o UNIBANCO como bandeira para convencer os investidores de que, apesar da crise mundial, o Brasil continua sendo um celeiro para bons negócios, sobretudo porque a economia continuará crescendo de forma sustentada.

Dentro do Banco Central, a fusão foi alvo de comemoração, pois reduziu drasticamente os riscos que andavam perturbando o sistema. Desde que a PETROBRAS sacou cerca de R\$12 bilhões de um fundo de investimento administrado pelo UNIBANCO, começou uma onda nada animadora de boatos sobre



a instituição. Apesar da solidez do banco controlada pela família Moreira Salles, o BC acendeu o sinal de alerta, desligado ontem, diante da união com o Itaú. Independentemente da forte concentração do mercado, o que o BC quer é garantir a solidez do mercado bancário. *“Com referência à fusão, o BC entende que se trata de uma iniciativa que contribui para o fortalecimento do sistema financeiro nacional na atual conjuntura do mercado financeiro internacional”*, disse Henrique Meirelles, sinalizando que, no que depender do BC, a operação será aprovada sem entraves.

Tanto Moreira Salles quanto Setúbal, que presidirá o novo banco, asseguraram que, além do mercado brasileiro, a instituição focará a sua atenção na América Latina. *“Além do Chile, onde o Itaú já tem uma forte presença, queremos entrar em mercados importantes nos quais ainda não atuamos, como o México, a Colômbia e o Peru”*, destacou.

Os 2 banqueiros explicaram que ainda não está definida qual marca prevalecerá com a fusão. *“Para isso, faremos uma pesquisa que nos mostrará o que preferem os consumidores”*, destacou Setúbal.

Ele ressaltou que o novo banco está pronto para ampliar suas operações de crédito. *“Sabemos fazer e gostamos de fazer crédito a empresas e ao consumo”*, frisou.

No exterior, usando a rede arrematada com o BankBoston e o Bank of America, a futura instituição dará suporte às companhias brasileiras, que, em meio à crise internacional, viram a maior parte de suas linhas de financiamento secar.

Por aqui o Plenário da Câmara aprovou no final de outubro a medida provisória anticrise, que dá poderes ao Banco Central para aceitar as carteiras de crédito de bancos com dificuldades de liquidez como garantias de empréstimos. O



BC também é autorizado a emprestar recursos da reserva internacional do País (cerca de U\$200 bilhões) a bancos financiadores de empresas exportadoras.

O texto acatado é o do projeto de lei de conversão do Deputado Rodrigo Rocha Loures, do PMDB do Paraná, que incorporou 4 das 74 emendas à Medida Provisória 442/08. Por causa de uma dessas emendas, o BC terá de enviar ao Congresso, a cada trimestre, um relatório com informações como: o valor total no trimestre e o valor acumulado no ano dos empréstimos; as condições financeiras médias aplicadas (deságio e *spread*, por exemplo); o valor acumulado — anual e trimestral — de créditos (pagos em dia ou atrasados); e um demonstrativo do impacto dessas operações nos resultados do BC.

Essas informações serão debatidas na reunião semestral que já ocorre entre os Parlamentares e o Presidente do BC, prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00).

A MP se justifica pelo princípio da precaução, já que o mecanismo criado por ela estará disponível antes de haver a necessidade do seu uso.

O Relator ressaltou a qualidade das emendas, especialmente as que demonstram preocupação com a moralidade no uso de recursos públicos. Citou S.Exa. a responsabilização dos gestores das instituições financeiras que, eventualmente, entrarem em inadimplência depois de recorrerem às operações de redesconto ou empréstimo.

O texto aprovado prevê a responsabilização solidária — inclusive com a indisponibilidade de bens — dos controladores dos bancos que não pagarem os empréstimos. Isso ocorrerá se a inadimplência completar 90 dias.



O socorro em moeda nacional funcionará da seguinte maneira: um banco com dificuldade de captar dinheiro no mercado, mas que tenha carteira de crédito de baixo risco de calote poderá "vendê-la" ao BC mediante compromisso de recompra, em uma operação de empréstimo conhecida como redesconto.

As carteiras de crédito são compostas por valores que os bancos têm o direito de receber, como dívidas de pessoas físicas e jurídicas.

Do valor desses créditos será descontada a provisão (valor para cobrir parte do prejuízo se o crédito não for honrado). Sobre o que restar será aplicado ainda um deságio (percentual variável conforme a avaliação da carteira).

Por exemplo, se a carteira valer R\$100 milhões em créditos, a provisão for de R\$10 milhões, e o BC considerar muito boa a chance de os créditos serem honrados, o deságio será de R\$18 milhões (20% sobre R\$90 milhões). O banco que recorrer ao BC receberá, então, R\$72 milhões.

Adicionalmente, o BC poderá aceitar uma garantia real (imóvel, por exemplo) ou fiança dada pelo acionista controlador, por uma empresa coligada ou por outro banco.

Esse mecanismo foi disciplinado na mesma resolução do Conselho Monetário Nacional — CMN que fixou o prazo máximo de 360 dias para o empréstimo e remuneração pela Taxa SELIC mais um encargo fixo (*spread*). Uma outra decisão do CMN permite que sejam oferecidos como garantias direitos de crédito emitidos por empresas não financeiras de capital aberto (*debêntures*).

O texto aprovado pela Câmara, Sr. Presidente, determina que haja regras transparentes e não discriminatórias para a aceitação de ativos em operações de redesconto.



Este mês, esta Casa deverá votar a segunda MP contra a crise: a 443/08, que autoriza o BC e a Caixa Econômica Federal a comprarem bancos em dificuldade.

O Banco Central poderá emprestar dólares das reservas internacionais a bancos que operem no exterior e financiem exportadores brasileiros. As garantias serão títulos da dívida externa (*global bonds*) do Brasil, papéis com baixo risco emitidos por outros governos ou títulos de operações cambiais.

Segundo regulamentação do CMN, os descontos (deságios) sobre esses papéis serão de 5% (no caso dos *global bonds* e dos títulos de outros países) e de 20% a 40% (para os títulos vinculados a operações de Adiantamento sobre Contratos de Câmbio — ACC). Os empréstimos terão prazo máximo de 360 dias e serão corrigidos pela Taxa Interbancária de Londres (Libor) e por um adicional.

Embora o Governo tenha enfatizado que o empréstimo em moeda estrangeira deve ser usado para financiar as exportações, a resolução do CMN permite que o dinheiro seja usado apenas parcialmente com essa finalidade. A decisão sobre isso será individualizada para cada operação.

O texto aprovado pela Câmara determina que haja regras transparentes e não discriminatórias para a aceitação de ativos como garantia em operações de redesconto.

Não se pode priorizar a ajuda aos bancos, tê-los como alvo dos esforços e sacrifícios da Nação, mas sim aqueles setores e segmentos que, de fato, são responsáveis pelo progresso do povo brasileiro.

Entendemos que o sistema financeiro é o veículo, não a finalidade das políticas. Justamente o mau comportamento desse setor é que vem trazendo as agruras que se observam em todo o mundo. É injustificável que se disponibilizem



tantos recursos para as instituições financeiras, enquanto a economia real fica à míngua.

Assim, Sr. Presidente, cabe-nos reivindicar a implementação de medidas concretas de apoio aos segmentos geradores de renda e emprego: crédito para os exportadores; crédito para a construção civil, motor do nosso crescimento e setor de grande intensidade de utilização de mão-de-obra; crédito urgente para agricultura, para que não se comprometa o plantio; e, fundamentalmente, apoio às pequenas e médias empresas, que são as que mais sofrem com a escassez repentina de fontes de financiamento, devido à sua incapacidade de ter acesso imediato a capital de giro, comprometendo sua operação e funcionamento e arriscando grande número de empregos formais.

São inúmeras as medidas que podem e devem ser tomadas, muitas das quais, inclusive, já estão em curso. Entretanto, o mais importante é encarar o desafio com seriedade e determinação. Nada deve abalar o destino de crescimento do Brasil.

Não podemos repetir de nenhuma forma a experiência passada de estagnação e de submissão aos ditames econômicos externos. Temos os instrumentos, temos a vontade, temos a experiência e temos a fibra dos brasileiros, que nunca desistem.

Não nos deixaremos abater pelas dificuldades. Sacrifícios fazem parte das crises, mas as ações para atenuá-los são o fator determinante para o sucesso da retomada.

Sabemos, Srs. Deputados, que nosso País será tão mais afetado quanto mais profunda for a crise internacional, mas uma boa parcela desse impacto negativo



dependerá das ações internas a serem tomadas com responsabilidade e antecipação, para que se possa tirar proveito efetivo da alegada posição favorável de nossa economia no cenário mundial.

Os inevitáveis custos de curto prazo poderão ser recompensadores em um futuro próximo, quando a situação voltar à normalidade.

E o Brasil poderá sair ainda mais forte e mais atraente como uma economia emergente promissora, capaz de cumprir o seu destino de grandeza que tanto aguardamos.

A Economia é a ciência social que estuda a produção, a circulação e o consumo dos bens e serviços que são utilizados para satisfazer as necessidades humanas. Seu principal foco de estudo, portanto, é a relação que as pessoas têm entre elas no que se relaciona com a produção desses bens e serviços que a sociedade busca para a satisfação, não só das suas necessidades, mas também, e cada vez mais, dos seus desejos. Este último é um fator relevante muitas vezes esquecido, ou ignorado, ou reputado como de pouca importância no cômputo geral da Economia.

No entanto, ele foi decisivo no desenvolvimento da Era Moderna, da Revolução Industrial e da Revolução Eletrônica. Afinal, o desejo é a maneira sofisticada de satisfazer uma necessidade: vestir, comer, reproduzir, dormir, etc., garantindo um nunca parar de pesquisas para alcançar novas maneiras de satisfazê-las.

Pensando bem, Sr. Presidente, grande parte do consumo atual — e o consumo é a mola mestra do processo econômico — é sofisticado, embora, às vezes, não pareça. Jogar fora um iogurte, ou um pote de coalhada, por exemplo, por



causa do prazo de validade vencido por 2 dias é um desperdício no referente à necessidade de se alimentar, pois eles são produtos originados de leite talhado, coagulado artificialmente; noutros tempos, na verdade, de leite “estragado” propositalmente. De um lado, a sofisticação econômica do consumo; de outro, a necessidade humana de simplesmente comer.

Num país continental como o Brasil, com enormes diferenças de renda e de emprego, com uma imensidão de locais das mais diversas condições climáticas, de uma enorme variedade de condições de higidez; com regiões e bolsões de exuberantes riquezas construídas pelo homem, ao lado de gente miserável vivendo ao deus-dará, é difícil falar em Economia, pois se pode dizer que há economias e economias.

Enquanto os insumos e os produtos de uma são abundantes, refinados, selecionados, passando por severo controle de qualidade, os de outra são escassos, grosseiros, impuros e sem qualidade garantida. A primeira é a economia dos desejos; a segunda, a economia das necessidades. Esse raciocínio torna clara a aceção de que o que é bom para uma não necessariamente é bom para a outra.

Qual será a economia brasileira? A que está representada pelas exportações, pela captação de divisas, pelos incentivos fiscais? A economia das grandes indústrias, do agronegócio? A Economia medida por índices de Contabilidade Nacional: PIB, transações correntes, déficit público, dívida interna e externa, amortizações, direitos especiais de saque no FMI e assim por diante; ou a economia que está representada pelo emprego das pessoas, pela comida diária na mesa de todos, pelo vestuário das crianças — e criança, através de todos os tempos, adora



ter sapato novo e, quando os têm, caminha olhando para os pés —, pelo divertimento corriqueiro, pelo crediário em dia, etc.?

Ambas são dimensões econômicas, mas tão diferentes quanto a vida diária de um general e de um soldado durante uma guerra. O general, por função e capacitação profissional trata da estratégia geral da guerra e do planejamento dos pontos que seus exércitos têm de conquistar. O soldado, Sr. Presidente, também por função, é quem vai, na tática, conquistar o ponto designado. A diferença entre as duas posições é de que não se morre estrategicamente; somente se perdem as guerras. Mas morre-se taticamente, na tomada de um objetivo estratégico. Um está planejando, o outro está combatendo. Assim é a economia de um País. Embora a guerra, eventualmente, possa estar sendo ganha, isso não quer dizer que muitos soldados não estão morrendo nos combates do dia-a-dia. Nem sempre, no entanto, isso é claro, ou relevante, para os que não morrem taticamente — os que estão protegidos nas casamatas do poder.

O momento atual do Brasil lembra um pouco isso. É só atentarmos para o que é apresentado como o maior sucesso da temporada: as exportações. Elas são cada vez mais bem-sucedidas, com avassaladores superávits, batendo recordes a cada mês, mas em detrimento do mercado interno, pois é lei geral que quanto mais se exporta menor é a qualidade dos produtos que sobram para serem negociados internamente.

Muitas das exportações brasileiras se devem à competitividade de nossos preços internacionais. Se não possuímos produtividade diferenciada em alguns produtos industrializados, que seria responsável pelos preços mais reduzidos, em função da economia de escala, de onde vem tal capacidade de ter um preço mais



competitivo? É claro que dos custos da mão-de-obra, do pagamento de salários mais baixos, a começar pela base de referência: o salário mínimo. Portanto, alegria de uns, tristeza de outros.

Vejamos outro aspecto, o dos índices que monitoram a economia do País e que fazem parte de suas contas nacionais. Fala-se muito na balança comercial, que reflete, em última instância, a diferença entre o que é exportado e o que é importado. Parece bom, quando positiva. E é bom, obviamente. Mas isso não significa que o dinheiro fique, circule, no Brasil, gerando mais negócios e criando mais empregos. Não, pois se a diferença a maior for usada totalmente na amortização de juros da dívida externa, vamos criando empregos em outros lugares, não aqui. É por tal razão que pouco se fala em saldo de balança de transações correntes, que determina o que foi feito efetivamente dos saldos positivos da balança comercial.

Vai aparecer, quase sempre, que tivemos um lucro operacional (preço de venda maior do que custos de produção), mas prejuízo financeiro (valor apurado menor do que as dívidas a pagar). Escutamos falar freqüentemente que o PIB (Produto Interno Bruto), está crescendo e que ele representa a pujança da economia do País. E até parece ser, mas a informação tem que ser completa, ou vai ser falaciosa. É verdade que o PIB representa o somatório dos bens e serviços produzidos no País, o que não é garantia de um futuro risonho. Sua economia, seu parque industrial, sua agricultura podem estar se esvaindo, e o índice continuar positivo por algum tempo. É um movimento inercial. Em termo popular, pode ser a “melhora da morte”.

E como isso pode acontecer? É fácil entender, Sr. Presidente. Toda a produção demanda um gasto das máquinas, ou um desgaste da terra, ou o



envelhecimento das pessoas, e tudo deve ser repostado para que haja, no mínimo, continuidade produtiva. A cada dia, a cada item produzido, a cada espiga colhida, a cada grão ceifado, menor capacidade tem a máquina de manter a produtividade, mais exaurida de nutrientes se encontrará a lavoura. Isto se chama depreciação, e pode ser medida. Aliás, deve ser medida, para que se possa aquilatar o que nos reserva o futuro. E é medida, é claro, mas não é divulgada, nem comentada ou discutida.

Quando ouvimos falar no “perigo do sucateamento” disto ou daquilo, estamos ouvindo falar de depreciação dos fatores de produção da economia. E não se discute isso, pois nunca se ouvem comentários sobre o PIL (Produto Interno Líquido), e ele existe, e serve justamente para ajustar a informação sobre o PIB, pois deduz dele, do PIB, a depreciação inerente à sua consecução. Muitas vezes, esse poderá ser negativo, isto é, estamos destruindo a capacidade futura de ter crescimento da produção interna total. Mas nunca é divulgado. Por motivos como esses torna-se difícil falar sobre economia nacional, pois, no fim das contas, nem se sabe sobre qual ou sobre o que falar.

No entanto, Sr. Presidente, a preocupação da economia brasileira não pode se restringir exclusivamente aos bancos. O setor produtivo nacional merece atenção redobrada.

A renegociação das dívidas do setor agropecuário brasileiro”, está chegando a sua reta final, e a crise na fruticultura nordestina pouco foi debatida.

Nesse sentido destacamos o Rio Grande do Norte, o Vale do São Francisco, que envolve os Estados da Bahia e de Pernambuco, e o Ceará. A fruticultura desses Estados lidera a geração de empregos. Além disso, são os maiores exportadores de



uva, manga e melão do Brasil, com reconhecimento internacional da qualidade de suas frutas.

A crise no setor ocorreu principalmente por fatores que fogem ao controle, como variações climáticas, ocorridas com a incidência de fortes chuvas fora de época, na região, nos anos de 2004, 2005, e 2006, frustrando totalmente a safra do primeiro semestre e agora com inundações em áreas de produção no Rio Grande do Norte.

O câmbio desfavorável, associado ao aumento dos custos dos insumos, resultou em perdas de mais de 56,5% do faturamento do setor nos últimos 3 anos, o que somado às perdas pelas adversidades climáticas, provocou insuportável descapitalização nesse segmento, ocasionando esgotamento da capacidade de financiar a atividade com recursos próprios. Esse fato ocorreu sem distinção do porte do produtor, do tipo ou variedade de fruta, comprometendo, sobremaneira, expressivo patrimônio de investimentos públicos e privados ao longo dos últimos 30 anos.

Essa situação impõe urgência na renegociação das dívidas oriundas da atividade rural, com o objetivo de se conseguir fôlego para adequação das culturas, pois uma safra de uva foi eliminada na região. Agora, o mesmo pomar tem que produzir praticamente o dobro em uma única safra. É preciso fôlego para adequar o fluxo de caixa, diante da nova realidade cambial e climática. Somente dessa maneira o setor produtivo conseguirá sobreviver, possibilitando inclusive a retomada do desenvolvimento.

Infelizmente, existe total desconhecimento da realidade da fruticultura do Nordeste por parte do Ministério da Fazenda. Um pequeno produtor de uva dos



projetos da CODEVASF, com área de 6 hectares, utiliza mais de R\$300 em custeio por ano e emprega mais de 30 pessoas no pico da safra. Contudo, atualmente, a atividade é vista como de subsistência, sendo que tanto o pequeno como o médio e o grande produtor são altamente tecnicizados, em função da própria característica da atividade, o que exige volume maior de recursos, quando comparados com outros setores da região, necessitando de ações diferenciadas.

Como exemplo, a Lei 11.322, de 13 de julho de 2006, só possibilita a renegociação de dívidas até R\$100 mil, contraídas até 15 de janeiro de 2001. Como a crise teve início em 2004, e o volume de recursos nas áreas irrigadas está acima de R\$100 mil, a lei não teve nenhum efeito prático.

Quando faltaram recursos para o Fundo Constitucional do Centro-Oeste, Sr. Presidente, foi utilizado recurso do FAT para o financiamento dos produtores da região. Posteriormente, o Fundo devolveu esses recursos ao FAT. E esses financiamentos com recursos do FAT tiveram os mesmos encargos financeiros cobrados pelo FCO.

No Nordeste, aconteceu quase a mesma coisa, faltou dinheiro do Fundo Constitucional do Nordeste — FNE, e o Banco do Nordeste utilizou recursos do FAT e do BNDES, ou então realizou um *mix* com duas fontes de recursos, FNE e FAT, ou FNE e BNDES, para os financiamentos. Contudo, os encargos financeiros dessas outras fontes de recursos não foram iguais aos do FNE, chegaram a ser 300% maiores, provocando brutal distorção nos financiamentos do Nordeste, justamente a região que mereceria ter condição diferenciada, com encargos menores. E aconteceu o inverso, fomos penalizados com um custo muito maior.



O Ministério da Fazenda não está considerando o fato de que nenhuma resolução do Banco Central possibilitou, até este momento, a renegociação de dívidas da fruticultura, nem mesmo nas enchentes de 2004, quando tivemos mais de 1.600 milímetros de precipitação, em 15 dias do mês de janeiro, provocando estado de calamidade em todo o Nordeste.

Em consequência dessa miopia, que alguns consideram como impregnada de malevolência — a miopia pela qual tantas resoluções que o Banco Central editou beneficiaram setores como soja, sorgo, café, milho, arroz, nectarina, pêssego, ameixa, pêra, carne de porco, amendoim, cacau, além de atividades como pedras ornamentais; beneficiamento de madeira; beneficiamento de couro; calçados e artefatos de couro; têxteis; confecções; móveis de madeira, proporcionando a eles o tão necessário fôlego, as condições para a sua recuperação econômica, mantendo empregos e o desenvolvimento nas regiões que tiveram alguma adversidade, inclusive com o ajuste cambial —, os agricultores das regiões mais pobres sofrem cruelmente de carência crônica de políticas específicas para a diminuição das diferenças regionais.

No *Levantamento das Dívidas Agrícolas*, documento elaborado pelo Ministério da Fazenda, é citado que operações como os custeios de 2001/2002 a 2005/2006 puderam ser renegociados por um prazo de 5 anos. Essa possibilidade nunca existiu para a fruticultura.

No Bloco B — Custeio Rural Contratado até 30 de junho de 2006, operações efetuadas com recursos da poupança rural (MCR6.4). Esse tipo de operação não foi disponibilizado para a fruticultura.



No Bloco C — Operações de Investimentos: FINAME Agrícola Especial, MODERFROTA e FAT Integrar, também são programas que não são utilizados pela fruticultura.

Na região, os programas do BNDES mais utilizados pelos bancos são: FINAME Nordeste Competitivo, FINAME Agrícola, PRODEFRUTA, MODERINFRA, MODERAGRO e BNDES Automático.

Com recursos do FAT, o que se utilizou na região foram os programas FAT/PROTRABALHO I, FAT/PROTRABALHO II, FAT/PROTRABALHO III, além de outras dezenas de programas do FAT, e nunca foi permitido nenhum tipo de renegociação.

A sugestão para resolver os problemas da fruticultura consiste em adequar o Bloco D — Operações com Recursos dos Fundos Constitucionais, de forma a possibilitar a continuidade da atividade, promovendo o desenvolvimento sustentável, que foi interrompido pelas adversidades, clima e câmbio.

Na proposta do Bloco D apresentado pelo Ministério da Fazenda existem alguns pontos críticos que se não forem corrigidos de nada adiantará a edição dessa medida provisória.

Por exemplo: o mutuário que renegociar seus débitos nas condições do Bloco D ficará impedido de requerer financiamento com recursos dos Fundos Constitucionais, ou recursos controlados, até a quitação total da operação que foi renegociada. Ou seja, se faltavam 5 anos para um mutuário quitar seus débitos, com mais 4 anos de prorrogação irá para 9 anos. Então, nos próximos 9 anos, esse mutuário estará impedido de realizar financiamento.



Foi solicitada, Sr. Presidente, uma revisão dos encargos dos financiamentos realizados com recursos do FAT e do BNDES, em operações com *mix* ou isoladas, utilizando como base os juros cobrados pelo FNE, como realizado com o FAT Integrar e o FCO. Contudo, o Governo não aceita equalizar essas operações, com isso o Banco do Nordeste manterá os altos juros cobrados por essas fontes de financiamento.

Diante desse fatos, vimos solicitar do Governo Federal esforços para “clarear a visão” do Ministério da Fazenda, mostrando a realidade da fruticultura Nordestina. Inclusive, se preciso for, realizar visitas com técnicos do Ministério às regiões produtoras de frutas, assegurando essas devidas alterações, para resgatar inclusive a atenção que a região merece e necessita.

Não serão apenas os fruticultores os beneficiados. Praticamente todas as atividades de negócios da região dependem direta ou indiretamente da fruticultura. E não temos mais tempo. Se nada for feito, a região entrará em um grande colapso social e financeiro, ficando depois muito mais oneroso e complicado para se encontrar uma solução.

Gostaria, Sr. Presidente, de relatar, neste momento, as principais reivindicações da fruticultura nordestina, principalmente do Vale do São Francisco, as quais estão inseridas no texto da proposta do Governo, destacada entre parênteses e em itálico.

Proposições da fruticultura irrigada do Nordeste para renegociação das dívidas do setor agropecuário.

Bloco D.



D.4) Permitir a renegociação das operações de investimento (*substituir “operações de investimento” por “dividas oriundas da atividade rural”*) lastreadas com recursos dos Fundos Constitucionais, contratadas ou renegociadas entre 1º de janeiro de 2001 e 31 de dezembro de 2007 e não tratadas nos demais programas específicos (PRONAF, Securitização, Cacau, PESA), nas seguintes condições:

4.1) Operações em situação de inadimplência em 1º de abril de 2008:

- As operações devem ser mantidas em situação de inadimplência até a efetiva data de renegociação;
- Retirar os encargos de inadimplemento das operações renegociadas nessas condições, ficando a cargo do mutuário possíveis custas e honorários advocatícios de operações já ajuizadas (*da parte do produtor*);
- Ajuste do saldo devedor vencido até a data da repactuação, utilizando:
 - a. encargos de adimplemento contratuais até a data do vencimento de cada prestação;
 - b. encargos de adimplemento contratuais mais 2% a.a. da data de vencimento de cada prestação até a data da renegociação (*limitado a 90 dias após a assinatura do termo de adesão*);
- Exigir amortização de no mínimo 2% (*Exigir amortização de 1%*) do saldo devedor vencido, sem direito ao bônus;
- O saldo devedor atualizado das prestações vencidas, descontada a amortização efetuada, (*será prorrogado por 4 anos*) poderá ser prorrogado por até 4 anos, contados a partir do vencimento da última prestação pactuada, limitada um ano para o pagamento de cada parcela vencida e não paga; (*excluir esta limitação, ficando 4 anos de prorrogação*);



- *(Ampliação do prazo de vencimento em 4 anos adicionais aos prazos atuais vigentes, vencendo a primeira parcela em abril de 2010 – Sem considerar o limite de 30 % das operações com recursos dos Fundos Constitucionais — 100% dos mutuários da fruticultura tiveram prejuízos).*
- *(Após o recálculo, pagamento de 30% da parcela de 2008 em abril de 2009).*

- Manter as demais condições e encargos estabelecidos nos contratos.

4.2) Operações em situação de adimplência em 1º de abril de 2008: *(excluir o limite de 1º de abril de 2008, ficando: Operações em situação de adimplência).*

Autorizar, a critério das instituições financeiras credoras, com base nas prerrogativas constantes do MCR 6.2.9, nos casos de comprovada incapacidade de pagamento, por meio da análise caso a caso, o pagamento das operações de investimento lastreadas com recursos dos Fundos Constitucionais, nas seguintes condições:

Até o limite de 30 % das operações de investimento efetuadas com recursos dos Fundos Constitucionais de cada instituição financeira, cabendo a elas priorizar as unidades da Federação e os produtores com maiores dificuldades em efetuar o pagamento integral das parcelas nos prazos estabelecidos:

- exigir o pagamento de no mínimo 40% do valor da parcela de 2008;
- consolidação do saldo devedor total (restante parcela de 2008 e saldo vincendo) e distribuição nas parcelas vincendas, que poderão ser acrescidas de até (três parcelas);
- os produtores rurais que renegociarem suas dívidas nestas condições estarão vedados de contratar novos financiamentos de investimentos com recursos



controlados ou dos Fundos Constitucionais em todo o Sistema de Crédito Rural, cabendo apresentação de declaração, pelo produtor rural, de que não mantém dívidas prorrogadas nas presentes condições junto ao SNCR, até que liquide integralmente suas operações de investimento renegociadas. *(Excluir todo o texto acima: A região teve nos anos de 2004, 2005 e 2006 fortes chuvas fora de época, acarretando a perda total da safra do primeiro semestre. O câmbio desfavorável, associado ao aumento dos custos dos insumos, resultou em perdas de mais de 56,5% do faturamento do setor nos últimos 3 anos, o que somado às perdas pelas adversidades climáticas, provocou insuportável descapitalização no segmento, ocasionando esgotamento da capacidade de financiar a atividade com recursos próprios, comprometendo, sobremaneira, expressivo patrimônio de investimentos públicos e privados ao longo dos últimos 30 anos. Esse fato ocorreu sem distinção do porte do produtor, do tipo ou variedade de fruta. Enfatizamos a necessidade de se buscar fôlego para adequação das culturas, pois uma safra de uva foi eliminada na região. Agora o mesmo pomar tem que produzir praticamente o dobro em uma única safra. Precisamos adequar o fluxo de caixa, para a nova realidade cambial e climática, possibilitando que o setor produtivo continue a se desenvolver).*

1- *(Ampliação do prazo de vencimento em 4 anos adicionais aos prazos atuais vigentes, vencendo a primeira parcela em abril de 2010).*

2- *(Após o recálculo, pagamento de 30 % da parcela de 2008 em abril de 2009.)*

A operação será atualizada até 30 de junho de 2008. O saldo atualizado será incorporado como capital na data da formalização, antes de ser feito o reescalonamento das parcelas.



D.5) Execuções judiciais de operações inadimplentes lastreadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento.

Autorizar os agentes financeiros operadores dos Fundos (*BNDES e FAT*) a suspender as execuções judiciais (*retirar do CADIN e SERASA*) até o final do processo de renegociação para os mutuários cujas dívidas se enquadrem neste processo e que manifestem formalmente seu interesse à instituição financeira credora.

Caso haja enquadramento da dívida do mutuário solicitante, a instituição financeira ficará autorizada a desistir da cobrança ou execução judicial da dívida, desde que o mutuário desista de todas as ações que eventualmente tenha motivo contra a instituição financeira para discussão da dívida a ser alongada ou liquidada.

Esta possibilidade será estendida para as operações lastreadas por recursos dos Fundos Constitucionais (*BNDES e FAT*), contratadas até 15 de janeiro de 2001 que não foram renegociadas, desde que o mutuário apresente formalmente solicitação para a renegociação de suas dívidas.

D.6) Operações de crédito rural efetuadas com recursos mixados entre o FNE e outras fontes (*FAT, BNDES, Poupança Rural; incluir financiamentos isolados do BNDES e do FAT para investimentos*):

Autorizar o BNB a substituir as demais fontes por FNE a partir da data da renegociação (em 2008), obedecidas as seguintes condições:

a) O risco da operação referente à parcela cuja fonte seja substituída para o FNE será integral do agente financeiro;

b) O BNB passará a receber o *del-credere* de 6% para estas operações, a partir da renegociação, em decorrência da assunção total do risco;



c) As taxas de juros serão as praticadas pelo FNE, de acordo com a classificação do produtor e sua localização;

d) Uma vez convertida integralmente para a fonte FNE, estas operações (*seguirão as regras do item 4.2: Operações em situação de adimplência*) terão os prazos e condições estabelecidas para a renegociação de operações adimplentes e inadimplentes concedidos aos Fundos Constitucionais;

e) (*No caso dos financiamentos Mixados entre os Fundos com outras fontes de recursos ou entre outras fontes de recursos — BNDES, FAT —, fica o gestor do Fundo autorizado a recalcular a operação, com os encargos dos Fundos Constitucionais, a exemplo do que foi realizado com o FAT Integrar, utilizado na região do FCO — Fundo Constitucional do Centro-Oeste.*)

f) as condições para a atualização dos saldos devedores inadimplentes das demais fontes serão definidas em comum acordo entre o BNB e os respectivos mutuários.

Observações de Caráter Geral.

1. *Efetuar reavaliação dos bens oferecidos em garantia, liberando da hipoteca do que exceder 130 %.*

2. *Disponibilizar o aval ou o penhor de safra para os mutuários que não possuam outra forma de garantia; o penhor deve ser avaliado pelo potencial futuro de produção.*

3. *As datas de vencimento dos contratos devem ser na época em que o produtor receberá os resultados financeiros provenientes da comercialização.*



4. *Fica vedada à instituição financeira a cobrança de quaisquer taxas não previstas no MCR, a título de análise de capacidade de pagamento, análise de projeto, ou taxa a título de renegociação de dívidas.*

5. *Por não se tratar de contratação de nova operação, e sim, de renegociação de dívidas, dispensar a exigência de certidões negativas, quaisquer que sejam, para formalização da operação.*

6. *Autorizar a repactuação com termo aditivo, na forma do Decreto-Lei 167/1967.*

Outro assunto que gostaria de abordar, Sr. Presidente, é sobre a transposição do Rio São Francisco e de outras bacias do Nordeste.

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional é um empreendimento do Governo Federal sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, destinado a assegurar a oferta de água, em 2025, a cerca de 12 milhões de habitantes de pequenas, médias e grandes cidades da região semi-árida dos Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

A integração do Rio São Francisco às bacias dos rios temporários do semi-árido será possível com a retirada contínua de 26,4 metros cúbicos por segundo de água, o equivalente a 1,4% da vazão garantida pela barragem de Sobradinho (1.850 metros cúbicos por segundo), no trecho do rio onde se dará a captação.

Esse montante hídrico será destinado ao consumo da população urbana de 390 Municípios do Agreste e do Sertão dos 4 Estados do Nordeste Setentrional. Nos anos em que o reservatório de Sobradinho estiver vertendo, o volume captado



poderá ser ampliado para até 127 metros cúbicos por segundo, contribuindo para o aumento da garantia da oferta de água para múltiplos usos.

O Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF) é coordenado pela Secretaria-Executiva do Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o Ministério da Integração Nacional. Com prazo de execução de 20 anos, suas ações estão inseridas no Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas com Vulnerabilidade Ambiental do Plano Plurianual (PPA 2004/2007) e será complementado por outras ações previstas em vários programas federais do PPA.

As ações de revitalização são executadas de acordo com a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81), com a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/97) e com a Política Nacional de Saneamento (Lei nº 11.445/07).

Dividem-se em 5 linhas de ações, em conformidade com o Plano de Atividades e Metas 2004/2007 — PAM: gestão e monitoramento; agenda socioambiental; proteção e uso sustentável de recursos naturais; qualidade de saneamento ambiental; e economias sustentáveis.

No período de 2004/2006, o programa executou ações cujo montante de recursos atingiu R\$194.692.520,00, constando de obras de revitalização e recuperação do Rio São Francisco; monitoramento da qualidade da água; reflorestamento de nascentes, margens e áreas degradadas; e controle de processos erosivos para conservação de água e do solo, nos Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais.

O PRSF terá sua continuidade assegurada com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento — PAC (2007/2010) na ordem de R\$1.274.700.000,00.



As ações previstas consistem em obras de saneamento básico (resíduos sólidos, esgoto), contenção de barrancos e controle de processos erosivos, melhoria da navegabilidade e recuperação de matas ciliares. As ações de esgotamento sanitário, inicialmente, envolverão os 102 Municípios da calha do Rio São Francisco.

Esse programa representa esforço comum de articulação e integração entre os vários órgãos de Governos em todas as esferas e da sociedade civil, todos imbuídos do propósito único de promover a revitalização da bacia e o desenvolvimento em base sustentável e alcançar a governabilidade desejada, reconhecida como chave para a gestão mais eqüitativa, eficiente e sustentável dos recursos naturais.

A Região Nordeste, que possui apenas 3% da disponibilidade de água e 28% da população brasileiras, apresenta internamente grande irregularidade na distribuição dos seus recursos hídricos, uma vez que o Rio São Francisco representa 70% de toda a oferta regional.

Essa irregularidade na distribuição interna dos recursos hídricos, associada a uma discrepância nas densidades demográficas (cerca de 10 habitantes por quilômetro quadrado, na maior parte da Bacia do Rio São Francisco, e aproximadamente 50 habitantes por quilômetro quadrado no Nordeste Setentrional), faz com que, do ponto de vista da sua oferta hídrica, o semi-árido brasileiro seja dividido em 2: o semi-árido da Bacia do São Francisco, com 2 mil a 10 mil metros cúbicos por habitante/ano de água disponível, em rio permanente, e o semi-árido do Nordeste Setentrional, compreendendo parte do Estado de Pernambuco e os Estados da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará, com pouco mais de 400 metros cúbicos por habitante/ano, disponibilizados através de açudes construídos



em rios intermitentes e em aquíferos com limitações quanto à qualidade e/ou quanto à quantidade de suas águas.

Diante dessa realidade, tendo por base a disponibilidade hídrica de 1.500 metros cúbicos por habitante/ano, estabelecida pela ONU como sendo a mínima necessária para garantir a uma sociedade o suprimento de água para os seus diversos usos, o projeto de integração estabelece a interligação da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, que apresenta relativa abundância de água (1.850 metros cúbicos por segundo de vazão garantida pelo reservatório de Sobradinho), com bacias inseridas no Nordeste Setentrional e com quantidades de água disponível que estabelecem limitações ao desenvolvimento socioeconômico da região.

As bacias que receberão a água do Rio São Francisco são: Brígida, Terra Nova, Pajeú, Moxotó e Bacias do Agreste em Pernambuco; Jaguaribe e Metropolitanas, no Ceará; Apodi e Piranhas-Açu, no Rio Grande do Norte; Paraíba e Piranhas, na Paraíba.

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional prevê a construção de 2 canais: o Eixo Norte, que levará água para os sertões de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, e o Eixo Leste, que beneficiará parte do sertão e as regiões agreste de Pernambuco e da Paraíba.

O Eixo Norte, a partir da captação no Rio São Francisco, próximo à cidade de Cabrobó, em Pernambuco, percorrerá cerca de 400 quilômetros, conduzindo água aos Rios Salgado e Jaguaribe, no Ceará; Apodi, no Rio Grande do Norte; e Piranhas-Açu, na Paraíba e no Rio Grande do Norte. Ao cruzar o Estado de



Pernambuco esse eixo disponibilizará água para atender as demandas de Municípios inseridos em 3 sub-bacias do Rio São Francisco: Brígida, Terra Nova e Pajeú.

Para atender a região do Brígida, no oeste de Pernambuco, foi concebido um ramal de 110 quilômetros de comprimento, que derivará parte da vazão do Eixo Norte para os açudes Entremontes e Chapéu.

Projetado para uma capacidade máxima de 99 metros cúbicos por segundo, o Eixo Norte operará com vazão contínua de 16,4 metros cúbicos por segundo, destinados ao consumo humano. Em períodos recorrentes de escassez de água nas bacias receptoras e de abundância na Bacia do São Francisco (Sobradinho vertendo), as vazões transferidas poderão atingir a capacidade máxima estabelecida. Os volumes excedentes transferidos serão armazenados em reservatórios estratégicos existentes nas bacias receptoras: Atalho e Castanhão, no Ceará; Armando Ribeiro Gonçalves, Santa Cruz e Pau dos Ferros, no Rio Grande do Norte; Engenheiro Ávidos e São Gonçalo, na Paraíba; e Chapéu e Entremontes, em Pernambuco.

O Eixo Leste, que terá sua captação no lago da barragem de Itaparica, no Município de Floresta, em Pernambuco, se desenvolverá por um caminho de 220 quilômetros, até o Rio Paraíba, no Estado da Paraíba, após deixar parte da vazão transferida nas Bacias do Pajeú, do Moxotó e da região agreste de Pernambuco.

Para o atendimento das demandas da região agreste de Pernambuco, o projeto prevê a construção de um ramal de 70 quilômetros, que interligará o Eixo Leste à Bacia do Rio Ipojuca.



Previsto para uma capacidade máxima de 28 metros cúbicos por segundo, o Eixo Leste funcionará com vazão contínua de 10 metros cúbicos por segundo, disponibilizados para consumo humano. Periodicamente, em caso de sobras de água em Sobradinho e de necessidade nas regiões beneficiadas, o canal poderá funcionar com a vazão máxima, transferindo o excedente hídrico para reservatórios existentes nas bacias receptoras: Poço da Cruz, em Pernambuco; e Epitácio Pessoa (Boqueirão), na Paraíba.

Os eixos de integração foram concebidos na forma de canais de terra, com seção trapezoidal, revestidos internamente por membrana plástica impermeável, com recobrimento de concreto. Nos trechos de travessia de rios e riachos serão construídos aquedutos, sendo previstos túneis para a ultrapassagem de áreas com altitude mais elevada.

Para vencer o desnível do terreno entre os pontos mais altos do relevo, ao longo dos percursos dos canais, e os locais de captação no Rio São Francisco, serão implantadas 9 estações de bombeamento: 3 no Eixo Norte, com elevação total de 180 metros, e 6 no Eixo Leste, elevando a uma altura total de 300 metros.

Ao longo dos eixos principais e de seus ramais, serão construídas 30 barragens para desempenharem a função de reservatórios de compensação, permitindo o fluxo de água nos canais mesmo durante as horas do dia em que as estações de bombeamento estejam desligadas (as bombas ficarão de 3 a 4 horas por dia desligadas para reduzir os custos com energia).

Com o Projeto de Integração do Rio São Francisco, os grandes açudes (Castanhão, no Ceará; Armando Ribeiro Gonçalves, no Rio Grande do Norte; Epitácio Pessoa, na Paraíba; Poço da Cruz, em Pernambuco; e outros) do Nordeste



Setentrional passarão a oferecer maior garantia para o fornecimento de água aos diversos usos das populações.

Nos Estados beneficiados com o projeto, vários sistemas de distribuição estão operando, encontram-se em obras ou estão em fase de estudos, com o objetivo de levar água desses reservatórios estratégicos para suprir cidades e perímetros de irrigação.

No Estado do Ceará, o sistema de reservatórios que abastece a Região Metropolitana de Fortaleza — RMF (açudes Pacajus, Pacoti, Riachão e Gavião) já está interligado ao Rio Jaguaribe através do Canal do Trabalhador (capacidade de 5 metros cúbicos por segundo). Em função da necessidade de se levar mais água da Bacia do Jaguaribe para a RMF, o Governo do Estado está construindo o Canal da Integração (capacidade de 22 metros cúbicos por segundo), interligando o açude Castanhão às Bacias do Banabuiú (maior afluente do Rio Jaguaribe) e Metropolitanas.

No Estado do Rio Grande do Norte, o açude Armando Ribeiro Gonçalves é responsável pelo abastecimento de grande quantidade de Municípios das Bacias do Piranhas-Açu, Apodi e Ceará-Mirim, através de 4 grandes sistemas adutores que estão em operação: Adutora de Mossoró, Adutora Sertão Central/Cabugi, Adutora Serra de Santana, Adutora do Médio Oeste. Encontra-se em fase de projeto a Adutora do Alto Oeste, que atenderá a maior parte dos Municípios da Bacia do Apodi, captando água no açude Santa Cruz, outro reservatório de recepção das transferências hídricas do Projeto de Integração do São Francisco.

No Estado da Paraíba, o Eixo Leste do projeto permitirá o aumento da garantia da oferta de água para os vários Municípios da Bacia do Paraíba atendidos



pelas adutoras do Congo, do Cariri, Boqueirão e Acauã. O Eixo Norte possibilitará o abastecimento seguro de diversos Municípios da Bacia do Piranhas, atendidos por sistemas adutores tais como Adutora Coremas/Sabugi e Canal Coremas/Souza.

No Estado de Pernambuco, os Eixos Norte e Leste, ao atravessarem o seu território, servirão de fonte hídrica para sistemas adutores existentes ou em projeto, responsáveis pelo abastecimento de populações do Sertão e do Agreste: Adutora do Oeste, Adutora do Pajeú, Adutora Frei Damião e Adutora de Salgueiro.

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional é a mais importante ação estruturante, no âmbito da Política Nacional de Recursos Hídricos, tendo por objetivo a garantia de água para o desenvolvimento socioeconômico dos Estados mais vulneráveis às secas (Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco).

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que garante o abastecimento por longo prazo de grandes centros urbanos da região (Fortaleza, Juazeiro do Norte, Crato, Mossoró, Campina Grande, Caruaru, João Pessoa) e de centenas de pequenas e médias cidades inseridas no semi-árido, o projeto beneficia áreas do interior do Nordeste com razoável potencial econômico, estratégicas, no âmbito de uma política de desconcentração do desenvolvimento, polarizado até hoje, quase exclusivamente, pelas Capitais dos Estados.

Ao interligar os açudes estratégicos do Nordeste Setentrional com o Rio São Francisco, o projeto permitirá:

1) No Estado do Ceará:

- aumento da garantia da oferta hídrica proporcionada pelos maiores reservatórios estaduais (Castanhão, Orós e Banabuiú), que, operados de



forma integrada com os açudes Pacajus, Pacoti, Riachão e Gavião, fornecem água para os diversos usos da maior parte da população das Bacias do Jaguaribe e Metropolitanas (5 milhões de habitantes de 56 municípios, em 2025);

- redução do conflito existente entre a Bacia do Jaguaribe e as Bacias Metropolitanas, em função do progressivo aumento das transferências de água para o abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza, que possui disponibilidade hídrica *per capita* de apenas 90 metros cúbicos por habitante/ano;
- melhor e mais justa distribuição espacial da água ofertada pelos açudes Orós e Banabuiú, beneficiando populações do Sertão cearense, uma vez que com o Projeto de Integração do São Francisco esses reservatórios estariam aliviados do atendimento de parte das demandas do Médio e Baixo Jaguaribe e da Região Metropolitana de Fortaleza;
- perenização do Rio Salgado, estabelecendo uma fonte hídrica permanente para o abastecimento da segunda região mais povoada do Estado, o Cariri Cearense (cerca de 500 mil habitantes);

2) No Estado do Rio Grande do Norte:

- aumento da garantia da oferta hídrica proporcionada pelos 2 maiores reservatórios estaduais (Santa Cruz e Armando Ribeiro Gonçalves), responsáveis pelo suprimento de água para os diversos usos da maior parte da população das Bacias do Apodi, Piranhas-Açu, Ceará-Mirim e Faixa Litorânea Norte;



- redução dos conflitos existentes na Bacia do Piranhas-Açu, entre usuários de água desse Estado e os do Estado da Paraíba e entre os usuários internos do próprio Estado;
- perenização dos maiores trechos dos Rios Apodi e Piranhas-Açu, situados a montante dos açudes Santa Cruz e Armando Ribeiro Gonçalves, estabelecendo uma fonte hídrica permanente para as populações de mais de 60 Municípios localizados nessas duas bacias hidrográficas;
- abastecimento seguro para 95 Municípios (1,2 milhão de habitantes em 2025), através do aumento da garantia da oferta de água dos açudes Santa Cruz e Armando Ribeiro Gonçalves, da perenização permanente de todos os trechos dos Rios Apodi e Piranhas-Açu, em associação com uma rede de adutoras que vem sendo implantada há alguns anos (mais de mil quilômetros implantados);

3) No Estado do Paraíba:

- aumento da garantia de oferta hídrica proporcionada pelos maiores reservatórios estaduais (Epitácio Pessoa, Acauã, Engenheiro Ávidos, Coremas e Mãe D'água), responsáveis pelo suprimento de água para os diversos usos da maior parte da população das Bacias do Paraíba e Piranhas;
- redução dos conflitos existentes na Bacia do Piranhas-Açu, entre usuários de água desse Estado e os do Estado do Rio Grande do Norte e entre os usuários internos do próprio Estado;
- redução dos conflitos existentes na Bacia do Paraíba, fundamentalmente sobre as águas do Açude Epitácio Pessoa, insuficientes para os seus



diversos usos e tendo como umas das conseqüências o estrangulamento do desenvolvimento socioeconômico de Campina Grande, um dos maiores centros urbanos do interior do Nordeste (cerca de 400 mil habitantes);

- melhor e mais justa distribuição espacial da água ofertada pelos açudes Coremas e Mãe D'Água, beneficiando populações da região do Piancó, uma vez que com o Projeto de Integração do São Francisco esses reservatórios estariam aliviados do atendimento de demandas dos trechos do Rio Piranhas, situados a jusante deles;
- abastecimento seguro para 127 Municípios (2,5 milhões de pessoas em 2025), através do aumento da garantia da oferta de água dos açudes Epitácio Pessoa, Acauã, Engenheiro Ávidos, Coremas e Mãe D'água, da perenização permanente de todos os trechos dos Rios Paraíba e Piranhas, em associação com uma rede de adutoras que vem sendo implantada há alguns anos (mais de 600 quilômetros implantados);

4) No Estado de Pernambuco:

- melhor distribuição espacial dos recursos hídricos, pois além da disponibilidade de água do Rio São Francisco em cerca de metade da sua fronteira sul, o Estado contará com 2 grandes canais (Eixo Norte e Eixo Leste), cortando transversalmente o seu território, a partir dos quais uma rede de adutoras e/ou canais garantirá, de forma sustentável, o abastecimento das regiões do Agreste e do Sertão, situadas em cotas elevadas e distantes daquele rio;
- divisão, com os Estados do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Paraíba, de parte dos custos da oferta hídrica para as regiões do Agreste e do



Sertão, tornando a água distribuída a partir dos canais do Projeto de Integração mais barata do que aquela captada diretamente do Rio São Francisco por meio de adutoras isoladas (os custos de operação e manutenção da infra-estrutura dos Eixos Norte e Leste serão rateados entre os Estados beneficiados, gerando economia de escala);

- aumento da garantia da oferta hídrica proporcionada por 2 dos maiores reservatórios do Estado (Entremontes e Poço da Cruz), estrategicamente situados para permitir o atendimento de demandas atuais e futuras das Bacias dos Rios Brígida e Moxotó;
- abastecimento seguro para 113 Municípios (2,9 milhões de pessoas em 2025) do Sertão (Bacias do Brígida, Terra Nova, Pajeú e Moxotó) e do Agreste, através da disponibilidade hídrica proporcionada diretamente pelos Eixos Norte e Leste, pelos seus ramais (Ramal de Entremontes e Ramal do Agreste), pelos Açudes Entremontes e Poço da Cruz, pelos leitos de rios perenizados, em associação com uma rede de adutoras que poderá ser conectada aos canais do Projeto de Integração.

O Projeto de Integração também terá grande alcance no abastecimento da população rural, seja através de centenas de quilômetros de canais e de leitos de rios perenizados, seja por intermédio de adutoras para o atendimento de um conjunto de localidades (ver quadro anexo).

Rio da integração nacional, o São Francisco, descoberto em 1502, tem esse título por ser o caminho de ligação do Sudeste e do Centro-Oeste com o Nordeste. Ele recebe água de 168 afluentes, dos quais 99 são perenes, 90 estão na sua margem direita e 78 na esquerda. A produção de água de sua bacia concentra-se



nos cerrados do Brasil Central e em Minas Gerais, e a grande variação do porte dos seus afluentes é consequência das diferenças climáticas entre as regiões drenadas.

O Velho Chico — como carinhosamente o rio também é chamado — banha os Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas. Sua bacia hidrográfica também envolve parte do Estado de Goiás e o Distrito Federal.

Os índices pluviais da Bacia do São Francisco variam entre sua nascente e sua foz. A pluviometria média vai de 1.900 milímetros, na área da Serra da Canastra, a 350 milímetros, no semi-árido nordestino. Por sua vez, os índices relativos à evaporação mudam inversamente e crescem de acordo com a distância das nascentes: vão de 500 milímetros anuais, na cabeceira, a 2.200 milímetros anuais em Petrolina, Pernambuco.

Embora o maior volume de água do rio seja ofertado pelos cerrados do Brasil Central e pelo Estado de Minas Gerais, é a represa de Sobradinho que garante a regularidade da vazão do São Francisco, mesmo durante a estação seca, de maio a outubro.

Essa barragem, citada como o pulmão do rio, foi planejada para garantir o fluxo de água regular e contínuo à geração de energia elétrica da cascata de usinas operadas pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF): Paulo Afonso, Itaparica, Moxotó, Xingó e Sobradinho. E é assim que ela opera.

Depois de movimentarem os gigantescos geradores daquelas 5 hidrelétricas, as águas do São Francisco correm para o mar. Atualmente, 95% do volume médio liberado pela barragem de Sobradinho — 1.850 metros cúbicos por segundo — são despejados na foz e apenas 5% são consumidos no Vale. Nos anos chuvosos, a



vazão de Sobradinho chega a ultrapassar 15 mil metros cúbicos por segundo, e todo esse excedente também vai para o mar.

A irrigação no Vale do São Francisco, especialmente no semi-árido, é uma atividade social e econômica dinâmica, geradora de emprego e renda na região e de divisas para o País — suas frutas são exportadas para os EUA e Europa. A área irrigada poderá ser expandida para até 800 mil hectares, nos próximos anos, o que será possível pela participação crescente da iniciativa privada.

O Programa de Revitalização do São Francisco, cujas ações já se iniciaram, contempla, no curto prazo, a melhoria da navegação no rio, providência que permitirá a otimização do transporte de grãos (soja, algodão e milho, essencialmente) do oeste da Bahia ao porto de Juazeiro, no Estado, e daí, por ferrovia, para os principais portos nordestinos.

O Rio São Francisco tem 2.700 quilômetros de extensão e sua bacia hidrográfica, 634 mil quilômetros quadrados, desde a Serra da Canastra, no Município mineiro de São Roque de Minas, onde nasce, até a sua foz, entre os Estados de Sergipe e Alagoas. E ele está dividido em 4 trechos: o Alto São Francisco, das nascentes até a cidade de Pirapora, em Minas Gerais, com 100.076 quilômetros quadrados, ou 16% da área da bacia, e 702 quilômetros de extensão, atendendo a uma população de 6,247 milhões de habitantes; o Médio São Francisco, de Pirapora, em Minas Gerais, até Remanso, na Bahia, com 402.531 quilômetros quadrados, ou 53% da área da bacia, e 1.230 quilômetros de extensão, atendendo a uma população de 3,232 milhões de habitantes; o Submédio São Francisco, do Município baiano de Remanso até Paulo Afonso, também na Bahia, com 110.446 quilômetros quadrados, ou 17% da área da bacia, e 440 quilômetros



de extensão, atendendo a uma população de 1,944 milhão de habitantes; e o Baixo São Francisco, de Paulo Afonso, na Bahia, até a foz, entre os Estados de Sergipe e de Alagoas, com 25.523 quilômetros quadrados, ou 4% da área da bacia, e 214 quilômetros de extensão, atendendo a uma população de 1,373 milhão de habitantes.

Nesse percurso de 2.700 quilômetros, o rio banha 5 estados: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, mas sua bacia alcança também o Estado de Goiás e o Distrito Federal.

A bacia do rio abrange 504 Municípios, ou 9% do total de Municípios do País. Desse total, 48,2% estão na Bahia, 36,8% em Minas Gerais, 10,9% em Pernambuco, 2,2% em Alagoas, 1,2% em Sergipe, 0,5% em Goiás e 0,2% no Distrito Federal.

Cerca de 13 milhões de pessoas (Censo de 2000) habitam a área da Bacia do São Francisco, promovendo consumo atual de água de 91 metros cúbicos por segundo. Outros números do rio são: vazão firme na foz (garantia de 100%) de 1.850 metros cúbicos por segundo; vazão média na foz de 2.700 metros cúbicos por segundo; vazão disponibilizada para consumos variados de 360 metros cúbicos por segundo; vazão mínima fixada após Sobradinho de 1.300 metros cúbicos por segundo; vazão firme para a integração das bacias de 26 metros cúbicos por segundo (1,4% de 1.850 metros cúbicos por segundo).

O Rio São Francisco ainda é um rio muito saudável e pujante. Ele tem sido muito ameaçado pelos impactos da ação do homem, de que são exemplos a poluição por esgotos, as barragens construídas ao longo do seu leito para geração de energia elétrica, o assoreamento causado pelo desmatamento crescente dos



cerrados em benefício da agropecuária, e a agressão às suas matas ciliares. Apesar disto, o rio segue resistindo bravamente.

Ele é e será uma fonte de sustentação econômica para os habitantes de sua bacia hidrográfica, porque continua a receber, na média, a mesma quantidade de chuva de antes, mantendo, sem alteração, há mais de duas décadas, o suprimento de energia elétrica ao Nordeste, beneficiando por igual todos os Estados da região. A quantidade de suas águas não está comprometida. O São Francisco está em melhor situação do que muitos rios do Sudeste. Portanto, o rio não está morrendo.

O Velho Chico precisa ser mais bem cuidado, principalmente nos afluentes mais degradados pela ação humana, como tantos outros rios do País. Em alguns trechos, a derrubada das matas, que cobriam suas margens e encostas, provocou o assoreamento do leito do rio, que é a formação anormal de bancos de areia, o que prejudica a navegação e o hábitat dos peixes. Em outros lugares, a falta de tratamento de esgoto das cidades ribeirinhas provocou a poluição das águas. É preciso cuidar melhor do Rio São Francisco.

Isso já está acontecendo. A revitalização hidroambiental da Bacia do São Francisco é um programa coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, com a participação do Ministério da Integração Nacional e da sociedade são-franciscana. O programa de revitalização do São Francisco contempla ações voltadas para o reflorestamento de áreas críticas, a construção de barragens em rios afluentes, a melhoria da calha navegável do seu curso médio, o tratamento de esgotos das cidades e vilas localizadas nas suas margens, o controle da irrigação e a educação ambiental. Há também ações para a melhoria das condições de vida das comunidades ribeirinhas.



O Governo Federal investiu, em 2004, R\$26 milhões nessas ações de revitalização do rio. Em 2005, esses investimentos para a revitalização do rio serão de R\$100 milhões, só na área dos Ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente. E há outros recursos. Desde 1988, a CHESF repassa diretamente aos Estados e aos Municípios da Bacia do São Francisco 6% do seu faturamento bruto, o equivalente a R\$90 milhões por ano. E esse dinheiro, segundo a Lei, deve ser obrigatoriamente aplicado em ações de revitalização do rio. De 1988 até agora, a CHESF já repassou R\$1,350 bilhão aos Municípios são-franciscanos. O Ministério das Cidades, por sua vez, está aplicando R\$620 milhões em projetos de saneamento básico e/ou de abastecimento d'água em 86 Municípios da bacia. A degradação do rio já dura mais de 100 anos. Sua recuperação não é uma ação de curto prazo nem é responsabilidade somente do Governo Federal, mas também dos Governos Estaduais e Municipais, que devem trabalhar juntos para o enfrentamento do problema.

O Velho Chico vai continuar no mesmo curso que sempre teve. Só uma pequena parte do seu volume — ou seja, apenas 1% da água que ele joga no mar — vai ser captada para garantir o consumo humano e animal na região do semi-árido nordestino, onde vivem 12 milhões de pessoas. Não haverá nenhum problema ambiental para o São Francisco ou para qualquer atividade econômica que hoje se desenvolve ao longo de seus 2.700 quilômetros de extensão. A quantidade de água a ser retirada é, realmente, muito pequena.

Há disponibilidade de água no Rio São Francisco para utilização no desenvolvimento do Polígono das Secas, assim como se tem feito com a energia hidrelétrica. E é importante que se repita que a quantidade de água a ser retirada é



muito pequena. E essa captação vai ocorrer apenas em 2 pontos e em locais onde a vazão do rio já está regularizada pelas barragens, não afetando as atividades econômicas nem a navegação. Além disso, a água a ser retirada vai ser usada principalmente para o consumo humano, para matar a sede de milhões de nordestinos que habitam o Polígono das Secas.

Tudo isso será feito sem prejudicar o Rio São Francisco e em clima de concórdia, pois cabe ao Governo Federal zelar pela distribuição das oportunidades de desenvolvimento entre os irmãos brasileiros.

O curso do rio não será alterado e muito menos serão afetadas as condições hídricas e ambientais. Com esse projeto, vai acontecer o mesmo que já acontece em centenas de outros pontos do rio: haverá captação de água para abastecimento humano. O que muda é a quantidade de água, um pouco maior do que é captado em cidades de médio porte. Mas, ainda assim, a quantidade de água a ser retirada equivale a somente 1% do que o rio joga no mar, repito. Além disso, há milhões de pessoas vivendo no semi-árido com muito pouca água. Quando chega a seca, muitos não têm água nem para beber. Seria desumano ignorar essa situação dramática que aflige o Nordeste há séculos.

A pequena quantidade de água que será captada do Rio São Francisco não causará prejuízo algum aos seus usuários, mas terá importância vital para milhões de nordestinos que, com suas famílias, vivem na parte mais seca do Nordeste. A vida dessas pessoas, certamente, melhorará. Vale lembrar que a seca não só maltrata as pessoas e os animais, como também dilacera as famílias, por causa da migração forçada. Os mais jovens e mais fortes vão para outras regiões, procurar emprego para garantir a sua sobrevivência e a dos seus parentes. Ficam no sertão



as mulheres, as crianças e os velhos, muitos deles tão doentes e fracos que não têm como garantir comida e água até que chegue a ajuda dos que foram embora, empurrados pela seca. Alguns dos que migram não voltam mais, nem mandam notícias, e suas famílias ficam destroçadas para sempre. Outros mandam buscar os parentes e vão morar em favelas na periferia das grandes cidades, com problemas diferentes (violência, desemprego, más condições de moradia, fome etc.), porém até mais graves do que os que enfrentavam no sertão nordestino.

É um drama pessoal e familiar que atinge centenas de milhares de nordestinos, principalmente. A migração forçada também causa sérios problemas para o Governo Federal, os Governos Estaduais e as Prefeituras das grandes cidades, como o inchaço das regiões metropolitanas, a proliferação de favelas, o déficit de moradias, a insuficiência da infra-estrutura básica (transporte coletivo, saneamento, abastecimento de água, rede elétrica, escolas e hospitais), o desemprego e o aumento da criminalidade. Ou seja, a falta de água no semi-árido afeta não só quem está lá, acaba prejudicando até quem nunca passou pelo sertão nordestino.

A migração do povo do Nordeste em direção a outras regiões do País é um movimento populacional constante e antigo, dos mais importantes no mundo moderno. Também é volumoso, atingindo o auge nas secas prolongadas. Dezenas de milhões de nordestinos fugiram da seca em direção ao Norte, ao litoral, ao Centro-Oeste e ao Sudeste. Pelo menos um terço dos habitantes da Grande São Paulo é composto por nordestinos ou descendentes de retirantes da região. Até o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, foi obrigado a sair de sua terra



natal com parte da família, migrando para São Paulo. Em resumo, a falta de água no semi-árido dificulta a criação de empregos e a sustentação de sua população.

Num país democrático, as pessoas têm o direito de ir e vir para onde e quando quiserem. O que tem que ser combatida é a causa da migração forçada, que é a falta de condições de vida digna no semi-árido por escassez de água. Havendo água, as famílias vão continuar unidas na sua terra natal, porque estará garantido o que beber e o que comer e haverá atividade econômica, com renda e empregos. Esse é o objetivo do Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco com as bacias dos rios intermitentes do chamado Nordeste Setentrional, que envolve o Agreste e os sertões de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará. A água vai permitir o desenvolvimento sustentável naquela região, e só quem quiser vai precisar ganhar a vida em outros lugares.

Sem abastecimento assegurado de água, nada vai mudar no semi-árido nordestino. O desenvolvimento de grande parte da região Nordeste está comprometido pela escassez de água nas bacias dos rios intermitentes, o que leva a uma condição crítica para a vida humana. O Ceará, o Rio Grande do Norte e a Paraíba não dispõem de fonte permanente de água, isto é, eles não têm rios perenes, como é o São Francisco, que beneficia Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, e como é o Parnaíba, que beneficia o Piauí. Assim, o sertanejo fica à espera de uma chuva que por vezes vem, permitindo-lhe garantir comida e renda precária em alguns anos, mas nunca em quantidade suficiente para garantir reservas para os anos secos.

É um jogo de loteria com a natureza, que raramente permite capitalizar o pequeno produtor, melhorar sua tecnologia e viabilizar a saída da indigência. A



pobreza rural perpetua-se, aumenta a dependência dos políticos e gera contínua migração. É, ainda, uma das chagas expostas do Brasil.

A Lei de Recursos Hídricos (9.433/97) determina que o Estado deve garantir a necessária disponibilidade de água para a população, onde ela reside. Além disso, a gestão dos recursos hídricos, embora realizada por bacias hidrográficas isoladas, não determina os direitos de quem pode ter acesso à água, especialmente nos rios federais, cuja água pertence a toda a sociedade brasileira.

O Governo entende que a integração da Bacia do São Francisco às bacias do Nordeste Setentrional é essencial para promover a igualdade de oportunidades a todos os brasileiros, evitando que uns sejam prejudicados, sem necessariamente beneficiar os outros, pois existirá água para todos, ainda durante muitas décadas, sem a necessidade de trazer água de rios de outras regiões para o Nordeste.

A distribuição das fontes de água no País é desigual. Enquanto a Amazônia, com cerca de 10% da população brasileira, detém 70% da disponibilidade da água doce do País, o Nordeste, com 30% da população nacional, dispõe de apenas 3% de toda a água doce do Brasil. Essa desigualdade é também flagrante no próprio Nordeste. Senão, vejamos: a Bacia do São Francisco concentra 63% da disponibilidade de água da região nordestina, sendo que 95% de sua vazão vai para o mar; a Bacia do Rio Parnaíba (Piauí/Maranhão) detém 15% da água disponível no Nordeste. Portanto, essas duas bacias dispõem de 78% das disponibilidades de água da região.

Por sua vez, as bacias dos rios intermitentes nordestinos detêm apenas 22% da água disponível, e se concentram em alguns açudes estratégicos de grande porte e em aquíferos profundos próximos à zona costeira. Em compensação, dois terços



da população residente estimada para 2025 vivem justamente nessas bacias deficitárias.

Essa concentração de população em uma área com pouca água cria sérios problemas econômicos e sociais. A disponibilidade hídrica *per capita* é inferior ao índice crítico de 1.000 metros cúbicos por habitante/ano, indicado pelas Nações Unidas como o mínimo para garantir a vida humana e a preservação ambiental. Nas Bacias do São Francisco e do Parnaíba, esse índice é da ordem de 2.000 metros cúbicos por habitante/ano para a população estimada para o ano 2025. Nas bacias dos rios intermitentes, o índice já é, hoje, inferior a 1.000 metros cúbicos por habitante/ano, e tende para 500 metros cúbicos por habitante/ano ou menos, no ano de 2025.

Para que haja desenvolvimento sustentável equilibrado e harmônico na região do Polígono das Secas, será necessário distribuir melhor a água local entre a população, integrando as bacias superavitárias às bacias deficitárias, além de construir os projetos de distribuição interna da água em cada sub-região. A situação hídrica do Nordeste Setentrional é agravada, ainda, pela maior probabilidade de ocorrência de secas, levando a crises sociais e econômicas periódicas, que acarretam pobreza, migrações e falta de competitividade econômica.

O Nordeste Setentrional, situado ao norte da Bacia do São Francisco, engloba os Estados do Ceará, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, parte de Pernambuco (Agreste e Sertão) e parte de Alagoas.

Para viver plenamente em todos os aspectos, as Nações Unidas recomendam consumo de no mínimo 1.000 metros cúbicos por habitante/ano, aí considerando a água não só para beber, mas para todos os usos sociais e econômicos que podem



proporcionar uma vida digna ao homem. Só para produzir uma tonelada de alimentos são necessários, em média, 1.000 metros cúbicos de água. Atualmente, milhões de pessoas no semi-árido Nordeste sobrevivem com quantidades bem menores de água, mas isso impede que as atividades econômicas se desenvolvam normalmente, perpetuando a pobreza. Por essa razão, o semi-árido nordestino é uma das regiões mais pobres do Brasil e do mundo. Estima-se que cerca de 17,5 milhões de nordestinos vão ter 500 metros cúbicos de água ao ano — ou menos — à sua disposição, nos próximos 20 anos. Isso é menos da metade do mínimo recomendado pela ONU.

E a água não é só para beber. Todo mundo precisa tomar banho, cozinhar, lavar pratos, lavar roupa, dar descarga no banheiro e assim por diante. Quando se faz a conta, o número é bem maior do que o necessário para beber. Além disso, na conta feita pelas Nações Unidas está incluída a água para o cultivo dos alimentos que cada pessoa vai consumir e para a produção de todos os itens que consome (roupas, livros, artigos industriais etc.) individualmente ou, indiretamente, de forma coletiva.

A água dos rios intermitentes do semi-árido setentrional já é armazenada em grandes açudes, mas investe-se muito nessas obras para disponibilizar relativamente pouca água. Para cada metro cúbico de água disponibilizado, perdem-se 3 metros cúbicos por evaporação e vertimento (sangramento) nos açudes. Ou seja: é preciso represar 4 metros cúbicos para usar apenas um. Além disso, não há mais a possibilidade de guardar água nas bacias com novos açudes. O que poderá ocorrer, em muitas bacias, é que a construção de novos açudes necessários para



distribuir água no território acabará causando mais perdas de água por evaporação, reduzindo a água disponível no conjunto da bacia.

A opção pela captação de água em lençóis subterrâneos por meio de poços é viável, mas limitada ao volume renovável e só pode ser feita basicamente nos terrenos sedimentares permeáveis, que ocorrem em apenas cerca de 30% do Polígono das Secas, e de forma concentrada na zona costeira e no Estado do Piauí. Setenta por cento do semi-árido, portanto, não contam com essa opção, pois o terreno é pedregoso e não permite a infiltração de água. Há outras limitações, entre as quais a qualidade da água, muitas vezes com alto teor de sais e outros minerais, o que a torna imprópria para o consumo humano ou mesmo para irrigação.

A coleta de água da chuva em cisternas garante água para beber no meio rural, para a população dispersa, para a qual, em geral, não se viabilizam longas adutoras, de alto custo, para atender a poucas pessoas. As cisternas, entretanto, não produzem modificações estruturais nem a inserção econômica da população rural nas condições modernas de vida.

O uso de cisternas é válido numa conjuntura emergencial, mas muito precário se for a única fonte de água permanente. Para abastecer uma cisterna, é preciso uma área adequada de telhado, onde se faz a captação da água. Em muitos lugares, nem sempre existem áreas telhadas suficientes para manter as cisternas cheias, porque chove pouco. E nas secas prolongadas, a cisterna é um recurso que pode esgotar-se. Em resumo, apenas construir cisternas não resolve a questão principal, embora alivie a vida dos pobres dispersos no meio rural do sertão. Pesquisas feitas no semi-árido mostram também um outro problema grave: a contaminação das cisternas por coliformes fecais e outras fontes de poluição.



A solução dos problemas crônicos do semi-árido depende de fato de seu principal manancial hídrico, o Rio São Francisco, embora outras fontes de água possam ajudar. Ainda assim, essas fontes não substituem o Velho Chico, que deve ser o manancial complementar da região, na medida das necessidades de cada área, porque é a fonte hídrica mais próxima e de grande volume.

Há um grande desequilíbrio entre a oferta de água e a população residente no Polígono das Secas: a Bacia do São Francisco tem 70% da água e 21% da população do Polígono; já as bacias dos rios intermitentes nos diferentes Estados oferecem apenas 20% da água, mas concentram 70% da população da região. Para resolver esse desequilíbrio no Polígono das Secas, a melhor alternativa é fazer a integração do São Francisco com os rios intermitentes existentes nos limites de sua bacia hidrográfica, situada próxima e equidistante dos principais rios do semi-árido.

Se, de um lado, existe um grande rio a ser cuidado para manter-se saudável, de outro existem rios que nem vivos são; só existem como fantasmas, quando e onde chove de forma imprevisível no semi-árido. Eles ressuscitam por pouco tempo, nas estações das chuvas, mas logo, com a chegada do período de estio, seus leitos se tornam secos de novo.

Em 1985, projeto de transposição apresentado pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento — DNOS previa a captação, em um único canal, de 300 metros cúbicos por segundo, destinados à irrigação. Esse projeto não previa a revitalização do Rio São Francisco, mas apenas a sua integração com os açudes Castanhão, no Ceará, e Armando Ribeiro Gonçalves, no Rio Grande do Norte.

Em 1994, outra proposta, do então Ministério da Integração Regional, previa a captação de 150 metros cúbicos por segundo, também para a irrigação e em um



único canal, sem revitalização do Velho Chico, integrando os açudes Castanhão, Armando Ribeiro Gonçalves e Santa Cruz.

No ano de 2000, o Ministério da Integração Nacional apresentou uma proposta de captação de 48 metros cúbicos por segundo em 2 canais, para uso múltiplo, também sem prever a revitalização do Rio São Francisco e integrando os açudes Castanhão, Armando Ribeiro Gonçalves, Santa Cruz, Epitácio Pessoa, Engenheiro Ávidos, Poço da Cruz e Entremontes, e beneficiando uma população 50% maior do que a dos projetos anteriores. Outros 15 metros cúbicos por segundo seriam destinados à irrigação no próprio Vale do São Francisco. O atual projeto vai captar apenas 26 metros cúbicos por segundo, de forma contínua, e excedentes quando houver vertimento da barragem de Sobradinho.

O projeto beneficiará até 12 milhões de pessoas, em 6 bacias hidrográficas, integrando os mesmos açudes constantes da proposta anterior. Haverá também, e ao mesmo tempo, a revitalização do Rio São Francisco, cujas ações já começaram. Como se vê, diminuiu substancialmente a quantidade de água a ser agora captada, e o Governo já está investindo na revitalização do Velho Chico, o que é muito importante.

A integração de bacias tem sido adotada em inúmeros países como África do Sul/Lesoto, Egito, Equador, Peru, China, Espanha e EUA, interligando bacias superavitárias às bacias deficitárias. No Brasil, essa mesma tecnologia é usada em grandes sistemas de abastecimento de água em regiões metropolitanas (exemplos: São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza e Brasília).

Nessas regiões e países, o padrão típico de uso da água é de 70% na agricultura irrigada e 30% em outros usos (urbanos, industriais). Esse padrão típico



é recomendável também para o desenvolvimento sustentável do Nordeste, porque viabiliza a geração de emprego e renda no interior, dando sustentabilidade econômica e social à população residente.

Não haverá prejuízos econômicos ou ambientais para os Estados banhados pelo Rio São Francisco, ressalvando uma pequena redução da geração de energia nas usinas da CHESF, o que não causará o menor problema, uma vez que o Nordeste está interligado ao sistema nacional de distribuição de energia. No caso de Minas Gerais, por exemplo, a captação de água ocorrerá centenas de quilômetros depois de o rio ter deixado o território mineiro.

A primeira captação será feita após a barragem de Sobradinho, na divisa entre a Bahia e Pernambuco, num trecho cuja vazão já está regularizada por essa represa, o que também afasta o risco de afetar a navegação, os projetos de irrigação ou o abastecimento das cidades ribeirinhas dos 2 Estados. A segunda captação será feita no lago de Itaparica, também na divisa entre Bahia e Pernambuco, onde não causará qualquer impacto econômico ou ambiental. Os Estados de Alagoas e Sergipe não serão afetados, porque a vazão do rio nesses Estados é plenamente regulada pelas represas da CHESF, que alterou as condições originais do rio próximo da foz. É importante destacar um aspecto relevante: as duas captações representarão apenas 26 metros cúbicos por segundo.

A população residente na área beneficiada pelos 2 eixos da transposição é de 12 milhões de habitantes, sendo cerca de 5,5 milhões no Eixo Norte e 3,5 milhões no Eixo Leste. O total representa 30% da população do Polígono das Secas, sendo 50% maior que a população residente na Bacia do São Francisco dentro do Polígono.



O Plano Plurianual do Governo Federal 2004/2007 priorizou inúmeras ações no setor hídrico para a Região Nordeste, com extensão prevista até o ano 2015. O Plano é composto de quatro grandes ações: (1) a Integração de Bacias do Nordeste; (2) a Revitalização Ambiental da Bacia do São Francisco; (3) os Projetos de Irrigação na Região; e (4) o PROÁGUA, que visa ao suprimento urbano.

Dois canais serão construídos, um na direção norte, que demandará o Ceará e o Rio Grande do Norte, outro na direção leste, que levará água para Pernambuco e Paraíba, beneficiando as áreas mais carentes do Agreste e dos sertões desses 4 estados. Essas áreas têm como característica geológica a predominância de terrenos cristalinos (70% da área), onde não é possível armazenar água subterrânea de forma permanente nem desenvolver a açudagem intensiva, uma vez que poucos novos açudes de porte significativo podem ser ainda viabilizados.

Nessas áreas, a potencialidade hídrica dos rios intermitentes já foi transformada em disponibilidade garantida, ao longo do último século, o que permitiu a vida, embora precária, de uma população de 14,6 milhões de habitantes no Polígono das Secas (censo de 2000). Significa também que o Nordeste Setentrional detém mais de 50% da população do Polígono. Em contrapartida, a soma das vazões regularizadas garantidas por todos os açudes significativos do Nordeste Setentrional representa apenas cerca 5% da vazão garantida no Rio São Francisco pela barragem de Sobradinho.

Os eixos de obras de integração de bacias planejados são: o Eixo Leste, que integrará o lago da Barragem de Itaparica, no Rio São Francisco, com os Rios Paraíba, no Estado da Paraíba, e Ipojuca, no Estado de Pernambuco, beneficiando regiões populosas e com baixa disponibilidade hídrica; e o Eixo Norte, que sairá do



Rio São Francisco, próximo à cidade de Cabrobó, em Pernambuco, e levará água até as bacias dos Rios Jaguaribe, no Estado do Ceará, Piranhas-Açu, nos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte e Apodi, no Rio Grande do Norte.

O volume de água variável a ser transportado é inadequado para o uso de adutoras. Nesse projeto, a construção de canais é melhor, tanto do ponto de vista técnico, quanto do econômico.

A evaporação da água durante seu transporte até o local onde será armazenada e distribuída é pouco relevante, não justificando a opção pelo uso de adutoras. A evaporação preocupa, apenas, quando a água fica armazenada em grandes superfícies, por largos períodos. Aí sim, ocorrem perdas expressivas. Com a integração, essas perdas que hoje ocorrem nos açudes serão minimizadas em até 50%, porque os açudes vão operar menos cheios, não precisando guardar tanta água à espera de uma seca prolongada, freqüente e imprevisível.

Havendo água do Rio São Francisco para assegurar o suprimento dos usos prioritários, as águas armazenadas nos açudes poderão ser gastas com maior liberdade no suprimento das demandas econômicas, como as agrícolas, gerando emprego e renda na produção.

A integração do São Francisco com os açudes estratégicos do Nordeste Setentrional viabilizará nova regra operacional para essas barragens, que poderão operar de forma mais planejada. Ou seja, em vez de guardar água para um futuro distante, esperando uma seca prolongada (que ocorre com freqüência na área), poderá disponibilizar mais água para o uso social e econômico. Isso porque, em caso de seca, haverá sempre transposição de parte do volume retido em Sobradinho para os açudes, garantindo os usos mais prioritários da água. O projeto de



integração de bacias significa um novo sistema de gestão da água no semi-árido, com economia futura significativa de águas locais dos rios intermitentes.

Será retirada uma vazão constante de 26 metros cúbicos por segundo, correspondente ao consumo humano e animal, mais um excedente médio de 63 metros cúbicos por segundo, sempre que Sobradinho estiver cheia ou vertendo.

No Eixo Norte, o bombeamento da água vencerá altura de 160 metros. Uma vez atingido o divisor topográfico de águas entre bacias, o canal seguirá por gravidade (sem bombeamento), gerando energia elétrica no percurso até a calha dos rios intermitentes. Como resultado, o bombeamento equivalente será similar ao bombeamento dos projetos de irrigação do Vale do São Francisco. O custo da água no Eixo Norte, em termos operacionais, será inferior ao do Eixo Leste e, com o ganho de água decorrente da economia de parte das perdas por evaporação nos açudes receptores, haverá viabilidade do uso múltiplo da água.

No Eixo Leste, a altura de bombeamento é mais elevada (300 metros para a Paraíba e 500 metros para o Agreste Pernambucano). A água terá utilização no setor urbano, onde a capacidade de pagamento viabiliza a sua transferência.

O primeiro passo do projeto é a licença ambiental. Concedida a licença, as obras civis são licitadas e, em seguida, executadas.

A primeira etapa deve estar pronta 2 anos após o início de sua construção. A obra tem custo estimado em cerca de R\$4,5 bilhões. Equivale ao custo de algumas hidrelétricas e gasodutos já construídos e/ou previstos no País.

Essas, Sr. Presidente, são as principais reivindicações da Região Nordeste como um todo e da fruticultura do Vale do São Francisco. O Governo Lula deve



atentar para o momento delicado por que passa a economia mundial, ajudar os bancos, mas não se esquecer do setor produtivo nacional.

Concluo, caríssimos Deputados, pedindo ao povo brasileiro que continue vigilante às ações governamentais e as suas próprias compras. Economize o máximo. Fuja de compromissos e consuma pouco até que as coisas se normalizem.

QUADRO A QUE SE REFERE O ORADOR



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 265.2.53.O
Data: 05/11/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4171/4176

(INSERIR DOCUMENTO DETAQ DE PÁGINA 219)



O Sr. Inocêncio Oliveira, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Alberto, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. MAURO BENEVIDES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Alberto) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB-CE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dentro de um programa de interiorização do Governo Estadual, o Chefe do Executivo cearense, Cid Ferreira Gomes, seqüenciou o cumprimento de tão importante intercâmbio, instalando a administração estadual nos Municípios Antonina do Norte e Baixo.

Todos os Secretários e demais membros de primeiro escalão deslocaram-se para as citadas comunas, recolhendo, ali, sugestões examinadas imediatamente pelos setores oficiais competentes.

Desde o início da presente gestão, mais de 15 encontros dessa natureza foram concretizados, numa motivação elogiável, já que implica obras reputadas relevantes pela própria comunidade.

Pelo que sei, ainda no presente exercício, Cid Gomes prosseguirá o périplo em pelo menos mais duas regiões, no chamado Governo Itinerante, por meio da qual a sua imagem há sido objeto de merecidos elogios por parte dos mais variados segmentos de nossa comunidade.

Testemunho, desta tribuna, a operosidade e o dinamismo da atuação daquele que tem a responsabilidade de comandar os destinos da unidade federada que represento neste plenário.

É preciso que o exemplo seja seguido em todas as hierarquias, envolvendo a própria representação legislativa no Congresso Nacional.



O SR. LUIZ CARLOS SETIM - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Alberto) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LUIZ CARLOS SETIM (DEM-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, 5 de novembro, quando parte do mundo comemora a vitória do Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, para nós é um dia muito especial, o Dia Nacional da Cultura. Quando Prefeito da minha cidade, São José dos Pinhais, no Paraná, realizei muitas ações no âmbito da cultura.

Talvez até devamos ter cautela ao dizer que o dia 5 de novembro foi escolhido para ser a data oficial em comemoração à cultura no Brasil, pois, neste País, a essa área, também de interesse social, não se destina sequer (oficialmente) 2% dos recursos do Orçamento nacional. Desse modo, não podemos achar que cultura seja considerada ação primordial na formação e desenvolvimento do cidadão brasileiro.

Chega a ser intrigante o fato de muitas pessoas ainda acharem que investir em cultura é desperdiçar dinheiro. Mais sério ainda é representar a sociedade, na condição de autoridade ou político, e não admitir que o bem cultural comum é também resultado da saúde física e mental, representada pelas linguagens culturais, por meio de ações do "sujeito-produtor-cultural".

Muito tempo se perde ao criticar o que este ou aquele país faz ao despejar sua produção cultural aqui no Brasil, como no caso dos EUA, cuja produção cinematográfica e musical invadem nosso País. Ao contrário, deveriam verdadeiramente investir nessas mesmas áreas, deixando de lado as pieguices desmazeladas da produção de questionável qualidade de boa parte do que fazemos.



Ainda na manhã de hoje, foi-nos oferecido um café da manhã, com a presença do Ministro da Cultura, Juca Ferreira, em que se encontravam também presentes diversas personalidades do meio cultural brasileiro, como a cantora Beth Carvalho e outros cantores e músicos, Deputados, Presidentes de Conselhos, Secretários de Estado e Municipais, Embaixadores, Senadores, produtores culturais de diversas partes do Brasil, além de outros representantes de diversos segmentos da Cultura.

Ao usar o termo "cidadania planetária", o Ministro foi bastante feliz ao desejar fazer compreender que também a cultura pode nos transportar de um canto a outro no mundo, fortalecendo laços de amizade e deslocando o verdadeiro espírito cultural de um povo.

A cultura se desloca de um canto a outro em moldes e sentidos diferentes, através das artes plásticas e cênicas, do patrimônio, da música, da dança, da literatura. Enfim, capítulos de uma série de informações, em sua maioria repletas de sentido e sentimento que só a arte e a cultura podem transferir de um sujeito a outro, fazendo-o interpretar um determinado elemento cultural — seja ele qual for — da forma como melhor aquela imagem ou sensação pode lhe ser passada.

De nossa parte, no Paraná — mais especificamente em São José dos Pinhais —, ainda na condição de Prefeito, por duas gestões, a cultura foi, sim, respeitada. Há sempre uma sensação de culpa por não se ter feito mais, muito mais. Mas nos sentimos orgulhosos do investimento feito, tendo sempre por objetivo maior o investimento na formação cultural do cidadão e como veículo diversas linguagens culturais. Criamos as Escolas de Dança e de Teatro; organizamos no município o primeiro Museu do Boneco Animado do Sul do Brasil; e dezenas de outras ações



que foram sempre pensadas com o intuito de promover a formação cultural do cidadão lá residente. Uma ressalva bastante particular foi o fato de termos nos preocupado em executar as ações culturais por força de lei, pois entendemos que uma grande falha nessa área, de um modo geral, é exatamente a falta de formalização dos atos, o que, muitas vezes, faz com que atividades culturais deixem de ser consideradas formais.

Ainda em São José dos Pinhais, imperiosa é a presença de elementos vindos diretamente de diversas etnias, ultracolaboradores com a formação da terra escolhida para se viver. Por essa mesma razão, desejamos deixar aqui registrada nossa homenagem aos imigrantes que lá se instalaram ao longo dos séculos. Além de colaborarem na construção do município e do Estado, eles também contribuíram com a formação étnica e, principalmente, cultural da região e do Estado. Cultura é, ao nosso ver, sinônimo de vida, de sentido, de harmonia, de expressão do sentimento do ser humano.

A música transporta. O patrimônio resgata e mantém. O teatro vitaliza o corpo. A arte plástica vitaliza a alma. A dança mexe. A literatura cria e recria o sentido das palavras. O cinema clareia o espaço ao redor de cada mundo. Enfim, cultura é arte. Arte é encanto. Encanto é vida.

Finalizando, não posso deixar de questionar o seguinte: será que por tudo isso cultura é sinônimo de "atitude desnecessária", exatamente ir a fundo, em todos os sentidos, no ser humano e por isso é melhor não mexer com essa manifestação de sua essência?

Seja lá o que for, não se justifica deixar de planejar e investir em cultura. Esta bandeira precisa ser reerguida e permanecer esvoaçando como um investimento



essencial na vida de qualquer cidadão. E bem sabemos que uma razão para estarmos aqui, como representantes do povo, é enaltecer o seu bem-estar, o qual, certamente, pode ser muito valorizado por meio da cultura e de suas manifestações todas.

Seja em qual for o âmbito social, viver cultura, viver em cultura, é fazer um belo investimento na alma.



O SR. PRESIDENTE (Luiz Alberto) - Concedo a palavra Chico D'Angelo. S.Exa. dispõe de 25 minutos.

O SR. CHICO D'ANGELO (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicio ressaltando o simbolismo da vitória de Barack Obama. O sonho não morreu. É possível um Presidente metalúrgico no Brasil, é possível um Presidente negro nos Estados Unidos da América, é possível aceitar as diferenças entre homens, mulheres e povos, é possível cuidar do planeta com responsabilidade para as futuras gerações, acabar com a fome e finalmente construir a paz. Todos os homens de bem, de alguma forma, acordaram hoje revigorados. Que Deus ajude a humanidade na construção de um novo tempo.

Estamos caminhando para o fim do ano de 2008 diante de uma crise econômica mundial histórica, que está mobilizando o planeta em um esforço conjunto para evitar que as conseqüências sejam ainda mais catastróficas. Não podemos nunca perder de vista que uma crise dessas não é apenas problema das grandes empresas e grandes bancos internacionais. Se parte do sistema quebra, toda a ordem mundial é afetada e, fatalmente, a falência de instituições financeiras importantes acaba por afetar mercados que não estejam preparados para reagir em um momento de emergência e compensar a saída de cena de atores de peso. As conseqüências para a vida da população são inevitáveis.

Em recente entrevista, o Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho, Juan Somavia, que é chileno, chama a atenção para o risco de não se levar em conta os efeitos da crise na vida da população. Ele afirma: *“Se nos concentrarmos só em restabelecer a vida do sistema financeiro, e não a vida e as condições das pessoas, vamos ter um problema social muito sério. A mensagem dos*



trabalhadores tem sido: nesta crise, não se esqueçam de que há trabalhadores e suas famílias.”

É preciso lembrar que essa crise é fruto de uma farra financeira e de uma irresponsabilidade acobertada com a cumplicidade de alguns líderes das principais nações do mundo. Falo de governantes que fizeram vista grossa para uma ciranda de especulação que teve seus principais articuladores no próprio Estados Unidos.

Também em entrevista recente, o Prêmio Nobel da Paz Muhammad Yunus, economista bengalês que criou o chamado Banco dos Pobres e implantou um projeto revolucionário de crédito popular em seu país, afirma: *“Foi o excesso de ganância que resultou na crise atual.”*

Aqui no Brasil, o Governo Federal já percebeu isso e está tomando medidas para garantir liquidez ao mercado, dando ao Banco Central a autoridade de agir para que as conseqüências no País sejam as menos dramáticas possíveis para o dia-a-dia dos brasileiros. Temos a tranqüilidade de saber que estamos em uma posição que, se não é confortável — o que é impossível em um momento crítico como este —, nos coloca em um patamar inimaginável há alguns anos: hoje temos uma estabilidade que nos permite agir com calma, rigor e eficácia.

A crise vai nos afetar, mas o Brasil conquistou a capacidade de reagir em um momento como este. Hoje temos condições de garantir ao mercado, aos empresários e à população que vamos sobreviver a essa turbulência econômica. Devemos ter sempre em mente que, se compararmos com outras nações, nosso índice de crescimento não foi tão alto, mas, com certeza, o mais sólido.

Também vimos o paraíso capitalista, o país que sempre se disse liberal do ponto de vista econômico e sempre defendeu que o Estado não deve nunca intervir



no mercado, ter que se contradizer publicamente em um momento de crise de proporções gigantescas. O que os Estados Unidos estão provando agora é que o Estado tem, sim, um papel regulatório na economia. É uma falácia do capitalismo achar que o mercado, por si só, com sua lógica de concorrência, tem a capacidade de se auto-regular e de criar sozinho mecanismos de salvaguarda em uma situação de emergência.

O Presidente Bush está prestes a entrar para a história como o Presidente mais impopular daquele país e de todo o mundo contemporâneo, com uma das gestões mais caóticas daquela nação. Não é o caso aqui no Brasil, do ponto de vista político. Aqui temos um Presidente forte, respeitado pelo povo. A história brasileira, com a eleição de Lula, deu um salto à frente.

Acabamos de passar pelo primeiro turno das eleições para Prefeitos e Vereadores, e seu resultado demonstra, mais uma vez, a consistência da democracia no Brasil.

Vimos diferentes partidos vencedores em diversas regiões. Mas, sem nenhuma dúvida, os grandes vencedores desta eleição foram os partidos da base de sustentação do Governo. Meu partido, o PT, teve um crescimento significativo. O eleitor provou nas urnas o que as pesquisas de aprovação recorde do Governo já registravam antes da votação: o Governo tem o apoio popular.

Eu queria falar um pouco das eleições no meu Estado, o Rio de Janeiro, e das vitórias significativas de meu partido e de coligações que integrou. Já no primeiro turno, aumentamos o número de Prefeituras e conseguimos mais cadeiras de Vereador no Estado.



Participei intensamente de diversas campanhas no Estado do Rio de Janeiro. Cortei o Estado várias vezes, indo a várias cidades, de Paraty a Natividade, apoiando o que achei que era melhor para cada cidade.

Faço questão de saudar agora as vitórias do partido, sejam eleitorais, sejam políticas, e os companheiros que participaram deste pleito de maneira tão digna. Em Paraty, Casé teve uma belíssima votação, reafirmando como liderança no sul do Estado. Ainda na região sul, estivemos em 3 cidades onde o partido saiu vencedor. Em Paulo de Frontin, vencemos com Eduardo Paixão. Em Paty do Alferes, tivemos uma vitória para muitos inesperada, inédita naquele Município. Apoiamos Rachid, com nosso Vice Ciro, e, repito, fomos vitoriosos. Em Miguel Pereira, apoiamos Roberto Macarrão, Prefeito reeleito, o que comprova os méritos de sua gestão. No sul do Estado, o PT também foi vencedor em Itatiaia, Mendes, Porto Real e Quatis.

Na Baixada Fluminense, umas das mais expressivas vitórias foram a do companheiro Lindberg Faria, em Nova Iguaçu; a de Alcides Rolim, em Belfort Roxo; a de Artur Messias, em Mesquita; e a do Professor Tarciso, em Paracambi, outras vitórias petistas. Ainda na Baixada, cabe registrar o trabalho de Zaqueu em Queimados e a vitória de Charlinho em Itaguaí.

Na região leste, no Município de São Gonçalo, o candidato do PT, Altineu Cortes, ficou em terceiro lugar, mas se registre o esforço da nossa militância e o crescimento do partido. Assim também foi em Itaboraí, com Janô. Mas fomos vencedores em Tanguá, com a reeleição do Prefeito Carlinhos, e no apoio a Antônio Marcos, em Casemiro de Abreu.

É gratificante citar entre nossas vitórias a de Silva Jardim. Zelão, liderança maior hoje na cidade, será um Prefeito que vai se destacar rapidamente no cenário



político do Estado do Rio de Janeiro. Ele e seu Vice, Fernando, um de nossos mais jovens candidatos, demarcaram com a vitória a história daquele Município.

Nessa viagem pelo Estado, abro um parêntese para dar meu abraço no Prefeito de Rio Bonito, José Luiz Mandiocão, que foi eleito sem o apoio do Partido dos Trabalhadores mas com o qual tenho tido relação política extremamente positiva.

Seguindo em direção à Região dos Lagos, a vitória de Quaquá é a confirmação de uma liderança sólida, conquistada em muitas eleições e muitos anos de militância política. Quaquá se torna uma liderança do Estado e do PT. Em Saquarema, estivemos com o PT. Em Araruama, participamos da construção da vitória de André Mônica. Eu gostaria de registrar que na semana que passou tive o prazer de conhecer o novo Prefeito de Iguaba Grande, Oscar Magalhães. Em São Pedro da Aldeia, tenho de destacar a belíssima votação de Chumbinho, Vereador Presidente da Câmara Municipal, que, independentemente dos resultados jurídicos, é uma das maiores vitórias do PT no Estado.

Na paradisíaca Arraial do Cabo, nosso companheiro Reginaldo foi Vice de Andinho, uma vitória contra tudo e contra todos. Em Cabo Frio, o PT viveu uma situação única: apoiamos o ex-Prefeito Alair Corrêa, com parte significativa do partido. Cabe a todos nós construir no futuro uma unidade partidária.

Saindo da Região dos Lagos em direção ao norte, estivemos em Macaé, onde apoiamos a eleição da nova liderança do PT, Danilo Funk, à Câmara de Vereadores. Em Conceição de Macabu, saudamos a nova Prefeita, Tedi, militante histórica do Partido dos Trabalhadores. Estivemos presentes em bons momentos de sua campanha. Tedi certamente fará um excelente governo.



Em Quissamã, o PT fez parte da coligação vencedora. No norte do Estado, em São Fidélis, apoiamos Elson Lajes e Nelson, vitória política de um campo do qual o PT participa e onde se afirma para os próximos embates eleitorais.

Saudamos a vitória de Carla Machado em São João da Barra. No noroeste do Estado, o Partido dos Trabalhadores teve um expressivo crescimento. Participamos da vitória em Varre-Sai, com o Vice, Amâncio, na eleição do Prefeito Everardo. Na mesma região, em Porciúncula, fomos vencedores com o Vice, Léo Coutinho, do Prefeito Jogaib.

Ainda na região, saudamos o novo Prefeito de Natividade, Taninho, e seu Vice, nosso amigo do PT Chico da Saúde.

Em Aperibé, apoiamos o Dr. Flávio. Tivemos a alegria de estar em seu grande comício. Em Bom Jesus de Itabapoana, apoiamos Branca e seu Vice, Dr. Adelson Hilário.

Na cidade-pólo do noroeste Itaperuna, participamos da campanha vitoriosa do Prefeito Claudão, que certamente será um dos mais ativos Prefeitos do nosso Estado.

Em Cambuci, apoiamos Vavado, o Prefeito eleito com cerca de dois terços da população.

Apoiamos o Partido do Trabalhadores também em Santo Antônio de Pádua.

O PT venceu em Santa Maria Madalena, com Artur Garcia.

No importante Município de Teresópolis, Jorge Mário construiu uma bela vitória, escolhido por aproximadamente metade do eleitorado.

Em Petrópolis, Paulo Mustrangi venceu no 2º turno.



Não cito aqui os 64 Vereadores eleitos pelo Partido dos Trabalhadores no Estado por falta de tempo. Com muitos deles, estivemos ombro a ombro durante a campanha. A campanha para Vereador é a mais difícil de todas. Esse é um voto conquistado com trabalho e representação política. Por isso concluo esta viagem pelo interior do Estado saudando todos os candidatos a Vereador do PT eleitos, e também os não-eleitos, construtores da legenda para os vencedores.

Saúdo também todos os nossos candidatos majoritários e, principalmente, aquilo que diferencia o PT: seus militantes.

Por último deixei Niterói, cidade da qual fui Secretário Municipal de Saúde. Lá, venceu Jorge Roberto Silveira, ex-Prefeito, do PDT, partido da base de sustentação do Governo Federal. O PT perdeu a eleição, mas agora chega a hora de fazermos um balanço dos últimos 6 anos, durante os quais a cidade foi governada pelo Prefeito Godofredo Pinto, meu companheiro de partido.

Encerrada sua primeira gestão, Godofredo conseguiu uma belíssima reeleição. Em 6 anos, teve como principal diretriz a área social, o ser humano, a vida. A marca de seu governo sempre foi esta: *“A maior obra é cuidar das pessoas.”*

Godofredo abriu 8 mil novas vagas na rede municipal de educação, com a construção de 32 unidades, em sua maioria creches e pré-escolas. Também construiu 13 novas unidades de saúde. Ainda na minha gestão como Secretário de Saúde do seu Governo, Niterói ganhou a primeira Maternidade Pública Municipal e a Unidade de Urgência Mário Monteiro Filho, na região oceânica, que acaba de completar 3 anos de atividades, seguindo os modelos da Política Nacional de Atenção às Urgências. Atende a uma média de 7 mil pessoas por mês. A implantação do SAMU, que beneficiou todos os Municípios vizinhos, também foi



realizada na nossa gestão, assim como o plano de cargos, carreiras e salários para os funcionários da saúde.

Na área de cultura, destaco o Projeto Aprendiz, que atende hoje cerca de 3 mil crianças, todas recebendo iniciação musical. Essa é uma das mais belas políticas de integração cultura-educação deste País. Godofredo concluiu o Teatro Popular, projeto do grande Oscar Niemeyer, criou o Programa Viva Idoso, hoje reconhecido nacionalmente, que valoriza a experiência acumulada por aqueles que nos criaram e que, portanto, têm muito a nos ensinar.

Implementou, Godofredo, o Programa Adoção para Todos, para estimular a prática da adoção de crianças que vivem nos abrigos da cidade, sem o convívio familiar. Trata-se de uma política municipal que tem, ao mesmo tempo, um olhar afetivo e de responsabilidade social no que diz respeito a uma questão tão decisiva para a vida de milhares e milhares de crianças que ou são órfãs ou não têm pais em condições de criá-las.

Godofredo Pinto sai do Governo com um patrimônio de integridade e dignidade respeitado por todos e com a marca de um administrador responsável, que implantou uma política de modernização administrativa que ampliou em torno de 150% a receita municipal, sem aumentar as alíquotas de imposto.

Foi durante seu governo que a cidade reconquistou seu papel de destaque na indústria naval brasileira. Niterói é o berço dessa indústria e volta a ser um dos principais pólos do País, gerando empregos, renda e vida melhor para milhares de pessoas.



Na gestão de Godofredo, os recursos dos *royalties* foram ampliados em aproximadamente 3.000% — subiram de R\$ 1,8 milhão, quando assumiu, em 2002, para R\$ 54 milhões anuais em 2007.

Destaco esse crescimento na arrecadação dos *royalties* em Niterói porque estou convencido de que, após a descoberta da chamada camada do pré-sal, precisamos, mais do que nunca, discutir com seriedade e responsabilidade como o País vai administrar os recursos que virão a partir dessa riqueza.

Essa tem sido a postura do Governo Lula. A se confirmarem as estimativas do total das reservas do pré-sal — que podem chegar a 60 bilhões de barris —, o Brasil tem a possibilidade de virar um dos maiores detentores de reservas provadas do mundo.

O Presidente Lula, inúmeras vezes, já tornou público seu compromisso de utilizar a receita que virá do pré-sal para promover uma melhoria significativa da qualidade de vida do povo brasileiro e corrigir injustiças sociais históricas. E já anunciou, corretamente, que dará prioridade a investimentos em saúde e educação.

O Sr. Júlio Cesar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. CHICO D'ANGELO - Perfeitamente.

O Sr. Júlio Cesar - Tenho ouvido com muita atenção o discurso de V.Exa., principalmente por saber que é do Rio de Janeiro. Venho estudando exaustivamente esse problema do petróleo no Brasil, principalmente o critério de distribuição dos *royalties* do petróleo, que acho atualmente muito injusto. Estava nesse momento discutindo com o Deputado Nazareno, do seu partido e do nosso Estado, uma emenda de minha autoria na Comissão da reforma tributária, em que proponho a



mudança dos critérios de distribuição desses recursos que hoje são representativos e serão muito mais quando começar a operar o pré-sal. Vejo que V.Exa. está de acordo até com o entendimento do Presidente, e fico feliz. Quero parabenizar V.Exa., porque a plataforma continental e o subsolo, diz a Constituição, pertencem à União. E é exatamente lá que está o petróleo. E se pertence à União, pertence a todo o povo brasileiro. Estou de acordo com V.Exa., com o que o Presidente pensa, e espero que esta Casa mude esses critérios, para diminuir realmente os privilégios, e que consiga fazer justiça social com os mais pobres do Brasil.

O SR. CHICO D'ANGELO - Muito bem. Eu vou dar continuidade, inclusive abordando essa questão da distribuição dos *royalties*.

A crise econômica mundial nos obriga a ser cada vez mais cuidadosos nos planos e prazos. Aqui, de novo, a cautela tem sido o tom do Governo para tratar essa questão. Mas está claro que com o pré-sal temos uma chance histórica de ascender no cenário mundial.

É uma oportunidade única de crescimento, mas é também um desafio. Há no mundo exemplos de países que, por não terem se planejado corretamente, acabaram dependentes do petróleo, esvaziaram outros setores de sua indústria e acabaram atropelados por um pesadelo econômico. Esse não será o caso do Brasil.

E é exatamente no momento em que o País se prepara para explorar novas reservas grandiosas que entra em cena o debate em torno do repasse dos *royalties*. Alguns Parlamentares defendem que as atuais regras devem ser mudadas. Serei sempre defensor do debate, especialmente num momento estratégico como esse. Também concordo que precisamos de uma ampla discussão para chegar ao melhor



momento de repasse dos *royalties* da camada do pré-sal. Mas não tenho dúvidas de que não se pode penalizar os Estados produtores.

O nosso Estado do Rio de Janeiro vivencia uma situação inédita, que não se vê há décadas: vivemos em um cenário de crescimento econômico. O Estado do Rio de Janeiro, hoje, por sua importância, não poderá ser punido por uma nova política de repasse dos *royalties* do petróleo. Os Estados produtores hoje arcam com mazelas ambientais e sociais geradas pela natureza da exploração do petróleo, e o repasse hoje é o reconhecimento disso de que falo. Discutiremos a forma como o pré-sal contribuirá para o desenvolvimento de todo o País, mas jamais admitiremos perdas para o Estado do Rio de Janeiro. Não se pode mudar um pacto pré-estabelecido. Isso colocaria em risco projetos que contam com essa receita e afetaria todo o planejamento desses Municípios.

Sou membro da Comissão de Minas e Energia desta Casa e me comprometo a atuar com afinco no sentido de esgotar todas as possibilidades de debate em torno do tema. Penso que a discussão responsável é o único caminho para conseguirmos fazer das reservas do pré-sal a chave para este País alcançar uma mudança histórica.

Gostaria também de chamar atenção para o desafio que a construção do complexo petroquímico em uma área de 45 milhões de metros quadrados, no Município de Itaboraí, representa para o Estado. O Governo está fazendo um grande investimento, da ordem de US\$ 8,38 bilhões, para que o Brasil economize algo em torno de US\$ 2 bilhões por ano nos gastos com a importação de produtos petroquímicos. Quando entrar em operação o que está previsto para 2012, o pólo vai



permitir a extração de insumos a partir do processamento de cerca de 150 mil barris/dia de óleo pesado.

Esse projeto grandioso, certamente, vai gerar empregos — serão 212 mil durante as obras e 50 mil quando começar a funcionar. Precisamos, porém, ficar atentos ao fato de que sua construção e operação vão causar um impacto de grandes proporções em toda a região leste fluminense. Serão necessários investimentos de grande porte em urbanização, habitação, saneamento, meio ambiente e transporte. Não se pode permitir que o entorno do complexo petroquímico vire uma área de favelização, afetando drasticamente a qualidade de vida na região.

Permito-me afirmar que o Rio de Janeiro está vivendo um ciclo de recuperação. Quero aproveitar para cumprimentar o novo Prefeito da Capital, Eduardo Paes.

O Brasil vai vencer esta crise econômica mundial porque vem sendo bem governado. Esta Casa cumprirá, neste momento, seu dever histórico. Se não podemos ser ufanistas, também não podemos perder o otimismo e o sonho que movem a História. O Brasil passará por esta crise, e o meu partido, o PT, os partidos da base aliada, e mesmo a Oposição, vão contribuir para a superação deste momento.

Vamos continuar avançando, como demonstram os índices de desenvolvimento que atestam que o País, hoje, tem menos miséria, menos fome, e que a maioria da população do Brasil vive melhor.

Esse é o nosso caminho.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Luiz Alberto) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Nazareno Fonteles, do PT do Piauí e que disporá de 3 minutos.

O SR. NAZARENO FONTELES (PT-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveito esses minutos para chamar a atenção para uma matéria que esperamos seja aprovada nesta sessão. Há requerimento do Líder do nosso Governo aqui na Câmara, Deputado Henrique Fontana, para colocar em votação o Projeto de Lei nº 2.877, de 2008, do Poder Executivo, que trata do Programa da Alimentação Escolar e tem o objetivo de estender esse programa para o ensino médio, abrangendo, assim, todo o ensino básico.

Sabemos da importância disso, sobretudo para regiões do nosso País que são mais carentes, como é o caso do Nordeste, particularmente do nosso Estado, o Piauí, e para a nossa juventude, para os adolescentes, que hoje ainda não usufruem desse benefício da alimentação escolar, conhecido popularmente como merenda escolar.

Esse projeto de lei, que deverei relatar nesta tarde e, se for possível, será aprovado por acordo, como está previsto, trata, além da extensão da alimentação escolar para o ensino médio, também do dinheiro direto na escola e do transporte escolar. No caso específico da alimentação escolar, é importante chamar a atenção para a iniciativa do Governo Federal de prestigiar a agricultura familiar local.

Sabemos o quanto está sendo priorizada a produção orgânica de alimentos, para que sejam cada vez mais saudáveis, a fim de que sejam prevenidas doenças do coração, do cérebro, alguns tipos de câncer, obesidade e tantos outros problemas que surgem da alimentação não-saudável.



Queremos pedir a todo o Plenário que dê essa contribuição à Nação, aprove esse projeto hoje, para que possamos estender aos jovens que estudam no ensino médio o benefício da alimentação escolar, com essas peculiaridades que vamos explicar melhor com o relatório no momento adequado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Nazareno Fonteles, o Sr. Luiz Alberto, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Uldurico Pinto, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Uldurico Pinto) - Com a palavra o ilustre Deputado Luiz Alberto, do PT da Bahia.

O SR. LUIZ ALBERTO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não poderia deixar de registrar aqui a minha satisfação e a minha alegria pela eleição do primeiro homem negro como Presidente dos Estados Unidos da América, o Senador Barack Obama. No entanto, Sr. Presidente, eu gostaria também de registrar que até o Presidente eleito da República dos Estados Unidos, Barack Obama, chegar a essa condição, muitos afro-americanos tombaram e sofreram para construir este momento.

Quero lembrar aqui uma figura emblemática, que há 40 anos foi assassinada por lutar em defesa dos direitos civis da população afro-americana, o reverendo Martin Luther King.

Nessa trajetória, deveríamos também registrar o papel de uma militante chamada Rosa Parks. Quando se vivia uma política de segregação racial nos Estados Unidos e a população negra não tinha o direito de se sentar nos bancos da frente nos ônibus, ela se sentou e se negou a conceder o lugar a um cidadão branco, sendo, inclusive, acusada de crime e presa.

Eu não poderia também deixar de registrar aqui o papel que cumpriu Malcolm X, uma grande liderança, juntamente com Angela Davis, liderança do Partido dos Panteras Negras, que lutaram muito nos guetos americanos para que este momento pudesse realizar-se.

Barack Obama tem um desafio imenso. Primeiro, este é um momento em que os Estados Unidos arrastaram o mundo para uma crise econômico-financeira sem precedentes. Portanto, ele tem um papel, criou-se muita expectativa em torno dele,



não só nos Estados Unidos, mas também fora dos Estados Unidos, aqui no Brasil em particular.

Para encerrar, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que todo o Brasil comemora esse evento importante da eleição do Senador Barack Obama em um país onde 12% da população é considerada afro-americana. Com uma população de mais de 50% de afro-brasileiros, o Brasil precisa também fazer o seu dever de casa.

Eu gostaria de salientar que o que levou Barack Obama e outras personagens afro-americanas conhecidas no mundo todo a chegarem a esse ponto foi um conjunto de políticas de ações afirmativas implementadas naquele país.

E aqui no Congresso Nacional há mais de 10 anos tramita o Estatuto da Igualdade Racial. Esta Casa precisa aprovar esse instrumento, que poderá possibilitar que eventos como o que ocorreu nos Estados Unidos venham a ocorrer no Brasil.

Espero que num período próximo o Brasil possa viver esse momento, na medida em que já viveu o momento em que elegeu um Presidente operário e pode eleger brevemente a eleger uma mulher para dirigir o País, mas é preciso que haja vontade política desta Casa para aprovar o Estatuto da Igualdade Racial, conforme relatório substitutivo aprovado pela Comissão Especial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Uldurico Pinto) - Parabéns ao Deputado Luiz Alberto. Hoje realmente é um dia de reflexão dos afrodescendentes de todo o planeta.



O SR. PRESIDENTE (Uldurico Pinto) - Concedo a palavra ao Deputado Cleber Verde, do PRB do Maranhão.

O SR. CLEBER VERDE (Bloco/PRB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, povo brasileiro, quero registrar com satisfação a tramitação do projeto de nossa autoria, já com designação de relatoria, intitulado Desaposentação.

O projeto, Sr. Presidente, refere-se principalmente aos que, à época do Governo FHC, com medo das mudanças, das regras de transição, buscaram a aposentadoria proporcional, mas continuaram trabalhando. Essas pessoas continuam recolhendo à Previdência, pagando seus devidos impostos, e não têm direito a absolutamente nada. Até o pecúlio, que era a restituição das contribuições ao trabalhador aposentado, eles não recebem mais. O nosso projeto vai permitir que esses aposentados que continuam trabalhando suspendam os efeitos da aposentadoria proporcional, para poder absorver o tempo trabalhado após a jubilação e melhorar a aposentadoria. É questão de justiça.

Esse projeto, que está na Comissão de Seguridade Social e Família, aborda um tema extremamente importante e interessante em benefício dos aposentados brasileiros. Ele permite, não só aos que pleitearam aposentadoria proporcional, mas também aos que pediram a integral, após trabalharem recebendo valores melhores, recalcular seu benefício e, a qualquer tempo, suspender os efeitos de sua aposentadoria e melhorá-la. Entendemos que esse é um projeto de relevância que vai atender, sim, aos aposentados brasileiros.

Sr. Presidente, são milhões de aposentados que, com medo das mudanças, das regras de transição do Governo Federal, buscaram a aposentadoria. Esta Casa



tem o importante papel de devolver a esses aposentados o direito de melhorar sua aposentadoria.

Tanto é assim, que acabamos por consolidar o livro intitulado *Nova Aposentadoria*, de minha autoria, em parceria com o Dr. Abel e a Dra. Silmara, e que faremos circular em todo o País, na perspectiva de mostrar ao cidadão a eficácia dessa lei.

Oportunamente, vamos buscar a sanção presidencial, para que o aposentado, de forma administrativa, possa buscar o seu direito, porque hoje ele só consegue através da Justiça Federal.

Ao fazer este registro, peço à Comissão que aprove tão relevante projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Uldurico Pinto) - Com a palavra pela ordem o Deputado Renato Molling, do PP do Rio Grande do Sul.

O SR. RENATO MOLLING (PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na qualidade de Presidente da Frente Parlamentar do Setor Coureiro-Calçadista e Moveleiro, falo sobre questão que todos os setores estão reivindicando há muito tempo: a revisão da cotação do dólar, que hoje está num patamar razoável, mas que ainda está levando muita insegurança ao setor produtivo, especialmente a setores que levam aproximadamente de 5 a 6 meses para fechar um pedido e entregar o produto.

A insegurança faz com que muitos setores importantes da economia, que durante décadas trabalharam para conquistar um espaço no mercado mundial com a exportação, necessitem hoje de ajuda do Governo e da equipe econômica, especialmente quanto ao crédito.

A exportação hoje é fundamental. Nós temos que trazer divisas de fora para que o País possa crescer, desenvolver-se, gerar emprego. Para isso, nós precisamos urgentemente que o Governo faça com que os bancos realmente liberem recursos. O Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, instituições públicas, têm o compromisso de hoje estar junto do setor produtivo, para manutenção dos empregos e para desenvolvimento de empresas tão importantes. Especialmente os setores intensivos de mão-de-obra, que empregam muitas pessoas no País e precisam sobreviver e continuar gerando emprego e divisas, neste momento necessitam da ajuda da equipe econômica.

Outro assunto, Sr. Presidente. O Vale do Taquari, na região central do Rio Grande do Sul, abrange 37 municípios, que apresentam grande influência das



origens germânica, italiana e açoriana. O aparecimento de indústrias e do desenvolvimento do comércio e dos serviços conferiram à região mudanças significativas nos últimos 30 anos.

Destaco hoje a importância dessa região que teve presente, desde sua formação, o associativismo como característica de atuação. É justamente nesse contexto que chamo a atenção para a Associação Comercial e Industrial de Lajeado (ACIL), que comemorou, no mês de outubro, 87 anos de existência e atuação responsável pela defesa da região. Com sede no Município de Lajeado, a ACIL tem demonstrado seu ímpeto em prol do fortalecimento dos setores produtivos típicos da região, bem como da promoção do desenvolvimento social.

A ACIL conta atualmente com 430 empresas e organizações associadas, o que lhe garante credibilidade e respaldo para atuação. O espírito comunitário da entidade deve ser ressaltado por meio dos trabalhos voluntários realizados em prol do desenvolvimento econômico e social da comunidade. Nesse sentido, a ACIL procura realizar parcerias com uma série de entidades, como SEBRAE, Parceiros Voluntários, FEDERASUL, FIERGS e UNIVATES, de modo a fortalecer sua rede de atuação.

Entre as principais reivindicações que a Associação vem trabalhando para prover de maior competitividade e qualidade de vida à região do Vale do Taquari, pode-se destacar a duplicação da BR-386, a redução da carga tributária, melhorias nas telecomunicações e transmissão de energia, instrução e capacitação do empresário associado, estímulo ao empreendedorismo e responsabilidade social empresarial.



Desse modo, ao parabenizar a atuação da Associação Comercial e Industrial de Lajeado e seus 87 anos de existência, gostaria de ressaltar a importância que esse tipo de atuação representa para o desenvolvimento econômico regional. O associativismo, empregado de modo célere, como vem sendo feito pela ACIL, potencializa os resultados, por meio do trabalho conjunto e no estabelecimento de metas comuns, combatendo a informalidade e capacitando o empresário de maiores ferramentas para competir e permanecer no mercado globalizado.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Uldurico Pinto) - Concedo a palavra ao Deputado Júlio Cesar, do Piauí. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. JÚLIO CESAR (DEM-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na semana passada, na Comissão de Finanças e Tributação, recebemos pela primeira vez a Secretária da Receita Federal, Dra. Lina Maria Vieira, que veio fazer uma avaliação da receita do mês de setembro, sobre a qual faço questionamentos sistematicamente, no que se refere a tributos compartilhados.

No final da reunião, a Secretária entregou à Comissão um relatório reconhecendo que tudo aquilo de que tenho reclamado durante quase 1 ano foi confirmado pela Receita Federal. Está aqui o relatório. São quase 2 bilhões de reais arrecadados, por intermédio da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, através de depósitos judiciais não compartilhados, dos quais 1 bilhão, 750 milhões são de IPI e de Imposto de Renda.

Hoje, fiz o mesmo questionamento ao Secretário do Tesouro e pedi pressa. Esse problema vem desde 1998. Os depósitos arrecadados pela PGFN nunca foram divididos com Estados e municípios, mas hoje queremos que sejam. Quando o Tribunal de Contas determinou, como fez em relação ao REFIS, a meu pedido, e em relação ao PAES e ao PAEX, também a meu pedido, na Medida Provisória nº 303, o Tesouro e a Receita fizeram a classificação em 15 dias. Como ainda não há determinação do TCU, o Secretário diz que só terminará a classificação no dia 16 de dezembro, quando já tem identificado o montante de 1 bilhão, 750 milhões, com mais de 400 milhões para os municípios e 376 milhões para os Estados brasileiros.



Portanto, quero fazer este registro desta tribuna — porque a reunião lá não é sequer gravada — e um apelo aos Prefeitos: falem com todos os seus Deputados, para que estes pressionem o Tesouro a pagar, e logo, porque isso não é favor que o Governo faz, é obrigação assegurada pela Constituição Federal: 23,5%, oriundos do IPI e do Imposto de Renda, são FPM, e 21,5% são FPE.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Uldurico Pinto) - Com a palavra o ilustre Deputado Domingos Dutra, do Partido dos Trabalhadores do Maranhão.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero neste momento apenas fazer um registro: o mundo acordou melhor, a esperança venceu o medo com a eleição de Obama, 44º Presidente norte-americano, primeiro negro a ser eleito na história daquele país.

É preciso evidenciar, contudo, todos os limites que tem um presidente negro no país central do capitalismo, mas o que importa é a simbologia que essa eleição traz para o mundo, não apenas para as minorias excluídas, como os ciganos e os índios, mas principalmente para as maiorias excluídas, como os negros, como eu.

Espero que essa alegria, essa esperança que o mundo hoje vive com a eleição de Obama possam representar, na prática, a conquista de direitos sociais e de direitos econômicos. E espero que a eleição de Obama não sirva apenas para aumentar os índices das Bolsas, para acalmar o capitalismo, mas sobretudo para animar os setores excluídos e marginalizados no mundo inteiro. É possível construir um mundo mais justo, um mundo mais igualitário e com direitos para todos.

Nesse sentido, quero registrar a publicação ontem, no *Diário Oficial*, de relatório muito importante para os afrodescendentes brasileiros, produzido pelo INCRA, pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e pelo Presidente Lula, que reconhece 78 mil hectares de terras no Município de Alcântara como território quilombola.

Eu, que há 25 anos advogo para as comunidades quilombolas contra o projeto da base espacial, quero aqui proclamar essa conquista resultante da luta das comunidades de Alcântara, dos intelectuais que ali trabalham, a exemplo do Prof.



Alfredo Wagner, da Profa. Maria Stella, e também da firme atuação do Ministério Público Federal, na pessoa da Dra. Déborah Duprat, que ontem viram coroado esse avanço, o reconhecimento pelo Estado de que 78 mil hectares — quase 4 mil famílias — são considerados território da comunidade quilombola.

Deputado Pedro Wilson, digo a V.Exa., que tão bem simboliza os direitos humanos, que tudo isso é resultado de muita luta e da sensibilidade do Presidente Lula, que, logo que assumiu, constituiu grupo interministerial para levantar todas as demandas da comunidade de Alcântara. E, digo mais, em 28 anos de projeto para construção da base espacial, Lula foi o primeiro Presidente da República que olhou Alcântara do ponto de vista das comunidades. Não só constituiu aquele grupo de trabalho, mas também assumiu o compromisso de não fazer o remanejamento de nenhuma família quilombola — 308 foram retiradas dos seus locais. Esse relatório de ontem significou avanço muito importante.

Portanto, parabéns, Alcântara! Parabéns, Ministro Edson Santos de Souza! Parabéns, Rolf Hackbart, Presidente do INCRA! Parabéns sobretudo ao Presidente Lula, que, mais uma vez, demonstra sensibilidade e compromisso com as populações mais carentes, embora num país complexo, onde um Presidente tem de navegar e conciliar interesses os mais diversos! Parabéns para todos nós, negros deste País! Parabéns, quilombolas! Parabéns, mundo, por ser Barack Obama Presidente dos Estados Unidos!

O Sr. Uldurico Pinto, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Pedro Wilson, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Wilson) - Tem a palavra, para uma questão de ordem, o ilustre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sempre reclamamos a oportunidade de uma pauta destravada. Hoje ela está. São 16h20min, e a Ordem do Dia não começa.

Gostaria que V.Exa. informasse a que horas a iniciaremos, até porque queremos votar matéria de interesse dos Deputados, como, por exemplo, a que estabelece reajuste dos aposentados igual ao do salário mínimo, já aprovada pela Comissão Especial, que diziam não poder ser votada porque a pauta não estava destravada.

Hoje, a pauta está destravada, são 16h20min, e não iniciamos a Ordem do Dia. Qual é a razão, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Wilson) - Acolhemos a questão de ordem de V.Exa. Entraremos em contato com o Presidente Arlindo Chinaglia.

Aproveito para convocar todos os Srs. Deputados para que venham fazer-se presentes no plenário, para darmos início à Ordem do Dia.

O Sr. Pedro Wilson, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Arlindo Chinaglia, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Agradeço ao Deputado Pedro Wilson a condução dos trabalhos.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - **Apresentação de proposições.**

Os Senhores Deputados que tenham proposições a apresentar queiram fazê-lo.

APRESENTAM PROPOSIÇÕES OS SRS.:



VI - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - A lista de presença registra o comparecimento de 250 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Determino o encerramento dos trabalhos de todas as Comissões. *(Pausa.)*

Quero informar ao Plenário que o cancelamento da sessão extraordinária de ontem se deu em consequência de acordo produzido, com o seguinte teor: daqueles projetos que tinham urgência constitucional, por acordo, será votado o que diz respeito aos CEFETs, item 1 da pauta; todos os demais itens da pauta — são 5 — também dizem respeito a matérias colocadas em pauta por acordo.

Portanto, de agora até as 19h, imprimiremos ritmo necessário suficiente para uma boa produção legislativa.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Há 2 requerimentos sobre a mesa.

Requerimento nº 3.208/08:

“Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, requeremos, nos termos do art. 155 do Regimento Interno, urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 2.877, de 2008, do Poder Executivo, que ‘dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, e dá outras providências’”.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Trata-se de votarmos esse requerimento de urgência.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como falta 1 Deputado presente para podermos votar, vou ler o outro.

Requerimento nº 3.236/08:

“Sr. Presidente, requeremos a V.Exa., nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência na apreciação do Projeto de Lei nº 1.167, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que ‘acrescenta inciso IV ao § 1º e § 3º ao art. 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 — Estatuto da Criança e do Adolescente, para criminalizar a aquisição de material pornográfico ou que contenha cenas de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente’”.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - São esses os 2 requerimentos.

Já há número regimental.

Vou submeter à votação o requerimento que trata do atendimento da alimentação escolar.



O SR. SILVINHO PECCIOLI - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Pois não.

O SR. SILVINHO PECCIOLI (DEM-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que determine o encerramento dos trabalhos das Comissões, que estão funcionando normalmente. A Ordem do Dia já começou.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Já determinei. Se alguma Comissão não encerrou no exato momento que determinamos, não tem nenhuma validade qualquer deliberação. Se alguma audiência pública estiver continuando os trabalhos após aquele momento, não haverá a publicação. Em caso de CPI, também o efeito é nulo.

O SR. SILVINHO PECCIOLI - Nós estamos inclusive com o Ministro do Esporte na Casa, debatendo a Lei Pelé.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Eu gostaria muito que os Presidentes de Comissão atentassem para o Regimento Interno, para o horário da Ordem do Dia. Portanto, não é responsabilidade desta Presidência, mas dos Presidentes de Comissões, não é verdade? Porque se, hipoteticamente, começasse às 8h e durasse até agora, não seria mais uma audiência pública, seria uma tortura. Eu acho que, se começasse mais cedo, terminaria em tempo hábil.



O SR. MIRO TEIXEIRA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Pois não.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- V.Exa. anunciou requerimento de urgência para apreciação de projeto do Senador Marcelo Crivella que criminaliza a aquisição de material pornográfico que tenha cenas com crianças.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Eu vou lê-lo em seguida. Vamos votar esse primeiro, o da alimentação. A leitura também me chamou a atenção. Espero que o conteúdo não esteja refletido, digamos, naquilo que foi lido. Talvez V.Exa. tenha tido a mesma percepção que eu.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Espero ter tido a mesma percepção que V.Exa., porque aí estarei certo. Na hora oportuna, se V.Exa. me permitir, darei uma sugestão a favor da urgência. Que vá com prazo à Comissão de Justiça...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O.k.

O SR. MIRO TEIXEIRA - ...para ser olhado e agravar até certas perversidades feitas voluntariamente. Às vezes, há processos de aquisição involuntária, porque não se sabe o que é pornográfico, e uma porção de coisas.

Sou a favor da criminalização de todo tipo de violência ou de exploração de crianças ou de qualquer pessoa. Mas, para sermos mais eficientes no objetivo que buscamos, talvez seja o caso de aprovarmos sim a urgência urgentíssima e de pedirmos à Comissão de Justiça que faça um debate, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Pode ser, mas, como foi feito um acordo, vamos depois dialogar aqui em plenário. O.k.?



O SR. JORGINHO MALULY - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Questão de ordem, Deputado Jorginho Maluly.

O SR. JORGINHO MALULY (DEM-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos em plena Ordem do Dia. Há Comissões deliberando assuntos importantes, polêmicos, e as votações não estão suspensas. Eu gostaria que V.Exa. cobrasse dos Presidentes das Comissões que encerrassem as votações.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - É a segunda questão de ordem sobre o assunto. Viria a terceira.

Ao anunciar a Ordem do Dia, eu já determinei o encerramento. É uma questão já resolvida.

O SR. JORGINHO MALULY - Perdão, Sr. Presidente, eu não tinha ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Mas vejam: podem continuar à vontade — efeito nulo.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Esse é o requerimento de urgência para votação do projeto de lei que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação o requerimento de urgência.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Aqueles que são favoráveis ao requerimento de urgência permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO POR UNANIMIDADE.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Sobre a mesa requerimento no seguinte teor:

“Sr. Presidente, requeremos a V.Exa., nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência na apreciação do Projeto de Lei nº 1.167, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que ‘acrescenta inciso IV ao § 1º e § 3º ao art. 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 — Estatuto da Criança e do Adolescente, para criminalizar a aquisição de material pornográfico ou que contenha cenas de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente’”.



O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, se V.Exa. me permitir, vou ler o inciso IV do art. 241, a nova redação que dá o projeto do Senador Marcelo Crivella: *“adquire, recebe, ainda que gratuitamente, oculta ou tem em depósito, para proveito próprio ou alheio, fotografias, ou imagens produzidas na forma do caput deste artigo”*.

Acho que é temerário, porque se pode até armar para alguém a remessa de algum material e, logo em seguida, acontecer uma *Blitz* da polícia. Por hipótese, pode.

Estou sendo informado de que há um texto da CPI da Pedofilia e que há um acordo para, em plenário, se fazer uma emenda aglutinativa substitutiva global. Nesse caso, acho que teremos a possibilidade de fazer chegar ao objetivo pretendido sem produzir para o cidadão de bem alguma espécie de risco. Creio que podemos, sim, votar a urgência com o compromisso de examinar — podemos até não fazer — esses textos, para ver qual deles será submetido a votos.

Pergunto a V.Exa. se, sendo deferida a urgência para o projeto do Senador Marcelo Crivella, a proposta da CPI da Pedofilia vai junto dessa urgência. Penso que sim.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Eu também penso que sim, mas quero desviar um pouco desse caminho.

Aqui, de forma pública, V.Exa. levantou um aspecto. Vou dizer o que li e me incomodou do ponto de vista redacional. Por isso eu disse que não sei se o que li corresponde ao conteúdo, porque diz o seguinte...

O SR. MIRO TEIXEIRA - Receber gratuitamente.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - *“Aquisição de material pornográfico ou que contenha cenas de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente”.*

O SR. MIRO TEIXEIRA - Tem o “explícito”, que é uma coisa que se discutiu muito nos Estados Unidos, no caso de uma estagiária, se era ou não era...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Às vezes, isso aqui pode impedir-nos que um outro tipo de sexo que seja caracterizado como explícito... Não podemos punir.

O SR. MIRO TEIXEIRA - É isso.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Então, com a boa intenção, podemos fragilizar...

O SR. MIRO TEIXEIRA - O objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - ...exatamente a intenção.

Agradeço a V.Exa. por levantar alguns dos aspectos, mas prefiro que não votemos a urgência agora. Não coloco em pauta a votação do requerimento. Constituiremos, de imediato, um grupo — cada Líder indica um representante — para analisar.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, não dá. Não fiz parte desse acordo, mas presumo que haja um acordo. Então, acho que é melhor para a Casa, para V.Exa. Pode-se votar a urgência e se fazer um texto que previna isso. Quer dizer, o ato libidinoso fotografado, que não resulte em cenas de sexo explícito, não é punível? É punível, sim. Por outro lado, quanto a receber gratuitamente, como é que se faz essa prova?

Não haveria muita dificuldade de se chegar a uma redação que contemplasse o objetivo, que é impedir esse tipo de prática nociva.



Eu voto pela continuidade do acordo.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Primeiro, quero informar que esse requerimento só foi elaborado para que votássemos a matéria hoje. Esse foi um dos itens do acordo na reunião de ontem.

Pois bem, do ponto de vista do acordo, que é votar a matéria, acordo por acordo, estaríamos então com a preocupação de cumpri-lo, mas não é algo intencional para descumprir acordo. Estamos apenas e tão-somente querendo acertar.

Há 3 Parlamentares que estão querendo fazer uso da palavra.



O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. já anunciou o início da Ordem do Dia, e há Comissões funcionando. Eu insisto na questão de ordem que já fiz a V.Exa. ontem. Apesar de V.Exa. já ter anunciado o início da Ordem do Dia, ainda há Comissões funcionando neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Eu vou fazer uma questão de ordem agora ao Plenário.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Faço questão de que V.Exa. verifique o horário da minha questão de ordem, para que, a partir desse instante, não se produza efeito de nenhuma decisão de Comissão. V.Exa. já disse isso ontem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - É, mas eu já disse isso hoje também. Após anunciar o início da Ordem do Dia, determinei que, a partir daquele momento, todas as Comissões encerrassem seus trabalhos, sob pena de se anular qualquer decisão. Até brinquei agora: *"Eu vou fazer uma questão de ordem agora ao Plenário"*.

Esta é a terceira questão de ordem nesse sentido. Uma foi abortada, porque eu já havia determinado o encerramento dos trabalhos de Comissão. Então, não façam mais essa questão de ordem para mim.



O SR. LINCOLN PORTELA. - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o acordo foi feito, e V.Exa. disse muito bem que ele estava condicionado a que a matéria fosse aqui votada. Por que não, ainda nesta sessão, fazemos uma emenda aglutinativa agora mesmo e darmos nova redação, uma vez que a matéria é de fundamental importância? Cada minuto perdido é uma vida perdida. Portanto, podemos fazer uma emenda aglutinativa e dar nova redação no decorrer da sessão.



O SR. PAULO BORNHAUSEN - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra. Em seguida, vou encaminhar.

O SR. PAULO BORNHAUSEN (DEM-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em nome da Liderança do Democratas, participei ontem da reunião para se fazer o acordo. Não me manifestei porque o Líder estava presente, mas a pedido dele participei da reunião exatamente para ter a memória do que foi dito lá.

Foi firmado um acordo, e esse acordo pressupõe que a matéria que viria à votação seria a que veio do Senado, fruto de grande trabalho realizado, e, portanto, seria o texto-base. Talvez haja partes do texto que precisem ser melhoradas. Aliás, tenho emenda de plenário para isso. Mas fui surpreendido com proposta de substitutivo global — eu a tenho em minhas mãos, e me foi dito que veio do Governo — ao projeto que acordamos trazer para votação. É uma proposta que desvirtua o texto, fruto de trabalho da CPI da Pedofilia. Concordando com o Deputado Miro, seria prudente não votarmos a urgência neste momento, para podermos esclarecer que posição o Relator vai assumir para com o projeto e que projeto terá urgência. Pode até ser que esse texto evolua para aquilo que o Deputado Miro muito bem observou e V.Exa. acrescentou: a necessidade de fazer algo com relação a alguns termos. Mas, quanto a fazer um novo texto neste momento, eu diria a V.Exa. que foge do objeto do acordo. Aí, sim, teríamos que discutir novamente, e não votar no dia de hoje a urgência.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Vejam: vamos agora de trás para a frente, para a tranqüilidade de todos.

Pelas manifestações havidas até o momento, para haver votação hoje, hipoteticamente, cumprindo-se o acordo que foi feito, haveria 2 condicionantes: primeira, aprovar o requerimento de urgência; segunda, que, se possível, como propôs o Deputado Lincoln Portela, se produzisse algum tipo de acordo, no mérito, durante a sessão.

Eu vou submeter ao Plenário a votação do requerimento de urgência. A partir daí, se houver, por parte do Plenário, a possibilidade de entendimento quanto ao mérito, V.Exas. produzam e me informem. Só nessa condição é que eu poria em votação seja hoje, seja amanhã, seja na semana que vem. Não dá para irmos para a votação de uma matéria como essa com dúvidas nesse nível. O.k.?

O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O.k., Sr. Presidente. Acho que é muito prudente a sua observação.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Vamos lá. Estou dizendo que não irá a votos se não houver acordo.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, uma emenda aditiva: votamos a urgência. E volto à questão inicial: não faz mal mandar isso por 1 dia ou dois...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Claro, é o que eu estou dizendo.

O SR. MIRO TEIXEIRA - ...à Comissão de Justiça, com o compromisso de trazer de volta para cá se não houver deliberação em 2 ou 3 sessões. Qual é a vantagem da Comissão de Justiça? É que lá se pode passar uma manhã debatendo e aperfeiçoando o texto, ouvindo o Ministério da Justiça, que tem também seus especialistas.

O Senador Magno Malta, que estava aqui agora e participou ativamente daquela CPI, pode falar numa audiência pública da Comissão, a convite dela. Eu acho que aí se vai construir um projeto melhor.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Vamos encaminhar, porque tentei atender a sugestão do Deputado Lincoln Portela, e, quando S.Exa. propôs, muitos acenaram que sim.

A ponderação do Deputado Miro Teixeira é por demais óbvia. Não trabalha com a hipótese do acordo hoje. Então, não vai ter acordo.

Por parte da Presidência, não há nenhum problema em as Comissões de Constituição e Justiça e de Seguridade Social aprofundarem o debate.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Mas não pode ir, Sr. Presidente, já com a urgência aprovada?

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Pode.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Nós temos precedentes.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Já está distribuído.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Então, pronto. Resolvido.



O SR. PAULO BORNHAUSEN (DEM-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pelo Democratas.

Escutei agora a posição do Senador Magno Malta, que coincide com a nossa. O texto que veio do Senado é estudado, discutido numa CPI, tem acordo com mais de 70 países. Eles estão em dia com a discussão do assunto. É um assunto que deveríamos, sim, votar. Agora chega neste momento, do Executivo, proposta alternativa que não veio antes para esta Casa, para tentar uma substituição.

Então, quero pedir a V.Exa. que não votemos neste momento a urgência e possamos reunir-nos com os Líderes ou aqueles indicados pelos Líderes. V.Exa. deixa o requerimento sobre a mesa, e, dentro de 40 minutos ou de 1 hora, enquanto a sessão continua com a apreciação de outras matérias, voltaremos com uma posição para V.Exa.

Trata-se de, se for possível, Sr. Presidente, votar a urgência e irmos ao projeto. É trocar na pauta a ordem da urgência, para conversar e escutar o Senador Magno Malta.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - A divergência está ampliando, em vez de convergirmos.

Fui informado agora de que a equipe que trabalhou nesse projeto, incluindo o Senador Magno Malta e alguns Parlamentares, como o Deputado José Eduardo Cardozo e outros, já estão trabalhando para produzir o texto apropriado, se possível.

O que me parece adequado agora? No sentido de cumprir o acordo e, ao mesmo tempo, fazer o melhor, votamos o requerimento de urgência e não entramos na pauta hoje, exceto se os Líderes ou representantes partidários vierem à tribuna e disserem: agora o texto corresponde ao que nós pensamos.

Se isso não acontecer, não será votado hoje. Como está distribuído para a Comissão de Constituição e Justiça e a de Seguridade Social, nada impede — ao contrário — que, na próxima semana, seja também discutido lá, se o caminho anterior não for percorrido. Pode ser assim?

O SR. PAULO BORNHAUSEN (DEM-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Pode ser assim. Vamos votar a urgência, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Quem for favorável ao requerimento de urgência para a apreciação do Projeto de Lei nº 1.167, de 2007, com todas as considerações que acabei de fazer, permaneça como se acha.

(Pausa.)

APROVADO POR UNANIMIDADE.



O SR. ENIO BACCI - Sr. Presidente, V.Exa. permite-me apenas uma informação? Estamos requerendo uma audiência pública...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Deputado, por favor, pedi um tempo. V.Exa. entenderá e todos entenderão o porquê.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Anuncio a presença entre nós de comissão de Deputados do Grupo Parlamentar de Amizade Grécia—Brasil. Portanto, são Parlamentares gregos, acompanhados do Embaixador da Grécia no Brasil, Andonios Nicolaidis, o que muito honra esta Casa.

O Coordenador do Grupo Parlamentar de Amizade Grécia/Brasil é o Deputado Giorgios Orfanos, acompanhado dos Parlamentares Ioannis Magkriotis e Mikhail Khalkidis e da Sra. Eleni Konstantinidis, Diretora de Relações Públicas do Parlamento.

Muito bem-vindos ao Parlamento brasileiro! (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Vamos dar prosseguimento à Ordem do Dia.

Num dado momento concederei a palavra a V.Exa., Deputado Enio Bacci.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Item 1.

Projeto de Lei nº 3.775-C, de 2008

(Do Poder Executivo)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.775-C, de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências; tendo pareceres das Comissões: de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição das Emendas de Plenário de nºs 1, 2 e 3 (Relatora: Deputada Andreia Zito); e de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e das Emendas de Plenário de nºs 1, 2 e 3 (Relator: Deputado Tadeu Filippelli). Pendente de parecer da Comissão de Educação e Cultura.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Sobre a mesa parecer proferido pela Comissão de Educação e Cultura na reunião de hoje, que concluiu pela aprovação do projeto, com emendas, e pela rejeição das Emendas de Plenário de nºs 1 a 3. Relator: Deputado Alex Canziani.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Sobre a mesa requerimento no seguinte teor:

“Sr. Presidente, requero a V.Exa., nos termos do art. 177, § 1º, combinado com o art. 117, X, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o adiamento da discussão por 1 sessão do PL 3.775-B/08”.

Assina a Liderança do PSDB.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Eu indago da Liderança...

O SR. ENIO BACCI (Bloco/PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Não há acordo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - É um acordo. Por isso, vou indagar da Liderança do PSDB quanto a esse requerimento.

O SR. WANDENKOLK GONÇALVES (PSDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Pelo acordo, Sr. Presidente, retiramos o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Agradeço.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Está retirado, de ofício, o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para discutir a matéria contrariamente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Duarte Nogueira. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Bornhausen.

O SR. PAULO BORNHAUSEN (DEM-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, discutimos ontem a matéria. V.Exa. encaminhou, no acordo com os Líderes, que votaríamos a questão dos CEFETs, centros de excelência que vão, com certeza absoluta, ampliar o número de empregos para o jovem brasileiro. Esse é o ponto.

O Governo propõe o aumento do número de CEFETs. Propõe, por isso, que se possa realmente fazer um alargamento do espectro do atendimento dos CEFETs no Brasil. E nós nos posicionamos absolutamente de acordo com a matéria, para que possa ser votada hoje pelo Plenário, em homenagem não só aos alunos e aos futuros alunos, mas também àqueles professores que cumprem o trabalho da profissionalização no Brasil.

Portanto, a posição do Democratas é de apoio ao projeto de lei. E que possamos votar o projeto o mais rápido possível, a fim de enviar o texto ao Senado. Se aprovado, poderemos avançar na questão do ensino profissionalizante no Brasil.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para discutir favoravelmente a matéria, concedo a palavra ao Sr. Deputado Eduardo Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT-RO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a matéria é meritória.

O Brasil, para alavancar o seu desenvolvimento, tem de melhorar a qualidade da nossa mão-de-obra. É necessário para o desenvolvimento econômico e social do País, no ramo industrial, que o ensino profissionalizante tenha maior abrangência.

Infelizmente, no passado, foi cerceada a expansão das escolas técnicas. Felizmente, nos últimos 4 anos, quase dobrou o número de novas escolas técnicas, agora com novo formato, porque são os Institutos Federais de Tecnologia, para alavancar o ensino técnico e tecnológico.

A formação de bons técnicos e de bons tecnólogos é essencial para a estruturação do ensino profissionalizante, para ampliar o número de empregos e dar mais competitividade à indústria brasileira em diversos setores econômicos, principalmente no de serviços.

Resta lembrar que, em Rondônia, foram criadas 4 escolas técnicas, que vão ser uniformizadas e unificadas através do Instituto Federal de Tecnologia do Estado de Rondônia.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para discutir contrariamente à matéria, concedo a palavra ao nobre Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

(*Pausa.*)

Deputado Gastão Vieira. (*Pausa.*)

Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, entendemos que este projeto que cria o sistema federal do ensino técnico e tecnológico é bastante positivo pela sua abrangência. Certamente, a expansão do ensino técnico e tecnológico não serve apenas para a criação de mão-de-obra no Brasil. Ela é fundamental para pensarmos em outra dimensão do nosso ensino, nas necessidades de projeção de um plano nacional de desenvolvimento. Não estamos falando só do aumento, aqui e ali, de mão-de-obra da indústria, do comércio, da agricultura, mas também da realização de pesquisa tecnológica etc.

Particularmente, eu me inscrevi para falar com o Relator, Deputado Alex Canziani, sobre uma emenda que apresentamos hoje na Comissão de Educação, a respeito da eleição dos reitores.

Hoje, nas universidades federais, só pode ser reitor um docente do ensino superior, ou seja, o professor. E a eleição é feita pela estudantada, pelos servidores técnico-administrativos e pelos docentes, de forma paritária.

Nós entendemos que, com a criação do sistema federal, deveremos dar um salto quanto à democratização do ensino. Esse novo sistema permitirá que qualquer cidadão que tenha expressão, que tenha representatividade, que seja reconhecido pelo conjunto da instituição e que obedeça aos critérios de titulação, também tenha



condições de exercer esse direito e de ser escolhido por seus pares para exercer o cargo de reitor.

Entendemos também que é importante que esse sistema dê às suas unidades autonomia para garantir a expansão dos próprios cursos e não equiparar seus centros universitários.

Por isso, pedimos ao Relator, Deputado Alex Canziani, que aceite a nossa emenda sobre a eleição dos reitores para darmos um passo adiante na democratização do sistema de ensino superior público no Brasil.

Acho que, quando criarmos um sistema técnico-tecnológico, nós poderemos dar esse exemplo às universidades federais e estaduais e ao sistema público como um todo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado

Chico Lopes para discutir favoravelmente. *(Pausa.)*

Deputado Sebastião Bala Rocha. *(Pausa.)*

Deputado Vicentinho. *(Pausa.)*

Deputado Marcelo Almeida. *(Pausa.)*

Deputado Tarcísio Zimmermann. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Rubem Santiago. *(Pausa.)*

Deputado Rodrigo Rocha Loures. *(Pausa.)*

Deputado Dr. Ubiali. *(Pausa.)*

Deputado Rodrigo Rollemberg. *(Pausa.)*

Deputado Lincoln Portela. *(Pausa.)*

Deputado Luiz Carlos Hauly. *(Pausa.)*

Deputado William Woo. *(Pausa.)*

Deputado Fernando Coruja. *(Pausa.)*

Deputado Ricardo Barros. *(Pausa.)*

Deputado Rogério Marinho. *(Pausa.)*

Deputado Vanderlei Macris. *(Pausa.)* Abriu mão.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gastão Vieira, para discutir contrariamente.

O SR. GASTÃO VIEIRA (Bloco/PMDB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, talvez surpreenda a muitos o fato de eu me inscrever para discutir contrariamente a esta matéria de interesse do Governo. Aparentemente, ela é muito importante para a formação profissional e a educação técnica deste País.

Hoje pela manhã, no Palácio do Planalto, o Sr. Presidente da República assinou 2 decretos que alteram a oferta de gratuidade do Sistema S para que ele possa atender alunos carentes. Estava muito claro que o Governo seguia o caminho certo. Ele chamava quem sabe fazer bem para fazer mais, com o seu próprio dinheiro.

É inequívoco que, nos últimos 60 anos, o Sistema S tem desempenhado um papel extremamente importante e insubstituível na formação profissional. Portanto, se o Governo precisa dar uma alternativa de formação a 75% dos jovens entre 18 e 24 que não vão chegar à universidade, está absolutamente correto ao chamar, repito, quem faz, e faz bem, e pedir para fazer mais.

Mas o ensino médio brasileiro é uma tragédia. O Brasil está em uma situação contrária à do mundo. No mundo inteiro, o ensino médio é profissionalizante e o superior é geral. No Brasil, o médio é geral e o superior é profissionalizante. O Governo não consegue acertar uma política para o ensino médio, não consegue compreender que o ensino médio profissionalizante é tarefa do sistema produtivo ou de organizações que estão próximas do mercado. Ensino médio profissionalizante é tarefa do Estado. Os Estados têm competência e condições de fazer isso. Nós



estamos federalizando esse ensino e fazendo uma salada de frutas. Tudo entra aqui — de arranjo produtivo, o que me parece papel do SEBRAE e também dos Conselhos de Desenvolvimento Municipal, a ensino superior e pós-graduação *stricto sensu*.

Não sou contra o mérito da matéria, mas acho que esse projeto é muito ruim. Preocupa-me muito o fato de o Governo Federal invadir uma área que deve ser, cada vez mais, típica dos Governos Estaduais.

Por essa razão, encaminho contrariamente à matéria.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - NÃO HAVENDO MAIS ORADORES INSCRITOS, DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Passa-se à votação da matéria.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 265.2.53.O
Data: 05/11/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O projeto foi emendado.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra, para oferecer parecer às Emendas de Plenário nºs 4 e 5, pela Comissão de Educação e Cultura, ao Deputado Alex Canziani.

O SR. ALEX CANZIANI (PTB-PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres pares, temos aqui 2 emendas: uma do Deputado Paulo Renato Souza, nosso ex-Ministro, em que aborda uma série de questões referentes a esse projeto, e outra de autoria do Deputado Ivan Valente, que pretende dar oportunidade para que servidores possam também chegar ao cargo máximo dessas instituições.

Eu conversava há pouco com o Deputado Paulo Renato Souza. S.Exa. propõe algumas alterações. *(Pausa.)*

Sr. Presidente Arlindo Chinaglia, estávamos conversando com o Secretário Mozart. Nós estamos trabalhando numa emenda substitutiva. Gostaríamos de solicitar um prazo, até para que possamos terminar a redação. Analisaremos, inclusive, a possibilidade de acatamento ou não dessas emendas oferecidas em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - V.Exa. terá esse tempo.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Aproveito para anunciar a presença do Governador Aécio Neves, ex-Presidente desta Casa. Convido S.Exa. para vir até aqui para podermos cumprimentá-lo também em nome dos Deputados. *(Palmas.)*

Apesar da crise, com a chegada do Senador Arthur Virgílio — vou falar, porque ele não pode fazê-lo —, eu senti o peso do mercado presente aqui. E ele só me chama de neoliberal. S.Exa. não se julgava tão importante assim para o mercado.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Estamos com um problema.

Para oferecer parecer às Emendas de Plenário nºs 4 e 5, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania... *(Pausa.)*

Não, primeiro da Comissão do Trabalho.

Para oferecer parecer às emendas de plenário...

Faço a seguinte indagação: as emendas referentes à Comissão do Trabalho estão prontas ou não? *(Pausa.)* O parecer da Comissão do Trabalho está pronto? *(Pausa.)*

Ainda está dando trabalho.

Pode ser o da Comissão de Constituição e Justiça? *(Pausa.)* É que não pode ser regimentalmente. *(Pausa.)* Então, é melhor esperar. *(Pausa.)*

Indago se o parecer da Comissão de Constituição e Justiça está pronto. *(Pausa.)*



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra, para oferecer parecer às Emendas de Plenário nºs 4 e 5, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, ao Deputado Tadeu Filippelli.

O SR. TADEU FILIPPELLI (Bloco/PMDB-DF. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de iniciar o meu relato, gostaria de fazer uma saudação especial ao Senador Arthur Virgílio e ao Governador Aécio Neves, que nos honram com suas presenças.

Sras. e Srs. Deputados, apresento relatório complementar e voto relativos ao Projeto de Lei nº 3.775, de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

O relatório e o voto apresentados na Comissão de Constituição e Justiça abordaram o texto original e as Emendas de Plenário nºs 1 a 3. Agora ofereço relatório complementar às Emendas de Plenário nºs 4 e 5.

Esclareço que a Emenda nº 4, de autoria do Deputado Paulo Renato, do PSDB, e a Emenda nº 5, de autoria do Deputado Ivan Valente, do PSOL, atendem aos pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

Dessa forma, acato as Emendas nºs 4 e 5.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Agradeço ao Deputado Tadeu Filippelli, que deu parecer pela constitucionalidade das emendas.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Estou aguardando a redação para fazer a distribuição. Se eu soubesse disso, poderíamos ter feito a inversão de pauta. Confesso que é um absurdo, dado que o acordo foi feito ontem à noite... Então, em vez de acompanhar a eleição de Barack Obama, poderia ter trabalhado na emenda.



O SR. WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, enquanto V.Exa. aguarda, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Se for fora da pauta, há uma lista de inscritos.

O SR. WALTER PINHEIRO - Não, é dentro da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Então, vamos aguardar que ocorra um milagre aqui.

O SR. WALTER PINHEIRO - O da pauta ou o da minha fala?

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Com a sua fala, resolver o problema da pauta, porque queremos agilizar os trabalhos.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na realidade, até concordo com V.Exa. em relação ao atraso, mas isso está sendo superado com o ajuste entre os partidos. Por isso insistimos muito em que, na seqüência, V.Exa. ouvisse os membros das outras Comissões. O que falta naquela correção pode ser apresentado pela Comissão do Trabalho. Assim dará para continuarmos a apreciação dessa importante matéria. V.Exa. poderia dar essa continuidade, porque se faz agora o ajuste entre os textos acatados; portanto, a correção.

O esforço foi no sentido de contemplar as diversas sugestões apresentadas pelos Srs. Deputados, para que a instituição federal de ensino pudesse receber essas contribuições. Na prática, o motivo do atraso foi para que buscássemos ampliar o nível de acordo, como já foi relatado pelo Deputado Tadeu Filippelli, com as emendas apresentadas pelo Deputado Paulo Renato. Também foram apresentadas sugestões que melhoram o texto.



A instituição federal de ensino é de suma importância. Ela incorpora as escolas técnicas, os CEFETs, as agrotécnicas. Acho que são matérias de extremo conhecimento.

O esforço que foi feito em relação a esse novo texto era exatamente no sentido de acatar diversas sugestões para que pudéssemos apresentá-las agora de maneira mais ampla, levando em consideração as contribuições dos diversos partidos e Parlamentares. Essas contribuições só vieram ajudar o complemento desse projeto, que, como V.Exa. sabe, é de suma importância para o nosso País.

Essas instituições têm desempenhado um papel importantíssimo na nossa sociedade. Eu, por exemplo, sou oriundo das Escolas Técnicas Federais. Orgulho-me muito de ter passado por essas instituições, não só na minha formação profissional, mas principalmente na minha formação cidadã.

É importante que tenhamos, nesta tarde, a aprovação desse instrumento que vai permitir a ampliação da oferta de vagas, agora também com essa agregação no ensino superior, além do reconhecimento dessas instituições federais como instituições de nível superior.

Era essa a contribuição que eu queria trazer a V.Exa. Vamos aguardar o desfecho que está sendo montado pelos técnicos da Casa no sentido de enumerar as emendas para que V.Exa. possa prosseguir a apreciação da matéria no plenário, nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Há o que é razoável e aquilo que extrapola o razoável. Estamos aguardando há cerca de 10 minutos. Não é razoável ficarmos mais 20 minutos aguardando. Não é razoável que um projeto seja enviado em regime de urgência constitucional; depois, devido a negociação e acordo, seja



retirada a urgência constitucional; depois, devido ao cumprimento de um acordo anterior, ele volte para a pauta; e, na hora da votação, perceberem que não há acordo ou que há ajustes. Não é possível!

Então, informo ao Plenário que nós vamos votar daqui a pouco. Parar a pauta, para sairmos daqui tarde da noite, porque alguém não fez a sua tarefa, não é justo com o restante do Plenário. Não é justo.



O SR. EMANUEL FERNANDES - Sr. Presidente, pela ordem. Posso fazer uma ponderação?

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Já fiz essa ponderação da última vez em que fizemos uma pauta limpa, uma pauta positiva, propositiva.

Esses problemas certamente acontecem. Eu havia sugerido que, na prateleira de projetos mais ou menos consensuados, sempre se conversasse com o Relator principal, porque nas Comissões vai havendo modificações e não há uma sistematização. Isso é natural. Sei que V.Exa. e o Plenário ficam ansiosos, mas acredito que isso sempre vai ocorrer. A menos que digamos o seguinte: vamos colocar o que está na prateleira. E V.Exa., como Presidente, só autoriza vir para a pauta o que estiver na prateleira já revisado. Caso contrário, por uma questão técnica, isso sempre acontecerá.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Na verdade, o que ocorreu, de fato, foi que a Comissão de Educação produziu alterações hoje, na forma de emendas. Portanto, o que vem para o plenário são emendas que nem todos conhecem.

Eu não estou ansioso. Estou cobrando daqueles que têm responsabilidade na condução desse processo que façam a sua parte. Senão, na hora em que o projeto chega ao Plenário, não há ninguém que consiga dar celeridade a ele. O problema não diz respeito a quando se faz o acordo, mas sim a quem quer votar a matéria e quem não quer. E ao final, quando se produz um acordo, imagina-se que se saiba o que está sendo feito, principalmente em termos de conteúdos.



O SR. EMANUEL FERNANDES - Sr. Presidente, se fosse em Serra Azul, isso não aconteceria, não é verdade?

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - É evidente que não. Há aqueles que dizem que é preciso aprender com os erros. Mas é melhor aprender com os erros dos outros.



O SR. BRUNO ARAÚJO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero informar ao Congresso Nacional que o Supremo Tribunal Federal acaba de acatar outra ação direta de inconstitucionalidade do PSDB, em relação à Medida Provisória nº 402, de créditos extraordinários, que sempre têm exposto esta Casa a uma situação que efetivamente precisa ser sanada.

Trata-se de mais uma medida provisória que tem pedido de inconstitucionalidade feito pelo PSDB reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal, pelas afrontas que têm sido essas medidas provisórias de crédito extraordinário no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Não vou perder esta chance. Além de cumprimentar a bancada do PSDB, quero pedir o seu apoio e o de todas as bancadas para votarmos em Plenário, sem obstrução, a alteração do rito das medidas provisórias, até porque creio que, depois de tantos embates, se não votarmos, aí sim, ficaremos desautorizados, porque estamos com a pauta livre e produziu-se um acordo, só havia divergência em 1 ou 2 itens de uma vasta e complexa matéria.

Então, pretendo colocar em votação de forma breve e quero contar com o apoio de todos os Parlamentares, para alterarmos isso.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Indago da Liderança do Governo como está o texto. *(Pausa.)*

Queria fazer uma indagação ao Plenário. Só posso fazer se ninguém discordar: deixaríamos em suspenso essa matéria enquanto alguém, auxiliado por alguéms, dá a redação, para que possamos retomar a discussão e a eventual votação, e eu passaria para outro item da pauta. E, se não ficar pronto, derrotaremos o projeto mais à frente.

Pode ser?

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Concordamos, Sr. Presidente.



O SR. TADEU FILIPPELLI (Bloco/PMDB-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de dar uma sugestão. Temos uma PEC para votar em segundo turno, e, como pode haver essa inversão de pauta, seria, talvez, o momento ideal para votar essa PEC.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Há um projeto de urgência que automaticamente vem à frente. Como Ministros estão recebendo muitos Deputados, isso interfere no *quorum*, o que é outra coisa que também já dava para ter sido aprendida. Como a matéria tem razoável consenso, não quero correr o risco de votá-la, e, por um *quorum* eventualmente baixo, não atingirmos o número necessário.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Pergunto se há concordância quanto à alteração. Se houver, eu anuncio o que estou pensando em colocar, para ver se há acordo. Pode ser? Seria exatamente o item 2 da pauta, que trata dos produtos importados.

Antes de começar, alguém tem problema com essa matéria? (*Pausa.*) Só falta aparecer também.

O trabalho está feito, Dr. Mozart? As emendas estão prontas? Estão distribuídas ao Plenário? Não há emenda? (*Pausa.*)

Este não tem nada pendente? (*Pausa.*) Por enquanto, não. Maravilha! Então, vamos lá.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Há uma emenda, não é?



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Item 2.

Projeto de Lei nº 717-A, de 2003

(do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 717-A, de 2003, que dispõe sobre a sujeição dos produtos importados às normas de certificação de conformidade da Regulamentação Técnica Federal e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Defesa do Consumidor pela aprovação deste e do de nº 3.116/04, apensado, com substitutivo (Relator: Deputado Dr. Rosinha); da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, pela aprovação deste e rejeição do de nº 3.116/04, apensado (Relator: Deputado Ronaldo Dimas); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do de nº 3.116/04, apensado, com substitutivos (Relator: Deputado Léo Alcântara). Tendo apensado o Projeto de Lei nº 3.116/04.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Há oradores inscritos para a discussão da matéria.

Para discutir contrariamente, concedo a palavra ao Deputado Otavio Leite.

(Pausa.)

Deputado Ayrton Xerez. *(Pausa.)*

Deputado Duarte Nogueira. *(Pausa.)*

Deputado William Woo.

(O Sr. Deputado William Woo faz intervenção fora do microfone, inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Contrariamente.

(O Sr. Deputado William Woo faz intervenção fora do microfone, inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Se V.Exa. estiver inscrito aqui.

(Pausa.)

O Deputado William Woo é favorável, não pode discutir contrariamente.

Não quer, não é? Abre mão. Muito bem, Deputado William Woo.

Deputado Luiz Carlos Hauly. *(Pausa.)*

Deputado José Carlos Aleluia. *(Pausa.)*

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. *(Risos.)* Isso aqui é automático.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para discutir favoravelmente à matéria, concedo a palavra ao Deputado Ricardo Barros. (*Pausa.*)

Deputado Luiz Carlos Hauly. (*Pausa.*)

Deputado Eduardo Valverde. (*Pausa.*)

Deputado Dr. Rosinha. (*Pausa.*) Abre mão.

Deputado Tarcísio Zimmermann. (*Pausa.*)

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. (*Pausa.*)

Deputado Lincoln Portela.

O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Sem revisão do orador.) - Sim, Sr. Presidente. Favorável. Economia processual.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Parabenizo V.Exa. diante de argumento tão convincente.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado

Zé Geraldo. (*Pausa.*)

Deputado Vicentinho. (*Pausa.*)

Deputado Arnaldo Jardim. (*Pausa.*)

Deputado Dr. Ubiali. (*Pausa.*)

O Deputado Arnaldo Jardim abre mão.

Deputado Paulo Teixeira. (*Pausa.*)

Deputado Celso Maldaner. (*Pausa.*)

Deputado Virgílio Guimarães. (*Pausa.*)

Deputado Colbert Martins. (*Pausa.*)

Deputado Waldir Maranhão. (*Pausa.*)

Deputado Maurício Quintella Lessa. (*Pausa.*)

Deputado Rodrigo Rollemberg. (*Pausa.*)

Deputado Guilherme Campos. (*Pausa.*)

Deputado Fernando Coruja. (*Pausa.*)

NÃO HAVENDO MAIS ORADORES INSCRITOS, DECLARO ENCERRADA A
DISCUSSÃO.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Estamos aguardando para distribuir cópia da emenda ao Plenário. *(Pausa.)*

O Deputado Dr. Rosinha já recebeu a emenda?



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra, para oferecer parecer à Emenda de Plenário, pela Comissão de Defesa do Consumidor, ao Sr. Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT-PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estive analisando a Emenda Substitutiva Global de Plenário nº 1 e, comparando-a com o substitutivo e o projeto de lei apresentado pelo Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, concluo que ela amplia e melhora o substitutivo aprovado na Comissão de Defesa do Consumidor, coloca no mesmo patamar produtos importados e nacionais. É extremamente importante a emenda, porque dá o mesmo tratamento a produtos da indústria nacional e a importados. Estabelece regras de controle e fixa todos os prazos necessários.

Por isso, nosso parecer, pela Comissão de Defesa do Consumidor, é favorável à Emenda de Plenário nº 1. *(Pausa.)*



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Estou dando ao Deputado Cândido Vaccarezza um tempo para ler a emenda, dado que o Relator original não está presente e S.Exa. vai proferir parecer.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra, para oferecer parecer à Emenda de Plenário, pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, ao Sr. Deputado Cândido Vaccarezza.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT-SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meu parecer é favorável, porque esta emenda dá as mesmas condições para produtos nacionais e importados, no sentido de controle de qualidade e em outras questões.

Portanto, meu parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Agradeço a V.Exa., bem como ao Deputado Dr. Rosinha.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra, para oferecer parecer à Emenda de Plenário, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, ao Sr. Deputado Tadeu Filippelli

O SR. TADEU FILIPPELLI (Bloco/PMDB-DF. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apresento relatório pela Comissão de Constituição e Justiça à Emenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei nº 717-A, de 2003, que dispõe sobre a importação e o fornecimento de produtos sujeitos à Regulamentação Técnica Federal.

Quanto a esta emenda substitutiva, Sr. Presidente, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica de redação.

Este é o nosso parecer e voto.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Passa-se à votação da matéria.

Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Otavio Leite, que falará contra a matéria. *(Pausa.)*

Deputado Ayrton Xerez. *(Pausa.)*

Deputado William Woo.

O SR. WILLIAM WOO (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só para chamar a atenção para o fato de que esta emenda global retirou do projeto original a multa prevista no art. 4º, de 500% sobre o valor global da importação irregular. Hoje várias importações tentam fugir do Fisco. E o perdimento da mercadoria é automático. Não há inovação nesta emenda global, que tirou a possibilidade da multa, que pesaria sobre aquele empresário que viesse a lesar a economia de mercado, a concorrer de forma desleal com as empresas nacionais.

Como disse, a pena de perdimento hoje é automática. Quando a Receita apreende uma importação ilegal, esta acaba indo para leilões, para os cofres da Receita Federal ou para a destruição.

O projeto original, apresentado pelo Deputado Antonio Carlos Mendes Thame e inicialmente apresentado, em 1999, pelo então Deputado Antônio Kandir — parabeno ambos os autores —, visa exigir as mesmas condições técnicas para os produtos importados e os das empresas que concorrem no mercado nacional.

Parabeno o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, mas sou contrário a esta emenda global, que deixa somente a pena de perdimento como sanção para casos de produtos que não entram de forma regular no mercado. Quando um brinquedo não é aprovado pelo INMETRO, há uma pena de perdimento, as mercadorias são recolhidas. Melhor seria o projeto original, que também coloca uma multa de 500% do valor global do produto a ser importado.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Ricardo Barros, que falará favoravelmente à matéria.

(Pausa.)

Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou encaminhando favoravelmente a esta proposta de emenda substitutiva apresentada pelo Deputado Dr. Rosinha e ao projeto apresentado pelo Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

Diria que este projeto vem, na verdade, restabelecer justiça a situações de competição extremamente desleal entre produtos nacionais e estrangeiros.

Este projeto estabelece que os mesmos requisitos de segurança e de qualidade exigidos dos produtos nacionais sejam exigidos dos produtos importados, o que é absolutamente natural. Além disso, as relações externas precisam ser disciplinadas, especialmente a relação comercial entre países. Para isso, evidentemente, é preciso preservar a qualidade dos produtos, avaliar o caráter das importações, se legais, se ilegais.

Não havia nenhum tipo de procedimento, um controle de qualidade que pudesse garantir ao consumidor a utilização de produtos. Esta é a intenção primordial do projeto apresentado pelo nobre Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

Por outro lado, se as especificações técnicas de qualidade e segurança são exigidas do produto nacional, não há razão legítima para que não sejam exigidas também dos produtos importados. O CONMETRO e o INMETRO são entidades muito preparadas para avaliar a importação desses produtos.



O setor têxtil sofreu muito com isso — eu participo da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento da Indústria Têxtil e de Confecções —, principalmente em face das importações da China. Tivemos, muitas vezes, importação de produtos de baixa qualidade, que tinham problemas seriíssimos e não garantiam ao consumidor tranquilidade na sua utilização.

A lei vem estabelecer uma isonomia na verificação de qualidade e de segurança de produtos nacionais e importados, em consonância com a proibição que estabelece de que produtos sejam importados sem essa especificação técnica.

Portanto, sou favorável.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Carlos Hauly, que falará contra a matéria. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Virgílio Guimarães. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. *(Pausa.)*

Chamei os contrários, e V.Exa. se inscreveu também para encaminhar contrariamente. O Deputado Vanderlei Macris já encaminhou favoravelmente.

Então, acabou o encaminhamento contrário.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que falará a favor da matéria.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, quero fazer referência a Deputados que deram extraordinária contribuição para que pudéssemos ter este projeto, no dia de hoje, em votação nesta Casa.

Em primeiro lugar, cumprimento o Deputado Dr. Rosinha. Foi o primeiro que transformou um projeto original que tinha total objeção do Governo em substitutivo aprovado pelo Governo e iniciou sua tramitação.

Em segundo lugar, cumprimento o Deputado Ronaldo Dimas, Relator do projeto na Comissão de Desenvolvimento Urbano, Indústria e Comércio, e o Deputado José Eduardo Cardozo, da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Por último, cumprimento o nosso Presidente, Deputado Arlindo Chinaglia. S.Exa. foi quem teve a sensibilidade de perceber a oportunidade e a relevância deste projeto e permitir que a proposição, que tramita na Casa desde 2005, viesse hoje a Plenário.

Quero, Sr. Presidente, registrar a importância deste projeto e dividir a co-autoria dele com esses Deputados e com o estimado, prezado e admirado companheiro.

Desejo também cumprimentar o Deputado Antônio Kandir, que foi o primeiro a perceber que o Brasil é um dos poucos países do mundo que não têm legislação nessa área. Imaginem que, no Brasil, para que um cabo de aço seja vendido, a fim



de ser usado na manutenção de um elevador, ele precisa estar dentro dos padrões estabelecidos pelo INMETRO. No entanto, o cabo de aço importado da China não precisa. Ele é muito mais barato, mas arrebenta com muito mais facilidade.

Vamos pegar um exemplo simples. Um fabricante brasileiro de borracha escolar tem de provar que a sua borracha não contém cádmio, chumbo, mercúrio, porque a criança pode levá-la à boca e esses produtos são cancerígenos. Mas se a borracha for importada da Índia e da China, ela é vendida numa loja de 1,99 muito mais barata, porque produto importado não precisa se submeter a essas normas.

O mesmo acontece com a escova de dentes. No Brasil, o fabricante da Oral-B ou de outra marca precisa comprovar que sua escova tem cerdas antibacterianas. O que importa não precisa comprovar nada.

Outro exemplo mais grave ainda. Uma guilhotina feita no Brasil precisa ter duplo comando, por determinação, em razão de pesquisas desenvolvidas pela FUNDACENTRO, para que, na hora de acionar a máquina, o trabalhador ocupe as 2 mãos. Em muitos dos casos, uma célula fotoelétrica desliga a máquina quando um corpo estranho adentra a área de corte. A máquina similar importada não tem nada disso. É muito mais barata, mas não oferece nenhuma segurança ao trabalhador.

Por tudo isso, tenho absoluta convicção de que hoje, ao aprovar esta norma, que iguala os produtos importados aos nacionais, estamos preenchendo uma lacuna na legislação.

Não se trata de barreira não-tarifária. Não se trata de um projeto que vai permitir que o Brasil sofra sanção num painel julgador da OMC, porque está relacionado à segurança, e não à qualidade.



Por último, quanto à aprovação junto aos órgãos do Governo, não se deu a todos os produtos importados o mesmo tratamento porque isso ocasionaria uma burocracia infernal. Os produtos cujo enquadramento na legislação considere-se importante farão parte de uma relação por classificação tarifária feita pelos respectivos órgãos responsáveis pela Regulamentação Técnica Federal.

Meus cumprimentos e meus agradecimentos. Tenho certeza de que demos um pequeno passo, mas um passo importante, para criar o arcabouço jurídico que nos permitirá proteger a indústria nacional de produtos sem qualidade que venham competir com a nossa indústria e prejudicar o emprego do trabalhador brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Agradeço ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame as palavras, mas, evidentemente, o mérito é de S.Exa.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 265.2.53.O
Data: 05/11/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Passa-se à votação da matéria.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Sobre a mesa requerimento de destaque de preferência no seguinte teor:

“Sr. Presidente, requeremos, nos termos do art. 161, IV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, preferência para a votação da Emenda Substitutiva de Plenário nº 1 apresentada ao PL nº 717/03”.

Assina a Liderança do PMDB.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - É o texto do acordo. Sintam-se tranqüilos quanto ao que vai ser votado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 265.2.53.O
Data: 05/11/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Os Srs. Deputados que forem favoráveis a este destaque de preferência permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

APROVADO.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação a Emenda Substitutiva de Plenário nº 1, com pareceres favoráveis.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para orientar, concedo a palavra ao Deputado Guilherme Campos.

O SR. GUILHERME CAMPOS (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço a todos os Líderes e a V.Exa. o encaminhamento favorável.

Esta emenda ao Projeto de Lei nº 717, que está em pauta, vem garantir competitividade e isonomia à indústria nacional e aos produtos nacionais, que vinham sofrendo concorrência indiscriminada e predatória, totalmente contrária aos interesses do Brasil. Trata-se de um instrumento que vai dar à sociedade proteção — no sentido da isonomia, não no sentido de defesa para não deixar entrar —, uma vez que produtos nacionais e importados serão tratados da mesma forma. Eu, que tenho a oportunidade de integrar a Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento da Indústria Têxtil e de Confecções, agradeço ao Plenário, a todos os Líderes e ao Sr. Presidente.

Nosso encaminhamento é totalmente favorável ao projeto, Sr. Presidente.

O SR. WANDENKOLK GONÇALVES (PSDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero me congratular com todas as Lideranças desta Casa, especialmente com V.Exa., pelo acordo construído.

A orientação do PSDB é “sim”.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação a Emenda Substitutiva de Plenário nº 1, com pareceres favoráveis.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Aqueles que forem favoráveis à sua aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADA A EMENDA.

Estão prejudicadas as demais.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Há sobre a mesa e vou submeter a
votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Aqueles que forem pela sua aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Quero cumprimentar mais uma vez o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, pela percepção e pela iniciativa de projeto desta dimensão, que, como S.Exa. próprio salientou e foi percebido por todos — estendo meus cumprimentos a todas as bancadas, em especial aos Líderes —, visa resguardar as empresas e a economia nacionais, portanto preserva ou amplia a oferta de empregos em nosso País.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Vamos retornar ao item 1 da pauta, ao Projeto de Lei nº 3.775.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, já há consenso a respeito desse projeto?

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Fui informado de que sim.

O SR. CLAUDIO CAJADO - Se não há, eu proporia a V.Exa... Já? O.k.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para oferecer parecer às Emendas de Plenário nºs 4 e 5, pela Comissão de Educação e Cultura, concedo a palavra ao Deputado Alex Canziani,

O SR. ALEX CANZIANI (PTB-PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero inicialmente agradecer aos companheiros a gentileza da paciência. Estávamos tentando construir uma subemenda que contemplasse todas as preocupações.

Foram apresentadas 2 emendas agora. Uma, do Deputado Ivan Valente, pretende que servidores também possam ser candidatos a reitor dos IFETs. Essa emenda já tinha sido apresentada na Comissão de Educação. Acabou não sendo aprovada lá, até porque nas universidades federais também não há essa possibilidade. Com todo o respeito e a admiração que temos pelo trabalho desenvolvido pelo Deputado Ivan Valente no sentido de cada vez mais democratizar a educação brasileira, não acatamos a sua emenda.

A outra emenda é do nosso competente ex-Ministro da Educação Deputado Paulo Renato, que se tem esforçado muito ao longo de sua vida para construir a educação brasileira. Já conversamos com o Deputado, e muitas das suas preocupações e dos seus desejos já estão efetivamente contemplados no projeto e nesta emenda que estamos apresentando ao Plenário. S.Exa. mesmo reconhece que a emenda preserva a estrutura básica do projeto de lei, permitindo até mesmo a utilização de cargos já criados para a reestruturação das instituições já existentes.

Isso posto, Sr. Presidente, quero parabenizar a Deputada Andreia Zito pelo grande trabalho que fez, ouvindo a sociedade, os servidores e o próprio Ministério



da Educação. S.Exa. construiu um belo substitutivo na Comissão de Trabalho. Nós, na Comissão de Educação, realizamos diversas audiências públicas, e em nosso trabalho contamos com a participação de vários companheiros da Comissão, com servidores das instituições e dirigentes dos atuais CEFETs e do próprio Ministério. Aproveito para parabenizar o Prof. Eliezer Pacheco e o Prof. Getúlio Marques Ferreira, aqui presentes.

Enfim, Sr. Presidente, é este o nosso parecer: aprovamos o Projeto de Lei nº 3.775 de 2008, inserindo em seu texto as preocupações e as assertivas da Emenda de Plenário nº 4, de autoria do nosso ex-Ministro Paulo Renato, na forma da subemenda substitutiva que encaminhamos ao Plenário. A subemenda é assinada por mim e pela Deputada Andreia Zito.

Nós gostaríamos de pedir ao Plenário que analisasse a sugestão e, ao final, acatasse a subemenda substitutiva que apresentamos.

É o parecer.



O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Deputado Alex Canziani, V.Exa. pode ler a emenda?

O SR. ALEX CANZIANI - Ela é extensa, mas posso, sim. Tem 22 páginas.

O SR. CLAUDIO CAJADO - Eu só pediria uma cópia da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Vou pedir a V.Exa., Deputado Alex Canziani, que entregue o texto da emenda à Mesa, para providenciarmos cópias.

Quando eu indaguei se estava tudo resolvido, eu me referia também aos procedimentos básicos para que os Deputados tivessem conhecimento do texto.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Enquanto providenciam a distribuição de cópias, concedo a palavra, para oferecer parecer às Emendas de Plenário nºs 4 e 5, pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, à Deputada Andreia Zito.

A SRA. ANDREIA ZITO (PSDB-RJ. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em relação à matéria discutida, nós aprovamos, eu e o Deputado Alex Canziani, Relator na Comissão de Educação, o projeto de lei, a Emenda de Plenário nº 4 e a subemenda apresentada ao PL.

Destaco que tivemos a oportunidade de realizar audiência pública com diversos segmentos ligados à educação e também com o Ministério da Educação. Então, eu gostaria de pedir aos colegas que acompanhem o nosso relatório.

Obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Quero agradecer aos Deputados Tadeu Filippelli e Alex Canziani e à Deputada Andreia Zito os pareceres emitidos em consequência do trabalho já desenvolvido.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Indago da bancada do PSDB se o requerimento de adiamento da votação vai ser mantido ou não.

O SR. WANDENKOLK GONÇALVES (PSDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Pedimos a retirada do requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Está retirado, de ofício.

Agradeço ao Deputado Wandenkolk Gonçalves.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Indago do Plenário se podemos passar aos encaminhamentos enquanto aguardamos as cópias.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Pode ser, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar contrariamente à matéria, concedo a palavra ao Deputado Paulo Renato Souza.

O SR. PAULO RENATO SOUZA (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os problemas que vivemos hoje no plenário para acertar os pareceres decorrem da maneira atropelada como este projeto foi enviado à Casa e conduzido aqui dentro. O projeto é muito importante e muito complexo para ser analisado com urgência constitucional. Quando se conseguiu retirar a urgência constitucional, houve o acordo que deu urgência à matéria. Resultado: o projeto não foi devidamente debatido na Casa. Não foram chamados especialistas para opinar sobre seu conteúdo.

O Deputado Gastão Vieira fez várias críticas à matéria. S.Exa. é um Deputado respeitável, foi Secretário de Educação e Presidente da nossa Comissão de Educação. Nosso professor Claudio de Moura Castro também tem profundas críticas ao projeto.

Os Relatores fizeram o trabalho que foi possível, com o tempo que tiveram. Elogio tanto o Deputado Alex Canziani quanto a Deputada Andreia Zito, que tentaram fazer um relatório bom, no exíguo tempo que lhes foi dado e sem todas as contribuições que poderiam ter recebido de pessoas que não pertencem a esta Casa. Melhoraram o texto.

Apresentei uma emenda substitutiva global de plenário, que infelizmente não pôde ser acatada, porque o processo já andava em outra direção, sem o debate devido.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, respondo ao Deputado Eduardo Valverde sobre as questões relativas à expansão da educação profissional federal. Estou



cansado de ser acusado de ter estagnado a educação profissional federal em nosso País. Os dados não mentem, e eu não aceitarei essa crítica até que haja dados que demonstrem o contrário.

No período de 2001 a 2003, os 2 últimos anos do Presidente Fernando Henrique, já que a partir de 2001 há dados, a matrícula nas escolas técnicas federais cresceu 40% — 40%, Sr. Presidente! Nos 3 anos do Governo Lula, cresceu 0,4%. Estagnou. Onde está a estagnação do período de Fernando Henrique? Onde está o crescimento do período do Presidente Lula? Que tragam os dados e demonstrem aquilo que afirmam.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a minha...

(O microfone é desligado.)

O SR. PAULO RENATO SOUZA - Sr. Presidente, peço vênias, porque colaborei muito para esse acordo, para que pudessem ser lidos aqui os pareceres.

A minha emenda global tratava de preservar justamente a educação profissional. Ela destacava que as escolas técnicas não devem fazer ensino superior. Ela destacava que as escolas técnicas não precisam ser necessariamente dirigidas por um Ph.D., um doutor. Ela destacava que, nos conselhos das escolas técnicas, deveríamos ter representantes do empresariado, não apenas de ONGs e dos servidores. Ela destacava, Sr. Presidente, que as escolas técnicas deveriam cuidar da educação profissional. Não necessitavam copiar a estrutura das universidades federais, não necessitavam dispor da autonomia universitária de que dispõem as universidades federais. Não precisavam de uma superestrutura para criar mais burocracia nas instituições federais. Elas precisam de mais vinculação com o mercado de trabalho, precisam de mais vinculação com o mundo do trabalho.



Não deviam simplesmente criar superestruturas acadêmicas, que vão desvirtuá-las ainda mais, afastá-las ainda mais do mercado de trabalho.

Os nossos Relatores fizeram um bom trabalho, mas o projeto original é ruim. Discordo dos seus termos, apesar de reconhecer a importância da matéria. Tanto é que apresentei um substitutivo global que vai no mesmo sentido do projeto original, corrigindo essas distorções.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar favoravelmente, tem a palavra o Deputado Vicentinho. *(Pausa.)*

Deputado Eduardo Valverde. *(Pausa.)*

Deputado Tarcísio Zimmermann. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Rubem Santiago. *(Pausa.)*

Deputado Dr. Ubiali. *(Pausa.)*

O Deputado Paulo Rubem Santiago tem a palavra.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (Bloco/PDT-PE. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, recentemente coordenamos uma audiência pública que contou com a participação do Presidente do Conselho Federal dos CEFETs, do CONCEFET, do nosso diretor do CEFET em Recife, Prof. Sérgio Gaudêncio.

Queremos expressar a nossa concordância com o mérito da proposta que está sendo encaminhada para discussão, pelo que representam a formação tecnológica, a expansão da rede federal de educação tecnológica para a maioria dos jovens e adolescentes do nosso País.

Dissemos recentemente ao Ministro Fernando Haddad, após a publicação, pelo IPEA, do Boletim de Políticas Sociais nº 15, que abordou o aumento da violência e da criminalidade entre jovens e adolescentes, que todas as intervenções que vêm sendo feitas pelo Governo do Presidente Lula, que demarcam uma diferença histórica em relação à gestão pública da educação de Governos passados, não têm sido suficientes para promover, lá na ponta — considerando os jovens que estão fora das salas de aula do ensino médio, os que repetem anos e anos até concluir os 8 anos obrigatórios do ensino fundamental, sobretudo nas periferias das



grandes regiões metropolitanas —, a defesa, a proteção e a preparação da juventude para disputar o mercado de trabalho.

O Projeto de Lei nº 3.775, que hoje se discute, engloba a atual expansão da rede CEFET e o novo modelo de instituições federais de uma só vez, que passam a ter o mesmo tratamento isonômico dado às instituições federais de ensino superior, às nossas universidades.

Portanto, registro a audiência que realizamos, o debate que estamos fazendo e empresto o meu apoio à iniciativa do Presidente Lula e do Ministro Fernando Haddad, porque entendemos — nós, da bancada do Nordeste, sobretudo — a importância estratégica da aprovação do projeto de constituição da rede federal da educação tecnológica por meio desses institutos e de sua vinculação com as redes públicas estaduais de nível médio, o que, a partir do FUNDEB, permitirá aos Estados assumir, com competência, empenho e qualidade, a melhoria gradativa do ensino de nível médio nas redes públicas estaduais.

Por essa razão, nós nos manifestamos favoráveis à discussão, à aprovação, sobretudo à consolidação dos recursos orçamentários, para que a rede dos institutos federais de educação tecnológica seja implantada, prospere. Será uma grande conquista para o nosso País.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar contrariamente, com a palavra o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. *(Pausa.)*

Deputado Gastão Vieira. *(Pausa.)*

Deputado Vanderlei Macris. *(Pausa.)*

Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero só insistir numa questão com o nosso Relator, Deputado Alex Canziani, porque acho que S.Exa., neste momento, com o relatório que fez, com a sua capacidade, com a sua competência, tem condições de inovar, tem condições de ousar. E tenho certeza de que o Deputado Alex Canziani inclusive concorda com a nossa emenda, que é essa que possibilita a democratização do sistema de ensino e da eleição dos reitores do sistema e das universidades tecnológicas. Tanto é assim que, na Comissão de Educação, nós tivemos indicações de que pró-reitores podem ser técnico-administrativos, desde que titulados e cumprido o período necessário como critério para chegar ao cargo.

Ora, a comunidade acadêmica é que resolve. Tanto que o próprio projeto coloca que é paritário — um terço para os estudantes, um terço para os técnico-administrativos e para os docentes. Por que, então, a reitoria só pode ser exercida por um docente? Essa é uma visão conservadora. Essa é uma visão que hoje não se coloca mais. Quem é respeitado pela comunidade? Quem é eleito pela comunidade? Quem tem expressão pública, representatividade e respeitabilidade pode ser reitor, preenchidos aqueles critérios que são os mesmos para os docentes. Então, por que não podemos inovar em relação aos sistemas de ensino das



universidades estaduais e federais, onde o *lobby* pesado da docência e da “meritocracia” continua vigendo?

Portanto, este é um momento em que esta Casa pode avançar, pode inovar. Entendo que a hora é de ousadia, e nós poderíamos aprovar essa emenda, democratizar o sistema, porque aí, sim, teremos dirigentes de instituições que vão dialogar com o estudantado, que vão dialogar com o pessoal técnico-administrativo, com os docentes, porque, para ser reitor da universidade, é preciso que a pessoa tenha trânsito, e pode ser qualquer pessoa da comunidade, não em transição, que seja titulada e que tenha condições de estar lá.

Por isso, Sr. Presidente, quero novamente dizer ao Deputado Alex Canziani que S.Exa. se oponha a essa lógica conservadora que o MEC quer impor, porque o MEC sabe que essa será a melhor proposta, inclusive porque, em relação aos pró-reitores, eles já aceitaram esse critério. Só falta o reitor.

Então, nós pedimos mais uma vez que essa nossa emenda seja aceita e que nós possamos dar um passo adiante na democratização das universidades brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar favoravelmente, concedo a palavra ao Deputado Dr. Ubiali.

O SR. DR. UBIALI (Bloco/PSB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o ensino técnico neste País teve o seu apogeu alguns anos atrás; depois, praticamente foi extinto, sendo considerado uma atividade de segunda classe.

O Governo Lula retoma o ensino técnico, estimula a criação de novas escolas técnicas e, agora, através desse projeto de lei, vem fazer com que essas escolas técnicas tenham um *upgrade*, um crescimento não só nas suas instituições, na sua ordenação funcional, mas também pela oportunidade da transformação em escolas superiores.

Só vejo virtude nesse projeto, porque ele dá de fato um ordenamento para essas escolas, permite que possam preencher uma lacuna. Antigamente, tínhamos as escolas industriais, com excelente desempenho; tínhamos as escolas técnicas agrícolas, que, de repente, foram praticamente esvaziadas. Retomamos isso. Os CEFETs estão aí, estão-se expandindo, estão-se implantando. E agora o Instituto de Tecnologia vai dar muito mais força para que a escola técnica tenha real valor. É disto que precisamos realmente para este País.

Não precisamos de um país apenas de doutores, precisamos de um país que tenha profissionais tecnicamente habilitados, que tenham direito a um trabalho digno, que possam de fato ser bem empregados, com carteira assinada, com valor de salário muito bom, para que tenham dignidade no lugar em que vão morar e viver. E isso é o que a escola técnica tem feito nos últimos anos, com o seu crescimento, com a sua recuperação.



Por isso, Sras. e Srs. Deputados, vamos votar, e votar com consciência, dizendo: *“Aqui está uma das soluções para o nosso País”*. O Governo fez, e fez bem-feitas, as modificações sugeridas, sem chamar a si o mérito de discuti-las e de dizer qual é a melhor e qual é a pior. O projeto, como um todo, está muito bom. Por isso, peço o apoio e o voto favorável a este projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação a subemenda substitutiva oferecida pelos Relatores, Deputado Alex Canziani e Deputada Andreia Zito.



O SR. CLAUDIO CAJADO - Para orientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para orientar, Democratas.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós consideramos que o projeto é oportuno, enaltece as ações profícuas e importantes que estão sendo desenvolvidas pelos CEFETs, agora institutos. Acreditamos que as emendas apresentadas fortalecem não apenas as ações, mas principalmente os próprios institutos federais de tecnologia.

Portanto, os democratas são favoráveis e orientam a sua bancada a votar “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - PSDB?

A SRA. ANDREIA ZITO (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PSDB orienta o voto “sim”.

Queremos ressaltar a importância da matéria. Esse projeto não cria cargos, faz uma reestruturação na educação. Alguns Deputados têm dúvida quanto à criação de cargos. O projeto, em relação à Lei nº 11.740, de 2008, é importante, não cria cargos. É o esclarecimento que eu tinha a fazer.

O PSDB encaminha o voto “sim”.

O SR. CHICO ALENCAR - Para orientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para orientar, PSOL.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL entende que o projeto é importante. Nós enfrentamos esse gargalo crescente da qualificação do trabalhador através da educação, do ensino tecnológico. Portanto, o nosso voto é favorável, mesmo que se tratasse de criar cargos públicos. Vamos acabar com esse mito, que, aliás, foi derrotado, pelo que eu



vi lá no país do Norte — referência para tantos —, a idéia do privatismo total, da contenção total, de gastos só de guerra. Não, gastos na educação são importantes.

Nosso senão é que perdemos a oportunidade, como o Deputado Ivan Valente já destacou, de democratizar a própria gestão dessas escolas, desses ensinamentos, de ampliar as possibilidades da eleição democrática do diretor, da direção da escola. Essa foi a nossa emenda, infelizmente não acolhida. De qualquer forma, o nosso voto é favorável ao projeto, pelo ensino técnico.

O SR. ALEX CANZIANI - Sr. Presidente, pelo PTB.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Deputado Alex Canziani.

O SR. ALEX CANZIANI (PTB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero tão-somente agradecer a todos os companheiros e companheiras que colaboraram na formulação desse projeto e parabenizar o Governo Lula.

É um avanço, sem dúvida alguma, fundamental para a educação profissional. Estão sendo criadas, através desse instituto que estamos viabilizando, através desse projeto de lei, 150 novas escolas técnicas federais em todo o País. Isso vai significar mais mão-de-obra qualificada e mais oportunidades em todo o País.

Então, Sr. Presidente, em nome do nosso partido, quero parabenizar o povo brasileiro, porque essa iniciativa, com certeza, vem em favor da nossa população, através de novas escolas, que vão viabilizar uma opção e uma oportunidade na educação profissional, formando a nossa juventude, os nossos trabalhadores.

O PTB indica o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O.k.

PT.



A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, quero registrar a importância de que essa Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é aquela que se encontra mais no interior do País, enfrentando as desigualdades regionais, promovendo o conhecimento e construindo um sentido de Nação desenvolvida e com inclusão social.

Por isso, cumprimento o Deputado Alex Canziani, Relator da matéria, a Deputada Andreia Zito, a Comissão de Educação e Cultura, a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, enfim, a Casa como um todo, que soube debater esse projeto com grandeza, apresentá-lo agora, em vias de aprovação, fazer um substitutivo adequado e colocar em cada lugar do Brasil, como compromisso firmado pelo Presidente Lula, uma escola técnica federal e um instituto federal de educação profissional e tecnológica.

Muito obrigada.

O SR. FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Deputado Fernando Coruja, PPS.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, só para enaltecer a importância do projeto, de iniciativa do Governo, que, nesse aspecto do ensino profissionalizante, tem feito um bom trabalho no País. Essa proposta organiza o sistema de forma mais adequada.

Votamos "sim".



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação a subemenda substitutiva oferecida pelos Relatores Alex Canziani e Andreia Zito.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

APROVADA.

Estão prejudicadas as demais proposições.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Há sobre a mesa e vou submeter a
votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.



O SR. SIMÃO SESSIM (PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de registrar a alegria da população de Nilópolis, tendo em vista da inserção, neste projeto, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Nilópolis, em substituição ao CEFET de Química.

Muito obrigado.



O SR. ALDO REBELO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ALDO REBELO (Bloco/PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de fazer um convite a V.Exa. e um breve registro, digno de nota, sobre o aniversário de 90 anos do nosso companheiro Alberto Silva, Deputado Federal, ex-Governador, ex-Senador, ex-Deputado Estadual e ex-Prefeito.

O Deputado Alberto Silva completa 90 anos de idade esta semana. E são 60 anos de vida pública. Em 1948, já era Prefeito de Parnaíba. O povo só concede 60 anos de vida pública àqueles que têm virtudes e méritos.

Hoje, eu e minha família vamos oferecer uma singela recepção ao aniversariante, para a qual convidamos V.Exa., Presidente Arlindo Chinaglia, e esperamos que esta Casa celebre este feito.

Quando nem imaginávamos — alguns aqui nem haviam nascido, outros nem sonhavam com a vida pública —, o nosso veterano Alberto Silva já incursionava nas eleições, completando 60 anos de vida pública, com 90 anos de idade.

V.Exa. e os demais companheiros Deputados estão convidados.

Que esta Casa celebre essa data significativa como uma homenagem da política e do povo do Piauí a esse homem público, o Deputado Alberto Silva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Agradeço, em nome de todos, o convite formulado por V.Exa.

Cumprimentamos o Deputado Alberto Silva pelo aniversário, da mesma maneira que cumprimentamos o Deputado Aldo Rebelo, que, com sua sensibilidade habitual, tem essa bela iniciativa de homenagear homem público dessa envergadura.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Item 3. (*Pausa.*)

Prefiro colocar a PEC por último.

Quero alertar todas as Sras. e os Srs. Parlamentares para o fato de que, ao votarmos a Proposta de Emenda à Constituição, a chamada PEC da Juventude, teremos no mínimo 4 votações nominais. Quero dar tempo a todos os Líderes para convocarem suas respectivas bancadas a virem até o plenário e aqui permanecerem para que consigamos votar.

Esclareço ainda que temos no mínimo mais 2 projetos para serem votados. Por que no mínimo? Porque há aquele que diz respeito a crimes de pedofilia, sobre o qual está havendo uma discussão. Supostamente está havendo uma evolução no sentido de acordo. Ser houver acordo, teremos ainda 3 projetos de lei e uma emenda constitucional.

Por isso reitero que tudo o que pudermos economizar, do ponto de vista de tempo, será muito útil para a celeridade dos trabalhos.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Projeto de Lei nº 1.659, de 2007, do Sr. Elismar Prado.

Discussão em turno do Projeto de Lei nº 1.659, de 2007, que "altera o inciso VIII do art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação". Pendente de parecer da Comissão Especial.

Tendo apensado o Projeto de Lei nº 2.877, de 2008.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra, para oferecer parecer ao projeto, pela Comissão Especial, ao Sr. Deputado Nazareno Fonteles.

O SR. NAZARENO FONTELES (PT-PI. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, passo à leitura do relatório do Projeto de Lei nº 1.659, de 2007, apensado ao Projeto de Lei nº 2.877, de 2008, do Executivo, sendo o projeto em tela do Deputado Elismar Prado.

O projeto de lei principal, de autoria do Deputado Elismar Prado, tem por objetivo alterar o inciso VIII do art. 4º da Lei nº 9.394, 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para estender ao educando do ensino médio, como dever do Estado, o atendimento por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

O Projeto de Lei apensado, de nº 2.877, de 2008, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar — PNAE e sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola — PDDE, substituindo as normas hoje constantes dos arts. 1º a 14 da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001. Além disso, propõe alterações na Lei nº 10.880, de 2004, sobre o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar — PNATE. Em relação aos 3 programas, o principal objetivo é ampliar sua cobertura aos educandos de toda a educação básica pública, admitido, em casos específicos, o repasse de recursos para escolas filantrópicas e comunitárias conveniadas com o Poder Público.

Além disso, para cada programa, são apresentadas algumas alterações nas suas regras de funcionamento. No que diz respeito ao Programa Nacional de Alimentação Escolar — PNAE, o art. 2º do projeto apresenta diretrizes bastante similares às que já se encontram enunciadas na Resolução nº 32, de 2006, do



Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE, que estabelece as normas de execução do programa. O § 7º do art. 4º faculta ao FNDE firmar convênios com entidades representativas de comunidades indígenas e quilombolas, sob circunscrição de mais de 1 Município. O art. 5º possibilita aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o repasse dos recursos do PNAE às unidades executoras das suas escolas de educação básica.

O art. 13 determina que no mínimo 30% dos recursos financeiros sejam destinados à aquisição de gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar e pelo empreendedor familiar, com prioridade para os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Para tais aquisições, está prevista a dispensa de licitação, desde que os preços praticados sejam compatíveis com os do mercado local, haja controle de qualidade e sejam obedecidos os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência da administração pública.

O art. 17 propõe uma nova composição do Conselho de Alimentação Escolar — CAE: retira a representação do Poder Legislativo (que de fato não deveria constar, por ferir a independência dos Poderes), acrescenta a representação dos segmentos da comunidade escolar e amplia a da sociedade civil. O art. 21 contém uma interessante alternativa: a de repasse direto de recursos pelo FNDE às unidades executoras das escolas, no caso de inadimplência ou irregularidades do Poder Público com relação às normas do programa.

Com relação ao Programa Dinheiro Direto na Escola — PDDE, à exceção de sua extensão às outras etapas da educação básica, além do ensino fundamental, as



demais normas propostas, com algumas alterações formais, não apresentam modificações substantivas às hoje vigentes.

Finalmente, as disposições relativas ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar — PNATE, oferecem como principal modificação o atendimento a todos os educandos da educação básica. Além disso, faz-se um necessário ajuste com relação às normas sobre o acompanhamento e controle social do uso dos seus recursos, atribuindo essa responsabilidade aos Conselhos do FUNDEB, em substituição aos Conselhos do FUNDEF, que não mais existem.

Inicialmente o projeto de lei principal tramitou isolado, sendo distribuído às Comissões de Educação e Cultura, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania. No âmbito da primeira Comissão, recebeu uma emenda, de autoria do Deputado Celso Maldaner, com o objetivo de estender também à educação infantil pública, os 4 programas suplementares de que trata o Inciso VIII do art. 4º da Lei nº 9.394, de 1996.

Em 28 de fevereiro do corrente ano, ao despachar pela apensação do Projeto de Lei nº 2.877, de 2008, o Presidente da Câmara dos Deputados determinou a constituição de Comissão Especial para apreciação da matéria.

Não foram apresentadas outras emendas às proposições.

Voto.

As proposições em análise tratam certamente de matéria relevante. O projeto principal tem a oportuna preocupação de estender aos alunos do ensino médio público o atendimento por programas suplementares de que já são beneficiários os estudantes do ensino fundamental. Deixa, porém, de lado os educandos de educação infantil, omissão que a emenda apresentada na Comissão de Educação e



Cultura procurou sanar. O resultado final da redação, contudo, seria desnecessariamente detalhado, podendo ser feita referência apenas à “educação básica pública”, sem mencionar cada uma de suas etapas.

Assim se apresenta a proposição apensada, que, ao ampliar os beneficiários de 3 importantes programas federais, vem ao encontro de demandas de longa data colocadas pelos agentes públicos, pela comunidade educacional e pela sociedade em geral.

O voto segue o conteúdo do relatório, se não houver nenhuma dificuldade por parte do Plenário.

Tendo em vista o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, adequação orçamentária e financeira dos 2 projetos e da emenda apresentada ao projeto principal no âmbito da Comissão de Educação e Cultura, e, no mérito, pela aprovação do Projetos de Lei nº 1.659, de 2007, o principal, da emenda a este oferecida no âmbito da Comissão de Educação e Cultura e do Projeto de Lei nº 2.877, de 2008, apensado, na forma do Substitutivo anexo.

É o voto.

Sr. Presidente, pergunto a V.Exa. se é preciso ler o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Se houver concordância por parte do Plenário, V.Exa. pode entregar o substitutivo à Mesa que nós distribuiremos cópias, até porque, como é matéria sobre a qual há acordo... Há 2 emendas. V.Exa., então, voltaria à tribuna para dar parecer sobre elas.

O SR. NAZARENO FONTELES - Sobre as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - É. Se não houver discordância do Plenário, V.Exa. pode entregar à Mesa o substitutivo para que sejam tiradas cópias.



O SR. NAZARENO FONTELES - Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Agradeço ao Sr. Relator, Deputado Nazareno Fonteles.

PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 265.2.53.O
Data: 05/11/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4171/4176

(INSERIR DOCUMENTO DETAQ DE PÁGINAS 373 A 373-T)



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Passa-se à discussão da matéria.

Para discutir, concedo a palavra ao nobre Deputado William Woo, que falará a favor da matéria. *(Pausa.)*

Deputado Gastão Vieira. *(Pausa.)*

Deputado Fernando Coruja.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Brasil ainda tem imensas dificuldades na área educacional. São feitos investimentos. Agora mesmo aprovamos a criação de CEFETs. Haverá novas unidades no ensino profissionalizante. Mas os investimentos na área de educação e os índices educacionais ainda estão muito longe daqueles de países desenvolvidos. Precisamos avançar muito.

Este projeto pretende atacar 2 questões também importantes para o ensino. Uma delas diz respeito à alimentação escolar, que agora é fornecida pelo Poder Público ao ensino médio — antes era fornecida apenas ao ensino fundamental e à educação infantil. A outra se refere ao transporte escolar para o ensino médio.

Os municípios brasileiros têm imensa dificuldade para financiar merenda escolar e o transporte escolar. É importante que haja mais recursos para eles.

O projeto é bom, vai na linha do que estabelece a Constituição. Inclusive, está vindo — ou já veio — do Ministério da Educação proposta para tornar o ensino médio obrigatório no País. Isso é importante. Mas nós, do PPS, apresentamos 2 emendas. Peço ao eminente Relator que dê atenção a elas. Uma delas é apenas para explicitar o que está na lei. A lei diz que a merenda escolar tem de atender, inclusive, questões especiais dos alunos. Algumas doenças têm de ser tratadas de forma peculiar pela merenda escolar. Por exemplo: diabetes; doença celíaca —



intolerância ao glúten; intolerância à lactose. Não se pode dar leite comum à criança que tem intolerância à lactose. Isso deve ficar bem explicitado. As crianças que têm essas 3 doenças necessitam de atendimento especial. Essas são as principais doenças. É preciso oferecer merenda escolar adequada.

O segundo problema da merenda escolar está relacionado a um grave problema de saúde pública no Brasil: a obesidade infantil.

O Governo, é claro, faz um bom projeto. Ele diz que tem de haver nutricionista, tem de haver tratamento adequado da merenda escolar.

Queremos aproveitar para vedar neste projeto a comercialização, nas escolas, de guloseimas de maneira geral — doces, salgadinhos. Qualquer um pode consumir esses produtos, mas a escola não é o local apropriado para vendê-los a crianças de 6 ou 7 anos, que estão sendo educadas. Em alguns Estados — inclusive no meu, Santa Catarina — isso já é proibido. Proponho a vedação em âmbito nacional, neste instante em que é discutida a questão da merenda escolar.

Peço ao Relator Nazareno Fonteles, eminente Deputado do Piauí, ex-Secretário de Estado de Saúde — S.Exa. disputou a eleição na Capital, Teresina, e obteve uma bela votação —, que, dentro do possível, acate nossas 2 emendas. É uma forma modesta de ajudar, inclusive, a melhorar um pouco o projeto, no nosso entendimento — pelo menos no entendimento do PPS.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para discutir favoravelmente, Deputado Eduardo Valverde. (*Pausa.*)

Deputado Ricardo Barros. (*Pausa.*)

Deputado Dr. Ubiali.

O SR. DR. UBIALI (Bloco/PSB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje é um dia glorioso para a Câmara dos Deputados.

Acabamos de votar o projeto do CEFET, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que vai estimular nossas escolas técnicas, o desenvolvimento de ciência e tecnologia, fatores fundamentais para o desenvolvimento do País. Estamos agora discutindo uma forma de estender a merenda escolar aos ensinos médio e infantil.

Todo mundo sabe que, num país como o nosso, onde há grandes contrastes sociais, onde as pessoas, às vezes, ainda passam fome, onde ainda há pobreza extrema em muitos lugares, a merenda escolar tem sido um fator de atração do aluno para a escola. Mais do que isso, nós sabemos, graças a conhecimentos científicos neurológicos atuais, que a alimentação é fundamental para o aprendizado.

Se queremos ter um país de Primeiro Mundo, que progrida, precisamos ter alunos bem educados. Se queremos ter alunos bem educados, eles precisam ser bem nutridos, seja no ensino Infantil, seja no ensino fundamental, seja no ensino médio.

Este projeto de lei realmente traz benefício para o povo, para a comunidade.

Prestem atenção, Sras. e Srs. Deputados: não haverá grandes dispêndios, porque o Governo já atendeu parte dessa demanda.



Precisamos, sim, votar o projeto para que, de fato, haja essa alimentação, e que ela seja saudável.

Penso que a emenda do PPS está correta. Ela proíbe a comercialização de guloseimas na escola, que é o lugar adequado para educar, a fim de que o aluno aprenda a ter uma alimentação saudável. Por isso, gostaríamos muito que essa emenda fosse atendida.

A merenda escolar é um benefício, é uma coisa boa.

Somos favoráveis ao projeto.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para discutir favoravelmente, Deputado Neucimar Fraga. (*Pausa.*)

Deputado Jorginho Maluly.

O SR. JORGINHO MALULY (DEM-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, a minha caminhada até chegar a esta Casa durou 8 anos. Eu era Prefeito de uma pequena cidade do interior do Estado de São Paulo. No exercício do mandato de Prefeito, ocorreu a municipalização de uma parte do ensino que era mantida pelo Governo Estadual.

Como o Governo do Estado tomava conta tanto das crianças pequenas, do antigo primário, como das crianças do ensino médio, principalmente na zona rural ou nos distritos, a estrutura física da escola era uma só. E havia um dilema, porque, na hora de servir a merenda, tínhamos de tomar uma decisão. Ou nós a servíamos a todas as crianças (foi a decisão que tomamos, apesar de apenas uma parte desse custo poder ser contabilizada no gasto da educação do município) ou teríamos de dizer: você pode receber a merenda, você não pode.

Esse projeto tem o intuito de acabar com isso. E o que é mais importante: também fortalece a estrutura de financiamento do transporte escolar.

Quem foi Prefeito como eu e outros colegas que estão aqui sabe das dificuldades na hora de prestar contas do gasto com transporte. O Governo do Estado, às vezes, não podia fazer, ou não fazia, determinado serviço, e o município era obrigado a arcar com essa despesa.

Além disso, este projeto, no seu art. 13, estabelece que 30% dos recursos repassados para aquisição dos alimentos, prioritariamente venham de comunidades de assentamentos, de quilombolas. Enfim, dá a essas comunidades condição de



sustentabilidade. Muitas vezes, isso é uma fonte de receita a mais, que vai permitir que aquele assentado, aquele pequeno agricultor, aquele agricultor familiar tenha uma alternativa a mais na sua receita. Além disso, os recursos ficam dentro do próprio município. Todo mundo sabe que isso faz a roda da economia girar, trazendo mais emprego e mais progresso.

Por isso, na condição de Vice-Líder do Democratas, partido de oposição nesta Casa, fazemos questão de manifestar o nosso apoio a este projeto.

Vivemos o dilema de ter de tomar decisões que machucavam o nosso coração. Mas a contabilidade obrigava-nos a fazê-lo.

Sr. Presidente, obrigado pela compreensão e parabéns pelo projeto.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - NÃO HAVENDO MAIS ORADORES INSCRITOS, DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Passa-se à votação da matéria.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 265.2.53.O
Data: 05/11/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O projeto foi emendado.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra, para oferecer parecer às Emendas de Plenário, pela Comissão Especial, ao Deputado Nazareno Fonteles.

O SR. NAZARENO FONTELES (PT-PI. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, foram apresentadas 2 emendas, de autoria do Deputado Fernando Coruja. Reconheço a boa intenção de S.Exa. A primeira delas altera o inciso I do art. 2º do nosso substitutivo.

No substitutivo, o mesmo inciso do art. 2º diz o seguinte:

“I - o emprego da alimentação saudável e adequada, que compreende o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, tradições e hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;”

O Deputado está dando apenas mais detalhes. No conteúdo não há mudanças: *“o emprego da alimentação saudável e adequada, que compreende o uso de alimentos variados, seguros (...), inclusive dos que necessitam de atenção específica”*. S.Exa. cita como exemplo os portadores de diabete mellitus, doença celíaca, intolerância a lactose e outras doenças.

É bom o texto da lei estar sempre mais enxuto. Contempla isso e algo mais.

Por isso, não vejo necessidade da inclusão dessa emenda no texto, porque ela não acrescenta, no meu entendimento, absolutamente nada.



A segunda emenda é um pouco mais complexa. Diz ela: *“Inclua-se, onde couber, seguinte artigo (...)”*.

É um artigo longo, que diz o seguinte:

“Art. Nas unidades educacionais públicas que atendam à educação básica, em todo o território nacional, fica vedada, nos serviços de lanches e bebidas ou similares, a comercialização de bebidas com quaisquer teores alcoólicos; guloseimas como balas, pirulitos e gomas de mascar; refrigerantes e sucos artificiais; frituras em geral e alimentos industrializados.

§ 1º Os proprietários desses estabelecimentos deverão garantir a qualidade higiênica, sanitária e nutricional dos produtos comercializados.

§ 2º Deverá ser fixado, pelo estabelecimento, em local visível, painel informativo tratando de assuntos relacionados com a qualidade nutricional dos alimentos.

§ 3º As modificações previstas na presente lei passam a integrar a lista de exigências para concessão de alvarás de funcionamento expedidos por órgão competente.

§ 4º Os estabelecimentos já existentes terão 180 dias para se adequar às condições previstas na presente lei.



§ 5º O não-cumprimento dos critérios estabelecidos por esta lei acarretará o fechamento do estabelecimento por órgão competente”.

A despeito de achar que a intenção é boa, que isso é esclarecedor, entendo que, no formato que estamos dando ao projeto de lei, nós temos mais chances, evidentemente, perante o Plenário, que já fez esse acordo, mantendo o substitutivo como está.

De modo que a minha posição quanto às 2 emendas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é de rejeição, preservando o substitutivo na forma que apresentei à Mesa da Casa.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para ficar claro para esta Presidência, indago: V.Exa. acatou qual das 2 emendas?

O SR. NAZARENO FONTELES (PT-PI. Sem revisão do orador.) - Rejeitei as 2 emendas.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Agradeço a V.Exa. pela informação e também pelo trabalho.

O SR. NAZARENO FONTELES - Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.

Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado William Woo, que falará a favor da matéria.

O SR. WILLIAM WOO (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero parabenizar o nobre Deputado Elismar Prado pelo projeto — especialmente pelo Projeto de Lei nº 2.877, de 2008, do Poder Executivo, apensado a ele.

Chamo a atenção para algumas mudanças significativas. Por exemplo, o art. 13, principalmente em relação aos pequenos municípios, aos Estados mais distantes, determina que, no mínimo, 30% dos recursos financeiros sejam destinados à aquisição de gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar. Dessa forma, além de fomentar a agricultura familiar, gera empreendedorismo familiar, com prioridade para assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Também está prevista a dispensa de licitação, desde que os preços praticados sejam compatíveis com os do mercado local.

Há também uma mudança no art. 17, sobre a nova composição do Conselho de Alimentação Escolar — CAE. Retira a representação do Poder Legislativo — de certa forma, essa atribuição é do próprio Executivo —, mas amplia a participação da sociedade civil e também de outros segmentos da comunidade escolar.

Em relação ao Programa Dinheiro Direto na Escola — PDDE, a exceção maior foi a sua extensão a outras etapas, além da educação básica e do ensino fundamental.



Vemos hoje principalmente a ampliação para a juventude. Foi votado também, nesta tarde, um projeto... Vamos votar a PEC que inclui a juventude num item da Constituição, permitindo esse alcance.

Há também oferecimento do repasse de recursos para as escolas filantrópicas e comunitárias conveniadas com o Poder Público.

Parabenizo o Estado de São Paulo, onde há um convênio, por exemplo, com escolas filantrópicas para as pessoas portadoras de deficiência somente no ensino básico. Isso ocorre com as APAEs. Hoje as APAEs do Estado de São Paulo recebem recursos, graças à legislação estadual, junto ao Governo do Estado.

Por tudo isso, encaminho o voto favorável à proposta. Parabenizo todos os colegas e os Relatores pelo trabalho, para que houvesse acordo na votação desta tarde.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar favoravelmente, concedo a palavra ao Deputado Gastão Vieira. *(Pausa.)*

Deputado Fernando Coruja. *(Pausa.)*

Deputado Eduardo Valverde. *(Pausa.)*

Deputado Rodrigo Rollemberg. *(Pausa.)*

Deputado Ricardo Barros. *(Pausa.)*

Deputado Dr. Ubiali. *(Pausa.)* S.Exa. abriu mão.

Deputado Jorginho Maluly.

O SR. JORGINHO MALULY - Tendo em vista que todos abrirão mão, Sr. Presidente, eu também o faço, em prol da celeridade dos trabalhos.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Indago do Plenário, dado que não houve encaminhamento contrário, se esse encaminhamento a favor é suficiente para votarmos a matéria.

O SR. PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Então eu vou consultar a Deputada Maria do Rosário se aceita retirar sua inscrição para que possamos dar celeridade à matéria. (*Pausa.*)

Estão retirados os demais inscritos. Vamos votar.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação o substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão Especial, ressalvados os destaques.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

APROVADO.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação as Emendas de Plenário nºs 1 e 2, com parecer contrário, ressalvados os destaques. *(Pausa.)*



O SR. FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Pois não.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, como as duas estão destacadas, acho que essa votação está...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - As duas estão destacadas? Mas nós temos de votar em globo. Não prescinde da votação que, me parece, V.Exa. iria sugerir.

A votação é em globo. O.k.?

O SR. FERNANDO CORUJA - Mas um destaque é de bancada e outro é simples.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como são emendas, eu tenho de submeter as duas à votação em globo. Depois iremos para os destaques.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- E com parecer contrário.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Com parecer contrário.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Parece que uma delas, a de nº 2, quer tirar pirulito de criancinha.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Nós vamos votar as emendas.
O.k.?



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

REJEITADAS.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Agora nós vamos para o destaque simples do PPS, no seguinte teor:

“Sr. Presidente, requero a V.Exa., nos termos do art. 161 do Regimento Interno, destaque para a Emenda nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 1.659, de 2007, constante da Ordem do Dia.”



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar favoravelmente, concedo a palavra ao Deputado Fernando Coruja.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, o inciso I diz que a alimentação deve ser saudável, adequada, que se deve dar alimentação inclusive àqueles que necessitam de atenção específica. Então a lei diz que é preciso dar alimento àqueles que necessitam de atenção específica.

Quem precisa de atenção específica? Fundamentalmente 3 doenças representam quase 100% daquelas que requerem atenção específica: diabetes, doença celíaca e intolerância à lactose. Posso incluir outras questões, como obesidade e magreza, mas doenças específicas são essas três.

Quando faço uma lei, ela tem de ser compreensível para as pessoas. Hoje o espírito é esse. Quanto mais eu for compreensivo para aquele que vai ler, melhor.

O que estamos incluindo? Os portadores de diabetes, os que têm doença celíaca, os que têm intolerância à lactose e outras, para explicitar que a escola deve dar atenção especial a esses doentes. Se a pessoa tem diabetes, é uma doença específica. Há nutricionista prevista no projeto. Doença celíaca é intolerância ao glúten, à farinha, ao trigo e a outros alimentos. Intolerância à lactose também é uma doença comum em crianças. Quando não podem tomar o leite comum, porque apresentam intolerância à lactose, devem ter mais alimentos à disposição.

Quero discordar da eminente Relatora, que considera um excesso colocar isso. Não é um excesso. É para clarear. Falar em atenção específica é muito vago.

Quando eu explicito alguma coisa — aliás, como na própria Constituição, em alguns casos, a legislação brasileira é vasta de exemplos; não são números



cláusulos; não esgota, não é taxativa a relação —, dou exemplos, é para que aquele que ler a lei possa compreender qual é o objetivo.

O Relator, infelizmente, disse que considera despiciendo, desnecessário essa afirmação.

Por isso insisto na aprovação desta emenda, que me parece adequada. Peço o apoio desta colenda Casa.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação o requerimento de destaque simples. (*Pausa.*)

Primeiro iremos votar a admissibilidade do requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Aqueles que forem pela admissibilidade do requerimento permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADA.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como não houve admissibilidade, sobre a mesa requerimento de destaque da bancada do PPS no seguinte teor:

“Sr. Presidente, requero a V.Exa., nos termos do art. 161, § 2º, do Regimento Interno, destaque para votação em separado da Emenda nº 2/08 apresentada ao Projeto de Lei nº 1.659, de 2007.”



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar a favor, Deputado Fernando Coruja.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, uma das políticas já largamente defendidas e adotadas, inclusive, pela Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia e pela política internacional para atacar a obesidade, que hoje é uma epidemia no mundo e precisa ser controlada em momentos específicos, é diminuir a oferta. Quem tem um filho com obesidade não pode encher a geladeira de guloseimas, de doces. Essa proposta é sugerida inclusive por organismos internacionais.

Nesta emenda, proponho que, nas unidades educacionais públicas que atendam à educação básica, as cantinas não vendam salgadinhos e doces de maneira geral, mas uma alimentação saudável. Não tem lógica o setor público oferecer uma nutricionista para indicar alimentação saudável deste lado e alguém que tem dinheiro ir do lado comprar um salgadinho.

Então, eu acho que é preciso, sim, proibir o pirulito dentro da escola pública. A venda de pirulito está livre em qualquer lugar, mas dentro da escola pública é preciso que haja uma política nacional. Muitos Estados adotam isso.

Peço apoio, então, para esta emenda.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 265.2.53.O
Data: 05/11/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Nós vamos votar a emenda.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 265.2.53.O
Data: 05/11/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação a Emenda nº 2.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Como não houve orientação de bancada, é impossível dar o resultado pelas mãos levantadas e não levantadas.

Peço, então, que só digam “sim” ou “não” no microfone, sem discurso.

PSDB.

O SR. CLAUDIO DIAZ (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - “Sim”.

PT.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - PR.

O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - PP.

O SR. SIMÃO SESSIM (PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Bloco. (*Pausa.*)

PMDB.

O SR. RODRIGO ROCHA LOURES (Bloco/PMDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - PSOL.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - “Sim”.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - PPS. (*Pausa.*)

PTB.

O SR. PEDRO FERNANDES (PTB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- “Não”.

PPS.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - PV.

O SR. ROBERTO SANTIAGO (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

“Não”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - PV, “não”.

Bloco.

O SR. DR. UBIALI (Bloco/PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Libera.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O Bloco libera.

Democratas.

O SR. PAULO BORNHAUSEN (DEM-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - PSDB. (*Pausa.*)

O SR. PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Minoria, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Minoria, “sim”.

O SR. WANDENKOLK GONÇALVES (PSDB-PA. Pela ordem Sem revisão do orador.) - PSDB, “sim”.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - PSDB, "sim".

O SR. HUGO LEAL (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - PSC, "não".

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Eu quero que registrem no painel, por gentileza.

Governo.

O SR. MILTON MONTI (PR-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Governo, "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - "Não".

Alguém não orientou? (*Pausa.*)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 265.2.53.O
Data: 05/11/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação, de novo.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Os Srs. Deputados que aprovam a Emenda nº 2 permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

REJEITADA.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Há sobre a mesa e vou submeter a
votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra ao nobre Deputado José Aníbal, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSDB.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (PSDB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente; Sras. e Srs. Deputados; Deputado Lael Varella, tão atento ao que se diz na tribuna desta Casa: meus cumprimentos.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, solicito a V.Exa. que seja considerado como lido e conste nos Anais da Casa, embora eu só leia um pequeno trecho, o discurso do recém-eleito Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, logo depois que foi anunciada a sua vitória.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Líder, a Mesa vai analisar regimentalmente para ver se há possibilidade.

O SR. JOSÉ ANÍBAL - De qualquer forma, Sr. Presidente, lerei apenas 2 parágrafos, que dizem o seguinte:

“(...) E a todos aqueles que nos vêem esta noite além de nossas fronteiras, em Parlamentos e palácios, àqueles que se reúnem ao redor dos rádios nos cantos esquecidos do mundo, nossas histórias são diferentes, mas nosso destino é comum, e começa um novo amanhecer de liderança americana.

Àqueles que pretendem destruir o mundo: vamos vencê-los. Àqueles que buscam a paz e a segurança: apoiamo-nos.

E àqueles que se perguntam se o farol dos Estados Unidos ainda ilumina tão fortemente: esta noite



demonstramos mais uma vez que a força autêntica de nossa nação vem não do poderio de nossas armas nem da magnitude de nossa riqueza (Sr. Presidente, isso é relevante), mas do poder duradouro de nossos ideais: democracia, liberdade, oportunidade e firme esperança. (...)"

São fundamentalmente esses 2 parágrafos que me fazem pedir que esse discurso, muito eloqüente e forte, seja transcrito nos Anais da Casa.

Sr. Presidente, quero trazer uma consideração sobre a questão que está posta na Comissão da Reforma Tributária e fazer uma observação.

Eu gostaria muito de ter contado aqui com a presença do Relator, Deputado Sandro Mabel, e do Presidente daquela Comissão, Deputado Antonio Palocci, para mostrar a S.Exas., com muita clareza, a nossa posição.

Quero dizer especialmente ao nosso caro Relator, Deputado Sandro Mabel, que cabe a ele uma função muito delicada: a busca de convergência, de diálogo e não de atrito e de considerações, a meu ver, infundadas sobre o propósito deste ou daquele personagem da vida pública nacional.

Todos, no nosso partido, estão a favor de uma reforma tributária. Lamentamos que ela não tenha sido feita no Governo Fernando Henrique Cardoso. As circunstâncias não favoreceram isso.

O Governo atual, com algum atraso, encaminhou uma proposta este ano, num momento, como disse o Secretário Bernardo Appy, em que o País tem perspectivas de crescimento — e está crescendo —, com o vento a favor da economia mundial. Este é o momento propício para a reforma tributária. Envolve



receitas, renúncias, simplificações, redução da carga, hipoteticamente. Infelizmente, o cenário mudou. Vivemos uma situação de crise. Se a crise está relativamente administrada do lado financeiro — até porque fomos ao fundo do poço, não podíamos ir além —, do ponto de vista da economia real, os impactos começam a chegar. E é justamente no que se refere a esses impactos que queremos a consideração do Governo, do Presidente da Comissão e do Relator, para falar da inconveniência de se brigar com os fatos.

Alguém já disse — se não me engano um pensador russo — que quem briga com os fatos quebra a cabeça. Não faz sentido continuar com essa sofreguidão, com essa idéia de se aprovar reforma tributária este ano, se já temos redução e impacto da crise sobre a contribuição social, lucro líquido no Imposto de Renda. O Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão já disse hoje na imprensa que haverá queda de 15 bilhões de reais na estimativa de receitas — 8 bilhões de reais de perda líquida e 7 bilhões de reais de frustração de receitas —, que seriam repassadas aos Governos Estaduais e às Prefeituras.

Então, não adianta querer imputar a este ou àquele líder político do PSDB ou de outro partido uma insatisfação, uma falta de desejo, um não-reconhecimento à importância da reforma tributária. Ela é importantíssima e deve ser feita. Saudei, inclusive, o enunciado geral feito pelo Governo: simplificação e desoneração. Mas essa que aí está merece, e precisa, ser muito trabalhada. Há aqueles que acham que ela precisa ser praticamente refeita. De todo modo, é uma questão de momento deixar essa sofreguidão de lado. Não se pode operar mudanças em receitas, em renúncias no momento em que a tendência é de redução das receitas, das transferências.



Não me venham dizer que a reforma será um fator de estímulo ao crescimento neste momento. Ela será um fator adicional de intranqüilidade. Por isso mesmo, é de todo inconveniente continuar discutindo-a com sofreguidão. Não temos nenhuma resistência à continuidade da discussão, aos trabalhos da Comissão, mas sem essa ilusão de que possamos votá-la ainda este ano.

DISCURSO A QUE SE REFERE O ORADOR



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 265.2.53.O
Data: 05/11/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4171/4176

(INSERIR DOCUMENTO DETAQ DE PÁGINAS 414 A 414-E)



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - São 19h. Hoje há sessão do Congresso Nacional às 20h, com matérias remanescentes. Os Parlamentares sabem que todas as quintas-feiras haverá sessão deliberativa.

Temos 2 ou 3 projetos. Por exemplo, a PEC da Juventude e aquele projeto que, genericamente, criminaliza a pedofilia. Eu fui informado de que se produziu um acordo entre todos aqueles que estavam discutindo o tema. Portanto, a matéria pode ser votada. Se chegar a Medida Provisória nº 443, ela constará da pauta automaticamente.

Eu tenho a seguinte opinião: em vez de prorrogar esta sessão agora, que será inconclusa, porque haverá sessão do Congresso Nacional, eu a encerrarei e convocarei sessão para amanhã, às 9h.



VII - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, lembrando que hoje, quarta-feira, dia 5 de novembro, às 20h, haverá sessão conjunta no plenário do Senado Federal, destinada à apreciação de projeto de lei do Congresso Nacional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 265.2.53.O
Data: 05/11/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - *COMPARECEM MAIS OS SRS.:*



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 265.2.53.O
Data: 05/11/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4171/4176

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Encerro a sessão, convocando para amanhã, quinta-feira, dia 5 de novembro, às 9h, sessão extraordinária e, às 14h, sessão ordinária, com as seguintes

ORDENS DO DIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 265.2.53.O
Data: 05/11/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4171/4176

(Encerra-se a sessão às 19 horas e 4 minutos.)